UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

VINÍCIUS DOS SANTOS ARANTES

**Comunistas e integralistas na imprensa bauruense: questões de ordem
(1934-1938)**

Versão Corrigida
São Paulo
2021

VINÍCIUS DOS SANTOS ARANTES

**Comunistas e integralistas na imprensa bauruense: questões de ordem
(1934-1938)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Social
Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio da Silva

Versão Corrigida
São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A662c Arantes, Vinícius dos Santos
Comunistas e integralistas na imprensa bauruense:
questões de ordem (1934-1938) / Vinícius dos Santos
Arantes ; orientador Marcos Antonio da Silva. - São
Paulo, 2021.
249 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração: História
Social.

1. Anticomunismo. 2. Integralismo. 3. Jornalismo
impresso. 4. História Política (Brasil). 5. Bauru (SP).
I. Silva, Marcos Antonio da, orient. II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Vinícius dos Santos Arantes

Data da defesa: 19/02/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Marcos Antonio da Silva

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 16/04/2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

Marcos Antonio da Silva

Nome: ARANTES, Vinícius dos Santos

Título: Comunistas e integralistas na imprensa bauruense: questões de ordem (1934-1938).

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha mãe, Maria Cândida, e ao meu irmão, Luiz Otávio, por todo o amor e apoio ao longo da vida, e que foram fundamentais para o prosseguimento da minha carreira acadêmica. À Juliana, minha companheira de vida e meu amor, que acompanhou a trajetória desta pesquisa desde o início, ainda em sua fase de projeto, e que tanto me apoiou e auxiliou em todos os momentos, tanto nas alegrias e conquistas como nas fases de dúvidas e angústias.

Ao meu orientador, professor Marcos Antonio da Silva, pelas orientações claras e precisas, pelas indicações bibliográficas sempre pertinentes e pelas correções apontadas, sempre essenciais para que a pesquisa fosse conduzida da melhor forma. Ao professor Everaldo de Oliveira Andrade e Vandrê Aparecido Teotônio da Silva, que compuseram a banca do exame de qualificação e que fizeram apontamentos e indicações fundamentais para o prosseguimento da pesquisa. À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, ao Departamento de História e, especialmente, ao Programa de pós-graduação em História Social, pela oportunidade da realização do curso de mestrado. Às instituições nas quais realizei as consultas das fontes documentais, especialmente aos funcionários do Museu Histórico Municipal de Bauru e do Museu Ferroviário Regional de Bauru, que me auxiliaram enormemente na localização e no acesso às fontes, sem as quais esta pesquisa não seria possível.

Aos meus amigos uspianos, especialmente os “picolinos”, com quem tenho o prazer de contar com a amizade e o companheirismo desde a época do início da graduação, em 2008, dividindo as alegrias e dificuldades da vida universitária e fora dela também, e que sempre me apoiaram ao longo da minha trajetória acadêmica. Aos amigos de Pederneiras, pela amizade e o companheirismo desde a infância e a adolescência, pelos momentos de alegria em churrascos, festas e conversas sempre que possível, e que foram e ainda são fundamentais, mesmo à distância, para ajudar a suportar as dificuldades da vida.

ARANTES, Vinícius dos Santos. *Comunistas e Integralistas na imprensa bauruense: questões de ordem (1934-1938)*. Dissertação de mestrado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2021.

Resumo

A pesquisa apresentada nesta dissertação tem o objetivo de analisar de que maneira comunistas e integralistas foram representados por jornais da imprensa bauruense, a partir da perspectiva de defesa da ordem social, entre os anos de 1934 e 1938. Ao comparar essas representações, buscamos entender quais eram os posicionamentos políticos dos jornais em relação a esses grupos e como ocorreu a atuação política da imprensa pela defesa da ordem social, verificando as mudanças e as diferenças entre os posicionamentos dos periódicos ao longo do período delimitado. A hipótese apresentada é de que, para defender a manutenção da ordem, para realizar a defesa da propriedade privada, os periódicos representaram os comunistas como inimigos da sociedade, como elementos perigosos para a manutenção da ordem, ao passo que os integralistas sofreram críticas matizadas por parte desses jornais, e, em alguns momentos, inclusive receberam apoio por parte dos representantes da imprensa, de acordo com o curso dos acontecimentos ocorridos em âmbito local, estadual ou nacional.

Palavras-chave: Anticomunismo; Integralismo; Jornalismo Impresso; História Política (Brasil); Bauru (SP).

ARANTES, Vinícius dos Santos. *Communists and Integralists in the Bauru press: questions of order (1934-1938)*. Dissertação de mestrado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2021.

Abstract

The research aims to analyze how communists and integralists were represented by the press of Bauru/SP, from the perspective of defending the social order, between the years 1934 and 1938. By comparing these representations, we seek to understand the political positions of the newspapers related to these groups and how the political action of the press defending the social order occurred, by verifying the changes and differences between the positions of the newspapers over the defined period. The hypothesis presented here is that, to defend the maintenance of the order and the private property, the papers represented the communists as enemies of society, as dangerous people to the maintenance of the order, meanwhile the integralists suffered criticisms nuanced by part of these newspapers, and, at times, even receiving support from the press' representatives, according to ongoing events at local, state or national level.

Keywords: Anti-communism; Integralism; Print Journalism; Political History (Brazil); Bauru (SP).

Sumário

Introdução	09
Capítulo 1 - O contexto histórico e político	14
1.1 - O contexto pré-1930 e a formação do ideal autoritário do Estado varguista	14
1.2 - O anticomunismo	22
1.3 - Comunistas: formação do PCB e atuação nas décadas de 1920 e 1930	29
1.4 - Integralistas: formação e atuação do fascismo brasileiro	42
Capítulo 2 – A formação histórica de Bauru e o desenvolvimento da imprensa local	51
2.1 – A formação histórica de Bauru e o contexto político local	51
2.2 - Considerações sobre o uso dos jornais enquanto fonte histórica	64
2.3 - Uma breve história da imprensa no interior paulista	65
2.4 - A história da imprensa bauruense até a década de 1930	67
Capítulo 3 - Fascismo e antifascismo no Brasil entre as décadas de 1920 e 1930	79
3.1-A política externa fascista e o fascismo e o antifascismo italiano no Brasil.....	79
3.2 – O antifascismo brasileiro na década de 1930 e suas disputas com o fascismo	89
3.2.1 – As relações entre antifascistas italianos e antifascistas brasileiros	89
3.2.2 – As frentes antifascistas brasileiras e os conflitos com os integralistas	94
3.2.3 – O contexto pós-1935: auge e queda da influência fascista no país	110
Capítulo 4 – Comunistas e integralistas na imprensa bauruense entre 1934 e novembro de 1935	113
4.1 - Procedimentos metodológicos adotados na análise dos jornais	113
4.2 - Comunistas na imprensa bauruense entre janeiro e setembro de 1934	117
4.3 - Integralistas na imprensa bauruense entre janeiro e setembro de 1934	130
4.4 - O conflito de 3 de Outubro e suas repercussões na imprensa bauruense	139
4.5 – As representações sobre a ANL e a AIB e seus conflitos	151
4.6 – A martirização integralista nas páginas do <i>Correio da Noroeste</i>	163
Capítulo 5 – Da “intentona” comunista até à “intentona” integralista	167
5.1 – O contexto pré “intentona” no <i>Correio da Noroeste</i>	167

5.2 – As repercussões do levante comunista no <i>Correio da Noroeste</i> -----	175
5.3 – As representações anticomunistas sobre a Guerra Civil Espanhola -----	195
5.4 - Comunistas e Integralistas entre meados de 1936 e meados de 1937 -----	200
5.5 – A “intentona” integralista no <i>Correio da Noroeste</i> -----	215
5.6 – A “intentona” integralista na <i>Folha do Povo</i> -----	226
 Considerações finais -----	 235
Fontes documentais -----	238
Referências -----	239
Anexos -----	245

Introdução

A pesquisa apresentada aqui nestas páginas tem o objetivo de analisar de que maneira comunistas e integralistas foram representados por jornais da imprensa bauruense, a partir da perspectiva de defesa da ordem social, entre os anos de 1934 e 1938. Ao comparar essas representações, busquei entender quais eram os posicionamentos políticos dos jornais em relação a esses grupos e como ocorreu a atuação política da imprensa pela defesa da ordem social, verificando as mudanças e as diferenças entre os posicionamentos dos periódicos ao longo do período delimitado.

Defendo a hipótese de que os órgãos da imprensa bauruense analisados, ao representarem comunistas e integralistas a partir da ideia de defesa da ordem social, representaram os comunistas como elementos perigosos, pois estes contestavam a ordem social vigente e questionavam o *status quo*. Os integralistas, por outro lado, não sofreram as mesmas críticas, pois geralmente não foram considerados perigosos para a manutenção da ordem, e em determinados momentos, receberam inclusive apoio e elogios. Ou seja, a hipótese é de que, para defender a manutenção da ordem, para realizar a defesa da propriedade privada, os periódicos representaram os comunistas como inimigos da sociedade, como elementos perigosos para a manutenção da ordem, ao passo que os integralistas sofreram críticas matizadas por parte desses jornais, e, em alguns momentos, inclusive receberam apoio por parte dos representantes da imprensa, de acordo com o curso dos acontecimentos ocorridos em âmbito local, estadual ou nacional. Para isso, verifiquei como o contexto e os acontecimentos se relacionam com a forma que essas representações apareceram nos periódicos, e como os jornais atuaram politicamente por meio da construção e reprodução delas.

Como será visto ao longo da pesquisa, defendo que o estudo das representações apresentadas pela imprensa é de grande importância para a análise das disputas políticas existentes nas sociedades, tendo em vista que os periódicos podem cumprir um grande papel de intervenção na realidade social. Esse papel de intervenção da imprensa ocorreu, e ainda ocorre, através da construção e da reprodução de discursos, imagens e representações sociais, principalmente sobre os grupos considerados inimigos ou perigosos para a sociedade e a manutenção da ordem. Convém lembrar que, como afirma Capelato (1994), a imprensa participa da história e não é um transmissor neutro e imparcial dos acontecimentos. O fato jornalístico é uma construção do jornalista, assim como o fato histórico é construído pelo historiador, ou seja, algo que pode ser entendido e relatado de diversas formas. Assim, os fatos são construídos e

não dados, e essa construção pode ocorrer segundo os interesses de quem o constrói. Dessa forma, pode-se entender melhor como em muitos momentos da história política brasileira, principalmente no período republicano, os jornais colaboraram para a construção de um imaginário político conservador e autoritário, como o do período analisado, atendendo aos seus interesses enquanto empresas de comunicação e aos interesses dos grupos políticos e econômicos aos quais estavam ligados.

Dessa forma, considero importante definir primeiramente o conceito de representação adotado nesta pesquisa. Seguindo as orientações teóricas de Roger Chartier (2002), entendo as representações como o processo de construção de ideias, signos ou imagens por meio do qual os homens interpretam e conferem sentido à realidade. Para Chartier, embora aspirem à universalidade, as representações do mundo social são construídas e determinadas pelos interesses dos grupos que forjam essas representações. Por isso, deve ficar claro que as percepções sobre o social não são discursos neutros, mas sim tentativas de um grupo de se impor sobre os outros através de estratégias e práticas (CHARTIER, 2002). Ou seja, as representações sobre comunistas e integralistas presentes na imprensa bauruense eram parte da visão de mundo dos jornais e de suas estratégias políticas, principalmente diante das disputas políticas locais, mas também frente ao contexto político nacional e mundial.

Ao analisá-las deve se considerar os interesses expressos através desses periódicos, as suas vinculações com os grupos políticos e econômicos locais, que muitas vezes não aparecem de forma explícita em suas páginas, mas que podem ser vistas a partir da análise e interpretação do seu conteúdo. Esses aspectos nos ajudam a compreender a visão de mundo defendida pela imprensa, e também como a realidade em que estavam inseridos influenciou suas posições e as representações produzidas por ela. Como dito anteriormente, os jornais intervêm na realidade social, porém essa mesma realidade também condiciona as opiniões, os posicionamentos e, conseqüentemente, as representações presentes nesses jornais, em uma relação dialética. A imprensa, como um agente histórico, com interesses e objetivos, utilizou frequentemente o termo “desordem” para se referir não só às atividades dos comunistas atuantes na cidade, mas também nas notícias a respeito de movimentos de outras cidades, estados e países, e isso certamente deve ter contribuído para reforçar a ideia, junto ao público leitor, de que os comunistas perturbavam a ordem e a harmonia social.

Dessa forma o estudo do anticomunismo é considerado muito importante para esta pesquisa, pois é imprescindível entender a formação e o desenvolvimento do discurso anticomunista para compreender a atuação dos jornais aqui analisados, assim como de parte considerável da

imprensa nesse período da história política brasileira. Como afirma Motta (2002), são anticomunistas as pessoas e grupos que se dedicam a lutar contra o Comunismo, seja por meio do discurso ou da ação, e esta oposição aos comunistas pode ser realizada por grupos diversos, desde fascistas, como os integralistas, até liberais. Segundo Rodeghero (2002), essa oposição ao Comunismo se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de diferentes práticas e representações, sendo que o conjunto dessas representações forma o imaginário anticomunista. Em parte do primeiro capítulo analisaremos a formação desse imaginário anticomunista, as representações e imagens mais comuns, principalmente no Brasil da década de 1930.

É curioso ressaltar como, mesmo após o término da Guerra Fria, com o fim da União Soviética e a forte decadência do Comunismo enquanto ideologia com influência considerável no cenário político internacional, o anticomunismo sobrevive atualmente nos discursos de determinados grupos políticos, mesmo que seja com bem menos força do que tinha na década de 1930 e no período da Guerra Fria. Vivemos hoje no Brasil, infelizmente, um momento de fortalecimento do pensamento e do discurso conservador e autoritário, representado principalmente pelo grupo político de extrema-direita vitorioso nas eleições de 2018, o qual utiliza, em alguns momentos, de um discurso anticomunista anacrônico para atacar pessoas e grupos vistos como seus inimigos, defendendo uma espécie de “cruzada” anticomunista, que ao menos por enquanto, está mais no plano do discurso do que da ação, contra professores considerados “doutrinadores”, militantes de movimentos sociais e grupos e partidos políticos de esquerda de forma geral, todos vistos, dentro dessa lógica, como a própria encarnação do “mal”.

Considero que a sobrevivência e a utilização atual de elementos do discurso anticomunista, que já estavam presentes na década de 1930, servem para apoiar e justificar posições ideológicas autoritárias e conservadoras que buscam acabar com o diálogo, a diversidade, os direitos da população e ameaçam a própria existência da democracia em nosso país, tal como ocorrera no período analisado nesta pesquisa. Chega a parecer “cômico” o anacronismo de existir um discurso anticomunista quando praticamente já não há mais comunistas na atualidade. Porém, predomina a parte trágica da realidade de que esse discurso, assim como ocorrera em outros momentos da história brasileira, parece ser uma das formas encontradas para combater partidos, grupos e movimentos que buscam maior igualdade, direitos e a construção de uma sociedade mais democrática, e que dessa forma contestam a ordem social vigente, sendo por tal motivo associados à imagem construída sobre o Comunismo. Ou seja, o

discurso anticomunista atual parece estar inserido dentro de uma tradição autoritária e conservadora que há muito tempo está presente em nossa sociedade, reconstruindo-se, ou se reciclando, de tempos em tempos e, portanto, sendo sua continuidade, ganhando mais força nos últimos anos como forma de reação contra os limitados avanços democráticos conquistados no país a partir do fim da ditadura militar em 1985.

Assim como nos jornais bauruenses da década de 1930 analisados, há atualmente um discurso pela manutenção e o fortalecimento da ordem social, mesmo que hoje ele não seja difundido somente através da mídia impressa, ou mesmo principalmente por meio desse tipo de mídia, devido ao surgimento e a utilização das redes sociais como forma de propagação de notícias, verdadeiras ou falsas, e compartilhamento de opiniões. Porém, meu intuito ao fazer essa breve digressão é ressaltar a importância de relacionar o atual momento político vivido no Brasil com o contexto do período analisado nesta pesquisa, inserindo o tema abordado dentro de um processo maior de nossa história política, o da presença e do desenvolvimento de uma tradição política autoritária, conservadora e de defesa da manutenção da ordem social por parte das elites do país, seja por meio do discurso ou da ação. Assim, felizmente enquanto tema de estudo histórico, mas infelizmente em termos políticos, a pesquisa aqui apresentada me pareceu cada vez mais atual enquanto foi desenvolvida, desde sua concepção inicial como projeto de pesquisa até os seus resultados finais, tornando-se, a meu ver, cada vez mais importante e necessária sua realização.

A nossa proposta de divisão dos capítulos deste trabalho conta, além desta introdução, com um primeiro capítulo de contextualização histórica e política mais geral no qual o tema da pesquisa está inserido, abordando os antecedentes do período analisado, as mudanças e transformações ocorridas na década de 1930, a formação do ideário político autoritário e conservador no país, além da atuação de comunistas e integralistas nesse contexto.

O segundo capítulo será dedicado à apresentação de dados e a contextualização histórica da formação da cidade de Bauru e o seu desenvolvimento até o período analisado, a formação de sua imprensa, a apresentação e caracterização dos jornais a serem analisados e algumas considerações sobre seus posicionamentos políticos.

O terceiro capítulo será dedicado à contextualização e análise da atuação e das lutas entre antifascistas e fascistas (incluindo os integralistas neste último grupo) no Brasil e especialmente no estado de São Paulo, dentro de um contexto mundial de acirramento dessas lutas, para entender melhor a atuação de comunistas e integralistas na cidade de Bauru e,

principalmente, o conflito mencionado acima, entendendo-o assim como parte de um contexto maior da disputa entre fascistas e antifascistas a nível nacional e mundial.

O quarto e o quinto capítulos serão dedicados à análise das representações presentes nos jornais, levando em conta alguns referenciais cronológicos e os acontecimentos do período. Dessa forma, o quarto capítulo abordará o período entre 1934 e 1935, analisando de que forma os jornais representaram o crescimento da atuação dos integralistas no país e em Bauru, mais especificamente, assim como a atuação dos comunistas nesse mesmo período, e a forma como os periódicos analisaram os conflitos entre integralistas e comunistas, principalmente o conflito de 3 de outubro de 1934, ocorrido no centro dessa cidade. Também abordará as representações acerca da formação da ANL e seus conflitos com a AIB, e o contexto anterior ao do fracassado levante comunista de novembro de 1935. O quinto capítulo analisará as representações presentes nos jornais a partir da realização desse movimento comunista e das primeiras repercussões desse evento na imprensa, com foco no período entre 1936 e 1938, levando em conta o contexto de crescimento da repressão aos comunistas e o período de ascensão e queda do Integralismo, que também passou a ser proibido e perseguido após o início do Estado Novo, em novembro de 1937. Por último, um capítulo com as considerações finais e no qual será realizado um balanço dos principais resultados finais da pesquisa.

Capítulo 1 - O contexto histórico e político

1.1 - O contexto pré-1930 e a formação do ideal autoritário do Estado varguista.

Primeiro, é necessário contextualizar o momento histórico em que estavam inseridas as mobilizações de comunistas e de integralistas. O país vivia importantes transformações na política nacional a partir de 1930, com o fim da Primeira República e da hegemonia paulista e mineira no poder central, substituída pela ascensão de Vargas ao poder. Havia uma grande e crescente efervescência social e política desde a década anterior, com mobilizações sociais e reivindicações por parte de trabalhadores urbanos e rurais, assim como a reação a essas reivindicações por parte de grupos conservadores. Também ocorriam conflitos entre projetos políticos distintos a respeito de como o Estado deveria ser organizado (como o conflito entre liberais e autoritários que marcou principalmente o período entre 1930 e 1934¹), nas relações entre as classes, na política sindical, e na busca pela representação política por parte, por exemplo, da classe média. Além disso, a crise de 1929 estimulou o sentimento antiliberal entre as elites, aumentando o número de defensores da intervenção estatal na economia como uma forma de superar as crises do capitalismo, e da defesa de um Estado mais forte e centralizado como forma de superar os problemas políticos e sociais e mediar as relações entre as classes. Ou seja, havia um contexto mundial de crise do liberalismo, entendido aqui tanto como o liberalismo econômico como a defesa de regimes políticos com representantes eleitos pelo voto, com poder limitado, descentralizado e com liberdades aos cidadãos, e havia também a ascensão de uma ideologia autoritária como projeto de Estado no Brasil.

Os efeitos políticos da crise de 1929 e seus desdobramentos atingiam boa parte do mundo, inclusive o Brasil, causando grandes mudanças e, principalmente, a queda dos regimes liberais. Com a crise do liberalismo, diversas alternativas, da esquerda à direita, apresentavam-se ao velho modelo econômico e político burguês, desde o Comunismo, passando pelo reformismo capitalista e chegando ao Fascismo. Na América Latina, doze países mudaram de governo entre 1930 e 1931, dez por meio de golpes militares. Em outras regiões, como Europa e Japão, houve uma grande guinada para a direita, com a ascensão principalmente de regimes nacionalistas e belicosos, com uma política externa agressiva, como o caso da Alemanha (1933) e do Japão (1931)².

¹ FAUSTO, B. *O pensamento nacionalista autoritário*. (1920-1940). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 7-20.

² HOBBSBAWN, E. *A Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia de Letras, 1995. p. 108-110.

Nesse contexto de crise do liberalismo, os comunistas, por meio das orientações da Internacional Comunista (IC), que deveriam ser seguidas pelos Partidos Comunistas (PC's) de diferentes países, erraram em sua previsão de uma onda revolucionária que surgiria como resultado da crise capitalista, consequentemente definindo erroneamente suas estratégias e qual deveria ser o maior inimigo a ser combatido, buscando, ao menos até o início da década de 1930, atingir mais o decadente liberalismo do que a ascensão do Fascismo. O que ocorreu foi justamente o contrário do esperado, com o fortalecimento da direita, principalmente radical, e o enfraquecimento dos PC's em vários países. Já o Fascismo, enquanto alternativa ao liberalismo, atingiu seu maior grau de sucesso e transformou-se em um movimento mundial no contexto imediatamente posterior à crise de 1929³.

O movimento de avanço de ideais e regimes autoritários de direita, iniciado na Europa após o fim da I Guerra Mundial, inclusive com o surgimento e o crescimento do Fascismo italiano, foi intensificado a partir da crise do liberalismo, tornando-se uma tendência mundial, principalmente após a ascensão do nazismo em 1933. O medo de uma possível revolução social liderada pelos comunistas era real, e por isso, nos países onde eles tinham alguma força dentro dos movimentos trabalhistas, suas influências e lideranças sobre estes foram suprimidas. Apesar da visão de que as ameaças viriam da esquerda, os regimes liberais que caíram entre as décadas de 1920 e 1930 foram substituídos quase exclusivamente por regimes de direita, em um movimento mundial representado não apenas pelo Fascismo, mas principalmente por ele. Como ressalta Hobsbawm, na década de 1930 o fascismo "inspirou outras forças antiliberais, apoiou-as e deu à direita internacional um senso de confiança histórica", parecendo diante do mundo como "a onda do futuro", inspirando inclusive governantes que, embora não declaradamente fascistas, o imitavam em certos aspectos de seus regimes⁴.

Podemos considerar o próprio regime varguista como parte dessas forças antiliberais e como exemplo de governo que se inspirou, ao menos em alguns momentos, em aspectos do Fascismo. Mesmo o Brasil não contando com um regime realmente democrático antes de 1930, nossa Primeira República era formalmente um regime democrático com valores liberais, situação que se modifica após a "Revolução" de 1930 com a formação de um regime antiliberal e crescentemente autoritário ao longo dessa década, apesar de um breve momento de abertura entre 1933 e 1934 com a Constituinte, tornando-se uma ditadura de fato a partir de 1937 com o Estado Novo. Mas, apesar da vitória do antiliberalismo representar um

³ HOBBSBAWM, 1995, *op.cit.*, p. 112.

⁴ HOBBSBAWM, 1995, *op.cit.*, p.115-116.

crescimento do autoritarismo em nossa sociedade, a defesa da ordem, representada principalmente pela repressão contra os comunistas, era um objetivo comum que unia, até certo ponto, liberais e antiliberais brasileiros antes e depois de 1930.

Ao analisar o debate entre liberais e antiliberais por meio da imprensa paulista no período entre 1920 e 1945, Capelato (1989) afirma que havia, desde a década de 1920, divergências políticas entre essas duas correntes, mas, apesar de suas diferenças ideológicas, tanto liberais como antiliberais buscavam atingir, por meio de suas propostas, o que a autora chamou de “progresso dentro da ordem”, ou seja, em seus projetos de reforma da sociedade ambos tinham como objetivo comum a manutenção da ordem, do *status quo*, por meio do controle social dos “dominados”, embora cada grupo tivesse suas próprias concepções de como atingir esse objetivo⁵. O projeto dos liberais representados na imprensa paulista admitia, em assuntos como as questões trabalhistas, parte das teorias antiliberais, como as ideias defendidas pela vertente católica europeia, encontrando, portanto, alguns pontos em comum com o projeto de seus adversários políticos nos momentos em que era considerado necessário realizar essa união para atingir o objetivo comum de reforçar a dominação sobre os grupos subalternos da sociedade, distanciando-se do liberalismo clássico, defensor da ideia de liberdades para todos. Segundo a autora, o liberalismo não é sinônimo de democracia, pois, como teoria de dominação social, é autoritário, e, assim, a oposição entre liberais e antiliberais não pode ser colocada nos termos de democracia contra o autoritarismo⁶, como muitos liberais gostariam.

O fim da chamada “República Velha” através da “Revolução”⁷ de 1930 foi fruto de uma crescente insatisfação de vários setores sociais e grupos políticos com a situação vivida no país no período pré-1930, muitos dos quais buscavam ter maior representatividade e poder. Movimentos de contestação como os dos tenentes, em 1922 e 1924, já eram sinais dessa busca por mudanças no Estado e por representatividade, nesse último caso por parte da classe média. O golpe de estado realizado em outubro de 1930, que foi chamado de “Revolução” por aqueles que o apoiaram, foi articulado e defendido por um grupo heterogêneo de descontentes com a hegemonia paulista no poder representada pelo Partido Republicano Paulista (PRP).

⁵ CAPELATO, M.H.R. *Os Arazos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo. Brasiliense, 1989. p. 14-18.

⁶ CAPELATO, 1989, *op.cit.*, p.21-24.

⁷ O uso do termo “República Velha” foi uma forma do grupo político vencedor do movimento de outubro de 1930, ou “Revolução” de 1930, condenar o grupo político inimigo que governava anteriormente e sua organização do sistema político republicano entre 1889 e 1930, colocando-o como algo velho, ultrapassado e, portanto, superado a partir daquele momento, que representaria uma ruptura, e era nesse sentido também que ocorria a utilização do termo “Revolução” por parte dos participantes daquele movimento. Para entender e aprofundar essa discussão é fundamental a leitura do artigo *A Revolução do Vencedor*, de Carlos Alberto Vesentini e Edgar Salvadori de Decca.

Esse grupo era composto por oligarquias de viés mais liberal, inclusive por paulistas, como os presentes no Partido Democrático (PD), e por defensores de uma proposta centralizadora e autoritária, como era o caso de parte dos tenentistas.

Após a tomada do poder esses grupos disputaram, dentro do governo, a direção e o projeto político a ser seguido pelo Estado. Os tenentes, por exemplo, defendiam medidas como reformas sociais, o crescimento do Estado, a nacionalização de recursos estratégicos e o afastamento das oligarquias do jogo político⁸, deixando de lado a questão da reconstitucionalização do país e da volta a uma normalidade democrática, privilegiando seus ideais reformistas e os contrapondo à ideia de democracia, tal como defendida pelas oligarquias, desejosas de retomar sua autonomia perdida. Assim, o embate entre defensores de reformas que visavam à reorganização e o fortalecimento do Estado, em consonância com o crescente antiliberalismo pós-crise de 1929, e os defensores de um retorno à “normalidade” constitucional, marcou os primeiros anos do governo Vargas, gerando disputas políticas acirradas. A questão da constitucionalização levou inclusive a uma guerra civil em 1932 entre paulistas e o governo federal, com as oligarquias paulistas, tanto as derrotadas em 1930 como as que apoiaram Vargas no início, tentando retomar sua hegemonia e adquirir maior autonomia utilizando a bandeira da constituinte como lema.

Apesar da derrota paulista no conflito, realizaram-se eleições em maio de 1933 para a Assembleia Constituinte, a qual aprovou a Constituição de 1934. Após essa aprovação ocorreu a eleição indireta de Getúlio para um período de quatro anos, com o país retornando à “normalidade” constitucional. Mas, essa normalidade constitucional durou pouco. Contando com o apoio das Forças Armadas e de boa parte das elites, em um cenário de crescentes conflitos e com a tentativa de tomada do poder pelos comunistas, em novembro de 1935, Getúlio realizou um golpe de Estado dando origem ao Estado Novo em 1937. Assim um regime autoritário⁹ foi gestado ao longo da década de 1930, pois mesmo no período constitucional (1934-1937) foram instituídas medidas de exceção como forma de combater aqueles que fossem considerados como inimigos da ordem, as quais prepararam o terreno para o golpe de Vargas em 1937.

Portanto, os grupos conservadores e reacionários tinham medo de que ocorressem significativas transformações na ordem social, assim como a quebra da hierarquia entre as

⁸ CAMARGO, A. *A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)*. In: FAUSTO, B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*; t. 3; v.10. O Brasil republicano. Sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 159-160.

⁹ FAUSTO, 2001, *op. cit.*, p. 21-22.

classes na sociedade, mas essa preocupação não surgiu no governo Vargas. Segundo Fausto¹⁰, as ideias autoritárias emergiram no Brasil, nos anos 1920, na vigência de um regime oligárquico-liberal, e existiram duas fases na constituição e influência desse pensamento, sendo a crise de 1929 e a “revolução” de outubro de 1930 o grande marco divisório dessas fases. Na primeira delas, ainda na década de 1920, ocorreu uma “maturação ideológica dos autores” autoritários, como Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo do Amaral, que passam a ter relativa influência na vida social e política. Na segunda fase, já na década de 1930, o pensamento autoritário ganhou grande espaço e os principais ideólogos dessa corrente cumprem um papel significativo na criação de instituições e na vida política em geral¹¹.

Como afirma Dutra em sua obra *O Ardil Totalitário*, no Brasil dos anos 1930 havia uma disposição “totalitária”, uma ideologia que sustentava “a imagem de uma sociedade una, indivisa e homogênea”, utilizando-se “do fantasma do inimigo para manter coeso o corpo social e do recurso à ficção, à mentira e à violência na representação e no controle do real”¹². Nesse contexto, crescia o medo em relação aos comunistas e suas propostas, endossado pelo discurso oficial varguista. Segundo a autora, tal disposição totalitária estava presente principalmente entre grupos autoritários e conservadores, de direita, e no projeto de poder do Estado brasileiro desse período, existindo, portanto, “um movimento de fascistização perpassando o conjunto social e revelando a gestação de um projeto de sociedade com pressupostos totalitários”, que, apesar de estar em construção anteriormente, se aprofunda após os acontecimentos de novembro de 1935¹³.

De acordo com Pedroso¹⁴, a ideia de que grupos opositores, como os comunistas, representavam um perigo foi utilizada como bandeira para a construção do mito da ordem e para a consolidação de uma estrutura autoritária em nossa sociedade ao longo do século XX. No papel de controlar e vigiar os grupos considerados suspeitos e perigosos para a ordem social, as polícias brasileiras foram articuladas para impedir a ocorrência de todo tipo de “distúrbio político-social” que pudesse desestabilizar a ordem e, nesse sentido, a formação ideológica das instituições policiais foi realizada através da militarização, o que colaborou

¹⁰ FAUSTO, 2001, *op. cit.*, p. 13.

¹¹ FAUSTO, 2001. *op. cit.*, p. 20.

¹² DUTRA, E. R. F. *O ardil totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 15-16.

¹³ *Ibid.*

¹⁴ PEDROSO, R. C. *Estado autoritário e ideologia policial*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005. p. 91.

para a construção da ideia de um inimigo presente na sociedade e que deveria ser combatido, retirado do convívio social, levando em conta o perigo que representava¹⁵.

Portanto, a preocupação do Estado republicano brasileiro com a manutenção da ordem e o combate aos seus inimigos políticos não surgiu na década de 1930, estando presente desde seus primeiros anos, no período da chamada República Oligárquica, ou Primeira República, em que o Estado já buscava vigiar e reprimir os “subversivos”, tratando os problemas sociais e as reivindicações de trabalhadores como caso de polícia. Mas justamente por ter continuado essa política repressiva anterior é que podemos considerar o Estado Novo como uma forma de consolidação desse projeto autoritário de Estado.

Antes de nos aprofundarmos nas considerações a respeito das práticas repressivas do Estado brasileiro nas primeiras décadas da República, embasadas na ideologia autoritária em formação nesse período, considero necessário fazer uma pequena digressão para descrever algumas transformações ocorridas na sociedade brasileira no período pré-1930. Entre as grandes mudanças pelas quais o país passou entre 1890 e 1930, podemos destacar a imigração em massa e o processo de industrialização e de desenvolvimento do capitalismo urbano, que levaram a transformações significativas no cotidiano do trabalhador. A capital paulista foi a cidade mais atingida pelo processo de urbanização acelerada e desordenada, como resultado do grande crescimento demográfico devido principalmente ao fluxo de imigrantes que iam das áreas rurais para as cidades, as quais se abriam para novas atividades econômicas. Esses fatores foram muito importantes para a organização do movimento operário brasileiro, considerando que as grandes cidades tinham a capacidade de reunir centenas de trabalhadores em um mesmo espaço, permitindo uma maior circulação de ideias, inclusive daquelas consideradas “exóticas”, como o anarquismo, o comunismo e o socialismo, e dessa forma os movimentos sociais passaram a ganhar vulto¹⁶.

Nesse contexto, o Estado brasileiro, controlado pelas oligarquias e preocupado com a manutenção da ordem social, promulgou leis repressivas que buscavam criminalizar os crescentes movimentos trabalhistas das décadas de 1910 e 1920, e conter as ideologias de esquerda neles presentes. Como exemplo dessa legislação repressiva podemos citar o Decreto nº 4247, de 6 de janeiro de 1921, conhecido como Lei de Expulsão de Estrangeiros, o Decreto nº 4269, de 17 de janeiro de 1921, também conhecida como Lei de Repressão ao Anarquismo, e o decreto nº 5221, de 12 de agosto de 1927, também conhecida como Lei Celerada. Nesse

¹⁵ PEDROSO, *op. cit.*, p. 30-31.

¹⁶ MAGALHÃES, F.T. *O suspeito através das lentes: o DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p.40-41.

período o anarquismo tornou-se a ideologia dominante entre os trabalhadores organizados, chegando ao país por meio de alguns dos trabalhadores imigrantes que já seguiam essa ideologia em seus países de origem. No caso das duas primeiras leis, elas visavam combater essa ideologia dominante entre os trabalhadores organizados em sindicatos e que tinha idealizado o principal movimento grevista até então ocorrido no país, a Greve Geral de 1917 em São Paulo.

Após essas medidas repressivas especialmente voltadas contra os anarquistas, como o decreto nº 4269 e o decreto nº 4247, que estabelecia a possibilidade de expulsão de estrangeiros envolvidos em “desordem”, houve um grande declínio da influência anarquista entre os meios trabalhistas e sindicais. A partir de meados da década de 1920, eles viram sua liderança sobre o movimento operário ser contestada e disputada principalmente pelos comunistas, articulados por meio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em março de 1922. A Lei Celerada, de 1927, foi promulgada no governo de Washington Luís, mas foi precedida por um período de instabilidades políticas e sociais, como os levantes tenentistas, as quais foram utilizadas como justificativa pelo governo anterior, de Artur Bernardes, para estabelecer o estado de sítio no país. Apesar de não manter o estado de sítio, permitindo um pequeno período de abertura entre janeiro e agosto de 1927, o novo presidente manteve uma política repressiva ao promulgar essa lei que estabelecia que o governo poderia:

“ordenar o fechamento, por tempo determinado, de aggremações, syndicatos, centros ou sociedades que incidam na prática de crimes previstos nesta lei ou de actos contrarios á ordem, moralidade e segurança públicas, e, quer operem no estrangeiro ou no paiz, vedar-lhes a propaganda, impedindo a distribuição de escriptos ou suspendendo os órgãos de publicidade que a isto se proponham”¹⁷.

Nesse sentido, mesmo o país não vivendo oficialmente um período ditatorial, o Partido Comunista Brasileiro passou boa parte de sua existência durante a Primeira República na ilegalidade, com exceção do período entre janeiro e agosto de 1927, quando foi novamente posto na ilegalidade e reprimido em nome da ordem. Apesar disso, ao longo desse período de sua formação e organização, o partido conseguiu crescer e se estabelecer, buscando infiltrar-se no movimento operário e disputar a hegemonia deste meio com os anarquistas, principalmente em São Paulo, onde estes últimos tinham mais força¹⁸.

¹⁷ Decreto Nº 5.221, de 12 de agosto de 1927. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5221-12-agosto-1927-562990-republicacao-87106-pl.html> Acesso em: 19/02/2019

¹⁸ SEGATTO, J.A. *Breve História do PCB*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p. 28-30.

Voltando ao tema da organização da repressão e da ideologia autoritária do Estado, é importante ressaltar como foi construída e desenvolvida essa tradição autoritária que legitimou a repressão contra qualquer grupo que fosse considerado perigoso para a manutenção da ordem social, gerando não só novas leis sobre o assunto, mas também criando um discurso que legitimava essa legislação e a atuação estatal por meio das polícias. Na visão do Estado, a manutenção da ordem social levava à necessidade de criação de órgãos repressivos especializados, como a Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS), em 1923. Segundo Magalhães (2008), a criação desse órgão foi uma expressão de uma concepção autoritária que defendia a necessidade de identificar os “indesejáveis” social e politicamente, os elementos desagregadores dos princípios “da Pátria e da Família”. Portanto, nessa visão, para “disciplinar a sociedade” seria necessário acabar com os movimentos políticos contestatórios. Com base nessa ideia, formou-se um discurso sobre os ativistas políticos que beneficiou a criação da imagem da desordem como produto da ação da esquerda, e o imaginário construído sobre esses grupos criou figuras estereotipadas identificados na sociedade com o que era visto como um “perigo real” para o país¹⁹.

Nesse sentido, a defesa da necessidade de eliminação dos inimigos da sociedade está relacionada a uma das principais características da já citada “disposição totalitária” à qual Dutra faz referência: a concepção orgânica de sociedade. Tal concepção é caracterizada pela visão sobre a sociedade como “enraizada na natureza física”, ou seja, de que “a realidade reproduz o esquema de funcionamento dos organismos vivos”, e, por isso, é utilizada “a imagem do corpo enquanto figuração central da vida orgânica”²⁰. Portanto, era uma forma de metáfora da imagem do conjunto da sociedade com a figura do corpo físico e, tal como um corpo precisa estar em bom funcionamento, com todas suas partes articuladas e saudáveis, sem problemas ou doenças, os defensores dessa concepção de sociedade afirmavam que o corpo político da nação deveria funcionar de maneira harmoniosa e saudável, associando todos os tipos de problemas e divisões sociais com a ideia de doença ou mau funcionamento do corpo social. Alguns termos utilizados no discurso anticomunista remetem a metáforas médicas e biológicas, associando o comunismo à ideia de “vírus”, “doença” que perturba a “saúde política” do país, e são mostras dessa concepção orgânica da sociedade.

Portanto, essa concepção pressupõe uma sociedade unida e uma vida política nacional harmoniosa, na qual não há espaços para as divisões e para a contestação da ordem, e a defesa de luta de classes pelos comunistas era vista como um perigo para a idealizada harmonia

¹⁹ MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 27.

²⁰ DUTRA, *op. cit.*, p. 44-45.

social, um fator de desagregação do corpo social da nação. Essa concepção orgânica baseia-se em uma lógica autoritária e binária, com uma tendência a criar um oposto da harmonia, identificado com o antinatural, o artificial, a doença, o desvio. Nessa visão, o corpo social do país era visto como doente e a sua totalidade ameaçada “pela maléfica doença comunista”. Por isso, nos discursos baseados na concepção orgânica, é dada a ênfase para a “profilaxia social”, “o saneamento” do ambiente social²¹. Essa concepção já estava presente no pensamento autoritário e conservador nacional antes de 1930, mas foi a partir do governo Vargas que ela ganha maior força, com o aumento dos mecanismos de controle social, o aperfeiçoamento da estrutura repressiva estatal e o crescimento do discurso anticomunista, legitimando o controle sobre o conjunto da sociedade.

Segundo Magalhães, o discurso da ordem se mantém pelo seu inverso, ou seja, ele necessita da ideia de desordem para ser construído, pois é através da defesa do fim dessa desordem, da negação do outro, que a ordem é definida, legitimada e reforçada. Ainda de acordo com essa autora, na década de 1930, o Estado agia para criar símbolos no imaginário coletivo que mostravam a ordem como contraposta à desordem, sendo esta “atribuída aos portadores de ideias exóticas”, como o comunismo²². A representação do comunista enquanto inimigo, a partir da oposição entre bem e mal, é articulada com outras oposições gerando um grande espectro de significados nas representações anticomunistas²³. Dessa forma, os anticomunistas apresentaram os comunistas de variadas formas através de diferentes imagens, todas associadas à ideia de malignidade, em oposição ao bem que seria simbolizado pela ordem, a harmonia social e a unidade da pátria, tal como o Estado defendia. Foi essa lógica maniqueísta do pensamento autoritário que serviu como base das campanhas anticomunistas na década de 1930, inclusive após o início do Estado Novo.

1.2 - O anticomunismo

O leque de imagens presentes no discurso anticomunista brasileiro é abordado por Dutra (1997) e por Motta (2002), que apresentam como esse discurso foi construído e reproduzido. De acordo com Dutra²⁴ (1997), integralistas, parlamentares e intelectuais construíram um discurso em volta de temas e imagens que tinham uma “finalidade totalitária”, e, entre esses temas, estavam: ordem, família, pátria, moral, trabalho, propriedade, autoridade e obediência.

²¹ DUTRA, *op. cit.*, p. 44-45.

²² MAGALHÃES, *op.cit.*, p. 38-39.

²³ DUTRA, *op. cit.* p. 36.

²⁴ DUTRA, *op. cit.*, p. 16.

Além dos grupos já citados, também o Estado apresenta um projeto totalitário, como vimos nas páginas anteriores. Segundo a autora, havia uma convergência de todos os envolvidos pelo discurso totalitário para o objetivo de preservar a ordem social e sanear a sociedade. O tema que mais mobilizou pessoas e grupos foi o comunismo, principalmente entre aqueles contrários às suas propostas, consideradas perigosas para a preservação da ordem social, levando à construção de um imaginário anticomunista. Para a construção desse imaginário, foram apropriados, em parte, noções e imagens anteriores já presentes no ideário autoritário nacional e também argumentos e representações anticomunistas originadas em outros países a partir da Revolução Russa²⁵.

Ainda segundo Dutra²⁶, a estrutura da ordem social que estava sendo construída era assentada em “quatro pilares discursivos e estratégicos básicos: anticomunismo/revolução, trabalho, pátria e moral”, que eram articulados em torno de pares antagônicos, ou seja, de ideias opostas, em uma lógica binária de positivo e negativo, um pensamento maniqueísta de bem e mal. Assim, dentro do pilar anticomunismo/revolução, por exemplo, existem os pares “ordem/subversão”, “civilização/barbárie”. No pilar trabalho, alguns dos pares são, por exemplo, “produtivo/improdutivo”, “economia/desperdício”, “trabalho/ócio”, “ordem/desleixo”. No pilar pátria, os pares que aparecem são “ordem/desordem”, “hierarquia/subversão”, “patriota/traidor”, “unidade/fragmentação”, “construção/ruína”, “honestidade/corrupção”, entre outros. Todos os elementos desse discurso serviam para construir uma determinada identidade coletiva aos membros da sociedade, conferindo uma certa sensação de segurança, e, ao mesmo tempo, identificando as ameaças à essa suposta identidade, as quais poderiam inclusive gerar a desagregação da sociedade. Ou seja, como dito anteriormente, a ideia de desordem é necessária para justificar a manutenção da ordem, uma depende da outra.

Motta (2002)²⁷ apresenta em seu trabalho quais eram as principais representações presentes no discurso anticomunista, analisando a história do anticomunismo brasileiro entre 1917 e 1964, mas com um enfoque principal sobre dois períodos classificados por ele como os dois surtos anticomunistas no país: o primeiro entre 1935 e 1937, e o segundo entre 1961-1964. Motta destaca o papel da imprensa como um poderoso instrumento de formação de opinião, afirmando que o grau e a forma de comprometimento dos jornais com o anticomunismo

²⁵ MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002. p. 1-2.

²⁶ DUTRA, *op. cit.*, p. 18-19.

²⁷ MOTTA, *op. cit.* p. XXVII.

causou impacto considerável sobre a sociedade, ressaltando, porém, que não se deve adotar a posição ingênua de considerar os jornais como espelho fiel da opinião popular. Considero importante também destacar como o trabalho de Motta, ao abordar um período tão longo de tempo, permite-nos observar permanências e mudanças no discurso anticomunista, dando destaque para a continuidade de ideias, imagens e mitos nas representações anticomunistas ao longo de sua história, ao mesmo tempo em que ressalta a existência de algumas representações em determinados contextos específicos, mas mostrando como nos dois períodos o anticomunismo serviu para justificar “as intervenções autoritárias mais significativas ocorridas no período republicano da história brasileira”²⁸.

No caso desta pesquisa, nos interessa abordar o primeiro período analisado pelo autor e seus antecedentes. Segundo Motta (2002), o Comunismo deixaria de ser considerado como uma ameaça remota a partir da derrubada da Primeira República, em 1930. A insatisfação com a situação de instabilidade, as propostas de reformas e o medo causado pelo aumento do apelo das propostas comunistas levaram ao descontentamento de alguns grupos, principalmente das classes proprietárias. Na medida em que aumentou o medo em relação ao Comunismo, o campo de atuação anticomunista também cresceu, como, por exemplo, na imprensa, onde “o espaço dedicado ao tema foi ampliado”²⁹. Assim, a partir de 1930, a percepção de que era necessária uma ofensiva anticomunista em defesa da ordem foi intensificada na visão de alguns grupos sociais, e posteriormente essa sensação de perigo em relação aos comunistas seria explorada como justificativa para a ruptura institucional representada pelo golpe que deu início ao Estado Novo, em 1937³⁰.

Ainda segundo Motta³¹, as três principais matrizes ideológicas do anticomunismo foram o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo, e por isso o autor ressalta que talvez o mais correto fosse falar em anticomunismos, no plural, considerando que o anticomunismo não é “um corpo homogêneo”, mas sim “uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos” que nos períodos de “conflito agudo (...) se uniram contra o inimigo comum”. Foram a partir das três matrizes mencionadas acima que foram construídas e reproduzidas grande parte das imagens e representações presentes no discurso anticomunista, que apesar de suas diferenças, em alguns momentos eram elaboradas misturando elementos mais de uma dessas tradições de pensamento. No imaginário construído pelos anticomunistas, visando sempre atribuir

²⁸ MOTTA, *op. cit.* p. XXVI.

²⁹ MOTTA, *op. cit.* p.6-9.

³⁰ MOTTA, *op. cit.* p.13.

³¹ MOTTA, *op. cit.* p. 15-18.

características negativas ao comunismo e seus militantes, algumas representações e imagens seriam mais recorrentes, como, por exemplo, os termos “degenerados”, “dementes”, “bárbaros”, “selvagens” e “hordas”, este último remetendo tanto à imagem de uma invasão estrangeira, de algo externo e exótico, quanto à imagem de destruição, selvageria e barbarismo³². Além de degenerados e bárbaros, os comunistas também foram retratados negativamente como fanáticos pela imprensa e pelo Estado, sendo o Comunismo classificado como uma seita, o “credo vermelho”³³.

Basicamente a ideologia comunista foi associada ao “mal”, relacionada às imagens representativas desse mal, como sofrimento, miséria, fome, escravidão, pecado, tortura e morte. Uma das representações mais comuns foi a associação dos comunistas a “demônios”, presente principalmente no anticomunismo católico. O arquétipo do demônio associado ao mal foi sistematizado pela Igreja, e inimigos mais antigos dessa instituição que os comunistas já tinham sido apontados também como agentes dessa figura. Na concepção católica, o diabo, encarnação do mal, do pecado original, buscava desde o princípio dos tempos enfraquecer as forças do “bem”, lideradas pela Igreja, e a última tentação seria o comunismo, que buscava “desviar o homem do bom caminho”³⁴. Outra representação muito comum foi a associação dos comunistas à figura de agentes patológicos, como se suas ideias fossem doenças, decorrendo dessa representação várias imagens correlatas associadas à ação dos comunistas como “peste, praga, bacilo, veneno, vírus, câncer”, ou seja, como se o comunismo fosse uma doença que infeccionava o corpo da sociedade³⁵. Essa representação está diretamente associada com a concepção orgânica de sociedade citada em páginas anteriores, presente de maneira muito forte no ideário nacionalista e autoritário vigente no Brasil na década de 1930.

Além dessas já citadas, outra representação anticomunista muito comum foi a da associação do comunismo à ameaça estrangeira, e que tem uma relação próxima com as noções de “doença” e “infiltração” presentes na concepção orgânica de sociedade, pois o comunismo seria visto como uma “ideologia exótica”, um corpo estranho, porém infiltrado no país por “agentes estrangeiros”. Os comunistas, considerados inimigos externos, seriam infiltrados na sociedade brasileira como se fossem “agentes patológicos” que colocariam a “integridade da

³² MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998. p. 120.

³³ SILVA, V. A. T. *A campanha anticomunista em A Noite: Um episódio e alguns desdobramentos*. p. 338. In: *Mouro: Revista do Núcleo de Estudos d'O Capital*. Ano 10, Nº 13, Janeiro de 2019.

³⁴ MOTTA, *op. cit.* p. 47-49.

³⁵ MOTTA, *op. cit.* p. 53-55.

nação” em risco³⁶. Outro grupo de representações muito presente no imaginário anticomunista foram as relacionadas ao tema da moral, que, segundo Motta³⁷, tiveram grande papel para o sucesso das mobilizações anticomunistas. Essas representações tinham um claro caráter religioso, pois apresentavam os comunistas principalmente como inimigos da moral cristã, pecadores, que seriam uma ameaça aos valores da “boa sociedade”, aos bons costumes. Consequentemente, os “seguidores do credo vermelho” buscariam, na visão dos líderes católicos, destruir diabolicamente a Igreja, considerando que ela representaria uma suposta barreira para os seus planos de tomar o poder. Nessa mesma visão, outro alvo que comunistas queriam destruir seria a família, “a base da instituição religiosa e da própria sociedade”³⁸.

Considerando que no contexto da década de 1930 a União Soviética já era considerada pelos comunistas de todo o mundo como um exemplo a ser seguido, utilizada como propaganda ao ser apresentada “como Estado proletário, onde a desigualdade e a exploração teriam sido erradicadas”, o discurso anticomunista buscou construir uma versão oposta, apresentando o país socialista como o “inferno soviético”. Essas representações antissoviéticas apresentavam quatro temas principais: a moral, o ateísmo, a violência e as condições sociais. Os dois primeiros estão associados principalmente ao anticomunismo católico, enquanto os últimos são mais baseados nas outras matrizes do anticomunismo, principalmente o liberalismo, apesar de também contarem com elementos religiosos em alguns momentos. Dessa forma, em relação ao tema da violência, o governo comunista era apresentado como sendo intrinsecamente violento contra seus opositores, e seus defensores apresentados como capazes de realizarem brutalidades e possuírem instintos sanguinários. A questão da situação social na URSS era um importante componente da representação sobre o inferno soviético, e atingia um ponto sensível para a propaganda comunista, pois a ênfase nas conquistas sociais alcançadas nesse país era um dos meios pelos quais os revolucionários buscavam convencer os operários, já que a transformação social a ser proporcionada pela revolução era justamente o que eles poderiam oferecer. Se os avanços realizados no país socialista não fossem considerados verdadeiros, o apelo do discurso comunista seria gravemente afetado. Por isso mesmo que os anticomunistas insistiram tanto em buscar mostrar como, ao contrário da igualdade prometida e da melhora nas condições de vida, o regime comunista supostamente traria exploração e miséria³⁹.

³⁶ MOTTA, *op. cit.* p. 55.

³⁷ MOTTA, *op. cit.* p. 62-63.

³⁸ *Ibid.*

³⁹ MOTTA, *op. cit.* p. 69-75.

Além dessas representações de caráter mais geral e comum nos discursos anticomunistas de diferentes lugares e momentos, haviam algumas representações relacionadas a contextos específicos, mas que se utilizavam de algumas imagens e temas presentes nessas representações mais gerais. Por exemplo, as representações sobre a chamada “intentona comunista”, em referência ao fracassado levante liderado pelos comunistas em novembro de 1935, que tiveram grande importância para o imaginário anticomunista brasileiro, pois este fato histórico forneceu argumentos que, de certa forma, tornaram concretas algumas das representações maléficas sobre os comunistas a partir da mitificação construída em torno do evento. Tratava-se de um caso real de tentativa de tomada do poder pelos comunistas e, principalmente, ocorreu no Brasil e não em um local distante, fazendo com que, na perspectiva anticomunista, o comunismo deixasse de ser uma abstração para tornar-se um “perigo” concreto e próximo⁴⁰.

Nas representações anticomunistas, os participantes do levante eram retratados como traidores da pátria ao supostamente terem agido sob as ordens de outro país, a URSS, e, também, por serem militares, foram acusados de traidores da corporação militar. Reforçando essa imagem de traidores atribuída aos comunistas, os militares defensores da ordem e mortos em combate foram representados como heróis. Além disso, imagens da violência dos rebeldes, que supostamente teriam matado colegas militares enquanto dormiam, foram amplamente utilizadas na construção do mito em torno dos acontecimentos. Mesmo que a veracidade desse fato não tenha sido comprovada, inclusive não sendo sequer citado pela imprensa nos dias posteriores aos acontecimentos, a história consolidou-se nas narrativas posteriores sobre novembro de 1935, reforçando o imaginário anticomunista relacionado ao evento, contando inclusive com a construção de um monumento em memória aos militares fiéis ao governo mortos na insurreição, e contribuindo para o crescimento e a continuidade do anticomunismo em momentos posteriores.

Portanto, a partir dos acontecimentos de novembro de 1935, o anticomunismo passava a ter um apelo maior entre alguns setores da sociedade brasileira que anteriormente não se importavam com o “perigo vermelho”, ou seja, o levante foi instrumentalizado para provocar a mobilização da sociedade contra os comunistas por meio da ideia de que estes poderiam tentar realizar um novo levante se não fossem detidos. Esse foi o tipo de argumentação presente, por exemplo, quando da divulgação do Plano Cohen, o suposto plano de dominação

⁴⁰ MOTTA, *op. cit.* p. 76.

comunista forjado pelos integralistas, utilizado como justificativa para o golpe que deu início ao Estado Novo, em novembro de 1937⁴¹.

Por último, outro grupo de representações anticomunistas específicas do contexto da década de 1930, e que também repercutiram posteriormente, foram as relativas a Luiz Carlos Prestes, talvez a figura mais importante do comunismo brasileiro. Ele contava com uma grande simpatia entre vários setores da sociedade brasileira devido a sua participação nas revoltas “tenentistas” da década de 1920 e por sua liderança na coluna militar que percorreu o interior do país entre 1924 e 1927, conhecida como Coluna Prestes. Por seus feitos ganhou a alcunha de “Cavaleiro da Esperança”. Nos primeiros anos da década de 1930 adere ao PCB, contribuindo para o crescimento do partido ao explorar sua imagem como líder popular para fins propagandísticos. Considerando a possível eficácia da construção do mito em torno da figura de Prestes, os anticomunistas buscaram combatê-lo, opondo representações negativas, em que Prestes é associado às supostas características maléficas do comunismo, e que foram frequentemente e amplamente difundidas, sendo elaborada uma mitologia “antiprestista” na qual, por exemplo, o então líder comunista é retratado como o “Cavaleiro da desesperança”, ou “Cavaleiro do Apocalipse” em um viés religioso e escatológico⁴².

Dessa forma, após a apresentação dos principais tipos de representações presentes no imaginário anticomunista, concordamos com a conclusão de Motta (2002) que afirma que:

Os anticomunistas representaram seus inimigos de maneira deformada e algumas vezes grotesca, no intuito evidente de desacreditar a militância dos revolucionários comunistas. Porém não se deve supor que tal processo decorreu apenas de cálculo político e manipulação consciente. Em determinadas situações, e por estarem dominados pelo medo e pelo ódio - sem esquecer a influência de convicções religiosas e ideológicas - os anticomunistas pareciam acreditar nas imagens terrificantes que divulgavam⁴³.

As imagens construídas por esse discurso nem sempre eram inventadas ou simples fantasia dos anticomunistas. O anticomunismo baseava seus discursos e suas representações em partes ou fragmentos da realidade, muitas vezes formando versões caricaturais dela, e era influenciado pelo medo, real ou imaginário, por crenças arraigadas, assim como por interesses de pessoas e grupos que viam nos comunistas uma ameaça ou barreira real aos seus projetos. Assim parece ter sido o caso das representações anticomunistas presentes nos jornais analisados aqui, como parte do ideário autoritário, nacionalista e conservador da década de

⁴¹CARONE, E. *Brasil: anos de crise (1930-1943)*. São Paulo: Ática, 1991. p. 274-275.

⁴²MOTTA, *op. cit.* p. 84-85.

⁴³MOTTA, *op. cit.* p. 87-88.

1930. Como já foi dito anteriormente, havia um contexto de crise política e social, de divisões e de disputas políticas acirradas entre grupos e projetos políticos antagônicos, e era nesse contexto que o discurso anticomunista estava inserido, influenciando-o fortemente, ao mesmo tempo em que era influenciado por ele, marcando decisivamente o cenário político da década de 1930. Foi em torno do tema do comunismo, seja de maneira contrária ou positiva à essa ideologia, que os principais grupos políticos se articularam no Brasil nesse período. Abaixo veremos como se formaram e articularam-se comunistas e integralistas, os dois grupos analisados nesta pesquisa, e como ocorreram as disputas entre os dois grupos, inclusive no contexto local de Bauru.

1.3 - Comunistas: formação do PCB e atuação nas décadas de 1920 e 1930

Como citado anteriormente, o primeiro partido comunista da história do Brasil foi fundado em 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil, conhecido também como Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista, e posteriormente chamado de Partido Comunista Brasileiro, passando a ser conhecido durante toda a sua história principalmente através da sigla PCB. Ao longo de sua existência, o PCB atravessou diferentes fases políticas, mudou de direção e de conteúdo, alterou sua estratégia política e inclusive seus objetivos mais próximos, mas apesar dos altos e baixos, influenciou boa parte da história recente do país⁴⁴.

Segundo um de seus fundadores, o partido “nasceu das lutas operárias que atingiram o país” entre 1917 e 1920, e formou-se a partir da decisiva influência da Revolução Russa de 1917⁴⁵. Nessa visão, a influência revolucionária e “a necessidade de se superar as debilidades e a incapacidade política e ideológica” dos anarquistas e socialistas reformistas presentes no meio sindical no contexto do final da década de 1910 e início dos anos 1920, fizeram com que surgissem os primeiros grupos comunistas brasileiros entre 1918 e 1921 em diferentes estados do país. Esses grupos posteriormente realizaram um congresso no Rio de Janeiro e em Niterói, fundando o PCB em março de 1922, e, segundo Pereira, nesse momento inicial o partido contava, em sua maioria, com operários que já atuavam anteriormente no movimento sindical. Pouco após a sua fundação, o PCB foi declarado ilegal, em julho de 1922, quando da

⁴⁴ COSENZA, A. C. *Um partido, duas táticas: Uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo, 2012, p. 91.

⁴⁵ PEREIRA, A. *Formação do PCB (1922-1928)*. Lisboa: Prelo, 1976, p. 33.

decretação do estado de sítio pelo governo federal após o levante tenentista do Forte de Copacabana⁴⁶.

Hernandez aponta que a composição inicial do PCB seria diferente daquela indicada anteriormente, sendo liderado por alguns intelectuais pequeno-burgueses, o que o caracterizava como “um partido de classe média que se propunha a organizar a classe operária” e que, portanto, sua constituição não foi “fruto de lutas operárias”⁴⁷. Segundo Segatto⁴⁸ (1981), apesar das dificuldades, o partido buscou atuar mais intensamente nos sindicatos operários por meio de lideranças e ativistas sindicais que haviam entrado no partido, e, em consonância com a linha partidária centralizada, defendeu a unidade sindical, independentemente das diferenças ideológicas e políticas dentro dos sindicatos.

Como visto, alguns autores apontam o surgimento do PCB como resultado principalmente das lutas operárias no país e do declínio do anarquismo enquanto ideologia que influenciava e liderava essas lutas, parecendo dar pouca ou praticamente nenhuma atenção a fatores externos, principalmente ao papel e a influência da Terceira Internacional Comunista (IC) na fundação de novos partidos comunistas em diversas regiões do mundo, principalmente fora da Europa.

Segundo Pinheiro (1991), após a Revolução Russa de 1917, no contexto do sucesso da tomada do poder pelos bolcheviques naquele país, foi fundada a Terceira IC no início de 1919, com o objetivo de organizar e lutar pela expansão da revolução a nível mundial aproveitando a repercussão da revolução bolchevique e o momento de radicalização política e ideológica do contexto pós-1918. Por isso, no congresso inaugural da IC, foi tomada a decisão de criar partidos comunistas em todos os países, inclusive na América Latina, contando, em alguns casos, com a colaboração de membros do Comissariado das Relações Exteriores do governo bolchevique, que eram enviados para outros países com o objetivo de auxiliar na fundação e organização desses novos partidos⁴⁹. Na visão da Internacional, a luta contra o imperialismo e o colonialismo, presente em lugares como a América Latina, deveria contar com o apoio dos comunistas de todo o mundo como forma de lutar contra o sistema capitalista e de reforçar o “internacionalismo proletário”. Segundo essa visão internacionalista da IC, os partidos comunistas dos diferentes países seriam as seções nacionais da organização

⁴⁶ SEGATTO, *op. cit.* p. 19-20.

⁴⁷ HERNANDEZ, L.M.G.L. *Movimentos político-ideológicos no Brasil: ANL e AIB*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo, 1979. p. 17-18.

⁴⁸ SEGATTO, *op. cit.* p. 23.

⁴⁹ PINHEIRO, P.S. *Estratégias da Ilusão: A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 23-25.

comunista mundial, e os “interesses nacionais” defendidos por esses partidos deveriam estar subordinados aos interesses da “luta proletária” a nível global, que seriam representados pelas diretrizes da Internacional⁵⁰.

Ainda de acordo com Pinheiro, em meados de 1921, um emissário da IC, Ramison, teria vindo ao Brasil e entrado em contato com militantes brasileiros no Rio de Janeiro para fomentar a fundação de um partido comunista no país, entre eles estaria Astrojildo Pereira, um dos fundadores do PCB que, oficialmente, receberia o nome de Partido Comunista do Brasil – Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC), em março de 1922. Assim, o próprio nome oficial do partido reforçava sua ligação e submissão em relação à IC, como parte de um exército revolucionário mundial⁵¹. Podemos questionar até que ponto a fundação do PCB teria sido fruto mais da influência da política da IC do que do esforço dos próprios militantes e simpatizantes comunistas brasileiros, muitos dos quais já contavam com uma considerável experiência de militância política e tinham sido impactados pelo sucesso dos bolcheviques na revolução de 1917, entendendo o processo de formação do PCB como mais complexo do que possa aparentar ser, combinando, até certo ponto, tanto os fatores externos como internos. Assim, não se pode simplesmente “reduzir a relação entre o PCB e a IC à imposição de fórmulas do centro coordenador da revolução mundial”⁵², como se o partido dependesse completamente dessa organização para sua existência, assim como é necessário analisar as informações fornecidas pelos próprios membros do partido com mais cautela, considerando a necessidade que eles tinham de legitimar a existência do PCB e suas lutas no contexto nacional.

Segundo Segatto, o PCB⁵³, em seus anos iniciais de existência, não teve um relacionamento muito próximo com a Internacional Comunista, o que só iria mudar a partir de 1928. De fato, como aponta Pinheiro (1991), a IC não utilizou “instrumentos de pressão para fazer valer suas diretrizes” ao menos até 1929, sendo tal pressão existente somente a partir do momento da concretização de contatos mais fortes, seja por meio de viagens de assessores e o apoio concreto realizado, por exemplo, por meio de publicações. Ainda segundo o autor, conforme crescia a integração dos comunistas brasileiros com a IC, maior parecia o peso que o PCB poderia ter no cenário político nacional tendo em vista sua definição de “destacamento

⁵⁰ PINHEIRO, *op. cit.*, p. 26.

⁵¹ PINHEIRO, *op. cit.*, p. 31.

⁵² PINHEIRO, *op. cit.*, p. 50.

⁵³ SEGATTO, *op. cit.*, p. 26.

nacional no exército mundial da revolução”, e por esse motivo explica-se o interesse dos comunistas brasileiros em serem reconhecidos oficialmente pela IC⁵⁴.

Apesar do crescimento político do PCB em seus primeiros anos, principalmente entre os trabalhadores, o partido ainda tinha uma ação e uma influência bastante limitadas⁵⁵. A leitura de documentos e relatórios produzidos pelo próprio partido em seus primeiros anos de existência mostra a fragilidade organizativa e sua pequena capacidade de mobilização política nesse período, porém, devemos destacar, entre os motivos para essas debilidades, a grande repressão sofrida pelo PCB desde o seu início, dentro do contexto autoritário da Primeira República ⁵⁶, dificultando enormemente a tarefa organizativa e militante dos comunistas. Ao analisar o partido em seus aspectos organizativos e suas mudanças táticas entre 1922 e 1935, Cosenza afirma que este era um “partido inexperiente”, que contava com militantes e com uma direção política que não tinham preparo para a tarefa a ser realizada e “para lidar com a força da repressão e obter vitórias contra seu inimigo” ⁵⁷.

Os números de militantes do partido ao longo desse período sempre foram imprecisos, mas Cosenza apresentou uma estimativa sobre o número de filiados ao partido e também, entre esses, o número de militantes ativos, ou seja, daqueles que não estavam apenas oficialmente filiados ao partido, mas que, de fato, estariam engajados nas ações partidárias, a partir de documentos e balanços realizados pelo próprio PCB até o ano de 1935. Assim, ao final de 1922, ano de sua fundação, o partido contava com 116 militantes, dos quais 76 seriam ativos. Em 1930, ano do início do governo Vargas, eram 1830 militantes comunistas, dos quais 579 seriam ativos. Nos primeiros anos da década de 1930 houve um grande crescimento no número de filiados ao PCB, embora a maioria ainda fosse composta por militantes não ativos: em 1931 eram 2275 militantes, dos quais 726 ativos; em 1932, eram 2973 militantes, dos quais 940 seriam ativos; em 1933 eram 4154 militantes, dos quais 1262 seriam ativos; em 1934 eram 4986, dos quais 1507 seriam ativos; e em 1935 eram 6009 militantes, dos quais 1690 seriam ativos⁵⁸. Esses dados nos informam que, em média, somente um terço dos filiados ao PCB eram membros ativos, o que mostra a existência de uma atuação partidária mais limitada do que o número total de membros possa sugerir.

Além dos dados gerais sobre o número de militantes do PCB em escala nacional, é importante para esta pesquisa considerar os dados sobre o estado de São Paulo e, mais

⁵⁴ PINHEIRO, *op. cit.*, p. 49.

⁵⁵ SEGATTO, *op. cit.*, p. 39-42.

⁵⁶ COSENZA, *op. cit.* p. 31-33.

⁵⁷ COSENZA, *op. cit.* p. 16.

⁵⁸ COSENZA, *op. cit.* p.92-96.

especificamente, sobre a região de Bauru. Os poucos dados disponíveis sobre o partido nesse período dificultaram essa tarefa, sendo que os únicos documentos encontrados que fornecem esses dados são do ano de 1932⁵⁹, ou seja, de um período imediatamente anterior ao recorte cronológico aqui utilizado, porém são de grande valia por fornecerem indícios da atuação do PCB em Bauru na década de 1930, assim como em outras cidades do interior paulista⁶⁰.

De acordo com esses documentos, o PCB contava com 933 filiados no estado de São Paulo, sendo 200 membros ativos. Dos 933 membros, 438 estavam em Santos e na cidade de São Paulo, e outros 495 encontravam-se no interior do estado, dividido em 7 zonas: Cruzeiro, Guarantan, Bauru, Lins, Lençóis, Marília e Pirajuhy. Dentre essas zonas, Lins, Bauru e Guarantan eram as que contavam respectivamente com o maior número de membros: Lins contava com cerca de 130 comunistas, Bauru e Guarantan com 120 comunistas cada. Ou seja, justamente as cidades que estão localizadas na região então conhecida como Zona Noroeste paulista, da qual Bauru era a principal, eram as que contavam com o maior número de filiados. Além delas, Marília e Lençóis, outras duas zonas mencionadas no documento, também são cidades relativamente próximas de Bauru, e contavam cada uma com cerca de 30 membros do PCB. Infelizmente esses documentos não nos fornecem o número de membros ativos no estado separado por zonas ou cidades, porém nos mostra a inegável e relevante presença de comunistas em Bauru e em outras cidades próximas, ao menos no início da década de 1930.

Cosenza também realizou uma estimativa do número de militantes que saíram do PCB anualmente e o total acumulado no período entre 1922 e 1935, valor que chega a 1517 em 1935, sendo que desses cerca de 1400 deixaram as fileiras do partido após 1930, o que indica uma grande renovação em seus quadros partidários, principalmente a partir de 1929⁶¹. Um dos motivos que podem ter contribuído para o grande número de egressos e, consequentemente para a debilidade da organização partidária do PCB, foram as constantes prisões de seus membros desde os primeiros anos da organização, mas intensificadas nos períodos de maior repressão e autoritarismo governamental.

Desde sua fundação, em 1922, até o período abordado nesta pesquisa (1934-1938), o Partido Comunista do Brasil realizou três congressos, os quais nos dão informações a respeito de sua história e das mudanças em suas linhas políticas e em sua organização, e ocorreram da

⁵⁹ *Listagem de células do PCB por Estado, como número de membros e membros ativos*. Fundo Microfilmes da Internacional Comunista. CEDEM/UNESP.

⁶⁰ *Listagem de membros do PCB e de células do Estado de São Paulo*. Fundo Microfilmes da Internacional Comunista. CEDEM/UNESP

⁶¹ COSENZA, *op. cit.*, p. 96-98.

seguinte forma: o primeiro congresso, de 1922, que foi o de sua fundação enquanto partido, o II Congresso, de 1925, e o III Congresso, que teve início no final de 1928, com as discussões realizadas nas células partidárias, e se encerrou no início de 1929 com a elaboração das resoluções congressuais⁶². A partir dessas informações podemos resumir as mudanças em relação à linha política e organizativa adotada pelo PCB e suas variações, de forma geral, da seguinte forma:

Entre 1922 e 1925, o partido teve como linha estratégica sua organização inicial, sua autoconstrução, sendo considerado naquele momento mais importante organizar o partido do que buscar uma real inserção nas massas e combater um inimigo específico. De 1926 a 1929, após a realização do seu II Congresso e a adoção de um novo estatuto, conforme as orientações do V Congresso da Internacional Comunista, de 1925, o PCB passou a contar com uma organização partidária maior e mais profissional, buscando realizar mais o trabalho de agitação e propaganda e conseguindo uma inserção maior nos sindicatos, além de adotar a linha estratégica de formação de Frente Única, como o caso do Bloco Operário e Camponês (BOC)⁶³, frente única de caráter legal e eleitoral do partido, mas negando-se a realizar coalizões com outros grupos, pois a direção do partido considerava que, como vanguarda da classe operária, sempre deveria liderar qualquer frente formada.

De 1930 a 1933, como consequência do III Congresso do partido, foi adotada a linha denominada “classe contra classe”, que negava a possibilidade de qualquer aliança com a pequena burguesia radicalizada, sendo também realizada uma crítica das frentes formadas no período anterior, como o BOC, e seus supostos desvios. Além disso, seguindo orientações da IC, ocorreu a realização de uma grande renovação dos quadros dirigentes do PCB com a substituição de intelectuais por operários, muitos dos quais sem experiência político-partidária, e o afastamento ou expulsão dos militantes contrários à chamada “linha política do confronto direto” e membros de chamadas “ideologias estranhas” ao partido⁶⁴. Essas mudanças atingiram antigos dirigentes importantes do partido, como Otávio Brandão e Astrojildo Pereira, os quais tiveram suas ideias classificadas como “desvios ideológicos”.

Em julho de 1934 foi realizada a I Conferência Nacional do PCB, que, segundo Cosenza, “representou uma ruptura na linha política e organizativa” do partido⁶⁵. O documento da Conferência apresenta poucas resoluções e mais análises de conjuntura, tanto a nível nacional

⁶² COSENZA, 2012, *op. cit.*, p. 91-92.

⁶³ COSENZA, 2012, *op. cit.*, p. 101-106

⁶⁴ COSENZA, 2012, *op. cit.*, p. 109.

⁶⁵ COSENZA, 2012, *op. cit.*, p. 108.

como internacional⁶⁶. No campo sindical, lugar privilegiado de atuação dos comunistas, havia uma impossibilidade de avanço do trabalho do partido por causa das medidas tomadas pelo governo Vargas, que passou a controlar a burocracia sindical e continuou a repressão contra o PCB. Além disso, na visão dos comunistas, a conjuntura havia mudado com o agravamento da crise econômica e o aumento da crise política, com um processo de “fascistização no país” que seria “característica do limite que havia atingido a dominação feudal-burguesa” e, por isso, havia a agitação de um período revolucionário. As poucas resoluções da conferência apontavam a necessidade de fortalecimento do partido, com o “aumento do recrutamento e fortalecimento de sua estrutura”, e a formação de “amplos comitês de frente única de luta para conquista das reivindicações, e na busca do fortalecimento das organizações de classe”⁶⁷, oficializando, dessa forma, a adoção da linha de Frente Popular pelo PCB, que significou a atuação por meio da Aliança Nacional Libertadora, organização de caráter anti-imperialista e antifascista fundada em fevereiro de 1935⁶⁸.

É importante destacar que, anteriormente, nas resoluções do III Congresso do partido, em 1929, os comunistas brasileiros já apontavam como tarefa de seus militantes a organização de frentes antifascistas no país e fortalecimento das já existentes, porém, buscando-se organizar frações comunistas nessas frentes, como forma de ampliar essas lutas ligando-as também à luta anti-imperialista⁶⁹. Essa resolução nos indica a tentativa de criar organizações antifascistas no Brasil no final da década de 1920, anteriores, portanto, à própria atuação antifascista do PCB, considerando que, naquele momento, a Internacional Comunista ainda não considerava o fascismo como o principal inimigo do movimento revolucionário internacional. Esse assunto será retomado de maneira mais aprofundada no capítulo seguinte da dissertação.

Segundo Carone⁷⁰, a política do PCB foi mais ampla e agressiva após 1930, com a realização de manifestações de massa, a direção em várias greves, e o combate ao integralismo, que levou a vários conflitos violentos com esse grupo, como os ocorridos em Bauru e em São Paulo em outubro de 1934. Porém, Chilcote aponta que entre 1930 e até meados de 1935, o partido passou por um período de lutas internas e de isolamento político, com grandes mudanças nos quadros da liderança partidária e com certo distanciamento dos grupos

⁶⁶ *Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil – PCB, 1934*. Fundo Microfilmes da Internacional Comunista. CEDEM/UNESP.

⁶⁷ COSENZA, 2012, *op. cit.*, p. 109.

⁶⁸ COSENZA, 2012, *op. cit.*, p. 5.

⁶⁹ COSENZA, 2012, *op. cit.*, p. 107.

⁷⁰ CARONE, E. *O PCB: (1922-1943)*. São Paulo: DIFEL, 1982. p.10.

marginalizados socialmente, passando a ter maior peso político somente após a articulação e fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), no início de 1935⁷¹.

As mudanças realizadas entre os anos de 1930 e 1934 dentro do PCB, principalmente nas direções partidárias, iam desde o Comitê Central até às direções de base, passando pelas esferas das direções estaduais e municipais, sendo que tais mudanças não foram realizadas por meio de critérios democráticos internos. Como dito anteriormente, nesse período muitos antigos dirigentes afastaram-se, foram isolados, expulsos ou presos. Entre 1930 e 1932, a maioria dos antigos dirigentes foi substituída por operários, muitos dos quais eram politicamente inexperientes e tinham “grandes debilidades ideológicas e teóricas”, além disso, a tática de “classe contra classe” isolou politicamente o partido ao negar a política de formação de alianças e frentes com outros grupos de esquerda⁷² e mesmo em relação a lideranças não comunistas do movimento operário⁷³. Já no período entre 1932 e 1934, os chamados “tenentes de esquerda” começam a fazer parte dos quadros do partido⁷⁴, chegando de maneira rápida aos cargos de direção. Entre esses antigos tenentes que aderiram ao PCB estava Luís Carlos Prestes, que por seu prestígio e popularidade tornou-se a grande figura do partido. É importante destacar que também muitos ex-tenentes aderiram ao Integralismo, principal inimigo político dos comunistas, o que revela a existência de características ideológicas presentes entre os tenentistas e comuns tanto aos integralistas como aos comunistas: a crítica ao liberalismo e a defesa de um Estado forte e intervencionista.

Nesse período, os comunistas aumentavam sua influência sobre o movimento sindical e, para entendermos a atuação do PCB dentro do movimento operário da década de 1930, precisamos ressaltar que, nesse período, o Estado Vargas buscou implementar uma nova política trabalhista e sindical, pois, em sua visão, a “questão social” deveria receber mais atenção. Por isso, em um primeiro momento, na sua relação com a classe operária, o Estado formulou uma política sindical com o objetivo de sujeitá-la através da dissolução de suas organizações independentes e da criação dos sindicatos oficiais, com o decreto que criou a Lei de Sindicalização em 1931⁷⁵, a partir da qual os sindicatos foram, a princípio, estimulados, e, posteriormente, de certa maneira, forçados a buscarem o seu reconhecimento junto ao

⁷¹ CHILCOTE, R. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração – 1922-1972*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 173-175.

⁷² CHILCOTE, 1982, *op. cit.* p. 75.

⁷³ CARONE, 1991, *op.cit.* p.148.

⁷⁴ SEGATTO, 1981, *op. cit.* p. 37.

⁷⁵ ANTUNES, R. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de Classe, da Revolução de 1930 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1982. p. 75-77.

Ministério do Trabalho, seguindo uma série de normas restritivas determinadas por esse ministério, que limitavam a sua prática, inclusive impedindo o direito de greve.

No plano da legislação trabalhista, o Estado buscou atender algumas reivindicações imediatas da luta operária presentes desde a década anterior, e dessa forma Vargas conseguiu criar as bases sociais para a sua sustentação junto aos trabalhadores, considerando que, juntamente com o atendimento a essas reivindicações, havia um grande conteúdo manipulatório divulgado pelo Estado junto a essa classe⁷⁶. Porém, em outros momentos, como em 1935, o Estado agiu por meio da repressão policial pura e simples para sujeitar os trabalhadores. Portanto, por meio de uma legislação protetora do trabalho, o governo de Vargas buscou garantir a “paz social” transformando os trabalhadores em uma força orgânica de cooperação com o Estado, através da regulamentação e da organização do trabalho, agora sob sua coordenação⁷⁷. Dessa forma, os pilares da estrutura sindical brasileira foram constituídos dentro de um espírito de “colaboração de classes”.

A Constituição promulgada em julho de 1934 deu início a uma nova fase da política nacional, e além do texto constitucional, nesse mesmo mês ocorreram mudanças na legislação sindical e a indicação de um novo ministro do Trabalho, o que gerou repercussões para o sindicalismo e as esquerdas. O novo ministro, Agamenon Magalhães, aumentou a repressão contra aqueles que buscavam manter um movimento sindical independente, o que causou a prisão de muitas lideranças sindicais. Havia uma resistência dos grupos de esquerda, principalmente do PCB e da Liga Comunista Internacionalista (LCI), que reunia os trotskistas, para impedir que a nova lei de sindicalização fosse implementada, fosse por meio da criação de “oposições” sindicais no interior dos sindicatos oficializados, fosse resistindo à estrutura sindical⁷⁸. O PCB buscou afastar o movimento operário da influência governamental e organizá-lo por meio da formação da Confederação Sindical Unitária⁷⁹, o que, segundo Antunes (1982), só ocorreu em 1935, como resultado de uma prática autonomista e da luta pela unidade sindical, além da proposta de frente única, simbolizada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL)⁸⁰.

⁷⁶ ANTUNES, 1982, *op. cit.*, p. 72-73.

⁷⁷ ANTUNES, 1982, *op. cit.*, p. 74.

⁷⁸ CASTRO, R.F. *A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934)*. Topoi, Rio de Janeiro, p. 354-388, dez. 2002, p. 370-372.

⁷⁹ CHILCOTE, 1982, *op. cit.*, p. 77.

⁸⁰ ANTUNES, 1982, *op.cit.*, p. 109-110.

Segundo Castro (2002) ⁸¹, já em 1933 ocorreu uma ampliação da questão da frente única no Brasil e no mundo, devido à ascensão do nazismo na Alemanha, que tornou mais palpável o medo em relação às ideologias fascistas, e outras organizações de esquerda do país já se articulavam para a formação de uma frente contra o Fascismo, inclusive fora do PCB. É importante destacarmos que, de acordo com informações enviadas do comitê central aos comitês regionais em 1933, esse partido considerava necessária a realização de frentes antifascistas com outras organizações e, inclusive com os anarquistas, porém sempre com o objetivo de liderar essas frentes e atrair militantes para suas fileiras⁸². Nesse mesmo ano, os trotskistas da LCI começaram a mobilizar-se para formar uma frente única antifascista em São Paulo, levando o debate sobre esse tema para os sindicatos em que estavam presentes ou dominavam. A formação da Frente Única Antifascista (FUA), proposta pelos trotskistas em junho de 1933, foi fruto da mobilização antifascista por meio de partidos e jornais, e a única importante força de esquerda que não fez parte da fundação dessa organização foi o PCB.

Nesse primeiro momento, o partido buscou agir por meio do Comitê contra a reação, a guerra e o Fascismo, também conhecido como comitê Antiguerreiro, que disputava o espaço da luta antifascista com a FUA. Porém, em alguns momentos, principalmente no final de 1933, o comitê regional paulista do PCB participou de eventos dessa frente, desrespeitando a orientação do comitê central⁸³. De qualquer forma, essa participação do PCB na FUA dura pouco, pois o comitê central pressiona o comitê regional paulista afirmando que a atuação nessa frente era contrária a sua linha partidária de “frente única pela base”, ou seja, de uma frente sob seu controle⁸⁴.

Em 1934 o Fascismo crescia na Europa e a Internacional Comunista já sinalizava que a união com outras forças políticas era possível. No Brasil, a nova ordem constitucional, a crescente repressão sindical e política, a radicalização política crescente e a ameaça mais presente da Ação Integralista Brasileira (AIB) formavam um novo quadro político. Em julho do mesmo ano, ocorre a primeira conferência nacional do PCB, que estabelece um novo grupo dirigente para a organização, e o segundo semestre acaba sendo caracterizado pelo acirramento das tensões e dos conflitos entre a AIB e a esquerda, mas também pela busca de articulação política dos grupos de esquerda, fosse no campo sindical, eleitoral e da luta

⁸¹ CASTRO, 2002, *op. cit.*, p. 359-360.

⁸² *Correspondência de Bangu, pelo Secretariado do Comitê Central do PCB ao Comitê Regional do Pará*, 11/09/1933. Arquivo Internacional Comunista, CEDEM/UNESP.

⁸³ *Instruções do Secretariado Nacional do Bureau Político do PCB ao Comitê Regional de São Paulo*, 25/08/1933. Arquivo Internacional Comunista, CEDEM/UNESP.

⁸⁴ CASTRO, 2002, *op. cit.*, p.359-363.

antifascista. O processo político das últimas semanas de 1934 ia em direção à formação de uma frente muito mais ampla do que a FUA e o Comitê Antiguerreiro, pois enquanto em São Paulo era preparado o confronto com os integralistas, no Rio de Janeiro era formada uma nova frente única eleitoral na qual o PCB era incorporado. Essa “frente única” eleitoral foi logo superada pelos acontecimentos, e substituída pela formação de uma ampla frente de setores progressistas a favor de amplas reformas na sociedade que caracteriza a “frente popular”, representada pela ANL, que diluiu a luta antifascista dentro de uma luta mais ampla por reformas e contra as forças conservadoras⁸⁵.

Como já dito anteriormente, em 1934 o partido começa a abandonar sua linha política de “classe contra classe”, e, orientada pela IC, começa a adotar a política de “Frente Popular” contra o Fascismo, a qual incluía comunistas, socialistas e liberais, entre outros. Em 1935, o VII Congresso da Internacional Comunista adota de maneira definitiva essa tática, que passa a ser uma diretriz para os partidos comunistas de todo o mundo. No Brasil, a aplicação dessa tática pelo PCB levou ao surgimento da Aliança Nacional Libertadora, em 1935⁸⁶.

As primeiras notícias sobre a organização surgem logo no início de 1935, com a leitura de um manifesto na Câmara Federal em janeiro. No início de março é realizada a primeira sessão preparatória da organização, com a eleição do Diretório Nacional Provisório, e o lançamento oficial é realizado em 30 de março, no Rio de Janeiro, com Luís Carlos Prestes sendo aclamado Presidente de Honra da ANL. Segundo Segatto⁸⁷, a ANL, em sua primeira fase, “transformou-se em um amplo movimento de massa”, com “uma amplitude nunca antes vista na história do Brasil”, reunindo pessoas de diferentes matizes ideológicos e de diferentes classes, como reflexo da “diversidade de interesses políticos, sociais e econômicos dos que compõem a frente”, caracterizando-se essencialmente como anti-imperialista e antifascista. Segundo Prestes (2008, p.102) e Levine (1980, p.122), em seus três meses e meio de existência oficial e legal, a Aliança Nacional Libertadora fundou mais de 1600 núcleos espalhados pelo Brasil, com um número de militantes estimado entre 70 e 100 mil. É importante destacar que entre os que aderiram a essa frente estavam muitos dos antigos tenentistas⁸⁸, inclusive o mais importante deles, Luís Carlos Prestes, que fora aclamado presidente de honra da ANL.

⁸⁵ CASTRO, 2002, *op. cit.*, p. 378-379.

⁸⁶ SEGATTO, 1981, *op. cit.*, p. 39.

⁸⁷ SEGATTO, 1981, *op. cit.*, p. 40.

⁸⁸ PRESTES, 2008, p. 82-83.

É necessário lembrar a importância dos militares nessa organização, e ressaltar que, diferentemente da década anterior, em que as insatisfações militares atingiam principalmente tenentes e capitães, nessa década eram os soldados e cabos que estavam mais agitados. Diante desse cenário, tanto o PCB como a ANL entenderam a importância da participação desse grupo para o início da luta armada com o objetivo de realizar as transformações sociais defendidas pelo programa aliancista, e por isso que eles tiveram papel decisivo no posterior movimento de novembro de 1935⁸⁹.

Em 5 de julho de 1935, aniversário dos levantes tenentistas de 1922 e 1924, Prestes fez um discurso no qual criticou o regime varguista e convocou as massas para tomar de assalto o poder. A repressão governista não tardou e seis dias depois as sedes da ANL foram fechadas por meio de decreto, pois o discurso do líder aliancista violava a Lei de Segurança Nacional que fora implantada em abril daquele mesmo ano. Essa lei e outras medidas repressivas já vinham sendo implantadas no país antes do fechamento da Aliança Nacional Libertadora⁹⁰.

Seu discurso foi visto pelos membros não comunistas da organização como uma tentativa dos comunistas de instrumentalizar a ANL, o que assustou muitos dos dirigentes e membros da organização, deixando a ANL praticamente reduzida ao PCB⁹¹. Agora na ilegalidade, liderada e composta principalmente pelos comunistas, a ANL começa a organizar uma insurreição por meio dos quartéis, que tem seu início no final de novembro. Em 23 de novembro a insurreição inicia-se em Natal, tomando o governo estadual por poucos dias; no dia seguinte no Recife a insurreição leva a cidade a ser mantida em estado de guerra por três dias, sendo depois derrotados; e no dia 27 a revolta começa na então capital federal, porém sem nem conseguir sair dos quartéis para as ruas. Dessa forma, o levante termina em uma situação de derrota completa. A partir de então, o movimento operário e a esquerda de maneira geral, mas principalmente o PCB, sofrem violenta repressão governamental durante anos, com várias prisões, assassinatos e pessoas exiladas. Com a intensificação da repressão, através da articulação e formação de novos instrumentos de vigilância e repressão governamental, estava aberto o caminho para que um estado ditatorial fosse implantado de fato, o que é concretizado com o início do Estado Novo, em 1937. Após a derrota da insurreição comunista de novembro de 1935, os comunistas passam por uma fase temporária

⁸⁹ PRESTES, 2008, p. 99.

⁹⁰ CARONE, 1991, *op. cit.*, p. 200.

⁹¹ SEGATTO, 1981, *op. cit.*, p. 42-43.

de grande declínio, chegando quase à inatividade nos anos posteriores, principalmente após o início do Estado Novo, em 1937⁹².

Não obstante os esforços e a importância das análises da realidade brasileira feitas por alguns membros do partido, boa parte das estratégias e táticas adotadas pelo partido em relação à questão sindical e a revolução mundial foram adaptações simplistas das diretrizes da IC à realidade do país, muitas das quais foram feitas de maneira mecânica e esquemática, sem levar em conta as especificidades sociais, econômicas e políticas brasileiras. Dessa forma, algumas avaliações de conjuntura foram feitas pelo partido de forma equivocada. Um exemplo disso foi o manifesto de Prestes de julho de 1935, que partia de uma avaliação errônea, “subjetivista e idealista” da realidade brasileira, na qual se acreditava que o país vivia uma situação pré-revolucionária, sendo tal avaliação apoiada pela IC, levando meses depois ao fracassado levante de novembro de 1935.

É necessário ressaltar que o interior paulista também foi alvo das ações de vigilância da polícia política, mesmo antes da decretação do Estado Novo, em 1937. Essa vigilância sobre a região se justificaria, de acordo com o projeto político do Estado, visto que muitas delas contavam com significativa presença de movimentos políticos e de grupos de esquerda como a ANL, o PCB e o PSB, presentes principalmente em sindicatos operários. Muitas cidades do interior paulista foram constantemente vigiadas nesse período, sendo os comunistas os maiores alvos dessa vigilância⁹³. Dessas cidades, Bauru foi uma das mais vigiadas, já que era “considerada um grande centro de articulações e atividades comunistas”, principalmente por causa das atividades dos membros do sindicato dos ferroviários da Estrada de Ferro Noroeste⁹⁴.

De acordo com os relatos de vida do ferroviário José Duarte, trabalhador da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), militante do PCB em Bauru desde a década de 1920 e um dos fundadores do Sindicato dos Ferroviários da NOB, já havia a presença de comunistas na cidade ao menos desde 1924 e, anteriormente, já havia anarquistas, como os que organizaram greves dos trabalhadores da NOB em 1918 e 1919⁹⁵, mostrando a existência de um movimento operário bauruense anterior às atividades do PCB. A desarticulação dos trabalhadores ferroviários na cidade após o descenso do movimento anarquista e a constante

⁹² CHILCOTTE, 1982, *op. cit.*, p. 177.

⁹³ BRUSANTIN, B. M. *Na Boca do Sertão: o perigo político no interior do estado de São Paulo (1930-1945)*. São Paulo. Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 13-14.

⁹⁴ BRUSANTIN, 2003, *op. cit.* p. 47.

⁹⁵ MOMESSO, L. *José Duarte: um maquinista da história*. São Paulo. Editora Oito de Março, 1988. P. 32-37.

vigilância e repressão governamental e patronal fizeram com que os ferroviários da NOB conseguissem retomar as lutas por suas reivindicações somente após algum tempo, organizando-se em torno de um sindicato apenas no final da década de 1920⁹⁶.

Infelizmente não encontramos nenhum documento referente ao número de militantes do PCB em Bauru entre os anos de 1934 e 1938, mas a importância da repressão aos comunistas e a esquerda em geral, no interior paulista, e a necessidade de vigiá-los, indicada por pesquisas e documentos sobre a vigilância e a repressão política nesse período, são mostras da importância dada pelos próprios órgãos repressores do Estado à atuação dos comunistas na cidade. Além disso, a importância da atuação desse grupo político nessa região era reforçada pelos próprios comunistas em documentos produzidos pelo PCB, como os dados citados anteriormente sobre o número de militantes comunistas em 1932, que apontavam a existência de cerca de 120 militantes na zona de Bauru. É importante lembrarmos que os militantes do PCB em São Paulo haviam sofrido muito com a atuação dos órgãos de vigilância e repressão política, com a prisão de vários de seus membros, inclusive de todos os que faziam parte da direção do comitê regional⁹⁷. Mas apesar das atividades políticas dos comunistas em São Paulo não serem tão fortes quanto a direção nacional esperava, a ação de seus militantes no estado era de grande importância, sendo que sua atuação no interior paulista era considerada inclusive mais forte do que na capital⁹⁸.

1.4 - Integralistas: formação e atuação do Fascismo brasileiro.

O contexto mundial de crise, com a crise do liberalismo, além da crise econômica de 1929, o anticomunismo crescente entre alguns grupos durante o período do entre guerras após a Revolução Russa de 1917, o surgimento da União Soviética em 1922 e de partidos comunistas em vários países, assim como a ascensão dos movimentos fascistas europeus, servindo como modelo para muitas pessoas, contribuiu para o surgimento e o crescimento de movimentos autoritários e conservadores como o Integralismo. De acordo com Carneiro (2010)⁹⁹, as ideias de extrema-direita emergiram em vários pontos do país entre 1922 e 1945, partindo de variados núcleos de produção, como o Estado, setores conservadores da Igreja Católica e da imprensa, além de parte significativa das comunidades de imigrantes, como

⁹⁶ MOMESSO, 1988, *op.cit.* p.44-47.

⁹⁷ *Relatório de Miranda em nome do Bureau Político Nacional do PCB ao Bureau Sudamericano da IC*, 04/07/1934. Arquivo Microfilmes da Internacional Comunista, CEDEM/UNESP.

⁹⁸ COSENZA, 2012, *op.cit.*, p. 125.

⁹⁹ CARNEIRO, M.L.T. *Fascistas à Brasileira - Encontros e Confrontos*. In: *Tempos de Fascismo: Ideologia - Intolerância - Imaginário*. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

italianos e alemães e seus descendentes. Assim, mesmo antes da tomada do poder por Vargas em 1930, as leis de exceção criadas pelo Estado, de certa forma, prepararam o país para receber as propostas nazifascistas.

Segundo Bertonha (2008)¹⁰⁰, desde os inícios de suas atividades, o partido fascista, e depois, o governo fascista, procuraram transferir seus ideais para seus concidadãos residentes em outros países. Além da propaganda do movimento fascista italiano, outros elementos compunham a chamada “diplomacia subversiva” da Itália fascista, ou seja, a política externa além da relação com os governos estrangeiros, como a mobilização dos italianos do exterior e os contatos com os movimentos fascistas locais, com o objetivo de difundir o ideal fascista na opinião pública e obter o máximo possível de influência italiana em diferentes países¹⁰¹. Tal esforço atingiu todos os países de emigração italiana e o Brasil não fugiu à regra, com todos os meios sendo empregados com o objetivo de cativar os imigrantes. Adotando essa política, o governo italiano teve esperanças bem maiores com o Brasil do que em relação aos países vizinhos sul-americanos, em um envolvimento com a política brasileira que, aparentemente, não teve equivalente nem na Argentina nem no Uruguai¹⁰², o que pode ser explicado, em parte, pela ausência de fortes movimentos fascistas locais nesses países.

Assim, uma grande estrutura de propaganda foi montada, a qual foi dedicada à tarefa de difundir o Fascismo no Brasil. O Fascismo italiano espalhou suas células em todo o país, mas obteve um sucesso maior em conseguir adeptos em áreas urbanas e onde italianos natos e de classe média estivessem presentes em grande quantidade, mas havia um sentimento genérico de apoio ao Fascismo predominante em algumas regiões. Em todo o país, integralistas, nazistas e, especialmente, fascistas italianos, tiveram um relacionamento próximo e que ajudava a trazer os filhos de italianos e alemães para a Ação Integralista. Essa atração dava-se tanto pelo fato de que muitos desses descendentes de italianos e alemães apreciavam os regimes autoritários e a cultura dos países de origem de seus pais, mas queriam, ao mesmo tempo, se afirmar como brasileiros nacionalistas e ativos na política nacional através da militância no Integralismo, como pela origem de classe média desses descendentes de imigrantes. Para Bertonha¹⁰³, apesar de ser geral em todo o Brasil, essa identificação foi um fator central de atração para o Integralismo nos estados onde a massa imigrante era maior, como os três estados do sul, o Espírito Santo e São Paulo.

¹⁰⁰ BERTONHA, J. F. *Sobre a direita: estudos sobre o Fascismo, o Nazismo e o Integralismo*. Maringá: EDUEM. 2008, p. 207.

¹⁰¹ BERTONHA, 2008, *op.cit.*, p. 66.

¹⁰² BERTONHA, 2008, *op. cit.* p. 67.

¹⁰³ BERTONHA, 2008, *op. cit.* p. 221-222.

Esse padrão parece se reproduzir, em escala menor, na maioria das pequenas cidades do interior paulista colonizadas por italianos. Algumas pesquisas como a de Ribeiro (2004), parecem indicar que em cidades menores havia uma suavização das contradições existentes no relacionamento entre fascistas e integralistas, e que em alguns casos esses grupos pareciam viver uma relação próxima e que dava força aos dois¹⁰⁴. O governo fascista italiano centrou suas esperanças de atrair o país para a órbita italiana na sua relação com o governo Vargas e, especialmente, com o Integralismo¹⁰⁵. A ação e a propaganda do Fascismo no Brasil foram fundamentais para a criação e o desenvolvimento do movimento fascista nacional, o Integralismo, e também, indiretamente, do Estado Novo de Vargas. Assim, de certa forma, aos fascistas italianos coube um importante papel na guinada à direita da sociedade brasileira no entre guerras¹⁰⁶.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi criada em outubro de 1932, por Plínio Salgado, com o lançamento do *Manifesto de Outubro*, no qual estão expostas e sintetizadas suas principais ideias. Em suas diretrizes ideológicas, o Integralismo adotava um discurso antiliberal e anticomunista, e, em menor medida, antissemita, além de defender uma ideia de sociedade extremamente hierarquizada, organizada por meio do corporativismo, a harmonia entre as classes sociais em contraposição à luta de classes, a existência de um Estado forte centralizado na figura de um grande líder e a existência um partido único, sob uma perspectiva conservadora, autoritária e nacionalista, e por isso foi caracterizado por muitos autores como um movimento fascista. Segundo João Fábio Bertonha (2008)¹⁰⁷, as semelhanças e as proximidades do Integralismo com o Fascismo, como a ideologia, os símbolos e rituais apresentados pelo movimento, permitem esta caracterização do Integralismo como pertencente ao universo fascista. Concorro com esta posição, entendendo o Integralismo como movimento político representante do Fascismo no Brasil na década de 1930. Porém, não podemos pensar que o fascismo brasileiro fosse simples resultado de um mimetismo ideológico em relação aos fascismos europeus, da importação de uma “moda” europeia¹⁰⁸, pois devemos considerar também como a tradição do pensamento político

¹⁰⁴ RIBEIRO, I.A. *O Integralismo no Sertão de São Paulo: um "fascio de intelectuais"*. Dissertação (Mestrado em História), UNESP, Franca, 2004.

¹⁰⁵ BERTONHA, 2008, *op. cit.* p. 113.

¹⁰⁶ BERTONHA, 2008, *op. cit.* p. 124-125.

¹⁰⁷ BERTONHA, 2008, *op. cit.* p. 86-87.

¹⁰⁸ CAVALARI, R. M. F. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 33.

autoritário brasileiro teve um papel importante na formação da doutrina integralista¹⁰⁹. Defendendo uma ideia de organização da sociedade completamente oposta à que era defendida pelos comunistas, os integralistas se aproximaram de uma tradição autoritária nacional e, em parte, do projeto político do regime varguista.

Como ressalta Trindade (1974)¹¹⁰, antes do Integralismo outros movimentos de inspiração fascista surgiram no Brasil, como o Partido Fascista Brasileiro, a Legião Cearense do Trabalho, o Partido Nacional Fascista (Ação Social Brasileira), entre outros. Esses movimentos foram efêmeros em sua grande maioria, mas alguns foram assimilados pelo movimento do Sigma entre 1932 e 1934, como foi o caso da Legião Cearense do Trabalho, embora nenhum deles tenha alcançado alguma expressão tendo em vista que não tiveram inserção social. Durante seu período oficial de atuação, entre o final de 1932 e 1938, o Integralismo atingiu grande popularidade em várias regiões do Brasil, e a AIB se tornou o primeiro partido de massas do Brasil, atingindo, em seu auge, entre 500 mil e 1 milhão de seguidores, sendo este último número fornecido por fontes integralistas¹¹¹, o que pode ser questionado. No caso de Bauru, não temos dados sobre o número de camisas-verdes na cidade em todo o período abordado nesta pesquisa, mas, segundo texto publicado pelos próprios militantes, em meados de outubro de 1934 o núcleo integralista local contava com cerca de 100 membros e 150 “cooperadores”¹¹², o que pode se referir aos simpatizantes que participavam com alguma regularidade das atividades desse núcleo.

De qualquer forma, parece claro que o Integralismo conseguiu alcançar grande inserção social nesse período, inclusive mais que o PCB, embora seja necessário ressaltar que este partido estava na ilegalidade e enfrentava uma forte repressão política por parte do Estado.

Para realizar suas ações doutrinárias, arregimentar novos militantes e conseguir a unificação e a consolidação desejadas, a AIB se utilizou de uma rede constituída pela palavra impressa, através do livro e do jornal, pela palavra falada, através de sessões doutrinárias e do rádio, e através dos ritos e símbolos integralistas. Essas estratégias adotadas pela Ação Integralista, embora tenham especificidades próprias, foram fortemente influenciadas pelo Fascismo europeu, o que não significa que se trata de um mimetismo ou simples reflexo das ideologias totalitárias da Europa, mas sim que essas estratégias não podem ser explicadas sem se levar

¹⁰⁹ TRINDADE, H. *Integralismo: o Fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: DIFEL, 1974. p. 278.

¹¹⁰ TRINDADE, 1974, *op.cit.* p. 103-116.

¹¹¹ CAVALARI, 1999, *op.cit.* p. 34.

¹¹² *Correio da Noroeste*, 17/10/1934, p. 1. Arquivo do Museu Ferroviário Regional de Bauru (MFRB).

em conta o modelo de referência externo¹¹³. Sobre a natureza do movimento, Chauí diz que a questão da importação ou não das ideias e modelos dos fascismos europeus teria menor importância, pois o mais importante é compreender que “as formulações integralistas exprimiram (...) a verdade do nacionalismo como política autoritária, mesmo quando os militantes aderiram à AIB pelo medo do comunismo ou pelo antiliberalismo”¹¹⁴.

Apesar de o Integralismo ser considerado como um movimento basicamente de classe média¹¹⁵, o que não é exatamente falso, esse movimento de massas não estava restrito a uma classe, principalmente se considerarmos os dados a respeito de militantes e dirigentes locais¹¹⁶, dos quais 22% pertenciam ao que Trindade denomina como “camadas populares”, que inclui operários industriais e trabalhadores agrícolas. De fato, a AIB conseguiu adeptos em todas as classes sociais, atingindo um grande grau de mobilização através do seu discurso nacionalista e de colaboração entre as classes. Chauí¹¹⁷ afirma que o movimento integralista tinha a intenção de dar à classe média urbana a conformação de uma sociedade sem as “desordens” provocadas pela luta de classes. Para Miguel Reale, a classe média seria a classe revolucionária para o Integralismo, sendo considerada a vanguarda política do movimento. Nesse, assim como em outros aspectos, nota-se uma grande diferença em relação aos socialistas e comunistas, que atribuem aos trabalhadores o papel de classe revolucionária. Diante do retrato do contexto em que o movimento estava inserido e criou forma, podemos afirmar que a participação direta dos três principais ideólogos do integralismo – Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale - ocorreu em conjunto com os anseios de uma classe média letrada, autoritária, antiliberal e anticomunista, o que não significa que o movimento tenha se limitado a buscar o apoio e conquistar, através do seu discurso, apenas a classe média.

Isso pode ser atestado, por exemplo, pelo corporativismo presente em sua ideologia e pela tentativa de atuação dos integralistas nos meios sindicais nesse período. A concepção corporativista de sociedade foi um dos pilares da doutrina do Sigma, e, segundo essa concepção, cada indivíduo e cada grupo teria um papel pré-determinado na sociedade, assim como cada órgão ou membro tem seu papel no corpo humano. Isso se daria pela representação

¹¹³ CAVALARI, 1999, *op. cit.* p. 33.

¹¹⁴ CHAUI, “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”. In: _____ e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1978, pg. 116.

¹¹⁵ BERTONHA, Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, p. 93.

¹¹⁶ TRINDADE, 1974, *op. cit.* p. 138.

¹¹⁷ CHAUI, M. 1978, *op. cit.* p. 44.

das “classes profissionais” por meio das corporações, e não como na democracia liberal, nas quais as aspirações seriam representadas por meio dos partidos políticos que, segundo a ideologia integralista, dividiriam a nação. De certa forma, essa concepção estava relacionada com a concepção orgânica de sociedade, vista em páginas anteriores. Alguns ideólogos do Integralismo desenvolveram ideias referentes aos trabalhadores e à sua organização política dentro do movimento e em um futuro Estado Integral, o qual era o objetivo político da AIB.

Entre os ideólogos integralistas que se ocuparam com a temática do trabalho e do sindicalismo podemos citar principalmente Miguel Reale. O jornal *Ação*, criado por Reale em 1936, serviu como porta-voz dos integralistas paulistas, que viam os problemas operário e sindical-corporativo com especial ênfase. O enfoque dado a essas questões seria uma característica do integralismo paulista, acentuada a partir de 1936, mas essa perspectiva de Reale, que ressaltava o corporativismo, teve um impacto limitado entre as classes trabalhadoras¹¹⁸. Sua importância decorre muito mais por mostrar uma visão própria de parte da AIB sobre a questão do movimento operário, a qual era explicável pela influência do Fascismo italiano em Reale e pelo fato de São Paulo ser o maior centro industrial do país naquele período, o que transformava o problema operário em algo extremamente importante, que teria de ser resolvido a qualquer custo. Para esse pensador integralista, o problema se resolveria pela reformatação do Estado e pelo corporativismo. No pensamento de Miguel Reale, sindicatos e corporações seriam distintos. Os sindicatos teriam como função resolver os conflitos de classe, por meio da reunião entre patrões e empregados, cada um desses grupos com seu próprio sindicato, para resolver e anular conflitos. As corporações seriam a união dos sindicatos para a resolução de problemas comuns, ou seja, em escala maior e com fins mais amplos¹¹⁹.

Mas o movimento integralista foi além da teoria, buscando implementar na prática a sua política sindical através de um órgão interno, a Secretaria de Corporações e Serviços Eleitorais, que pretendia ser uma instância controladora e orientadora da ação sindical integralista, além de buscar arregimentar trabalhadores para atingir os objetivos eleitorais do movimento¹²⁰. Como exemplo da tentativa de ação sindical dos integralistas, podemos citar alguns sindicatos ferroviários paulistas, entre eles o Sindicato dos Ferroviários da Estrada de

¹¹⁸ BERTONHA, J. F. *O pensamento corporativo em Miguel Reale*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 33, nº 66, 2013, p.269-286.

¹¹⁹ DOTTA, R. A. *O Integralismo e os trabalhadores: as relações entre a AIB, os sindicatos e os trabalhadores através da imprensa integralista (1932-1938)*. São Paulo, 2003. p. 7-8

¹²⁰ DOTTA, 2003, *op.cit.* p. 13-18.

Ferro Noroeste do Brasil, com sede em Bauru¹²¹. A ação dos integralistas nos sindicatos foi articulada a uma corrente política com ideias corporativistas, positivistas e reformistas, existente desde os anos 1920, mais do que propriamente uma ação direcionada do partido para seus ativistas, e esses sindicatos foram espaços de maior atuação dos integralistas, pois já tinham o histórico de serem centros de um movimento operário de cunho mais reformista.

A presença de vários adeptos do Integralismo nas assembleias sindicais ferroviárias no interior de São Paulo ocorreu pelo menos a partir do ano de 1933 e, no caso de Bauru, já havia a presença de integralistas entre os ferroviários da Noroeste antes mesmo da fundação do núcleo local, em setembro de 1934. Mas apesar do crescimento da influência política dos integralistas, pelo menos até 1935 a influência dominante dentro do sindicato dos ferroviários da Noroeste ainda era comunista. É importante destacar que havia uma espécie de divisão da influência política entre os funcionários dessa ferrovia, em que as ideologias de esquerda, como socialismo e o comunismo, tinham mais influência entre os trabalhadores das oficinas, e a extrema-direita, através do integralismo, tinha mais influência entre aqueles que trabalhavam nos escritórios da Noroeste¹²². Após a intervenção do governo, com o fechamento do sindicato ainda no final de 1935, ele passou para as mãos de integralistas e fascistas, que pregavam um discurso anticomunista e se pautaram nos estatutos do sindicato para destituir a antiga diretoria, composta principalmente pelos membros da ANL¹²³.

Essas mudanças na composição e orientação da diretoria do sindicato dos ferroviários da Noroeste podem ser notadas a partir de uma análise de edições dos jornais do sindicato. Por exemplo, em sua edição de março de 1935¹²⁴, o periódico sindical publicou uma nota de protesto contra a “Lei Monstro”, em referência à Lei de Segurança Nacional, prestando solidariedade aos que estavam sendo vítimas dessa legislação repressiva. Também apresentou reportagem com dados sobre o custo de vida, principalmente de alimentação da população e as dificuldades enfrentadas por ela, textos sobre o cooperativismo como forma de luta e união dos trabalhadores e a propaganda do livro *O Continente Vermelho*, a respeito da União Soviética. Em edição de junho do mesmo ano¹²⁵, o jornal apresentou em sua primeira página um texto com o título, “O movimento anti-christão na Alemanha”, no qual criticou fortemente

¹²¹ BRUSANTIN, B. M. *Anauê Paulista: Um estudo sobre a prática política da primeira 'cidade integralista' do Estado de São Paulo (1932-1943)*. Campinas, 2004. Dissertação de Mestrado (História) - UNICAMP, 2004. p. 121-122.

¹²² POSSAS, L. M. V. *O trágico três de outubro: estudo histórico de um evento*. Bauru, SP: Universidade do Sagrado Coração, 1993, p. 72.

¹²³ BRUSANTIN, B. M., 2004, *op. cit.* p. 123-126.

¹²⁴ *O Sindicato*. Março de 1935, n° 15, ano II. Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) /UNICAMP. p.1-2.

¹²⁵ *O Sindicato*. Junho de 1935, n° 18, ano II. AEL/UNICAMP. p. 1.

o “fascismo alemão”, afirmando que este movimento buscava perseguir os cristãos “para instituir a religião germânica do paganismo”, como forma de distrair “as massas operárias e populares”, desviando-as de seu objetivo que seria a “emancipação do capitalismo”, pois fascistas, nazistas e integralistas desejavam salvar o capitalismo de sua “derrocada iminente”.

Parece-me interessante a forma como o jornal mesclava a crítica social às condições de vida dos trabalhadores, a defesa dessa classe, a crítica ao Fascismo em suas diferentes vertentes e ao Capitalismo, ao mesmo tempo em que realizava a defesa do cristianismo, o que pode apontar que o sindicato teria de fato uma composição mais heterogênea do que a presença só de comunistas, embora mantivesse ainda uma orientação política de esquerda. Essa orientação parece mudar quando analisamos uma edição de maio de 1937¹²⁶ de *O Sindicato*, em que é reproduzido na primeira página um texto do periódico integralista paulistano *Acção*, e no qual o cooperativismo é defendido como uma forma de colaboração entre capital e trabalho.

No auge do conflito entre esquerda e extrema direita no Brasil, o Integralismo se utilizava da imprensa local para “construir” a imagem do mal dos movimentos “extremistas”, inclusive através do *Correio da Noroeste*, cujo diretor era um simpatizante da AIB¹²⁷, reafirmando o cenário de conflitos políticos-ideológicos antes da decretação do Estado Novo. Porém, se até 1937 o Integralismo apareceu nos registros policiais apenas enquanto grupo de enfrentamento ao Comunismo, contando até com certa simpatia do Estado varguista, a partir desta data o cenário muda e o conflito passa a ser com a polícia. Considerado como “força política em crescimento”, o Integralismo tornou-se foco do controle policial, que se dedicou a expurgar aqueles que tivessem qualquer tipo de relação com a AIB, então na ilegalidade. A polícia listava os filiados ao Integralismo em cada cidade e os detinha sem maiores consequências. Raramente esses casos culminaram em inquéritos policiais¹²⁸.

De acordo com Brusantin, entre as cidades do interior, a polícia considerou Bauru como sendo a localidade de maior ação dos camisas-verdes. Porém, foi somente em 1938 que as sedes da AIB em funcionamento no interior paulista foram fechadas, segundo portaria emitida pela Secretaria de Segurança Pública em março do mesmo ano¹²⁹. Além da vigilância aos espaços instituídos como centros de ativismo integralista, as autoridades identificaram pontos de encontro camuflado dos seguidores do Sigma. Em Bauru, por exemplo, foi observada uma casa de Representações e Importações que supostamente armazenava armas para os

¹²⁶ *O Sindicato*. Maio de 1937, n° 25, ano IV. AEL/UNICAMP.

¹²⁷ POSSAS, L.M.V. *O trágico três de outubro: estudo histórico de um evento*. Bauru, SP: Universidade do Sagrado Coração, 1993. p.118-127.

¹²⁸ BRUSANTIN, B.M. 2003, *op.cit.*, p. 82-85.

¹²⁹ BRUSANTIN, B.M. 2003, *op.cit.*, p. 86.

integralistas distribuírem pelas cidades do interior. Segundo Brusantin, assim seria possível afirmar que o Integralismo recebia apoio de diversos segmentos sociais, mesmo que na ilegalidade, pois as ideias integralistas facilitavam, até por uma questão ideológica, a colaboração entre distintos segmentos da extrema direita católica e fascista. Tal fato seria uma evidência das bases sociais de apoio ao movimento integralista, que manteve suas forças mesmo após a repressão pública do governo Vargas. O ideário desse governo, identificado parcialmente com o ideário fascista, permitiu que a ação policial fosse conivente com as ações integralistas¹³⁰.

Após a contextualização histórica e política da década de 1930 e das considerações sobre a atuação de comunistas e integralistas nesse período, realizada até esta página, no próximo capítulo irei apresentar de forma mais detalhada a formação histórica de Bauru e o surgimento e desenvolvimento de sua imprensa até a década de 1930, traçando os perfis dos periódicos que serão analisados nesta pesquisa dentro do contexto histórico e político em que estavam inseridos.

¹³⁰ BRUSANTIN, B.M. 2003, *op.cit.*, p. 87-90.

Capítulo 2 – A formação histórica de Bauru e o desenvolvimento da imprensa local.

Como a pesquisa desenvolvida nestas páginas também se insere, parcialmente, dentro dos estudos de história regional, local, considero necessário apresentar melhor o contexto em que os jornais analisados nos últimos capítulos surgiram e atuaram, fazendo um breve histórico da própria formação de Bauru e também de como a imprensa da cidade surgiu e se desenvolveu, quais eram suas características, que grupos representavam, considerando também que a pesquisa está inserida dentro dos estudos de história da imprensa.

É importante ressaltar que quando se fala de história local ou regional, muitas vezes ela aparece cercada de preconceitos, sendo associada com uma historiografia “acrítica”, celebrativa, que privilegia e corrobora a visão dos grupos dominantes sem levar em conta as desigualdades e os conflitos sociais intrarregionais existentes, estando de acordo com objetivos políticos conservadores¹³¹. Embora esse modelo de historiografia não conte com muitos adeptos entre aqueles que realizam pesquisas acadêmicas com viés regional em diferentes universidades no país, muitas vezes a memória social a respeito de determinados processos ou eventos históricos regionais ainda é permeada por essa visão de história elitista e sem crítica. Dessa forma, considero que cabe a todos aqueles que buscam realizar uma história crítica, problematizadora¹³², desmistificar os eventos e processos históricos analisados dentro de um recorte temático regional ou local, de forma a desconstruir as narrativas que tentam legitimar uma visão de história que não leva em conta as opressões políticas e as desigualdades e que, muitas vezes, beneficiam as elites locais. É com essa perspectiva crítica que apresentarei a história da formação de Bauru e de sua imprensa.

2.1 – A formação histórica de Bauru e o contexto político local.

A região de Bauru, assim como outras regiões próximas no interior paulista, foi ocupada por colonos vindos de outras regiões do estado e do país e de colonização mais antiga, principalmente de Minas Gerais após o fim do ciclo do ouro, muitos dos quais fugiam da pobreza e de conflitos causados por disputas locais. Esse movimento de migrantes teve um maior volume entre as décadas de 1840 e 1860. A partir desse período instalaram-se ali fazendeiros que, posteriormente, nas décadas de 1880 e 1890, realizaram doações de Patrimônio para a formação do povoado. Assim, Bauru surgiu na segunda metade do século

¹³¹ SILVA, M.A. *A História e seus Limites: notas sobre região e interdisciplinaridade*. Revista USP, n. 33, p. 208-209, mar.-mai./1997.

¹³² SILVA, 1997, *op.cit.* p. 210.

XIX como um pequeno povoado na via de acesso ao então chamado “sertão”, região do oeste paulista habitada predominantemente por indígenas, coberta por matas e ainda praticamente inexplorada pelo homem branco, sendo a princípio um local de parada para aqueles que desbravavam aquela imensa área ¹³³. Por sua localização, o então povoado, e posteriormente a cidade, recebia também o apelido de “boca do sertão”, por ser considerada como a fronteira entre a “civilização” e a “barbárie” ¹³⁴.

Muitos dos que chegavam foram para essa região procurando terras para o plantio de café e, após a invasão de vastas áreas de terras antes ocupadas por indígenas, alguns formaram grandes fazendas, levando ao surgimento de uma oligarquia rural na zona Noroeste paulista, que assim adquiriu maior importância e atraiu novos interessados para a região. Com o crescimento dessas fazendas, começou a ser instalada uma “estrutura de vida urbana” em Bauru, e dessa forma começaram a chegar famílias de comerciantes que aceleraram as atividades econômicas do povoado. Em 1888, é realizado o primeiro arruamento do então povoado. Cinco anos depois, Bauru passou a ser considerada como um Distrito de paz pertencente ao antigo município de Espírito Santo da Fortaleza e, pouco depois, em 1896, o então distrito, já maior e mais influente que Fortaleza, torna-se a sede do município, que passa a receber o nome de Bauru. Na virada do século XIX para o século XX, Bauru contava com cerca de 8 mil habitantes em toda a sua área territorial, que era enorme e estendia-se até o rio Paraná, pois não haviam outros municípios mais a oeste no estado. Nesse momento inicial da história da cidade a manutenção da ordem já era uma preocupação da elite local que exercia o papel de autoridade, considerando a criação do Código de Postura Municipal em 1897¹³⁵.

Aos poucos a cidade passa a adquirir importância na região, principalmente a partir da chegada da ferrovia. Em 1905, chegam os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, ligando Bauru a outras cidades como Lençóis Paulista, Botucatu e, principalmente, a capital paulista. No mesmo período começa a construção de uma nova ferrovia, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), que tinha seu ponto de partida em Bauru e iria até Mato Grosso. Diferentemente das outras estradas de ferro paulistas do fim do século XIX e início do século XX, que geralmente buscavam acompanhar a formação de novas áreas de produção cafeeira, a NOB tinha um sentido de existência mais estratégico, pois permitiria a ligação, por via terrestre, de uma porção do território brasileiro ainda relativamente isolada dos principais centros do país. Essa ferrovia servia para atender demandas antigas, como a já citada ligação

¹³³ POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 6-8.

¹³⁴ LOSNAK, C. J. *Polifonia Urbana: imagens e representações – Bauru: 1950-1980*. Bauru: Edusc, 2004, p. 55.

¹³⁵ POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 9-12.

de Mato Grosso com o leste do país, e também o povoamento e a ocupação de parte do território nacional ainda não explorado pelo capitalismo, como o oeste paulista e partes do centro do país¹³⁶.

O trabalho de reconhecimento do caminho que seria percorrido pela estrada de ferro começou a ser realizado em 1904 e, na época, foi comparado com as Bandeiras realizadas no interior do país entre os séculos XVII e XVIII como uma forma de legitimar o início da exploração de um sertão ainda desconhecido e de associá-la à ideia de progresso e avanço civilizatório¹³⁷. Ao longo dos trilhos que cortariam o oeste e o noroeste paulista e a porção sul de Mato Grosso até Corumbá, surgiram novas áreas de produção agrícola e novas cidades, sendo Bauru o ponto inicial de onde partiriam todos aqueles que, após o início das operações da NOB em 1906, partiam rumo ao sertão em busca de riqueza. A partir de então, Bauru passaria a ocupar um papel estratégico na ocupação de uma vasta área do estado. É importante ressaltar que essa ocupação foi realizada ao custo de milhares de vidas de indígenas (os antigos ocupantes dessas terras) e também da vida de centenas de trabalhadores que fizeram parte da construção daquela ferrovia, que enfrentavam condições de trabalho degradantes, subumanas¹³⁸.

A vinda dos trabalhadores e técnicos responsáveis pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), assim como o aumento do número de pessoas que chegavam com a inauguração do trecho entre Bauru e Botucatu da Estrada de Ferro Sorocabana, transformou de maneira significativa o cotidiano bauruense. Em 1910, os trilhos da Companhia Paulista chegam à cidade, possibilitando a integração de diferentes regiões através da expansão da malha ferroviária, agora interligada. Essa rede permitia não só que a produção da região Noroeste paulista fosse escoada, mas também serviu para o aumento da circulação, estimulando o mercado interno, o que levou à “reformulação de sua estrutura urbana, que precisou ser ampliada e diversificada”, como serviço telefônico, iluminação e água e esgoto¹³⁹. Assim, Bauru foi crescendo com esse movimento e tornando-se, a partir de então, um centro regional. Além disso, com a presença de três diferentes ferrovias, tornou-se, principalmente, um importante entroncamento ferroviário no estado e no país.

Segundo Losnak, a confluência dessas linhas “direcionou e intensificou inúmeras atividades econômicas demandadas pela nova infraestrutura”, aproximando o local ao capitalismo e à

¹³⁶ GHIRARDELLO, N. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 17-25.

¹³⁷ POSSAS, L.M.V. *Mulheres, Trens e Trilhos: Sociedade Brasileira nos anos 30 e 40*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo, 1999. p. 52-53.

¹³⁸ GHIRARDELLO, 2002, *op.cit.* p. 39-41.

¹³⁹ POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 13-15.

modernidade do período. Assim, nas décadas seguintes, sedes ou escritórios regionais das companhias ferroviárias passam a funcionar na cidade, além de oficinas de manutenção e fabricação, estações de passageiros, depósitos e vilas para funcionários, e tudo isso levou a uma intensificação do movimento da economia local, gerando mudanças sucessivas na cidade, com a instalação de estabelecimentos comerciais de diferentes tipos que pudessem atender viajantes e trabalhadores que estavam de passagem, ou aqueles que se fixavam em Bauru. Dessa forma, o papel ocupado pelas ferrovias na cidade determinou seu perfil econômico desde a época de sua chegada, com o setor terciário da economia tendo maior destaque que os outros. A presença e o papel ocupado por trens e trilhos na cidade possibilitou a elaboração da identidade de Bauru como “cidade ferroviária” ¹⁴⁰.

Nesse período a cidade também assumiu o papel de “polo irradiador” de desenvolvimento e passa a assumir a função de sede administrativa da região. Além de se integrar economicamente a outras regiões do país, Bauru integra-se politicamente, com o Partido Republicano Paulista (PRP) dominando a política local desde o início da formação do município até o momento em que essa agremiação detém o poder a nível estadual e federal, ou seja, durante todo o período da Primeira República. Nesse período, as disputas pelo poder na cidade se deram dentro do núcleo local do partido, representando os interesses dos diferentes grupos da elite bauruense. Mas essas disputas também podiam refletir as divergências internas do PRP a nível federal, como ocorreu no período das eleições presidenciais de 1910, com a divisão entre hermistas (em referência a Hermes da Fonseca) e civilistas, que levaram ao acirramento do conflito entre as facções da oligarquia da cidade. Em meio a essa disputa dos grupos locais, em parte refletindo os embates dentro da cúpula do PRP, surge a proposta de criação de uma comarca na cidade, que a tornaria autônoma juridicamente, e que acirrou mais ainda os ânimos entre as facções rivais, chegando ao nível da violência direta. Em 19 de Outubro de 1910, Azarias Leite, presidente da Câmara Municipal, foi assassinado em uma emboscada¹⁴¹. Assim, ocorrera pela primeira vez na história bauruense um caso de disputa política resolvida por meio da violência.

Segundo Possas, apesar de ser instaurado um inquérito policial e das denúncias contra os hermistas locais, mandantes do crime, apenas o assassino foi condenado, e nem cumpriu toda a pena, pois conseguiu fugir. Esse conflito é um exemplo de como as disputas locais superaram a organização partidária local, representada pelo PRP, apesar de o desfecho desse

¹⁴⁰ LOSNAK, C.J. *Imprensa “moderna”, imprensa interiorana: tensões/interações midiáticas e socioculturais*, 2008, p. 1.

¹⁴¹ POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 18-19.

conflito ter obrigado a intervenção das autoridades constituídas, ao menos para manter as aparências legais, visto que a impunidade permaneceu como “estratégia de compromisso político coronelista”, o que era uma característica do período da Primeira República. Assim, o assassinato de um dos líderes políticos da cidade, em 1910, “não interrompeu o processo de consolidação de uma elite política representada em sua maioria por uma oligarquia rural, filiada no PRP” e suas práticas coronelistas¹⁴².

Até 1920, Bauru passou por diversas reformas administrativas que mudaram significativamente seu território, diminuindo sua extensão conforme os distritos cresciam e se emancipavam. Em 1920, a população do município ultrapassou a marca de 20 mil habitantes e, apesar de o censo da época não fornecer dados comparativos sobre as populações rurais e urbanas, Possas afirma que é possível atestar o seu crescimento urbano, por exemplo, por meio das mudanças na arquitetura e na divisão espacial no espaço urbano, influenciadas também pela especulação imobiliária presente nesse processo de crescimento. Dessa forma, a ferrovia teve influência decisiva nas transformações e divisões desse espaço, separando a área habitada pela população mais rica da cidade, ao sul da linha do trem, da área pobre, ao norte, habitada predominantemente por operários, principalmente ferroviários, que viviam em sua maioria em casas de madeira. No meio dessa divisão, encontrava-se o centro da cidade, mais próximo das ferrovias e da estação de passageiros¹⁴³.

Na segunda metade da década de 1920, os cafeicultores locais, articulados no PRP, que até então controlavam todas as instituições de poder da cidade e tomavam todas as decisões, passaram a sofrer a concorrência de novos grupos que estavam surgindo no cenário político nacional e local. Em 1926 é fundado o diretório municipal do Partido Democrático (PD), como sinal da busca por maior representação política dos grupos sociais surgidos no processo de urbanização e também da existência de uma dissidência dentro da oligarquia da cidade. No nível estadual, o PD era oposição, mesmo sendo liderado por cafeicultores, e buscava sustentação por meio do apoio de militares e da “canalização da insatisfação popular”. O PD bauruense aproximou-se das lideranças ferroviárias, as quais se organizavam e manifestavam suas reivindicações desde a década anterior. Assim, o antagonismo partidário demonstrava a existência de dissidências no bloco oligárquico hegemônico, o que permitia que as classes médias e os trabalhadores buscassem conquistar expressão política¹⁴⁴.

¹⁴² POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 19-20.

¹⁴³ POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 20-21.

¹⁴⁴ POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 23.

É importante destacar que as condições de vida dos trabalhadores ferroviários da cidade eram difíceis desde a construção dos primeiros trilhos que chegavam ou partiam de Bauru, e por isso eles buscavam reivindicar seus direitos e organizar sua luta política. Tal luta ocorreu ao menos desde 1913, quando realizaram a primeira greve da história da já citada Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), pois além das péssimas condições de trabalho na ferrovia, os ferroviários também sofreram com a falta de pagamento dos salários por vários meses, levando muitos à miséria. Esse movimento grevista, que se alastrou aos poucos entre os trabalhadores de toda a NOB e teve longa duração, tinha um caráter mais pacífico do que de enfrentamento direto com a direção da companhia ferroviária e com a polícia, e conquistou suas reivindicações quando chegou ao seu fim, em abril de 1914, contando com apoio de parte significativa da população e da imprensa, pois a economia local dependia, em parte, dos salários dos ferroviários¹⁴⁵. Eles formavam a principal categoria de trabalhadores na cidade, e suas lutas e sua organização enquanto classe não esteve restrita a esse movimento, continuando a existir nas décadas posteriores e se fortalecendo em alguns momentos.

Segundo Possas, a “Revolução” de 1930 gerou uma movimentação das forças políticas locais, e a oligarquia bauruense do PRP que controlava o poder municipal, além da polícia e da imprensa, buscou se organizar para enfrentar a oposição, tanto a local, representada pelo PD, como as forças “revolucionárias” que queriam depor Washington Luiz. Dessa forma, utilizando-se de seu poder, os membros do PRP bauruense conseguiram ampliar seus poderes, por meio da Câmara Municipal, para executar medidas de urgência em defesa do que consideravam como sendo a legalidade contra o movimento antigovernista em curso, com o prefeito passando a contar com plenos poderes. Os periódicos locais foram censurados, por exemplo, para omitir informações a respeito dos combates em que forças legalistas perdiam para as tropas rebeldes¹⁴⁶.

A resistência contra o PRP, organizada pela liderança do PD local, seguia orientações de importantes tenentistas e contou com a instalação de um serviço de rádio clandestino que manteve o grupo militante da cidade, inclusive os ferroviários, informado acerca das movimentações das tropas rebeldes. As adesões locais a essas forças cresceram conforme suas vitórias eram divulgadas por meio de panfletos distribuídos por esse grupo. Em 27 de outubro de 1930, com o sucesso do movimento “revolucionário”, ocorreu a ocupação militar da cidade e a mudança da gestão da prefeitura municipal, saindo o grupo do PRP e assumindo o então

¹⁴⁵ MORATELLI, T.M. *Os trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil: experiências operárias em um sistema de trabalho de grande empreitada (São Paulo e Mato Grosso, 1905-1914)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, IFCH, Campinas, 2009. p. 66-70.

¹⁴⁶ POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 24.

líder do PD, Antônio Gonçalves Fraga. Poucos dias antes, em 24 de outubro, os jornais perrepistas, *Correio de Bauru* e *O Diário da Noroeste*, tiveram suas oficinas destruídas pelos apoiadores do grupo que estava tomando o poder¹⁴⁷.

Com a nova gestão municipal, começa um período de uma espécie de “limpeza” política na cidade. Ainda no final de 1930, o PD local fundou o *Jornal da Manhã*, que começa uma campanha contra seus inimigos, denunciando e divulgando as fraudes eleitorais e o envolvimento dos perrepistas bauruenses em negócios suspeitos. Porém, como vimos anteriormente, o consenso entre as forças políticas que tomaram o poder em 1930 foi se desfazendo com o tempo durante a organização do Governo Provisório, pois os grupos que participaram do movimento, tenentes e oligarquias dissidentes, divergiam em várias questões¹⁴⁸. O mais importante a ressaltar nesse momento é que só podemos entender melhor os conflitos entre integralistas e “comunistas”, como o ocorrido em Bauru em 3 de outubro de 1934, a partir do contexto de complexificação da economia, da sociedade e de suas consequências para o campo da política, como o fim da Primeira República e a mudança dos grupos que detinham o poder através da “Revolução” de 1930, a busca pela participação política de setores sociais, como a classe média e os trabalhadores, até então alijados do processo político e agora organizados em novos partidos, e as tensões entre os distintos projetos políticos de organização da sociedade.

Entre 1920 e 1934, a população bauruense cresceu muito, mais que dobrando o seu tamanho, passando de pouco mais de 20 mil moradores para quase 46 mil. É importante ressaltar que, em 1934, ainda cerca de metade da população vivia na zona rural do município¹⁴⁹. De qualquer forma, com esse grande crescimento, a cidade não conseguia absorver toda a mão de obra disponível e aumentavam os problemas sociais. Na edição de 8 de julho de 1934 do *Correio da Noroeste*¹⁵⁰, foram divulgadas estatísticas de inquéritos e prisões da delegacia regional de polícia, que abrangia não só Bauru mas também as delegacias das cidades próximas, entre os anos de 1931 e 1933, com grande número de ocorrências. De acordo com Possas, após a “Revolução” de 1930, os jornais locais constantemente ressaltavam a necessidade de as autoridades prestarem atenção nas questões de segurança da cidade. Essa

¹⁴⁷ POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 25.

¹⁴⁸ POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 28.

¹⁴⁹ *Recenseamento demográfico, escolar e agrícola - zootécnico do Estado de São Paulo* (20 de setembro de 1934) - publicação: 1936. Fundação SEADE.

Disponível em:

<https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011676&parte=1>

Acesso em: 01/05/2020.

¹⁵⁰ *Correio da Noroeste*, 08/07/1934, p. 4. Arquivo MFRB.

preocupação também é um indicativo da preocupação da imprensa bauruense com a manutenção da ordem pública nesse conturbado período¹⁵¹.

Nesse contexto de urbanização no qual a cidade estava inserida, organizaram-se diferentes partidos e algumas instituições que defendiam o corporativismo, como a Legião Revolucionária e o Clube 3 de Outubro, ambas articuladas por tenentistas. Esta última defendia um estado centralizador e, ao mesmo tempo, o direito de voto, embora considerasse que eleições não deveriam ser realizadas naquele momento. Já a Liga Regional Operária procurava aproximar-se dos ferroviários sindicalizados, e foi fundada em maio de 1931 supostamente defendendo a social-democracia como uma alternativa para os trabalhadores, afastando-os das desordens. De acordo com Possas, na realidade “tratava-se de mais uma estratégia governista de subordinar as tentativas de autonomia das lideranças operárias”¹⁵². Em Bauru, essa organização chegou a contar com 300 membros, mas acabou sendo derrotada enquanto alternativa para os trabalhadores locais quando foi confrontada com as propostas do Sindicato dos Ferroviários da NOB.

A Liga Regional Operária chegou a contar com um jornal local, a *Tribuna Operária*, para divulgar suas ideias e as opiniões de seus membros e era publicado duas vezes por semana. Apesar das buscas, encontrei apenas uma edição desse periódico, publicada em 11 de outubro de 1932. Naquele momento, estava ocorrendo a transmissão do cargo de prefeito, até então exercido pelo Major Antônio Fraga e que agora seria ocupado pelo advogado Sebastião Lins, e os textos escritos no jornal a respeito desse fato mostram o apoio dado pela organização ao novo chefe municipal, chamado de “líder trabalhista da Zona Noroeste” que teria sido “apoiado e indicado pelo operariado e povo de Bauru”¹⁵³. É importante destacar que, posteriormente, em outubro de 1934, Sebastião Lins ingressou na Ação Integralista Brasileira e tornou-se uma das principais figuras desse movimento na cidade. Além disso, essa edição do periódico apresentava textos contrários ao movimento constitucionalista de 1932, elogios ao presidente Vargas, o que demonstra o posicionamento do jornal como defensor da ordem, alinhado ao regime vigente e sua política sindical e trabalhista controladora.

Os aumentos do custo de vida e do nível de desemprego no início da década de 1930 constituíram o cenário para as reivindicações e mobilizações de grupos como os ferroviários, que organizaram greves como forma de pressionar o governo federal. Nesse clima, o PD, como situação no poder local, às vezes apoiava as greves e em outros momentos colocava-se

¹⁵¹ POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 29.

¹⁵² POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 36.

¹⁵³ *Tribuna Operária*, 11/10/1932, p. 1. AEL/UNICAMP.

contra. Já o PRP, em posição marginal desde o movimento de 1930, e buscando se reorganizar através de um discurso que procurava atrair diferentes grupos sociais, entre comerciantes, industriais e profissionais liberais, continuava com uma posição reacionária diante das mobilizações operárias, acusando-as de causar desordem¹⁵⁴.

No entanto, havia um ponto de aproximação entre os discursos dos dois grupos, referente à acusação de que os tenentistas pretendiam impedir a volta do país para a constitucionalidade. A questão da reconstitucionalização do país foi um dos grandes pontos de impasse e conflito naquela década e, no caso paulista, foi a causa que uniu as diferentes frações da oligarquia em sua tentativa de retomar a antiga posição política hegemônica no país. Nessa tentativa de retomar o poder, PD e PRP fizeram uma aliança, deixaram de lado suas diferenças de interesses, e, após o acirramento das tensões em torno da Constituinte, iniciaram um movimento contra o governo federal que, como já vimos, ficou conhecido como “Revolução” Constitucionalista de 1932. Por sua posição estratégica como entroncamento ferroviário, Bauru tornou-se um alvo para as tropas legalistas durante o conflito. Conforme vimos no capítulo passado, apesar de derrotados militarmente, os paulistas conseguiram fazer com que o Governo provisório desse início ao processo de uma nova Constituinte¹⁵⁵.

Após o fim desse conflito, o Governo Provisório empossou um novo interventor para o estado, Waldomiro Lima, com o objetivo de “redimensionar os interesses das elites paulistas”, além de “incorporar os novos atores sociais emergentes”, como a classe média e os trabalhadores presentes em agremiações e sindicatos. Para criar uma base social de apoio ao seu governo, esse interventor criou dois partidos: o Partido da Lavoura, que reunia fazendeiros e cafeicultores, e o Partido Socialista de São Paulo, que buscava se aproximar dos trabalhadores urbanos conciliando o cumprimento da legislação trabalhista com a orientação sindical vigente. Como forma de reagir a essas estratégias, as elites paulistas uniram-se e organizaram um movimento, a Chapa Única, para juntar esforços na Constituinte, que teve início a partir das eleições de 3 de maio de 1933. A Chapa englobava partidos tradicionais, como o PD e o PRP, além de ex-combatentes de 1932 presentes na Federação dos Voluntários, e também realizou o trabalho de alistamento eleitoral junto com outras organizações, como a Liga Eleitoral Católica¹⁵⁶.

Dessa forma, nas eleições de maio de 1933, a Chapa Única recebeu a maioria absoluta dos votos, compondo quase 80% da bancada Constituinte paulista com 17 cadeiras, enquanto o

¹⁵⁴ POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 37.

¹⁵⁵ POSSAS, 1993, *op.cit.* p.38.

¹⁵⁶ POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 39.

PSB conquistou três e o Partido da Lavoura duas. Em Bauru também a Chapa Única obteve a maioria dos votos, dando a vitória às oligarquias, porém o PSB contou com uma votação expressiva. Como consequência, tanto o poder executivo estadual como o municipal passaram por modificações, com a substituição dos respectivos ocupantes dos cargos. No âmbito dos trabalhadores, desde fevereiro de 1933 o Sindicato dos Ferroviários da NOB vinha enfrentando repressão devido às greves que realizava para reivindicar melhores salários, porém estes não aceitavam a mediação de nenhum partido político em suas tratativas com o Governo Federal¹⁵⁷.

É curioso o fato de que o candidato bauruense do PSB nessas eleições, o ex-prefeito Sebastião Lins¹⁵⁸, como citado anteriormente, aderiu depois ao Integralismo, tornando-se diretor do departamento de doutrina do núcleo local, ao mesmo tempo em que, por meio de aproximações com outros grupos de esquerda e algumas significativas transformações internas, ao menos a seção paulista do PSB tornou-se uma importante força dentro do movimento antifascista e de resistência ao sindicalismo oficial. Na verdade esse fato pode ser explicado pela presença de reformistas, ou pelegos, no meio operário, principalmente em sindicatos como o dos ferroviários da Noroeste (NOB), e que tinham algum nível de proximidade ideológica com o ideal corporativista defendido pelos integralistas e por membros do Estado Varguista.

A Constituinte de 1933 e seu fruto, a Constituição de 1934, mostrava novos caminhos que o país estava seguindo, conciliando posições divergentes e representando, mesmo que momentaneamente, uma volta ao “Estado de Direito”. Porém, as forças políticas passaram a atuar por meio de confrontos marcados pela radicalização e pela participação popular do debate político. A nova constituição legitimou o poder de Vargas e possibilitou formas de participação para setores da classe média e dos trabalhadores, e assim os grupos e classes sociais de Bauru dividiram-se e organizaram-se de diferentes maneiras nesse contexto. A maioria dos operários sindicalizados da NOB defendia um sindicalismo “autônomo e combativo”, e por isso integraram a Frente Única dos Trabalhadores de São Paulo, e organizaram-se através da Coligação das Esquerdas, ou Coligação Proletária, para disputar as eleições. As classes médias e a elite intelectual abraçavam a ideia da defesa de uma sociedade “ordeira”, através da hierarquia e do corporativismo, com uma visão próxima da defendida pela Ação Integralista Brasileira. Esses eram alguns dos grupos presentes na política de Bauru

¹⁵⁷ POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 40.

¹⁵⁸ BRUSANTIN, 2003, *op. cit.*, p. 120.

às vésperas das eleições para a Assembleia Estadual e a Câmara Federal, que ocorreram em 14 de outubro de 1934¹⁵⁹.

Com pouco mais de 5 mil eleitores, Bauru enfrentou, nesse contexto, um dos momentos mais violentos de confronto político em sua história. A AIB, instalada formalmente a partir da criação de seu núcleo em setembro de 1934, mas com militantes já presentes na cidade anteriormente, e muitos ferroviários do sindicato da NOB, principalmente de sua diretoria, classificados como “comunistas”, ocuparam o cenário político local, com cada um desses grupos defendendo suas posições ideológicas por meio da utilização de diferentes estratégias na conquista do espaço público e político. Nessa disputa por espaço, em um contexto maior de acirramento da luta entre fascistas e antifascistas a nível nacional e mundial, integralistas e antifascistas entraram em conflito nas ruas do centro de Bauru na noite do dia 3 de outubro de 1934 quando Plínio Salgado, líder da AIB, visitava a cidade, tendo como saldo a morte de um militante da AIB. Veremos esse episódio com mais detalhes no capítulo seguinte. Por enquanto, o que importa entender sobre esse confronto é que ele teve como consequência a repressão aos grupos de esquerda, aos “comunistas”, responsabilizados pelo confronto e acusados, principalmente pelas autoridades e pela imprensa local, de agirem com violência e de perturbarem a ordem na cidade.

A construção da imagem de que a sociedade bauruense respeitava a ordem estabelecida era reforçada pela imprensa, inclusive por meio das falas de autoridades locais, como em entrevista realizada com o delegado regional de polícia, Joaquim Rolim que frisava como as eleições de 14 de outubro tinham ocorrido sem nenhum tipo de “incidente”, o que mostrava “a grande cultura e o civismo do seu povo” ¹⁶⁰. Ao representar a esquerda em geral, ou os “comunistas”, fossem aqueles que eram comunistas de fato ou não, como desordeiros e violentos, e representar o conjunto da população bauruense como pacífica, que tinha uma “grande cultura e civismo” e mantinha a harmonia social, a imprensa local buscava estabelecer um contraponto com o objetivo de estigmatizar todos aqueles que, na sua visão, podiam alterar o *status quo* e a sociedade tal como era defendida pelas elites locais. Assim, através da oposição maniqueísta entre “bem” e “mal” presente no pensamento político autoritário brasileiro, e que serviu de base para o discurso anticomunista do período, os jornais analisados nesta pesquisa estavam alinhados aos interesses dos grupos sociais dominantes na cidade em seu projeto político conservador ao representarem seus inimigos, os “comunistas”, de forma extremamente negativa para seus leitores.

¹⁵⁹ POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 40.

¹⁶⁰ *Correio da Noroeste*, 16/10/1934, p. 1, Arquivo MFRB.

Essa campanha contra as esquerdas não necessariamente significou, pelo menos até aquele momento, uma grande vitória dos integralistas. O conflito entre “comunistas” e integralistas na cidade ocorreu pouco antes das eleições legislativas de 14 de outubro de 1934, sendo que alguns personagens e os grupos envolvidos nesse episódio também estavam participando do pleito eleitoral. Segundo fontes dos próprios integralistas, na época dessas eleições a AIB contava com ao menos 100 membros em seu núcleo bauruense, e um número ainda maior de simpatizantes, o que não significa que esse partido tenha convertido sua crescente força no cenário político em sucesso eleitoral. Apesar de toda a campanha difamatória da imprensa local, a Coligação Proletária teve significativa votação na cidade nessas eleições, contando com 314 votos para deputado estadual e 301 votos para deputado federal, ficando atrás apenas dos grupos políticos tradicionais, reunidos no então recém-fundado Partido Constitucionalista (PC) e no antigo PRP. Os integralistas, que estavam participando de sua primeira eleição, apesar de tentarem colher os frutos políticos do papel de “vítimas” do conflito de 3 de outubro daquele ano, receberam um número muito menor de votos que a esquerda, com apenas 132 votos para deputado estadual e 112 para federal¹⁶¹.

Esses dados podem ser um indício de que, se houve algum tipo de impacto eleitoral devido ao confronto ocorrido 11 dias antes do pleito, as forças políticas mais tradicionais foram muito mais beneficiadas do que a AIB, e a esquerda, representada na Coligação Proletária, ainda conseguiu apresentar uma força política razoável, embora ainda muito insuficiente para impedir a crescente repressão contra as esquerdas. É importante frisar que a legislação eleitoral adotada a partir do Código Eleitoral de 1932, apesar de seus avanços como o voto secreto e o sufrágio feminino, ainda excluía parcela significativa da população ao não permitir os votos dos analfabetos, e por isso limitava uma real representação política por meio das agremiações partidárias, o que não impedia a luta política em outros espaços e meios.

Mesmo com o controle e a repressão cada vez maior que se abatia sobre os trabalhadores, especialmente os sindicalizados, suas lutas por direitos e melhorias, assim como contra a repressão governamental e o avanço fascista naquele momento, tornaram-se mais amplas no país nos meses seguintes, através da formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que também teve adeptos em Bauru. Tal crescimento foi interrompido tanto pelo aumento da repressão, simbolizada pela frequente perseguição política às organizações de esquerda e os sindicatos autônomos, reforçada pela promulgação da Lei de Segurança Nacional em 4 de abril de 1935, quanto pelo fracasso das insurreições da ANL em novembro do mesmo ano.

¹⁶¹ *Correio da Noroeste*, 30/10/1934, p. 4. Arquivo MFRB.

Como visto no primeiro capítulo, a repressão avassaladora que se seguiu à prisão dos líderes das revoltas aliancistas também atingiu os trabalhadores bauruenses organizados, principalmente parte daqueles vinculados ao Sindicato dos Ferroviários da NOB. O fechamento temporário desse sindicato no final daquele ano, a prisão dos membros de sua diretoria e sua substituição eram indicativos das dificuldades enfrentadas pelas esquerdas, ou os “comunistas”, como eram chamados pela imprensa, nos anos seguintes.

O sindicato da NOB reabriu logo depois através da articulação daqueles que buscavam submetê-lo ao sindicalismo oficial e, a partir de fevereiro do ano seguinte, passou a ser controlado principalmente por pelegos, fascistas e integralistas. Portanto, a partir de 1936, os integralistas da cidade contaram com um ambiente político ainda mais favorável do que antes, aproveitando-se da política sindical varguista para aumentar sua influência e poder, contribuindo decisivamente para a construção de “um cenário político-cultural local de grandes vantagens para o desenvolvimento ideológico da direita”, inclusive para os fascistas italianos locais. Nesse contexto, todos aqueles ferroviários sindicalizados que eram de esquerda foram expulsos da organização, sendo o fato informado ao delegado regional de polícia pela própria diretoria do sindicato¹⁶². O poder desses grupos fascistas sobre o sindicato perdurou, ao menos, até o ano seguinte, como pode ser visto por meio da análise da edição de maio de 1937 do seu jornal sindical, com a reprodução de um texto publicado originalmente no periódico integralista *Ação* em que defendia o ideal corporativista.

Dessa forma, a presença articulada da extrema-direita na cidade, em conjunto com a política trabalhista e sindical repressiva de Vargas, foi de fundamental importância para a derrota dos trabalhadores de esquerda dentro do maior sindicato da cidade e a sua perseguição política por parte das autoridades locais, principalmente após o aumento da repressão governamental a esses grupos em âmbito nacional. Nesse contexto, ao menos no meio sindical, integralistas e fascistas bauruenses conseguiram obter maior poder, introduzindo o ideal corporativista e de colaboração de classes entre os ferroviários da NOB, e certamente influenciando o cenário político local, considerando as redes de relações com figuras influentes e poderosas de Bauru que alguns desses militantes tinham naquele período. Assim, aproveitaram-se dessa rede e do contexto de crescente anticomunismo “para se afirmarem cultural e politicamente na sociedade local”¹⁶³, ao menos até o momento em que o contexto nacional modificou-se, com a repressão aos integralistas a partir de 1938, e aos fascistas italianos pouco depois.

¹⁶² BRUSANTIN, 2003, *op.cit.* p. 125-128.

¹⁶³ BRUSANTIN, 2003, *op.cit.* p. 131.

Portanto, apesar de não terem obtido sucesso nas eleições que ocorreram nesse período, mais precisamente em 1934 e 1936, os integralistas bauruenses oportunamente derrotaram seus maiores inimigos, os militantes de esquerda e principalmente os comunistas, no meio sindical, que era justamente o setor da sociedade em que, historicamente, estes haviam logrado ter maior influência. Para isso, contaram também com a ajuda de parte da imprensa local para a propaganda de suas ideias e para ampliar a presença do anticomunismo no cenário político da cidade, demonstrando o potencial de intervenção dos jornais para a circulação de ideias, as lutas políticas e, portanto, a própria transformação da realidade.

2.2 - Considerações sobre o uso dos jornais enquanto fonte histórica.

Antes de apresentar a história do surgimento e do desenvolvimento da imprensa bauruense até a década de 1930, relacionando-a com os contextos históricos da própria cidade e do país, e de apresentar o perfil dos jornais analisados nesta pesquisa, creio ser importante realizar algumas considerações a respeito da utilização da imprensa enquanto fonte histórica para o estudo do passado e também sobre a história da imprensa no país, e, principalmente, em São Paulo.

A escolha do tema explorado nesta pesquisa foi norteadada pelo interesse em aprofundar o estudo a respeito do papel de intervenção da imprensa na realidade social brasileira através da construção e da reprodução de discursos, imagens e representações sociais, principalmente sobre os grupos considerados inimigos ou perigosos para a sociedade e a manutenção da ordem, seja em parte da grande imprensa ou da imprensa regional, local. Por não existirem muitos estudos a respeito da imprensa local e regional dentro da historiografia no campo da história política e, principalmente, nas pesquisas que têm como foco o estudo sobre as representações sociais, optei por analisar como a imprensa local de Bauru se posicionou e atuou a favor da defesa da ordem social, a partir das representações construídas sobre comunistas e integralistas, e como isso ajudou a construir o imaginário a respeito desses dois grupos políticos na etapa histórica analisada, considerando que essa cidade foi palco do primeiro conflito armado e com uma vítima fatal entre integralistas e antifascistas no país.

Segundo Capelato (1994), a imprensa tem importância para o historiador ao possibilitar acompanhar o percurso dos homens através do tempo, suas lutas, ideais, compromissos e interesses. O fato de ela não ser imparcial não impossibilita seu uso como fonte para o conhecimento histórico, pois o historiador não procura estudá-la como fonte fidedigna dos acontecimentos, mas sim como um espaço de representação do real, de um momento

particular da realidade. A imprensa cria imagens sobre a sociedade que a cerca, e, através dessas imagens, ela age não só no presente, mas também no futuro, considerando que essas imagens também são reproduzidas em outras épocas. Nesse mesmo sentido, destacando a importância da imprensa para o conhecimento histórico, concordo com Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca quando afirmam que “a imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira”¹⁶⁴, sendo, portanto um “veículo para a reconstrução do passado”.

Como afirmam Cruz e Peixoto (2007), há muito tempo foi superada a compreensão positivista a respeito das fontes, que descartava o uso da imprensa por esta não ser uma fonte “fidedigna”, e já entendemos “que o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui”¹⁶⁵. Assim, é preciso problematizar e superar a ideologia que defende a objetividade e a neutralidade da imprensa, já que essa é construída historicamente e, portanto, não se encontra acima do mundo, da realidade que a constitui. Na análise da atuação da imprensa, não basta simplesmente apontar que ela tem uma opinião, mas, que em sua atuação, a imprensa delimita espaços, demarca temas, mobiliza opiniões, constitui adesões e consensos. Ou seja, não podemos tomar a imprensa como um espelho da realidade, sendo ela mesma, produto e produtora da criação social e histórica.

2.3 - Uma breve história da imprensa no interior paulista.

Segundo Nelson Werneck Sodré (1999), “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”, e por isso as transformações dos jornais e revistas, suas técnicas de produção, sua presença e importância nas diferentes sociedades e suas relações com os diferentes grupos que compõem estas, podem ser intimamente atreladas às mudanças ocorridas na história do capitalismo. Segundo o autor, existe uma relação dialética, não mecânica, entre imprensa e capitalismo, a qual pode ser percebida, por exemplo, por meio “da influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos”, afetando, portanto, a própria realidade que permitiu sua existência. Porém, é preciso ressaltar que, assim como a história do capitalismo, o desenvolvimento da imprensa passou por diferentes fases, sendo inicialmente lento e, por isso, facilmente controlado pelos governos dos países onde ela estivesse presente. Aumentando sua influência somente a partir

¹⁶⁴ LUCA, R., MARTINS, A. L.; *História da imprensa no Brasil*. São Paulo. Contexto, 2008, p.8.

¹⁶⁵ CRUZ, H.F.; PEIXOTO, M.R.C. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História, São Paulo, n.35, dez. 2007, p. 260.

do final século XVIII, atendendo aos interesses da burguesia em países da Europa Ocidental e no primeiro país independente da América, os EUA, a presença da imprensa ainda era mais restrita ou praticamente inexistente em lugares como o Brasil nesse momento¹⁶⁶.

No Brasil, ela surgiria somente em setembro de 1808, ano da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, mas ainda não existiriam por aqui “as condições para o aparecimento da imprensa” de fato¹⁶⁷. Essas condições políticas para o surgimento do que ele classifica como “imprensa periódica autêntica”, ainda que limitada, e a ampliação das condições materiais para sua expansão e desenvolvimento só seriam possíveis a partir do processo de independência¹⁶⁸. É importante destacar que nos anos posteriores à independência, continuou vigorando no país a censura contra a imprensa já existente desde seu início no período joanino, e durante boa parte do período imperial (1822-1889) ainda predominaram as tentativas de controle sobre ela, apesar da existência de períodos liberais em que os jornais de oposição conseguiram se desenvolver e encontrar algum grau de liberdade de expressão, como no período regencial¹⁶⁹.

Em São Paulo, a imprensa encontrou dificuldades de se desenvolver nesse período inicial. Enquanto outras províncias já contavam com periódicos há alguns anos, só em 1823 ocorreu a primeira tentativa de se publicar um jornal nessa província, *O Paulista*, que era manuscrito, seguindo o que Sodré classificou como um “processo medieval”, pois ainda não existiam tipografias por aqui. Como seria de se esperar nesse cenário de grandes dificuldades, essa primeira experiência durou apenas alguns meses. Pouco depois, em 1827, surgiu o primeiro jornal impresso em São Paulo, *O Farol Paulistano*, de caráter liberal. Entre 1827 e 1854, ano em que surgiu o *Correio Paulistano*, o primeiro jornal diário do estado, apareceram 64 periódicos na imprensa paulista, porém todos tiveram vida breve¹⁷⁰.

No interior de São Paulo, a primeira oficina tipográfica foi instalada em 1832¹⁷¹, mas o primeiro jornal do interior foi *O Paulista*, lançado em 1842 em Sorocaba, durando apenas dois meses e contando somente com quatro edições¹⁷². Segundo Gastão Thomaz de Almeida (1983), no final da década de 1850 foram fundados jornais em Itu (1857), Campinas (1858) e Guaratinguetá (1858). Ao longo da década de 1860 a difusão da imprensa ficou praticamente restrita ao Vale do Paraíba, com o surgimento de jornais em diversas cidades dessa região,

¹⁶⁶ SODRÉ, N. W. *A História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1999. p. 1-2.

¹⁶⁷ SODRÉ, 1999, *op. cit.* p. 19-28.

¹⁶⁸ SODRÉ, 1999, *op. cit.* p. 35-36.

¹⁶⁹ SODRÉ, 1999, *op. cit.* p. 84.

¹⁷⁰ SODRÉ, 1999, *op. cit.* p. 87.

¹⁷¹ SODRÉ, 1999, *op. cit.* p. 129.

¹⁷² SODRÉ, 1999, *op. cit.* p. 133-134.

ampliando-se para algumas cidades mais próximas de Campinas, como Amparo, Mogi Mirim e Rio Claro, no começo da década de 1870¹⁷³. Na década seguinte, ocorre um grande aumento no número de jornais criados no interior paulista, com 304 periódicos surgidos em 32 cidades, mais que o dobro da década anterior, em que tinham sido criados 129, e atingindo número quase igual ao da década de 1890, com 309 jornais. Esse aumento entre 1880 e 1889 parece atingir um raio geográfico maior do que nas décadas anteriores, chegando a cidades distantes entre si como Araraquara (1881), Franca (1884), Botucatu (1887) e Itapeva (1889)¹⁷⁴.

A partir dessas informações, me parece claro que a disseminação da presença da imprensa no interior de São Paulo acompanhou as mudanças econômicas, sociais e tecnológicas ao longo desse período, como o maior acesso às técnicas de impressão, a expansão da cafeicultura para novas regiões paulistas, a imigração, assim como o surgimento e o avanço de movimentos como o abolicionismo e o republicanismo, que divulgavam seus ideais, em parte, por meio dos periódicos. Assim, conforme avançava a ocupação de novas áreas e a exploração econômica pelo interior, gerando o surgimento de novas cidades e o crescimento das já existentes, também a imprensa avançava, como uma forma de integrá-las ainda mais ao “progresso” da modernidade capitalista. Foi nesse contexto que teve início a história da imprensa em Bauru, no começo do século XX.

2.4 - A história da imprensa bauruense até a década de 1930

Como consequência da aceleração da vida urbana e do processo de complexificação social dela decorrente, surgiu a demanda de um meio mais ágil de difusão da informação, a qual foi suprida pela imprensa periódica. No estado de São Paulo, entre o final do século XIX e o início do século XX, já havia o registro da presença de jornais mesmo em cidades que acabavam de surgir, com uma população ainda muito pequena e com a economia principalmente baseada no campo. Segundo Losnak (2007), esse fato “indica que segmentos sociais das pequenas comunidades buscavam representar-se e debater sua existência por meio dos jornais”¹⁷⁵, apesar de a imprensa ser considerada como uma atividade intimamente ligada ao processo de urbanização e a industrialização da sociedade moderna. Assim, apesar de não excluir o campo, pode-se considerar que o jornalismo é uma atividade essencialmente

¹⁷³ ALMEIDA, G. T. *Imprensa do Interior – um estudo preliminar*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983. P. 35.

¹⁷⁴ ALMEIDA, 1983, *op.cit.* p. 43-45.

¹⁷⁵ LOSNAK, C.J. *Jornalismo e Política na cidade*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007, p.1.

urbana¹⁷⁶, pois sem as cidades a imprensa provavelmente não existiria ou seria muito mais restrita.

Bauru, povoado que foi alçado à posição de cidade no final do século XIX, era considerada, como vimos anteriormente, um importante ponto de conexão com uma região no oeste paulista que era quase inexplorada do ponto de vista capitalista. A chegada dos trilhos das ferrovias em 1905 e a sua constituição enquanto grande entroncamento ferroviário que ligava distintas regiões, fez com que essa cidade presenciasse um grande aumento no fluxo de pessoas que circulavam por ela, principalmente a partir de 1910, algumas das quais permaneciam por considerarem que ali poderiam ter mais oportunidades de trabalho e riqueza, o que proporcionou o aumento da população, do comércio, além da instalação de pequenas fábricas e empresas. Foi nesse contexto geral que, em maio de 1905, surgiu o primeiro jornal local, *O Progresso de Bauru*. Sem contar com gráfica própria, sendo impresso em outras cidades próximas, como Avaré, Botucatu e São Manoel, com as quais mantinha contato por meio da linha da Estrada de Ferro Sorocabana, o primeiro jornal bauruense pretendia ser semanal, mas encontrou sérias dificuldades, e por isso teve vida breve, sendo distribuído apenas naquele ano¹⁷⁷.

Apesar de seu fracasso em se manter em circulação por mais tempo, o próprio título do periódico nos indica a forma como a sociedade local enxergava o processo pelo qual Bauru passava. Vistos como o símbolo do progresso, os trens acabavam de começar a passar pela cidade e partirem dela, favorecendo as comunicações com outras cidades, principalmente a capital, e também se ampliava a urbanização e suas características, a economia se diversificava, o fluxo de mercadorias aumentava, principalmente do café, que circulava e trazia riquezas. Tudo isso gerou a necessidade de “estabelecer comunicações mediadas entre os moradores da localidade, pois diante do crescimento dela, apenas as relações imediatas não eram mais consideradas suficientes”¹⁷⁸. Assim, o progresso era entendido principalmente como o movimento de transformações e de “modernidade” vivenciado pela sociedade local naquele período, como uma espécie de “etapa natural e superior” registrada no processo histórico regional, e a ideia do jornal ao utilizar essa palavra em seu título era justamente representá-lo para o seu público leitor, tentando ser entendido como a manifestação daquele movimento e como seu divulgador ao informá-lo das novidades¹⁷⁹.

¹⁷⁶ LOSNAK, 2007, *op.cit.* p. 2

¹⁷⁷ LOSNAK, 2008, *op.cit.* p. 1.

¹⁷⁸ LOSNAK, 2008, *op.cit.* p. 2.

¹⁷⁹ LOSNAK, 2008, *op.cit.* p. 3.

Essa noção de progresso pela qual a cidade passava naquele período ainda é reproduzida e defendida em um ensaio sobre a história da imprensa da cidade, publicado em 1987 nas páginas do *Jornal da Cidade*¹⁸⁰. Segundo Pelegrina e Ruiz (1987), apesar da importância de *O Progresso de Bauru* para a imprensa bauruense, ele pode ser considerado apenas como um precursor da existência desta e não o primeiro jornal de fato por conta de sua brevidade. Na visão desses autores, a história da imprensa bauruense teria início no ano seguinte.

No final de 1906 é lançado *O Bauru*, primeiro periódico local de maior expressão e que teve uma vida mais longa, durando mais de duas décadas e circulando semanalmente, passando pela mão de dois proprietários e contando com diferentes perfis editoriais ao longo desse tempo. Ao longo do tempo de sua existência, outros jornais surgiram e atuaram na cidade, embora nenhum tenha alcançado a mesma expressão e nem existido por tantos anos, pois muitos deles eram criados e logo depois fechados, o que era uma característica comum da imprensa naquele período. Muitos desses periódicos estavam vinculados aos grupos partidários, principalmente ao PRP, sendo financiados por eles ao menos parcialmente. Apesar de sua pretensão em ser um periódico regional, aparente por meio do slogan “Linha: Sorocabana e Noroeste do Brasil” adotado em 1907, suas páginas apresentavam notas somente sobre Bauru¹⁸¹.

Segundo Losnak, seus textos faziam mais referência aos problemas da gestão política da cidade e de como suas carências materiais podiam ser resolvidas por meio da ação da prefeitura. Dessa forma, a ação desse jornal pode ter contribuído para a reivindicação e a conquista da instalação de alguns serviços considerados básicos e fundamentais para a urbanização da cidade em seus primórdios, como água encanada, telefone e iluminação pública. Considerando que, desde essa época, principalmente no interior, as obras públicas e melhorias realizadas pelas prefeituras muitas vezes são consideradas como “vitrines” das gestões municipais, e que muitas vezes os debates políticos se davam principalmente em torno dessas questões, os periódicos serviam como fomentadores desses embates, transformando-os. A partir desses veículos, “as disputas adquirem materialidade, indo além da via oral”, pois “a página impressa, com estatuto de verdade, permanece informando mesmo quando os indivíduos não estão presentes”¹⁸².

O fundador e primeiro dono do jornal, Domiciano Silva, era comerciante, advogado e vereador da cidade, e deu um caráter mais conservador ao jornal, representando

¹⁸⁰ PELEGRINA, G. R.; SERRA, N. do N. *Imprensa, um poder sempre vigilante*. Encarte do Jornal da Cidade. Bauru, 04/10/1987, p. 4-5.

¹⁸¹ LOSNAK, 2008, *op.cit.* p. 4.

¹⁸² LOSNAK, 2008, *op.cit.* p. 5-6.

principalmente seu grupo social, a elite local, e buscando apresentar a sociedade bauruense como “indivisa, sem conflitos e homogênea”, apesar das disputas políticas e dos possíveis conflitos de classe. Em 1909, ele vende o jornal para Almerindo Cardarelli, comerciante e gráfico que dirigiu o jornal até o seu fim e alterou sua linha editorial. Agora com nova direção, o jornal apresentou um tom mais popular, inclusive com textos comemorativos sobre o 1º de Maio, destacando sua importância e o papel do proletariado, noticiando reuniões de operários socialistas e denunciando as péssimas condições de trabalho a que os operários da Noroeste estavam submetidos¹⁸³.

O jornal também fazia críticas à gestão municipal e, nas eleições de 1910, juntamente com outros periódicos locais, como *O Município* e *O Tempo*, apoiou o civilismo contra os partidários da tendência hermistista do PRP, que controlavam a política local através da figura do Coronel Azarias Leite, e que contavam com o apoio do jornal *A Cidade de Bauru*. É importante destacar que o antigo dono do jornal também era parte da tendência civilista e fazia oposição aos governantes locais¹⁸⁴. É importante destacar que, como consequência dos conflitos políticos em torno dessas eleições, ocorreu o primeiro caso de “empastelamento” na cidade, ou seja, destruição de um jornal, quando a oficina do periódico *A Cidade de Bauru* foi atacada e incendiada¹⁸⁵. A partir de 1912, as pautas partidárias foram diluídas e o jornal vai perdendo seu caráter mais militante. Assim, é possível ver que nesse período a imprensa da cidade já buscava cumprir o papel de intervenção na realidade ao participar ativamente das disputas políticas locais, ao menos nos períodos de maior acirramento das tensões.

De acordo com Castro¹⁸⁶, no fim do século XIX e começo do século XX o jornalismo brasileiro tinha características diferentes dos periódicos que circulavam no período da independência e durante a maior parte do século XIX, pois antes a intenção dos veículos era mais de formar a opinião do público do que informá-lo. Além disso, no início do século XX os periódicos apresentam alterações em relação ao tamanho e a diagramação, facilitando sua leitura, com uma divisão mais clara na distribuição das matérias, com a primeira página sendo mais organizada, visualmente mais favorável à leitura e apresentando seu conteúdo editorial. Os jornais do século anterior, em geral, não apresentavam essas características e eram menos organizados, uma vez que as reportagens eram publicadas nos periódicos sem essa preocupação.

¹⁸³ LOSNAK, 2008, *op.cit.* p. 6-7.

¹⁸⁴ POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 18.

¹⁸⁵ PELEGRINA, G. R.; SERRA, N., 1987, *op. cit.* p. 10.

¹⁸⁶ CASTRO, F.S.C. *Cidade e imprensa pelas folhas do Correio da Noroeste, 1930-1935*. Relatório parcial de pesquisa de iniciação científica apresentado à FAPESP, 2010. p. 8-11.

Segundo Sodré¹⁸⁷, esse período da virada do século marcou, no Brasil, a fase de “transição da pequena para a grande imprensa”, ou seja, do domínio dos pequenos jornais, de estrutura simples, muitos dos quais criados por iniciativas individuais, para a presença cada vez maior das “empresas jornalísticas”, que contavam com todo o equipamento gráfico necessário, um plano de produção e de circulação, além de uma nova relação “com anunciantes, com a política e com os leitores”. De acordo com o autor, tais transformações estão relacionadas com o conjunto de mudanças ocorridas no país naquele contexto, principalmente do processo de desenvolvimento do capitalismo, fazendo com que muitos dos periódicos tornem-se empresas, seja de pequeno ou grande porte.

Assim, a burguesia que investiu capital na criação de jornais no começo do século XX e conseguiu aproveitar-se das transformações do período (econômicas, políticas e urbanas) foi capaz de reunir os recursos financeiros necessários para comprar novos aparelhos tecnológicos que surgiram para a imprensa atingir uma escala industrial de produção, tornando-a uma área para seus negócios. Na visão do autor, a pequena imprensa, dos jornais considerados como “empreendimento individual”, fica praticamente restrita ao interior do país. Isso não significa que todos os veículos de comunicação impressos de cidades interioranas tivessem esse perfil no início do século XX, e a permanência de jornais que não são empresas, principalmente voltados para públicos mais específicos, seja por motivos políticos, sociais ou culturais, mesmo nas capitais, são mostras de que a tese de Sodré pode ser relativizada. Todo esse processo, assim como o próprio desenvolvimento capitalista e modernizador no Brasil, ocorre de forma tortuosa e contraditória. Aqui essas transformações só tiveram maiores efeitos sobre a estrutura dos textos e notícias dos jornais na década de 1920, quando as redações, por pressão dos proprietários, passaram a enquadrar os jornalistas para adotarem uma linguagem mais simples e objetiva do que aquela adotada no início do século, de estilo mais literário¹⁸⁸.

É preciso destacar que o Brasil passava ainda por um aumento no número de leitores devido ao crescimento da alfabetização, mesmo que de forma lenta, o qual estava relacionado de uma forma geral a esse processo de modernização em curso, que ocorria de forma desigual entre as regiões do país, privilegiando a porção sul do seu território, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. Analisando os dados dos censos de 1920 e 1940, há uma tendência clara de crescimento da alfabetização da população, especialmente nessas regiões citadas. Em São Paulo, cerca de 30% da população total era alfabetizada em 1920, e, considerando apenas as

¹⁸⁷ SODRÉ, 1999, *op. cit.* p. 275-276.

¹⁸⁸ CASTRO, 2010, *op. cit.* p.9.

pessoas maiores de quinze anos, 41% eram alfabetizados. Já em 1940, mais de 44% da população total sabia ler e escrever, e considerando-se apenas os maiores de quinze anos, essa porcentagem passava dos 57%¹⁸⁹. Em Bauru, considerando os dados de 1940, cerca de 60% da população com cinco anos ou mais sabia ler e escrever¹⁹⁰, o que mostra como já havia um grande público leitor na cidade naquele período e que não estava restrito apenas à elite local. Assim, a partir da década de 1920, com o aumento do número de potenciais leitores dos jornais, eles passam a serem entendidos principalmente como transmissores da “formação cultural e moral do povo” e não só como um meio de “articulação e discussão das posições e interesses das elites”, o que causa mudanças na própria forma pela qual os jornais transmitem e articulam as notícias, tentando ser mais atraente e despertar o interesse do novo mercado consumidor¹⁹¹.

O primeiro jornal bauruense de caráter diário, o *Correio de Bauru*, foi fundado somente em 1916, tinha vínculo com o PRP e por isso se encaixava mais na categoria de jornal militante, opinativo, do que noticioso, mas continuou circulando até 1930. Por volta de 1922 existiam outros quatro periódicos além desse na cidade, mas outros 26 tinham sido criados e haviam deixado de circular nos anos anteriores¹⁹², o que mostra como ainda era comum o aparecimento e desaparecimento de periódicos.

Em 1925 surgiu o *Diário da Noroeste*, segundo diário bauruense e que, segundo Losnak¹⁹³, não tinha seu perfil político atrelado a nenhum partido específico, embora revelasse uma proximidade com os detentores do poder ao não tecer críticas sobre a gestão municipal. Esse periódico apresentava características mais profissionais, sendo, entre os jornais bauruenses do período, “o que estava mais perto das novas tendências jornalísticas do início do século”, pois “tinha certo caráter noticioso, proporcionalmente às características da época”, publicando tanto as notícias de Bauru e das cidades à beira das linhas ferroviárias, como as notícias internacionais, além de textos opinativos sobre política e cultura, mas evitando polêmicas. Vários jornalistas que já haviam trabalhado em outros periódicos da cidade, ou que se tornariam figuras de destaque na imprensa bauruense posteriormente, participaram de sua

¹⁸⁹ *Recenseamento Geral do Brasil (1/09/1940). Série Regional. Parte XVII – São Paulo (Tomo 1)*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1950, p. 1.

¹⁹⁰ *Recenseamento Geral do Brasil (1/09/1940). Série Regional. Parte XVII – São Paulo (Tomo 1)*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1950, p. 71.

¹⁹¹ CASTRO, 2010, *op. cit.* p. 10.

¹⁹² PELEGRINA, G. R.; SERRA, N. do N. *Imprensa, um poder sempre vigilante*. Encarte do Jornal da Cidade. Bauru, 04/10/87. p.12

¹⁹³ LOSNAK, 2008, *op.cit.* p. 7.

criação ou publicaram seus textos no *Diário da Noroeste*, como João Maringoni e José Fernandes, os quais aparecerão com mais detalhes em páginas posteriores quando analisarmos os jornais da década de 1930.

Suas edições contavam geralmente com quatro páginas, nas quais eram frequentes a utilização de fotografias, e os textos ficavam concentrados nas duas primeiras, sendo interrompidos apenas por pequenos quadros de propagandas, e as duas últimas páginas eram preenchidas principalmente com anúncios diversos de publicidade, principalmente de comércios e serviços locais. No período em que o *Diário* foi criado, a população bauruense já era bem maior do que 20 anos antes, quando *O Bauru* começou a ser publicado. Esse fato tem um reflexo claro sobre a presença da publicidade na imprensa local, tanto em relação ao espaço ocupado pelos anúncios, como a quantidade, a frequência, os tipos de produtos e os serviços oferecidos, o que também podia garantir uma renda maior ao periódico¹⁹⁴, demonstrando a expansão econômica na cidade ao longo dessas décadas, principalmente a ampliação do comércio e do setor de serviços.

É importante ressaltar que, a partir da década de 1920, com o aumento do número de potenciais leitores dos jornais, eles passam a serem entendidos principalmente como transmissores da “formação cultural e moral do povo” e não só como um meio de “articulação e discussão das posições e interesses das elites”, o que causa mudanças na própria forma pela qual os jornais transmitem e articulam as notícias, tentando ser mais atraente e despertar o interesse do novo mercado consumidor¹⁹⁵.

Posteriormente, com o movimento de outubro de 1930, o *Diário da Noroeste* e o *Correio de Bauru* foram “empastelados” por apoiadores das forças políticas que estavam tomando o poder em 24 de outubro daquele ano, pois esses veículos eram considerados como colaboradores do PRP ao terem omitido informações sobre o avanço das tropas “revolucionárias”, em um episódio de violência envolvendo a imprensa que não era novidade na cidade. É importante destacar que o grupo que dominava a política local antes da “Revolução” aplicou a censura contra a imprensa local após a aprovação da ampliação dos poderes do prefeito pela Câmara Municipal, com o intuito de impedir ou frear o apoio ao então movimento antigovernista na cidade¹⁹⁶, o que demonstra o potencial de controle da elite bauruense sobre os jornais, seja pela força ou pelas possíveis relações comerciais e políticas com os representantes desses periódicos.

¹⁹⁴ LOSNAK, 2008, *op.cit.* p. 8.

¹⁹⁵ CASTRO, 2010, *op. cit.* p. 10.

¹⁹⁶ POSSAS, 1993, *op. cit.* p.25

Como vimos anteriormente, a mudança de governo na esfera federal também causou transformações nos governos municipais, e os jornais continuaram cumprindo seu papel de participar e intervir no debate político representando as diferentes correntes e grupos presentes no cenário político. O Partido Democrático (PD), agora controlando politicamente Bauru, buscou fazer sua propaganda e atacar seus inimigos também pela imprensa ao fundar o *Jornal da Manhã*¹⁹⁷, porém esse periódico teve suas atividades suspensas pouco tempo depois¹⁹⁸.

No ano seguinte foi criado um dos jornais mais duradouros da história da imprensa bauruense, o *Correio da Noroeste*, fundado por José Fernandes, que foi o terceiro diário da cidade e que existiu por mais de 30 anos. Esse é um dos poucos jornais que conta com algum estudo a respeito de sua atuação política no período analisado, a *Gazeta do Noroeste* é citada apenas brevemente, e não foi encontrado nenhum estudo sobre a *Folha do Povo*, apenas um breve histórico no já citado ensaio sobre a história da imprensa bauruense.

Segundo Castro (2010), o *Correio da Noroeste* foi praticamente uma continuação do *Diário da Noroeste*, que fora empastelado poucos meses antes, considerando que Fernandes havia sido um grande colaborador desse diário e que outras figuras importantes estavam vinculadas aos dois jornais, como Jorge de Castro e João Maringoni, fundadores do *Diário da Noroeste* e colaboradores do *Correio da Noroeste*, sendo que Castro escrevia com mais frequência em suas páginas. Além disso, os dois veículos tratavam de questões semelhantes, como a defesa da importância da lavoura do café para a economia e a defesa da Estrada de Ferro Noroeste, e, como visto pelo nome em comum, enxergavam-se como representantes de toda a região então conhecida como zona Noroeste¹⁹⁹. É importante acrescentar que a empresa jornalística de Fernandes não contava só com esse jornal, publicando também o periódico *Correio da Semana* às segundas-feiras, mas não foi possível descobrir exatamente por quanto tempo ele circulou, considerando que não foi encontrado um grande acervo de suas edições.

Ainda de acordo com Castro, o *Correio da Noroeste* apresentava características próximas dos jornais que circulavam no fim do século XIX e início do século XX, e suas páginas apresentavam um atraso no que se refere à diagramação e a disposição dos assuntos ao longo das folhas, principalmente se comparado aos jornais mais modernos da imprensa paulistana, mas contava com equipamentos mais avançados que os outros periódicos locais da época,

¹⁹⁷ POSSAS, 1993, *op. cit.* p. 28.

¹⁹⁸ PELEGRINA; SERRA, 1987, *op.cit.* p.12.

¹⁹⁹ CASTRO, 2010, *op. cit.* p. 13-14.

considerando que foi o primeiro a contar com uma máquina linotipo, em 1934²⁰⁰. Ao longo de seus primeiros anos de vida, esse jornal bauruense não apresentou grandes alterações em sua periodicidade, na estrutura de sua diagramação ou na distribuição dos assuntos, contando com editoriais na primeira página, junto com assuntos políticos, locais ou nacionais, assim como questões de saúde, distribuídas de forma aleatória e onde coubessem, e nas páginas seguintes apresentava notas sobre outras cidades da região, eventos sociais, esportivos e anúncios²⁰¹.

A partir de 1932, o periódico sofre uma pequena alteração no foco de suas pautas, voltando-se um pouco mais para o noticiário político do que para os eventos sociais. Tal mudança é evidenciada pela participação direta do próprio diretor, José Fernandes, na “Revolução” Constitucionalista de 1932 como combatente das tropas paulistas²⁰². Isso não significa que o jornal não tivesse uma posição política um pouco mais clara antes desse evento, considerando que tanto Fernandes como outros jornalistas que atuavam no *Correio da Noroeste* já criticavam Vargas anteriormente, embora nem sempre essas críticas representassem uma oposição direta. Posteriormente, tanto nos anos finais do período analisado por Castro (1933-1935) como no período posterior analisado por mim nesta pesquisa (1936-1937), as críticas a Vargas são frequentes nas páginas do *Correio da Noroeste*, embora o anticomunismo e a crítica às “desordens” sejam elementos comuns no discurso varguista e na ideologia desse jornal, especialmente em momentos de aprofundamento das disputas políticas e no contexto de episódios violentos relacionados a elas, em meados e na segunda metade da década de 1930.

Considerando isso, acredito ser importante frisar que, apesar de não estar vinculado diretamente a nenhum partido político, José Fernandes e seus colaboradores apoiavam principalmente as pautas dos setores agrícolas e comerciais da cidade e da região, embora reconhecessem a importância da política industrial que passava a ser adotada a partir daquele período, e claramente expressaram ideais políticos conservadores em seus textos, aproximando-se e, em alguns momentos, fazendo propaganda de movimentos como o Integralismo, apesar de se colocar como defensor da liberdade de imprensa e da democracia para o Brasil²⁰³. Esse posicionamento do jornal também pode ser mais bem entendido considerando quem era o seu público leitor, formado em sua maioria pela elite política e econômica bauruense, embora não fosse restrito a esse grupo. É preciso destacar que,

²⁰⁰ PELEGRINA; SERRA, 1987, *op.cit.* p.3.

²⁰¹ CASTRO, 2010, *op. cit.* p. 25-26.

²⁰² CASTRO, 2010, *op. cit.* p. 15.

²⁰³ CASTRO, 2010, *op. cit.* p. 27.

infelizmente, há uma lacuna no acervo remanescente desse jornal, não sendo encontrada nenhuma de suas edições do primeiro semestre de 1935, o que acaba prejudicando um pouco sua análise.

Além desse veículo, outros jornais também surgiram na cidade durante a década de 1930, como *A Folha do Povo*, *Gazeta da Noroeste*, *A Tribuna Operária*, *O Fonal*, *Bauru Cultural*, *O Noroeste*, *Jornal de Bauru*, *Diário do Sertão* e o *Semanário de São Paulo*. Entre esses, os dois primeiros, ambos dirigidos pelo jornalista Paulino Raphael, serão analisados.

Antes de apresentar esses periódicos, é preciso citar brevemente o caso de *A Tribuna Operária* que, como vimos anteriormente, era alinhado ao regime varguista e foi contrário ao movimento de 1932, motivo que, segundo Castro²⁰⁴ o levou a ser alvo dos ex-combatentes constitucionalistas e seus apoiadores, sofrendo o último empastelamento registrado na história da imprensa bauruense. Ao ser destruído, o jornal foi também acusado de guardar panfletos comunistas em sua redação, porém a publicação de um texto crítico ao comunismo em uma de suas edições parece contradizer esse fato²⁰⁵. Possas apresenta outro motivo para o empastelamento, alegando que o jornal foi destruído porque “representava o pensamento conservador segundo o qual as classes operárias deviam obter suas vitórias dentro da ordem e da lei”, tendo sua proposta política esgotada ao se confrontar com as propostas defendidas pelo Sindicato dos ferroviários da Noroeste²⁰⁶, sendo que o episódio teria ocorrido em 29 de setembro daquele ano²⁰⁷. Porém a existência de uma edição de 11 de outubro do mesmo ano sugere que ou o jornal voltou a publicar pouco após o episódio, ou o evento foi datado de maneira incorreta pelos memorialistas da imprensa bauruense. De qualquer forma, esse fato mostra a importância da imprensa no cenário político local e, principalmente, as potencialidades de seu papel de intervenção nesse contexto específico, o que explicaria os ataques realizados contra diversos periódicos em Bauru no início da década de 1930 de acordo com o agravamento das disputas políticas em âmbito local, estadual ou nacional.

Em setembro de 1934, o jornalista Paulino Raphael fundou a *Gazeta da Noroeste*, periódico que teve vida curta, sendo encerrado em novembro do mesmo ano após 55 edições que foram publicadas de maneira diária, com exceção das segundas-feiras. Apesar da existência breve, o jornal cobriu um dos momentos mais conturbados da história política bauruense, o conflito de 3 de outubro de 1934 entre integralistas e antifascistas, principalmente sindicalistas, conforme citado anteriormente. Nesse contexto de acirramento das tensões entre grupos fascistas, aí incluídos os integralistas, e antifascistas a nível nacional e mundial, o periódico retratou os

²⁰⁴ CASTRO, 2010, *op. cit.* p. 14.

²⁰⁵ *Tribuna Operária*, 11/10/1932, p. 3. AEL/UNICAMP.

²⁰⁶ POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 36.

²⁰⁷ PELEGRINA; SERRA, 1987, *op.cit.* p. 12.

distintos grupos, movimentos e regimes enquadrados nessas categorias, certamente contribuindo para a construção do imaginário político da população local acerca deles, o que justifica sua análise nesta pesquisa. Em sua última edição, Raphael afirmou em editorial que a *Gazeta* teve como programa “servir aos interesses da valorosa população desse trecho paulista” e que havia surgido “sem dependência de qualquer núcleo partidário” ²⁰⁸, mas, apesar de não ter um vínculo direto com nenhum partido, seu posicionamento é claramente anticomunista e conservador em alguns aspectos, além de ser simpático aos integralistas no contexto do confronto mencionado acima, mas, diferentemente do *Correio da Noroeste*, tinha uma posição mais favorável em relação ao governo de Vargas.

Também em 1934 surgia outro jornal local, *A Folha do Povo*, criado por José Lúcio da Silva, jornalista experiente que havia dirigido *O Tempo*, surgido em 1923, e fundado o periódico *O Trabalho*, em 1925. Como mencionado no cabeçalho de suas edições, o periódico contava com diversos colaboradores e, em meados de 1935, passaria a ser dirigido por Paulino Raphael, em conjunto com seu fundador. De início era um semanário, mas no ano seguinte passou a contar com duas edições semanais e posteriormente, em 1937, tornou-se diário. Assim como o *Correio da Noroeste*, teve uma longa trajetória de mais de 30 anos, sendo um dos mais longevos da imprensa bauruense no século XX, passando para as mãos somente de Raphael por volta de 1942, e depois de outros proprietários em seus anos finais, entre o final da década de 1950 e a primeira metade da década de 1960.

Assim como a *Gazeta da Noroeste*, tinha uma posição claramente mais favorável ao regime varguista do que outros jornais locais, assumindo também um discurso anticomunista e apresentando uma postura mais dúbia em relação aos movimentos e regimes fascistas, não apresentando propagandas e textos integralistas como ocorria no *Correio da Noroeste* e na *Gazeta da Noroeste*, mas tecendo elogios ao Fascismo italiano em alguns aspectos e criticando em outros. Infelizmente não foram localizadas muitas das edições desse jornal entre os anos de 1935 e 1936, o que certamente prejudica a análise de sua atuação política nesse período.

Outro jornal analisado nesta pesquisa e que faz parte da imprensa bauruense nessa década é *O Sindicato*, órgão representativo do Sindicato dos Ferrovieiros da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, cuja sede ficava em Bauru. Infelizmente só consegui ter acesso a cinco edições desse periódico, sendo quatro de 1935, dos meses de março, abril, junho e outubro, e uma do ano de 1937, do mês de maio, e através delas só foi possível obter algumas poucas

²⁰⁸ *Gazeta da Noroeste*, 13/11/1934, p. 1. Arquivo UNISAGRADO.

informações a respeito de sua história, como um indício de que ele teria começado a circular em 1934 e de que, inicialmente, sua periodicidade era mensal, além de contar com quatro a seis páginas. Apesar do diminuto acervo disponível desse jornal, é possível encontrar informações importantes sobre esse veículo de informação e, principalmente, a diferença temporal entre as primeiras edições encontradas e a última possibilita conhecer importantes mudanças da orientação política dominante dentro do sindicato nesse intervalo de tempo. Como resultado da política sindical repressora do Varguismo contra o sindicalismo autônomo e das disputas entre grupos fascistas e antifascistas, a antiga direção sindical é derrubada e o jornal muda de uma posição inicial mais à esquerda, de crítica às condições de trabalho, aos baixos salários e à situação de pobreza e miséria da classe trabalhadora em geral, para uma posição claramente direitista, sendo dirigido por um conhecido integralista local, Hédio de Moraes Barbosa, e inclusive reproduzindo um artigo do jornal integralista *Acção* e adotando uma postura colaboracionista com a direção da companhia ferroviária.

Assim, através dessa breve apresentação da história da imprensa bauruense e dos perfis dos periódicos a serem analisados nesta pesquisa, buscamos entender melhor como os contextos local, estadual, nacional e internacional se relacionam com o surgimento, o desenvolvimento, a atuação e o perfil dos diferentes jornais que compuseram a imprensa bauruense, especialmente aqueles que surgiram ou existiram durante a década de 1930 e que são o nosso foco de atenção para a análise posterior das representações políticas sobre comunistas e integralistas construídas e reproduzidas nas páginas desses periódicos.

No próximo capítulo irei analisar mais detidamente a luta entre Fascismo e antifascismo no Brasil, desde os primórdios dos dois movimentos na década de 1920 até o desenvolvimento e o auge dessa luta em meados da década de 1930, com conflitos diretos em espaços públicos, como o ocorrido em Bauru em outubro de 1934, buscando entender melhor, dessa forma, a atuação de comunistas e integralistas em Bauru e o conflito mencionado acima.

Capítulo 3 - Fascismo e antifascismo no Brasil entre as décadas de 1920 e 1930.

3.1 – A política externa fascista e a presença do fascismo e do antifascismo italiano no Brasil.

Em um primeiro momento, na década de 1920 e até o início da década de 1930, a atuação de fascistas e antifascistas no Brasil ocorreu principalmente nas colônias italianas do país, como uma espécie de reprodução das disputas políticas que ocorriam na Itália no mesmo período. Por isso, é importante apresentar de que forma esses grupos atuaram no país, dentro de um contexto maior de expansão da luta entre fascistas e antifascistas para além das fronteiras italianas.

Assim, considero primeiro necessário contextualizar a política externa fascista em relação aos emigrantes italianos presentes em diversas regiões do globo e suas implicações práticas na atuação dos fascistas no Brasil, localizando essa política também dentro de um debate maior e anterior a respeito das tentativas de instrumentalização dos *oriundi* por parte do Estado italiano.

Como mencionado em páginas anteriores, o Fascismo, após chegar ao poder em 1922, buscou, por meio da política externa, influenciar os emigrados italianos e seus descendentes presentes em outros países, principalmente na América, atingindo-os por meio de sua propaganda e suas organizações partidárias, que também estavam presentes nesses países, assim como por meio das organizações diplomáticas italianas já existentes anteriormente e que, nesse momento, passaram a ser aparelhadas pelos fascistas. Mas a atuação do Fascismo italiano no Brasil, logo no início da década de 1920, aparentemente ocorreu mais como consequência da adesão espontânea dos imigrantes italianos e, somente pouco depois, também por meio da propaganda e atuação direta do *Partito Nazionale Fascista* (PNF) em solo brasileiro, como parte da política externa do governo fascista italiano²⁰⁹.

É preciso ressaltar que não podemos pensar a política externa fascista separada de questões e tradições já presentes na política externa do Estado italiano antes da ascensão de Mussolini. De acordo com Bertonha, logo no início do século XX, dentro do debate intelectual e político italiano a respeito da emigração, passou a ser considerada a possibilidade de usá-la como instrumento da política externa italiana ou, mais especificamente, como agente para a expansão imperialista da Itália. No processo de afirmação do imperialismo entre as nações europeias durante o final do século XIX e início do século XX, a Itália recém-unificada, como

²⁰⁹ BERTONHA, 2008, *op. cit.*, p.207; BERTONHA, 2001, *op. cit.*, p.88.

potência europeia, não deixou de participar da corrida imperialista. Porém, o imperialismo italiano teve características próprias, como o fato de o Estado ter cumprido uma grande função na sua promoção, de não ter nascido diretamente das necessidades do capitalismo italiano e a tentativa de incorporação da emigração dos italianos na sua organização imperial. Seriam justamente essas peculiaridades do imperialismo italiano que levaram a intensas discussões sobre os rumos que ele deveria tomar: um imperialismo clássico de conquista, voltado principalmente à África, ou uma expansão pacífica por meio dos emigrantes, formando uma “Nova Itália” no exterior, especialmente na América do Sul²¹⁰.

Ainda segundo Bertonha, parte desse debate compôs a matéria prima a partir da qual os fascistas construíram sua política de relacionamento com os emigrantes e seus descendentes presentes em diversos pontos do mundo. Porém, ele não foi incorporado diretamente pelo ideário fascista, mas através da mediação de outro grupo político fundamentalmente importante na Itália do início do século XX: os nacionalistas. Esse grupo acabou incorporando a emigração dentro de seu discurso imperialista, pois considerava que, apesar da prioridade ser a conquista real de colônias, os emigrantes haviam tido a coragem de iniciar um novo tipo de imperialismo e a Itália tinha que se aproveitar disso. Porém, tal aproveitamento só aconteceria se a migração pudesse ser transformada e instrumentalizada em arma de conquista ou, ao menos, de aumento da influência italiana no mundo. Tal condição implicava na manutenção da italianidade dos emigrantes e seus filhos e na disciplinarização dos mesmos pelo Estado. Para atingir tal objetivo, o autor afirma que os fascistas retomaram, para criar seu ideário próprio, boa parte das propostas e ideias dos nacionalistas, inclusive sobre a questão emigratória, conservando as diretrizes básicas de usá-la como instrumento do prestígio e do desenvolvimento da Itália, o que não significa que o Fascismo fez uma simples cópia das ideias nacionalistas sobre o assunto²¹¹.

Assim, a defesa de um expansionismo mais ou menos pacífico, através do comércio, da cultura e da emigração, que o regime fascista adotou na primeira metade dos anos 1920, parece ter sido baseado no debate, filtrado e reelaborado pelos nacionalistas, sobre a “colonização pacífica”. Dessa forma, foi através da fonte nacionalista que o Fascismo retomou a ideia de que os emigrantes deveriam se tornar ícones e ferramentas do governo italiano, e para isso era essencial recuperar os vínculos destes com a Itália e submetê-los a seus interesses. Porém, a inovação fascista foi identificar a italianidade com o Fascismo,

²¹⁰ BERTONHA, 2008, *op. cit.*, p.54-56.

²¹¹ BERTONHA, 2008, *op. cit.*, p. 57-60.

levando-o a relacionar uma política de maiores ligações e tutela dos emigrantes com uma associação da Itália ao próprio regime fascista²¹².

Seguindo seus ideais sobre a instrumentalização dos emigrantes, os nacionalistas italianos fundaram uma organização em 1920, a *Lega Nazionale per la tutela degli interessi nazionali*, com o objetivo de propagar economicamente e comercialmente a Itália e, principalmente, organizar e realizar a tutela dos emigrantes italianos no exterior, porém tal instituição teve uma presença limitada e não conseguiu obter grande sucesso. Quase ao mesmo tempo surgiram os primeiros núcleos do PNF fora da Itália, conhecidos como *fasci all'estero*, e que, ao menos nesse momento inicial, eram fundados de forma espontânea por italianos simpatizantes do Fascismo vivendo em diversos países, inclusive em solo brasileiro. A experiência dos *fasci all'estero* foi um caso inédito de atuação de um partido que construía redes de seções no exterior para mobilizar seus compatriotas, e, ao menos inicialmente, representou uma política externa paralela a do Estado italiano, exercida pelo PNF para cooptar os italianos do exterior e utilizá-los para influenciar e difundir a ideologia fascista nos países hospedeiros. A partir da entrada dos nacionalistas no partido em 1923, ocorreu a dissolução da Lega e suas seções foram absorvidas pelos *fasci*, que eram preferidas por Mussolini por sua confiabilidade e seu grau de politização²¹³.

Bertonha ressalta que muitos dos primeiros *fasci all'estero* eram “mais fascistas” que o próprio PNF, pois eles não estavam sob o controle partidário direto. A diretriz ideológica dada em seus primeiros anos por seu líder, Bastianini, refletia sua visão de defesa de uma fascistização total do Estado italiano e de que era necessário combater todos os inimigos dos fascistas, o que explica a violência com que os fascistas buscaram conquistar as colônias italianas, inclusive levando ao choque com os antifascistas no exterior. Foi justamente com o intuito de direcionar sua atuação que o partido criou, a partir do fim de 1922 e início de 1923, uma estrutura legislativa e administrativa para enquadrar suas seções no exterior, através da *Segreteria Generale dei fasci all'estero*, disciplinando e centralizando sua organização, além de fazê-los respeitarem as leis dos países hospedeiros. Essa última diretriz espelhava principalmente a preocupação dos diplomatas italianos, mas aparentemente compartilhada por Mussolini, com a agressividade fascista no exterior e o consequente potencial de conflitos internacionais. Além disso, a entrada dos nacionalistas no partido, com posições mais moderadas, também contribuiu para frear as intenções de Bastianini de obter certa autonomia dos *fasci* em relação ao PNF e uma política externa independente a do Estado. É importante

²¹² BERTONHA, 2008, *op. cit.*, p. 61-62.

²¹³ BERTONHA, 2008, *op. cit.*, p.72-73.

destacar que a questão dos *fasci all'estero* é um grande exemplo do conflito entre Estado e PNF nos anos de formação do regime fascista, entre 1923 e 1926, em um momento em que o Estado ainda não estava “fascistizado”, e das tensões internas desse partido ²¹⁴.

Mussolini estava posicionado entre o partido e o Estado, julgando conveniente manter os *fasci* como ponto de apoio à sua diplomacia paralela no exterior, e, ao mesmo tempo, preocupando-se com os possíveis conflitos externos que poderiam resultar de sua atuação, e por isso tentou resolver a situação subordinando-os aos diplomatas, porém exigindo do Ministério dos Assuntos Externos que apoiasse as medidas “fascistizantes” voltadas aos emigrantes, mesmo que realizadas de forma gradual e com cautela. Ao mesmo tempo, procurou substituir aos poucos esses diplomatas por fascistas “de fé”, que cumpririam de fato a tarefa recebida, sendo esse um exemplo de como o Estado italiano foi sendo “fascistizado”. Mas a resistência dos *fasci all'estero* às tentativas de controlá-lo permitiu que eles sempre mantivessem alguma autonomia enquanto continuaram existindo ²¹⁵.

Dessa forma, a partir das definições do papel que essa organização deveria cumprir na política externa italiana, podemos compreender melhor as tentativas de fascistização das colônias no exterior, e até que ponto os fascistas conseguiram atingir seus objetivos nesse sentido.

Segundo Bertonha, o empenho fascista em atrair os imigrantes italianos e seus filhos para sua rede teve início em 1923 no estado de São Paulo. Mas somente a partir de 1928, com a vinda dos cônsules fascistas ao Brasil, que o interesse para a realização dessa tarefa foi maior. Os instrumentos utilizados para tal objetivo podem ser divididos em duas formas de atuação: primeiro, a implantação de órgãos realmente fascistas, como os já citados *fasci all'estero* e as *Opera Nazionale Dopolavoro*, assim como a expansão dos consulados em solo brasileiro; e segundo, por meio da tentativa de controle de órgãos já existentes vinculados à colônia italiana, como escolas, jornais e associações ²¹⁶.

De forma geral, o trabalho de propaganda fascista italiana no Brasil pode ser dividido em dois períodos: o primeiro, na década de 1920, quando foi voltado praticamente aos italianos e seus descendentes residentes aqui; e o segundo, a partir do início da década de 1930, quando começa a ser montada uma estrutura mais desenvolvida de propaganda política da cultura italiana e da política fascista voltada para atingir os brasileiros em geral, e não apenas a comunidade italiana, por meio de vários materiais como textos enviados da Itália a serem

²¹⁴ BERTONHA, 2008, *op. cit.*, pgs. 74-75.

²¹⁵ BERTONHA, 2008, *op. cit.*, p. 76.

²¹⁶ BERTONHA, J.F. *O antifascismo italiano em São Paulo nos anos 20 e 30*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, IFCH, Campinas, 1993, p. 28-29.

publicados em jornais e revistas, fotos, distribuição de livros, realização de conferências e até exibição de filmes. A quantidade de conteúdos e materiais fascistas circulando chegou a atingir um grande volume, e o objetivo da montagem dessa máquina de propaganda era levar aos italianos e brasileiros valores e ideias que os fizessem simpatizar com o Fascismo²¹⁷. Dessa forma, o regime de Mussolini buscava ampliar sua influência não só sobre a colônia ítalo-brasileira, mas também sobre toda a sociedade e o governo brasileiro.

Como dito anteriormente, a atuação ostensiva e agressiva dos fascistas dentro de parte das colônias italianas no exterior gerou conflitos violentos com antifascistas, inclusive com mortos e feridos, principalmente onde estes estivessem mais organizados²¹⁸, mas esse não foi o caso do Brasil inicialmente. Aqui, de forma geral, a coletividade italiana parece ter dado uma resposta mais positiva frente ao esforço fascista de conquistá-la do que nesses países, o que não significa que houve uma grande adesão ao Fascismo, mas sim uma simpatia em relação a ele, considerando que o número de filiações aos *fasci* foi relativamente pequeno. Esse fato é explicado parcialmente pelo sucesso dos fascistas em controlar instrumentos indiretos de ação como os jornais, as associações e escolas italianas. No caso do *Fanfulla*²¹⁹, o principal jornal italiano no Brasil, as primeiras notícias a respeito do Fascismo surgiram em suas páginas entre 1920 e 1921, com a ação violenta dos *Fasci di combattimento* sendo justificadas como uma forma necessária de reação contra a ação das esquerdas italianas e, principalmente a partir de 1922, o regime de Mussolini passou a ser defendido, embora até 1927 ainda fosse possível encontrar textos com críticas ao que era considerado como excesso de violência e às leis contra a liberdade de imprensa, por causa da presença de alguns jornalistas antifascistas em sua redação, que aos poucos foram transferindo-se para a imprensa antifascista e sendo substituídos por simpatizantes do Fascismo. O mesmo não ocorreu nas colônias italianas de outros países vizinhos, como Argentina e Uruguai, no qual o antifascismo parece ter sido mais forte e com maior capacidade de resistir aos ataques fascistas sobre a colônia.

A fim de compreender melhor a relativa fraqueza do antifascismo brasileiro, é importante comparar a situação do antifascismo nos países sul-americanos e entender suas diferenças. Assim, pode-se destacar, no caso do Brasil, a fraqueza da imprensa antifascista, em sua maioria composta por jornais que surgiam e sumiam com certa facilidade, e que eram

²¹⁷ BERTONHA, 1998, *op.cit.* p. 251-257.

²¹⁸ BERTONHA, 2008, *op. cit.*, p. 77.

²¹⁹ MALATIAN, T. *Até que o vendaval passe, “acreditar, obedecer, combater”: o Fanfulla e o Duce (1922-1941)*. In: LUCA, T.R. de.; GUIMARÃES, V. (Org.) *Imprensa estrangeira publicada no Brasil: primeiras incursões*. Rafael Copetti Editor: São Paulo, 2017. p. 347-349.

numericamente inferiores aos periódicos fascistas, além da diminuta presença antifascista nas associações italianas, que foi reduzida a quase nada no decorrer dos anos 1930. Já o antifascismo italiano na Argentina sempre foi forte e mais organizado desde o início, permanecendo dessa forma na década de 1930, e tornando-se posteriormente, na década de 1940, um de seus centros mundiais. Enquanto isso, o antifascismo italiano no Brasil foi fraco nos anos 1920 e entrou em colapso na segunda metade da década de 1930, o que fez com que a coletividade ítalo-brasileira ficasse praticamente à mercê do Fascismo²²⁰. De fato, entre os países sul-americanos que receberam imigrantes italianos, o Brasil foi aquele em que o Fascismo contou com maior apoio e, conseqüentemente, onde o antifascismo teve menos força²²¹.

As desigualdades de atuação do antifascismo nos diferentes países sul-americanos, assim como o “fracasso” ou “sucesso” dos fascistas nos diferentes países da região, podem ser mais bem entendidas quando se leva em conta a situação das sociedades desses países, a cultura política de cada um deles, e as proximidades, simpatias ou distanciamentos e rejeições dos governos e da opinião pública local em relação ao Fascismo. Segundo Bertonha, no Brasil, aparentemente, já havia uma simpatia em relação à Itália e ao povo italiano, a qual foi apropriada pelo Fascismo quando associou a sua imagem à própria imagem da Itália, mas, além disso, havia uma simpatia específica em relação à Mussolini e ao Fascismo, que era “visto como o iniciador de uma era de estabilidade e progresso para a Itália e como o criador de um remédio apto a resolver os problemas sociais do capitalismo sem cair no comunismo”²²². Ou seja, havia, no Brasil, uma cultura política crescentemente autoritária, a qual era favorável para o Fascismo germinar.

É importante lembrarmos que, no contexto do início da década de 20, já surgiam no Brasil movimentos com clara inspiração fascista. Segundo Edgar Carone, havia no país duas correntes de pensamento de extrema-direita: a fascista italiana e as tentativas de criação de um fascismo nacional, apesar de ainda contar com uma clara influência italiana²²³. De acordo com esse autor, os antecedentes da Ação Integralista Brasileira enquanto representantes do fascismo nacional foram o Partido Nacional Fascista, que fora fundado oficialmente em 1930, mas tinha suas manifestações desde 1922 por meio da Legião do Cruzeiro do Sul, o Partido

²²⁰ BERTONHA, 2008, *op. cit.*, pgs. 120.

²²¹ BERTONHA, 2008, *op. cit.*, p. 104.

²²² BERTONHA, 2008, *op. cit.*, p. 118-119.

²²³ CARONE, E. *A República Nova: 1930-1937*. São Paulo: DIFEL, 1974, p. 194-195.

Nacional Sindicalista e o Partido Nacionalista de São Paulo²²⁴. Além desses, podemos destacar a Legião Cearense do Trabalho, que posteriormente iria compor a AIB²²⁵.

De acordo com Bertonha, alguns motivos ajudam a explicar a maior difusão do Fascismo entre os italianos no Brasil do que nos países vizinhos entre as décadas de 1920 e 1930, como a já citada cultura política crescentemente autoritária do Brasil nesse período e as dificuldades do antifascismo de se manter como movimento autônomo e em permanecer combatendo a propaganda fascista. Além disso, divisões internas, a falta de uma “emigração antifascista” que pudesse contribuir em número e força ideológica para o antifascismo e, principalmente, a falta de ligações mais fortes e seguras dos antifascistas com os grupos de esquerda locais, além da própria fraqueza destes, também ajudam a explicar a situação do antifascismo italiano em nosso país²²⁶. Mas é necessário lembrar que o esforço de propaganda fascista não atingiu e foi recebido por todos italianos da mesma forma, levando em conta a estrutura social da coletividade italiana, existindo diferenças principalmente quando consideramos o recorte de classe.

Dessa forma, a elite industrial italiana e as classes médias de origem italiana de São Paulo foram os grupos sociais que apresentaram uma adesão maior ao Fascismo. No caso da burguesia italiana de São Paulo, essa adesão ocorreu pela defesa de seus interesses e por uma busca de prestígio e reconhecimento. Já entre as classes médias, a adesão ocorrera tanto por motivos de simpatia ideológica pelas ideias fascistas, como por sua relação mais íntima com a ideia nacionalista expressada por este movimento. Em relação aos operários, o autor afirma que parece ter ocorrido uma infiltração menor da ideologia fascista, sendo esse o grupo da coletividade italiana que fora menos atingido por sua propaganda, e no qual o antifascismo conseguiu mais apoio. Mesmo assim, afirma Bertonha, talvez seja mais correto falar em “afascismo” do que “antifascismo” para caracterizar a relação dos operários italianos no Brasil com o Fascismo, considerando que estes “foram atingidos por um sentimento difuso de apoio ao fascismo que não se converteu nem em adesão firme ao regime e nem em uma mobilização em favor do antifascismo”²²⁷.

Mas, segundo Bertonha, apesar desse apoio ao Fascismo, mesmo que de forma difusa, não se pode afirmar que não houve uma resistência às investidas fascistas no Brasil. Os primeiros sinais de antifascismo no Brasil datam de 1919, com a publicação de alguns textos antifascistas em jornais de esquerda associados à colônia italiana, portanto antes mesmo da

²²⁴ CARONE, 1974, *op. cit.* p. 288-295.

²²⁵ BRUSANTIN, 2004, *op. cit.* p. 24.

²²⁶ BERTONHA, 2008, *op. cit.* p. 104-105.

²²⁷ BERTONHA, 2008, *op. cit.* p. 103-104.

fundação dos primeiros *fasci* no país, no início dos anos 1920²²⁸. Esse fato pode ser visto como um sinal da importância dada pela comunidade italiana ao que acontecia no cenário político de seu país natal, considerando que a disputa entre fascistas e antifascistas ainda não estava praticamente presente em solo brasileiro. Alguns anos depois, em 1923, apareceram as primeiras expressões organizadas do antifascismo no país, ainda restrito à colônia italiana, com a fundação do jornal *La Difesa* em São Paulo, pelo socialista moderado italiano Antonio Piccarolo²²⁹. O periódico atuou por 11 anos, até 1934, e apesar de sua grande importância para o antifascismo no Brasil, sofreu com os conflitos internos que ocorriam, em parte, como reflexo das disputas políticas internas presentes no movimento antifascista nesse período.

É importante destacar que o antifascismo teve grande presença fora da Itália, principalmente a partir da segunda metade da década de 1920, devido ao grande número de militantes antifascistas que estavam fugindo das perseguições políticas que ocorriam no país, mas essa atuação ocorreu de maneira turbulenta, marcada por grandes divisões e conflitos. Como uma espécie de extensão dos debates entre parte dos partidos italianos a respeito da melhor estratégia de combate ao Fascismo, os antifascistas italianos no exterior, principalmente os militantes de partidos socialistas, republicanos e liberais, fundaram organizações distintas, com táticas diversas e, muitas vezes, conflitantes para combater o Fascismo, realizando aproximações e distanciando-se ao longo dos anos de acordo com os rumos dos acontecimentos na disputa entre Fascismo e antifascismo. Os comunistas, seguindo as orientações do Comintern então vigentes, ainda não faziam alianças com outros grupos de esquerda e nem consideravam o Fascismo como a maior ameaça contrarrevolucionária, e essa posição só mudaria na década seguinte.

Tal contexto também influenciou a atuação dos militantes antifascistas no Brasil, que muitas vezes buscavam apoio e reconhecimento das organizações antifascistas fundadas e atuantes na Europa, como a *Concentrazione d'azione Antifascista*, fundada em 1927 em Paris por socialistas de posição mais moderada, e que não adotava a estratégia de ação direta contra o Fascismo²³⁰. Essa característica, além da própria debilidade do movimento antifascista no Brasil em seus primeiros anos, pode explicar parcialmente a ausência de conflitos diretos violentos entre fascistas e antifascistas por aqui até o início da década de 1930.

Ainda sobre a história do antifascismo no Brasil e do *La Difesa*, em 1925 os militantes antifascistas reunidos em torno desse jornal fundaram a *Unione Democratica*, que seria

²²⁸ BERTONHA, 1993, *op. cit.*, p. 29-30.

²²⁹ BERTONHA, 2008, *op. cit.*, p. 77-78.

²³⁰ BERTONHA, 1993, *op. cit.*, p. 21-23.

considerada como a primeira organização antifascista no país, e que oferecia apoio aos “italianos discriminados pelo governo italiano e [...] proteção” diante das afrontas do fascio paulistano²³¹. No ano seguinte, a organização passa a ser filiada à seção local da *Lega Italiana dei Diritti dell'Uomo* (LIDU) e, nesse mesmo ano, Piccarolo deixa a direção do periódico, porém continua atuando nele. A partir de então o jornal passa a ser dirigido pelo também italiano Francesco Frola, que pouco tempo depois muda suas orientações políticas ao permitir a participação de um grupo maior de antifascistas italianos, inclusive de anarquistas e comunistas. Essa mudança de orientação causa desentendimentos entre Frola e Piccarolo, iniciando uma disputa entre os dois pelo controle do periódico, assim como pelo papel de representante da organização *Concentrazione Antifascista* no Brasil, sendo tal disputa encerrada em 1930 com a vitória de Piccarolo, que mesmo ao passar a direção do jornal para outros antifascistas italianos, mantém sua orientação socialista até o fim de suas atividades, em 1934²³², ano em que também se encerram as atividades da *Concentrazione* como consequência das mudanças de orientações dominantes dentro do movimento antifascista italiano.

Além da *Concentrazione*, membros de outras organizações antifascistas italianas atuaram no Brasil, como, por exemplo, o *Giustizia e Libertà*, fundado na França em 1929 por militantes antifascistas de pensamento socialista e liberal que divergiam das táticas e posições moderadas daquela organização. Buscando ressaltar uma “ação revolucionária” contra o Fascismo, a nova entidade antifascista defendia a necessidade de atuação na Itália, excitando as multidões italianas para derrubar Mussolini²³³, embora também mantivesse a atuação fora desse país. Apesar de momentos de aproximação entre as duas organizações, como a realização de acordos de breve duração em 1931, as divergências entre os membros do *Giustizia e Libertà* e os militantes de partidos, como o *Partido Socialista Italiano* (PSI), que compunham a *Concentrazione*, foram uma das principais causas da dissolução dessa última entidade em 1934, inaugurando uma nova era do antifascismo italiano caracterizada pelo domínio de socialistas e comunistas, sendo *Giustizia e Libertà* o representante democrático dentro do antifascismo até 1939, quando ocorre sua dissolução. Isso não significa que grupos antifascistas de outras orientações, fossem mais radicais (como os anarquistas) fossem mais moderados (como aqueles reunidos na LIDU) tivessem deixado de atuar completamente em todo esse período.

²³¹ BERTONHA, 1993, *op. cit.*, p. 30.

²³² BERTONHA, 1993, *op. cit.*, p. 30-31.

²³³ BERTONHA, J. F. *Libero Battisteli e Giustizia e Libertà no Brasil: um aspecto da luta antifascista italiana na América do Sul*. Diálogos, DHI/UEM, v. 3, n. 3 1999, p. 214-215.

No caso do Brasil, apesar da existência de alguns militantes e da circulação de materiais de propaganda, o *Giustizia e Libertà* teve pouca inserção dentro do antifascismo ítalo-brasileiro, apesar de contar com nomes de peso que atuaram em nosso país, como Líbero Battistelli. Esse fator pode ser explicado em parte pela moderação dominante neste movimento²³⁴, que entra em decadência após o fim da *Concentrazione*, e das mudanças de orientação do antifascismo a nível mundial.

Fazendo um balanço sobre o primeiro período do antifascismo no Brasil, ou seja, na década de 1920 e início da década de 1930, concordo com Bertonha quando ele afirma que o isolamento do antifascismo italiano no Brasil ocorreu por fatores como a falta de “capacidade dos antifascistas italianos em atrair os brasileiros para a sua luta”, sendo tal dificuldade creditada também à “relutância da esquerda brasileira em aceitar que o fascismo fosse um problema que extrapolasse os limites da colônia italiana”²³⁵. Apenas em meados dos anos 1930, com o crescimento do Fascismo no cenário político internacional, principalmente a partir de 1933 com o avanço do Nazismo e sua chegada ao poder na Alemanha, e com o surgimento e crescimento do fascismo nacional através do Integralismo, que os grupos de esquerda brasileiros passaram a ser mais sensíveis às súplicas antifascistas, criando uma cooperação e dando apoio aos antifascistas italianos. Em troca, receberam amparo ideológico e político desses militantes para formarem as primeiras associações antifascistas compostas por brasileiros, como a *Frente Única Antifascista* (FUA) e a *Aliança Nacional Libertadora* (ANL).

Assim, o mais importante a se destacar é como esse foi um momento em que os antifascistas italianos lograram aproximar-se da opinião pública brasileira e formar uma aliança com a esquerda nacional, o que foi uma grande novidade na história do antifascismo no país²³⁶, além de constituir um grande ponto de virada nesse movimento. A partir desse momento, as disputas entre fascistas e antifascistas já não ocorrem mais principalmente dentro das colônias italianas no Brasil, extrapolando o espaço ocupado em anos anteriores e atingindo grupos nacionais que se articulam entre movimentos de inspiração fascista, principalmente o Integralismo, e frentes antifascistas compostas principalmente por grupos de esquerda brasileiros, como socialistas e comunistas (tanto trotskistas como os militantes do PCB), mas também em menor grau anarquistas.

²³⁴ BERTONHA, 1999, *op. cit.*, p. 228-229.

²³⁵ BERTONHA, 1999, *op. cit.*, p. 220.

²³⁶ *Ibid.*

Portanto, é fundamental ressaltarmos que as atuações de fascistas e antifascistas italianos na década de 1920 e início da década de 1930, como descrito nas páginas anteriores, foram essenciais para preparar o terreno e influenciar a atuação de fascistas e antifascistas brasileiros poucos anos depois, em meados da década de 1930.

3.2 – O antifascismo brasileiro na década de 1930 e suas disputas com o fascismo.

3.2.1 – As relações entre antifascistas italianos e antifascistas brasileiros.

Segundo Castro (2002), foi no período entre 1933 e 1935 que os grupos de esquerda brasileiros começam a se sentir atraídos pelos ideais do antifascismo²³⁷, articulando-se para criar diferentes órgãos antifascistas de acordo com suas concepções a respeito da luta contra o Fascismo e sobre a necessidade de formação (ou não) de alianças, frentes, com outros grupos de esquerda para derrotar essa ideologia. Através da atuação desses grupos, existiu muitas vezes uma grande disputa pela hegemonia do campo político antifascista e sua organização. De acordo com o autor, nesse período, as disputas e conflitos entre fascistas e antifascistas estiveram presentes em diversos países, tornando-se uma questão de grandes proporções internacionais, de caráter transnacional²³⁸. Mas devemos ressaltar que o histórico das atividades de fascistas e antifascistas italianos além das fronteiras de seu país natal desde a década de 1920, inclusive no Brasil, como vimos poucas páginas atrás, nos mostra que essa questão já tinha um caráter transnacional anteriormente, embora não tivesse o mesmo peso e as mesmas repercussões no cenário político internacional que na década de 1930.

Aparentemente o diferencial está no contexto de cada período, que propiciou as condições para a ampliação das disputas políticas entre esses grupos nos anos 1930. No início dessa década, o contexto de crise econômica e de aprofundamento da crise do liberalismo levou ao avanço da presença de projetos políticos antiliberais de direita (representados principalmente pelos diferentes fascismos, mas não só) e de esquerda no debate político, e ao consequente acirramento das disputas entre eles. No caso do Brasil, a crise do liberalismo significou a entrada de novos personagens, além da elite, no cenário político²³⁹, com tentativas de maior participação dos diferentes grupos sociais, além do fim dos governos “liberais” da Primeira República em 1930 e sua substituição por um regime antiliberal, representado por Vargas, o autoritarismo crescente tanto nesse novo governo (apesar de uma breve abertura política entre

²³⁷ CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 357.

²³⁸ CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 354.

²³⁹ CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 357.

1933 e 1934) como nos diferentes espaços da sociedade e instâncias de poder desde, pelo menos, a década anterior, e a continuidade da vigilância e repressão às esquerdas.

Esse contexto apresentado certamente contribuiu para o aumento da influência fascista no debate político brasileiro, representado principalmente pelo surgimento, em 1932, da primeira organização fascista de peso no país: o Integralismo. Mas essa influência não estava restrita a esse movimento, considerando que parte considerável da sociedade brasileira, da opinião pública, da imprensa e, inclusive dos membros do governo Vargas, simpatizavam com ideais fascistas.

Como forma de resposta a esse avanço fascista, representado principalmente, pelo surgimento e crescimento da AIB, as esquerdas brasileiras finalmente passaram a enxergar os perigos dessa ideologia e a necessidade de combatê-la firmemente, articulando-se por meio da formação de organizações antifascistas. E para isso, contaram com a ajuda dos antifascistas italianos aqui presentes e que já participavam da luta contra o Fascismo desde a década anterior. Nesse período do início da década de 1930, algumas das figuras mais importantes do antifascismo italiano no Brasil, principalmente em São Paulo, passaram a participar ou colaborar com o incipiente movimento antifascista brasileiro, como aqueles que atuavam ou haviam atuado no principal veículo de propaganda antifascista italiana no país, o jornal *La Difesa*.

Assim, devemos ressaltar o importante papel cumprido por esses personagens do antifascismo italiano em São Paulo para o desenvolvimento do antifascismo brasileiro. Por exemplo, no surgimento das diferentes organizações antifascistas, pode-se citar o fato de que tanto a reunião de fundação do Comitê Antiguerreiro, em março de 1933²⁴⁰, como a primeira reunião pública da Frente Única Antifascista (FUA), em julho do mesmo ano²⁴¹, foram realizadas na sede de uma associação italiana, a *Lega Lombarda*, no centro da capital paulista.

Deve-se destacar também como essa participação foi diversa, refletindo inclusive as disputas internas dentro do antifascismo italiano, como resultado, em parte, das diferentes visões de cada um sobre o Fascismo. Por isso, é importante lembrarmos a divisão existente entre os antifascistas italianos em torno do jornal, a forma como enxergavam o Fascismo, e como isso afetou seus posicionamentos em relação à formação de frentes únicas. Dentro do antifascismo italiano paulista havia dois grupos: um liderado pelo fundador do *La Difesa*, Antonio Piccarolo, e representado também por Nicola Cilla e Mario Mariani, os quais passaram a dirigir o periódico entre 1930 e 1934; e outro liderado por Francesco Frola, que havia dirigido

²⁴⁰ CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 359.

²⁴¹ CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 362.

o *La Difesa* entre 1927 e 1930 e encontrava-se afastado dele desde então, quando perdeu a disputa pela direção do jornal para o grupo de Piccarolo.

Enquanto Piccarolo enxergava o fascismo como um acidente histórico, um desvio, dentro da história italiana, sem apontar os responsáveis diretos e nem os motivos que levaram a essa mudança²⁴², e por isso defendia uma ação mais voltada para a propaganda e educação das massas para a futura construção do socialismo e contra o Fascismo, deixando de lado a militância política de ação direta, além de ter uma posição anticomunista, que variava de intensidade. Frola, por outro lado, via o Fascismo como uma reação das elites italianas, principalmente da burguesia e das classes agrárias, contra o avanço do movimento proletário italiano no período pós Primeira Guerra Mundial²⁴³, e por isso defendia uma ação maior e mais direta de militância com a formação de frente única entre os diferentes grupos de esquerda, inclusive os comunistas, para enfrentar os fascistas²⁴⁴, aproximando-se desse grupo desde os tempos de sua direção no periódico.

Apesar de seu anticomunismo, Piccarolo aderiu, em março de 1933, ao então recém-criado Comitê Antiguerreiro, que era apoiado pelo PCB, o que, segundo Castro e Bertonha, pode ter ocorrido por seu desconhecimento sobre a filiação comunista dessa nova organização²⁴⁵. Porém essa foi a última e única notícia que relaciona esse personagem ao antifascismo brasileiro, o que pode comprovar a falta conhecimento já citada, e a sua possível inatividade dentro daquela entidade. Apesar da falta de notícias sobre a atuação de Piccarolo, outros antifascistas do mesmo grupo, como Cilla e Mariani, então dirigentes do *La Difesa*, atuaram junto aos antifascistas brasileiros por meio das páginas desse periódico. Em seus últimos anos de vida (1933 e 1934) o *La Difesa* passa a mencionar as nascentes organizações antifascistas brasileiras, como a Frente Única Antifascista (FUA), por exemplo, convocando os antifascistas a participarem de um comício da FUA em dezembro de 1933 e noticiando as ameaças integralistas a essa organização no início de 1934²⁴⁶.

As menções à FUA e aos antifascistas brasileiros nas páginas do jornal italiano podem ser explicadas principalmente pelo novo contexto de avanço do Fascismo a nível mundial, que causam uma mudança na visão que Mariani e Cilla, dirigentes do *La Difesa* nesse momento, tem a respeito do Fascismo e sobre as frentes únicas quando comparada com a visão de Piccarolo até então. Diferentemente do antigo diretor do periódico, Mariani, por exemplo,

²⁴² BERTONHA, 1993, *op.cit.*, p. 37.

²⁴³ BERTONHA, 1993, *op.cit.*, p. 49-50.

²⁴⁴ CASTRO, R.F. *Contra a guerra ou contra o fascismo? As esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935*. Tese (Doutorado em História) — UFF. Niterói, 1999. p. 56-57.

²⁴⁵ BERTONHA, 1993, *op.cit.*, p. 100.; CASTRO, 1999, *op.cit.* p. 55.

²⁴⁶ CASTRO, 1999, *op.cit.*, p. 54-55.

passa a entender o Fascismo como um fenômeno mundial, possível de ser reproduzido em outros lugares além da Itália e que havia ganhado força em vários países tanto na Europa como fora dela, inclusive no Brasil. Assim, tal mudança de visão sobre o Fascismo afetou diretamente também a visão desse grupo sobre a necessidade de formação das frentes únicas em nosso país²⁴⁷.

Além desses personagens, Francesco Frola também teve papel importante no contato entre antifascistas italianos e brasileiros, participando efetivamente da FUA, diferentemente de Cilla e Mariani, que apesar de noticiarem essa organização nas páginas de seu jornal, aparentemente não atuam nela. Porém, como afirma Castro, a relação desses militantes com as organizações antifascistas brasileiras ainda deve ser mais bem esclarecido por meio de novas pesquisas²⁴⁸. Apesar das diferenças entre os dois grupos do antifascismo italiano que atuaram no *La Difesa* em diferentes momentos, alguns desses militantes, como Piccarolo, Mariani e Frola colaboraram com jornais brasileiros, publicando textos antifascistas em periódicos liberais como *O Estado de São Paulo*²⁴⁹ e contribuíram para que o ideal antifascista tivesse uma presença maior fora da comunidade italiana.

Entretanto, diferentemente de Piccarolo, Frola sempre buscou de forma persistente a formação de uma frente única e, a partir de 1932, em um momento em que o antifascismo italiano no Brasil começava sua queda, aproximou-se mais dos antifascistas brasileiros, principalmente da seção paulista do Partido Socialista Brasileiro (PSB), do qual se tornaria filiado, mas também dos trotskistas da Liga Comunista (LC), servindo como um elo entre diferentes grupos e diferentes gerações de antifascistas²⁵⁰ e contribuindo para a formação da FUA em 1933, a qual era composta principalmente pela LC e pelo PSB.

Essas duas agremiações apresentavam muitas diferenças em seus projetos políticos, mas, apesar disso, uniram-se em torno da causa antifascista e criaram um importante ponto de oposição ao PCB dentro da esquerda. É importante ressaltar que, apesar das grandes divergências entre os trotskistas e o PCB, a LC inicialmente se via como uma facção dentro do PCB e só passou a se classificar como organização independente em meados de 1934, quando rompe com a Internacional Comunista (IC) e passa se chamar Liga Comunista Internacionalista (LCI). Também deve ser lembrado que a força do PSB, assim como da LC,

²⁴⁷ BERTONHA, 1993, *op.cit.*, p. 46-48.

²⁴⁸ CASTRO, 1999, *op.cit.*, p. 55.

²⁴⁹ BERTONHA, 1998, *op. cit.* p. 337-338.

²⁵⁰ CASTRO, 1999, *op.cit.*, p. 58-59.

estava mais presente em São Paulo, diferentemente do Rio de Janeiro, onde o PCB parecia ter mais apoio dentro da esquerda local²⁵¹.

Assim, no contexto da primeira metade da década de 1930, mais precisamente entre 1933 e 1935, havia uma disputa entre socialistas e comunistas pela liderança das esquerdas, principalmente em São Paulo, e que estava presente também no ainda recém-nascido antifascismo brasileiro, através da divisão do movimento entre a FUA, apoiada pelo PSB e pela LC, e o Comitê Antiguerreiro, apoiado pela direção do PCB. Portanto, a ação do antifascismo no país em 1933 e 1934 foi fruto não somente das atividades do PCB, mas, sobretudo, de outros grupos de esquerda, como a LC e o PSB de São Paulo, com o apoio político e de organização de parte dos antifascistas italianos atuantes desde a década anterior²⁵².

Castro destaca um fato importante da luta antifascista no país como exemplo da atuação conjunta de antifascistas italianos e brasileiros em São Paulo, ao lembrar que a proposta dos trotskistas de se criar uma frente única antifascista ocorreu em 11 de junho de 1933, data em que foi realizada uma cerimônia para lembrar o assassinato do deputado socialista italiano Giacomo Matteotti pelos fascistas. Tal escolha não foi à toa, mas sim uma “forma de homenagear os antifascistas italianos que [...] travaram o primeiro combate contra o fascismo em terras brasileiras” além de “chamar a atenção para o aspecto internacional do fascismo e a inspiração do integralismo no regime fascista italiano”²⁵³.

Assim, as marchas integralistas que começaram a ocorrer em 1933 e a atuação dos fascistas italianos desde a década anterior eram vistas pelos antifascistas, italianos e brasileiros, como partes do mesmo todo, de uma mesma ideologia e projeto político que representava, ao fim, a repressão contra as esquerdas e os trabalhadores, e por isso era necessário fazer contrapropaganda e combater o Fascismo em suas variadas formas, buscando atrair para o antifascismo não só os brasileiros, mas também os italianos e seus descendentes que viviam no país e que eram alvo da política externa fascista. Nesse sentido, no dia 25 de junho de 1933 foi fundada a Frente Única Antifascista (FUA) em reunião liderada pelo dirigente do PSB paulista, Francesco Frola, o que representou mais uma forma de homenagear o antifascismo italiano, além de selar a aliança entre trotskistas e socialistas²⁵⁴.

A FUA, apesar de ser composta e apoiada principalmente pelos militantes da LC e do PSB, contou com diversas forças políticas na sua fundação, desde partidos e grupos políticos

²⁵¹ CASTRO, 1999, *op.cit.*, p. 61-63.

²⁵² CASTRO, 1999, p. 64-65.

²⁵³ CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 359-360

²⁵⁴ CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 360.

organizados, até sindicatos de trabalhadores, como a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), e jornais como *O Homem Livre*, que se tornaria o porta-voz oficial da organização. Oliveira (2013) ressalta a importância da imprensa para a luta antifascista enquanto sua principal arma, tendo em vista o papel de “intervenção político-cultural” que ela cumpre na sociedade²⁵⁵. Assim, como já vimos e ainda veremos algumas vezes ao longo dessa dissertação, os jornais e revistas tiveram grande importância para a propaganda política dos diversos grupos e organizações, tanto de fascistas como de antifascistas, influenciando decisivamente nas disputas políticas que ocorreram nesse e em outros contextos históricos.

É importante destacar que entre os fundadores da FUA estavam militantes socialistas e antifascistas italianos além do já citado Frola, como os que faziam parte da seção paulista do Partido Socialista Italiano, do Grupo Socialista “Giacomo Matteotti” e do grupo “Italia Libera”. Portanto, essa Frente abrigava forças de um amplo espectro político, incluindo a esquerda tenentista, os socialistas, tanto brasileiros como italianos, assim como alguns anarquistas e os trostkistas, representados pela LC. O já citado jornal *O Homem Livre*, periódico antifascista fundado em maio de 1933, pouco antes da FUA, por jornalistas e gráficos profissionais, além de militantes antifascistas filiados ou não a partidos, acabou por definir a identidade da nova organização e tornar públicas suas posições e opiniões, principalmente sobre o ainda novo, porém crescente, representante do fascismo nacional, o Integralismo²⁵⁶.

3.2.2 – As frentes antifascistas brasileiras e os conflitos com os integralistas.

A FUA teve uma vida breve, que durou apenas até os últimos meses de 1934, e nesse curto período teve momentos de inatividade, motivados por problemas internos e reestruturações das organizações que a compunham, além de dificuldades políticas e financeiras da própria Frente. Após sua fundação, em junho de 1933, e sua primeira manifestação pública no mês seguinte, a FUA ficou inativa até setembro do mesmo ano devido à crise de identidade do PSB que o aproximou do marxismo, voltando a atuar após convocação feita a seus militantes nas páginas de *O Homem Livre* para que todos fizessem sua parte na luta antifascista. Muitos de seus comícios e atos públicos foram, na verdade, contracomícios marcados para impedir marchas e atos integralistas que passavam a ocorrer cada vez com mais frequência, com o objetivo de impedi-los de controlar simbolicamente o espaço público, o que era muito

²⁵⁵ OLIVEIRA, A.M. *Palavras como balas: imprensa e intelectuais antifascistas nos países do Cone Sul (1933-1939)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo, 2013, p. 95.

²⁵⁶ CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 361.

valorizado por parte dos seguidores do Sigma. Os camisas-verdes também usavam da mesma estratégia, marcando presença nos eventos organizados pela Frente Única Antifascista com o objetivo de intimidar e agredir seus participantes. Essa atitude da FUA caracterizava seu antifascismo mais como de caráter defensivo, o que pode ser explicado pelo contexto histórico e político desfavorável naquele período²⁵⁷.

Apesar das divergências com o PCB, os trotskistas, cientes da importância e do peso desse partido para o sucesso de qualquer frente antifascista, atuaram em conjunto com os “stalinistas” na FUA, ao conseguiram estabelecer diálogo com o comitê regional (CR) paulista do PCB, que, mesmo com críticas, aceitou assinar manifesto de convocação dos antifascistas para um comício contra os integralistas em 14 de novembro de 1933²⁵⁸, a despeito das orientações contrárias à formação de frentes com outras organizações, defendidas oficialmente pelo partido e pelo Comintern. Mas antes os trotskistas já atuavam junto com o PCB no Comitê Antiguerreiro, fundado poucos meses antes da FUA, sendo que essa atuação continuou mesmo após o início das atividades dessa frente²⁵⁹, mesmo com suas críticas às posições do partido. Na verdade, as diferenças entre as posições do Comintern e os trotskistas em relação à formação de frentes únicas refletem as suas divergências sobre o caráter do Fascismo, sua especificidade, e o nível de perigo que este representava para a luta revolucionária e a própria existência dos comunistas, e essas diferenças certamente tiveram consequências para a luta antifascista a nível mundial, atingindo também o Brasil.

Como visto no primeiro capítulo, entre 1930 e 1933 a Internacional Comunista mantinha sua linha política de “classe contra classe” como orientação aos partidos comunistas de todo o mundo, defendendo a possibilidade de formação de frentes apenas pela base, ou seja, somente com militantes de outras organizações, mas não com suas direções, sempre com o intuito de liderar essas frentes e atrair novos militantes para as fileiras comunistas. Portanto, seguindo essa linha, a formação de frentes amplas com outros grupos de esquerda para combater o Fascismo não era vista pela IC como uma necessidade, tendo em conta que ele ainda não era visto como o maior inimigo do movimento comunista internacional, mas sim como “parte da escalada das forças reacionárias e imperialistas rumo a uma radicalização internacional dos fatores que haviam configurado a crise econômica capitalista e que acirravam as condições [...] para a eclosão de uma nova guerra mundial”. Ou seja, para os dirigentes da Internacional Comunista, o Fascismo seria uma ameaça igual a qualquer outro tipo de autoritarismo que

²⁵⁷ CASTRO, 2002, *op. cit.*, p. 370.

²⁵⁸ CASTRO, 2002, *op. cit.*, p. 362.

²⁵⁹ CASTRO, 2002, *op. cit.*, p. 359.

visava combater a revolução, e por isso não merecia mais dedicação e cuidado, e por isso defendiam que seria necessário lutar para que a guerra mundial que viesse a acontecer fosse transformada em uma guerra civil, o que geraria as condições para estabelecer um governo revolucionário²⁶⁰. Assim, o Comintern orientou a formação de comitês patrocinados pelos partidos comunistas contra “a reação, a guerra e o fascismo”, sendo que o próprio nome já demonstra como a luta antifascista realmente ainda não era uma prioridade.

Os trotskistas, reunidos por meio da Oposição de Esquerda Internacional, embora ainda se vissem como parte da IC e como facções dos partidos comunistas até 1934, discordavam dessa visão a respeito do Fascismo e de como combatê-lo, enxergando-o não como uma oportunidade de estimular a luta de classes que levaria a uma guerra civil, mas sim como a própria “inviabilização do movimento operário e da existência das esquerdas”²⁶¹. Dessa forma, o maior inimigo era o Fascismo e o meio de combatê-lo era a frente única, a ser formada com todos os grupos que o vissem como inimigo e que fossem ameaçados por ele, mesmo com todas as divergências existentes entre esses grupos a respeito de como transformar a sociedade.

Assim, a participação dos pecebistas paulistas na FUA teve o objetivo de orientá-la segundo seus objetivos e não colaborar de igual para igual com as outras organizações que a compunham, enfraquecendo o próprio caráter frentista que levou à sua fundação.

De qualquer maneira, essa aproximação entre comunistas “stalinistas” do PCB e trotskistas da LC por meio da Frente Única Antifascista dura poucos meses e foi encerrada por meio da intervenção dos dirigentes nacionais do PCB no CR paulista, sendo limitada à realização de três comícios em conjunto: o de 14 de novembro de 1933, mencionado anteriormente, o de 15 de dezembro do mesmo ano e o de 25 de janeiro de 1934²⁶². É importante destacarmos que, de acordo com Fúlvio Abramo, dirigente da FUA, os integralistas marcaram presença no comício de 15 de dezembro, seguindo a tática de tentar impedir o comício do inimigo, dispersando os militantes antifascistas com metralhadoras²⁶³.

Após isso, durante boa parte do ano de 1934, os militantes e as entidades que compunham a FUA passaram a se concentrar na organização da frente única em outros campos, como o sindical, por meio da Coligação dos Sindicatos Proletários, e o eleitoral, por meio da Coligação das Esquerdas, principalmente durante o segundo semestre. Essa mudança de foco

²⁶⁰ CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 365.

²⁶¹ CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 366.

²⁶² CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 361-362.

²⁶³ *Folha de São Paulo, Caderno Folhetim*. 07/10/1984, p. 10.

foi consequência dos seguintes fatores: a prisão dos dirigentes da FUA em janeiro de 1934²⁶⁴, o fechamento de seu órgão de propaganda, *O Homem Livre*, em fevereiro desse mesmo ano²⁶⁵; o fato da FUA ter encontrado dificuldades para se tornar um movimento de massas e abarcar o máximo de grupos antifascistas tal como planejado; as mudanças na política sindical Varguista com o aumento do controle sobre os sindicatos e o aumento da repressão aos trabalhadores²⁶⁶, e, por último, as eleições a serem realizadas em outubro daquele ano. Mas seu enfraquecimento não significa que a luta antifascista dessa frente e de outros grupos tenha deixado de ser realizada, principalmente para combater o crescimento da AIB e as marchas que começaram a ser realizadas pelos camisas-verdes em diversas cidades do país. O PCB, que havia montado sua própria organização de luta contra a “reação” em 1933, colocou-se contra todo tipo de tentativa das outras esquerdas, como a LC e o PSB, de criar frentes únicas para o combate ao Fascismo, assim como as frentes para a disputa de eleições e para lutar contra a nova política sindical.

Portanto, entre 1933 e 1934 a luta antifascista realizada pelas esquerdas brasileiras encontrava-se diante dessas discussões e divergências a respeito da ameaça representada pelo Fascismo e qual seria a melhor tática política a ser seguida para enfrentá-lo²⁶⁷, que afetaram diretamente a forma como essa luta ocorreu.

Apesar de seu enfraquecimento gradual, a Frente Única Antifascista continuou a atuar ao longo de 1934, mas outros grupos e organizações passaram a se destacar, como o Comitê Antiguerreiro do PCB que, em 23 de agosto daquele ano, organizou no Rio de Janeiro o I Congresso Nacional Contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo²⁶⁸. O fortalecimento dessa organização também foi possível graças ao fim das instabilidades dentro do partido com a escolha de um novo Comitê Central²⁶⁹, além das mudanças de orientação a respeito da política de frente única em meados de 1934, oficializadas na I Conferência Nacional do PCB em julho, que levaram o partido a adotar a política de frente popular contra o Fascismo. A radicalização política à esquerda e à direita, principalmente no segundo semestre daquele ano, agravou as disputas entre fascistas e antifascistas levando a conflitos diretos e violentos nas ruas de diversas cidades, inclusive em Bauru, como veremos daqui a pouco. Desde abril os integralistas tinham iniciado a realização de desfiles, levando um grande número de militantes às ruas das mais importantes cidades do país, com quatro mil camisas-verdes desfilando no

²⁶⁴ Idem, *Ibid.*

²⁶⁵ CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 364-365.

²⁶⁶ CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 371.

²⁶⁷ CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 367.

²⁶⁸ CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 372-373.

²⁶⁹ CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 365.

Rio de Janeiro em abril e três mil em São Paulo em junho. Como vimos no parágrafo anterior, nesse mesmo período outros grupos da esquerda, como LC e PSB, buscavam criar coligações eleitorais, e fizeram isso por que consideravam importante tentar ocupar e ampliar os espaços políticos permitidos a partir da Constituição recém-promulgada, o que era rechaçado pelo PCB, que defendia que já existia uma crise revolucionária e que era necessário se preparar para uma insurreição²⁷⁰.

Apesar dessas diferenças táticas entre o PCB e as outras esquerdas, ocorreram aproximações entre as diferentes organizações antifascistas no segundo semestre de 1934, ao mesmo tempo em que os integralistas continuavam a realizar desfiles e a expandir seus núcleos pelo país. Dessa forma, tanto a AIB como as esquerdas buscavam atrair o olhar da população, competindo pela ocupação do espaço público e pela presença cada vez maior de apoiadores em seus eventos²⁷¹. Apesar de não ter atingido seus maiores objetivos, a FUA teve um importante papel em atrapalhar a AIB e suas tentativas de conquistar o espaço público, ao menos até 1935, por meio de sua propaganda antifascista nas páginas de *O Homem Livre*, e principalmente por meio de sua tática de contracomícios²⁷², embora a FUA não fosse a única organização a seguir essa tática.

O crescente acirramento da disputa entre fascistas e antifascistas pelo espaço público ocorreu a partir de agosto, tornou-se mais forte nos meses seguintes e atingiu seu ponto máximo nos últimos meses de 1934, com confrontos violentos e mortes de militantes, como foi o caso de Bauru em 3 de outubro e de São Paulo em 7 de outubro, em que os integralistas foram impedidos de terminar suas marchas. Não podemos nos esquecer de que esse acirramento entre fascistas e antifascistas ocorria a nível global, com confrontos violentos não só no Brasil, mas também em outros países, como na França em fevereiro do mesmo ano²⁷³.

O conflito em Bauru ocorreu em meio a uma visita do chefe nacional da AIB, Plínio Salgado, no dia em que ele pretendia realizar uma conferência sobre a doutrina integralista para os camisas-verdes e simpatizantes em um clube da cidade. Além de Bauru, Salgado pretendia visitar outras cidades da região, como Agudos, Jaú, Pederneiras e Pirajuí nos dias posteriores para divulgar a doutrina integralista, inclusive com o objetivo de fomentar a instalação de futuros núcleos da AIB nessas cidades²⁷⁴. No dia 3 de outubro, além do evento marcado para as 20 horas e 30 minutos, os integralistas haviam planejado antes uma marcha

²⁷⁰ CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 371-372.

²⁷¹ CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 373.

²⁷² CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 374.

²⁷³ CASTRO, 2002, *op.cit.*, p. 354.

²⁷⁴ *Gazeta da Noroeste*, 03/10/1934. Arquivo UNISAGRADO.

que percorreria as ruas do centro da cidade, buscando o chefe integralista em seu hotel e escoltando-o até o local da conferência. Quase no mesmo horário, às 19 horas, ocorreria uma assembleia extraordinária do sindicato dos ferroviários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), cuja diretoria era composta principalmente por comunistas e outros grupos de esquerda²⁷⁵.

Os integralistas iniciaram seu desfile por volta das 19 horas, buscando causar impacto nos espectadores com tambores, bandeiras e cerca de 80 militantes²⁷⁶, inclusive com a presença de camisas-verdes de núcleos de outras cidades do interior paulista. Após buscarem Plínio Salgado em seu hotel, percorreram seu caminho, passando em frente ao sindicato dos ferroviários. De acordo com as testemunhas ouvidas no inquérito policial posterior, em um determinado momento, quando passavam pela principal rua comercial da cidade, além do barulho do desfile e dos simpatizantes do Sigma, começaram a ser ouvidas vaias, assobios e gritos contra os integralistas partindo de várias pessoas, principalmente de membros do sindicato. Após um determinado tempo de confronto sonoro e intensificação das agressões verbais, aparentemente houve uma disputa pela posse da bandeira nacional que estava em mãos dos camisas-verdes, e em seguida começaram a ser ouvidos disparos de origem indeterminada que deram início a um tiroteio e fizeram as pessoas correrem em busca de proteção. Com pelo menos 30 tiros disparados em direções diversas e cravados nos muros, o saldo do conflito foi de um morto, o camisa-verde Nicola Rosica, e quatro feridos, também todos integralistas²⁷⁷. Assim ocorreu o primeiro conflito direto e armado entre fascistas e antifascistas no Brasil.

Para entendermos melhor esse evento devemos analisar mais profundamente o contexto local, com a atuação de integralistas e antifascistas na cidade no período em que ocorreu o conflito, além de apontarmos brevemente o papel político da imprensa bauruense em sua cobertura jornalística nesse contexto.

A visita do líder máximo do Integralismo começou a ser informada ao público com mais de um mês de antecedência, no final de agosto²⁷⁸, o que mostra a importância atribuída ao evento e o potencial apoio e/ou simpatia de parte considerável da sociedade bauruense aos ideais fascistas naquele momento. O núcleo integralista da cidade havia sido fundado há pouco tempo, mas as notícias sobre suas atividades e a ideologia do Sigma já estavam sendo divulgadas pela imprensa nesse mesmo período. O anúncio da visita de Salgado precedeu,

²⁷⁵ POSSAS, 1993, *op.cit.* p. 42-45.

²⁷⁶ *Correio da Noroeste*, 04/10/1934, p. 1. Arquivo do Museu Ferroviário Regional de Bauru (MFRB).

²⁷⁷ POSSAS, 1993, *op. cit.*, p. 45-48.

²⁷⁸ *Correio da Noroeste*, 30/08/1934, p. 2. Arquivo MFRB.

inclusive, a instalação oficial da sede do núcleo integralista bauruense, que só ocorreu no dia 1º de setembro de 1934, embora já houvesse um grupo de camisas-verdes na cidade que realizavam reuniões em sedes improvisadas desde abril daquele ano²⁷⁹. Além disso, parte da imprensa noticiava eventos públicos de divulgação da doutrina integralista na cidade desde o começo de agosto²⁸⁰ e publicava textos doutrinários e propagandísticos escritos por um militante local desde julho, inclusive com forte teor anticomunista²⁸¹.

Dessa forma, o noticiário a respeito da visita nas semanas anteriores gerou uma expectativa junto ao público leitor, reforçada pelos termos utilizados para se referir a Salgado, que foi chamado, por exemplo, de “figura de alto relevo na intelectualidade brasileira”²⁸². Com um número crescente de adesões ao Integralismo na cidade, as filiações de algumas pessoas de destaque e “prestígio” local, inclusive de um ex-prefeito, eram citadas nas páginas do *Correio da Noroeste*²⁸³ como uma forma de dar maior legitimidade ao movimento. Mais do que simplesmente noticiar a visita do chefe integralista, ao longo do mês de setembro o jornal divulgou, em algumas edições, textos da doutrina geral do Integralismo, como o manifesto de outubro de 1932 dividido em duas partes, cada uma ocupando mais de meia página²⁸⁴, acrescentado por comentários dos camisas-verdes locais. Além disso, textos de opinião publicados em diferentes edições nesse mesmo mês estavam repletos de elogios ao movimento do Sigma, colocando-o como um exemplo a ser seguido contra a “politicagem” e a “democracia” que seriam representadas por Vargas e seu regime, e contra a existência de partidos, os quais, supostamente, seriam responsáveis por dividir a nação²⁸⁵.

Assim, através de suas páginas, parte da imprensa local tentou criar um ambiente favorável aos ideais fascistas na sociedade bauruense, dentro de um contexto maior de acirramento das disputas entre fascistas e antifascistas a nível nacional e internacional.

Do lado oposto aos fascistas locais, o grupo de antifascistas bauruenses era composto em sua maioria por ferroviários, articulados principalmente dentro do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Apesar de não haver uma organização especificamente antifascista na cidade, havia um grupo de trabalhadores que estava vinculado às organizações já presentes na luta antifascista, como a Coligação dos Sindicatos Proletários e a Coligação

²⁷⁹ POSSAS, 1993, *op. cit.*, p. 65.

²⁸⁰ *Correio da Noroeste*, 08/08/1934, p. 1. Arquivo MFRB.

²⁸¹ ÁVILA, G.D. Anauê! Anauê! *Correio da Semana*, 16/07/34, p. 2. Arquivo UNISAGRADO.

²⁸² *Correio da Noroeste*, 02/10/1934, p. 1. Arquivo MFRB.

²⁸³ *Correio da Noroeste*, 07/09/1934, p. 2. Arquivo MFRB.

²⁸⁴ *Correio da Noroeste*, 13/09/1934, p. 2. Arquivo MFRB; *Correio da Noroeste*, 23/09/1934, p. 4. Arquivo MFRB.

²⁸⁵ *Correio da Noroeste*, 04/09/1934, p. 2. Arquivo MFRB; MANHÃS, J.D. Ave, Cesar Imperator! *Correio da Noroeste*, 12/09/1934, p. 1. Arquivo MFRB.

das Esquerdas, ligadas à FUA, como vimos anteriormente. A Coligação das Esquerdas contava inclusive com candidatos bauruenses²⁸⁶ para as eleições de 14 de outubro de 1934, o que demonstra algum grau significativo de mobilização por parte desses trabalhadores locais para tentar ocupar espaços políticos abertos pela Constituição recém-promulgada naquele ano e para tentar aumentar sua influência em um momento de crescentes e acirradas disputas políticas. Como exemplo da atuação desse grupo, no dia 30 de setembro daquele ano houve a realização de um comício do PSB organizado pelos militantes locais²⁸⁷, no qual discursaram inclusive alguns personagens que seriam presos como suspeitos após o conflito com os camisas-verdes em 3 de outubro.

Além dos trabalhadores vinculados de alguma forma à FUA, existiam os militantes do PCB que também contavam com uma presença política significativa na cidade, principalmente dentro do já referido sindicato dos ferroviários, como vimos no primeiro capítulo. Considerando isso, podemos afirmar que pelo menos alguns dos membros locais desse partido também estiveram presentes no conflito entre integralistas e antifascistas em 03 de outubro de 1934 em Bauru, como atestado pelo sindicalista ferroviário comunista José Duarte em sua biografia²⁸⁸.

Ainda na mesma noite do conflito, logo após o fim do tiroteio, as autoridades policiais passaram a investigar o crime e instauraram o inquérito policial, colhendo informações e depoimentos dos personagens envolvidos, assim como procurando os suspeitos, que na visão das autoridades e de parte da população eram os “comunistas”, como eram chamados genericamente os membros do sindicato dos ferroviários, principalmente de sua diretoria. Assim, foi determinada a prisão de vários trabalhadores, principalmente dos membros da diretoria do sindicato, que teve sua sede revistada e fechada temporariamente pelas forças policiais. Entre os principais suspeitos estava o candidato a deputado estadual pela Coligação das Esquerdas, Jeronymo de Cunto Júnior, médico da ferrovia e membro do sindicato, que foi encontrado armado poucas horas após o tiroteio²⁸⁹. Apesar do fim do tiroteio, o clima de tensão permaneceu na cidade, com boatos de que os ferroviários estavam revoltados com as prisões realizadas e que os integralistas estavam se armando para se protegerem. Para a continuidade das investigações, foi enviado de São Paulo para Bauru um delegado do

²⁸⁶ POSSAS, 1993, *op.cit.*, p. 71.

²⁸⁷ *Correio da Noroeste*, 02/10/1934, p. 4. Arquivo MFRB.

²⁸⁸ MOMESSO, L. 1988, *op.cit.*, p. 62-65.

²⁸⁹ POSSAS, 1993, *op.cit.*, p. 48-50.

Departamento de Ordem Política e Social, acompanhado de inspetores de segurança pública, tendo em vista que o enterro do camisa-verde poderia acirrar ainda mais as tensões²⁹⁰.

Como veremos melhor no quarto capítulo, a cobertura da imprensa bauruense sobre o caso contribuiu para corroborar a versão de que os integralistas seriam simples vítimas, ao afirmar que estes teriam sido atacados por “elementos que se supõem pertencer ao Partido Comunista”, que teriam armado uma “emboscada” e atirado “pela retaguarda” contra uma “columna de integralistas que desfilavam pacificamente pela rua”, sendo Nicola Rosica “a primeira vítima do integralismo que tomba no Brasil”²⁹¹. A imprensa da capital paulista também noticiou o conflito em Bauru acusando os “operários de Bauru” como responsáveis pelo conflito e mostrando os camisas-verdes como vítimas²⁹², embora sem o mesmo destaque e, principalmente, sem o mesmo sensacionalismo da imprensa local.

Explorando esse papel de vítima, os integralistas alçaram Rosica ao posto de primeiro mártir integralista, utilizando-se do velório, que foi realizado na sede do núcleo local, e do enterro de seu militante, considerado então como “o maior que até hoje se realizou em Bauru”²⁹³, para atrair a simpatia da população local e arregimentar novos integrantes para suas fileiras, através de rituais e discursos, como o de Plínio Salgado, que considerou a morte de Rosica como “o sacrifício da primeira vida [...] do movimento de renovação que o integralismo representa”. Alguns dias depois do enterro, a Ação Integralista colocou uma placa na lápide do falecido militante, ressaltando seu papel de mártir da causa integralista e de como tinha sido vítima dos comunistas²⁹⁴. Os rituais e cerimônias cumpriam uma função muito importante dentro do Integralismo, assim como em todos os movimentos fascistas, pois criavam um padrão e unificavam as ações partidárias, por meio da elaboração de um simbolismo do movimento²⁹⁵ que tinha o objetivo de reforçar a lealdade dos militantes com a causa, atrair a simpatia do público e conquistá-lo através da comunicação de valores e crenças²⁹⁶.

A morte de Rosica foi rememorada pelos integralistas nos anos posteriores, principalmente em aniversários do conflito ou da fundação da Ação Integralista, sendo o militante integralista considerado como “o primeiro martyr brasileiro na luta contra Moscow”²⁹⁷. Ainda segundo

²⁹⁰ *Gazeta da Noroeste*, 05/10/1934. Arquivo UNISAGRADO.

²⁹¹ *Correio da Noroeste*, 04/10/1934, p. 1. Arquivo MFRB.

²⁹² *Folha da Noite*, 04/10/1934, p. 1.

²⁹³ *Correio da Noroeste*, 05/10/1934, p. 1. Arquivo MFRB.

²⁹⁴ POSSAS, 1993, *op.cit.*, p. 54.

²⁹⁵ CAVALARI, 1999, *op.cit.*, p. 163.

²⁹⁶ FAGUNDES, P.E., *Morte e memória: a necrofilia política da Ação Integralista Brasileira (AIB)*. Varia História, Belo Horizonte, vol.28, nº 48, jul/dez 2012, p. 892.

²⁹⁷ *Acção*, 07/10/1936, p. 6. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

os camisas-verdes, o conflito em Bauru “tinha que se dar”, pois “não era possível deixar mascarada por mais tempo a horda de sicários que já vinha de longa data propagando o internacionalismo judaico marxista pelos quatro cantos da terra”. Ou seja, havia, por parte da própria AIB, a visão de que aquele confronto fazia parte de um contexto muito maior de luta contra o comunismo, de defesa do nacionalismo contra o “internacionalismo”, e do cristianismo contra as religiões que, em sua visão, o ameaçavam, como o judaísmo, o que revela a faceta antissemita do movimento do Sigma. Na concepção integralista, todos os grupos e ideais inimigos faziam parte de um mesmo conjunto, de uma ameaça unificada, que precisava ser enfrentada. Assim, apesar de ter explorado enormemente o papel de “vítima” no contexto em que ocorreu o conflito, posteriormente a AIB passou também a defender que o conflito seria de certa forma inevitável, necessário, inclusive como uma forma de propaganda do movimento, ao “mostrar às classes oprimidas e menos favorecidas que o Integralismo” supostamente “encarnava as aspirações legítimas de um povo sofredor ansioso de libertação”²⁹⁸.

É importante lembrar que, no cenário político bauruense, integralistas e antifascistas não estavam sozinhos, contando com a simpatia ou rechaço de grupos sociais e políticos, fossem tradicionais ou formados no contexto do período pós-1930. Além da imprensa, que por meio das representações construídas tanto a respeito dos “comunistas” como sobre os integralistas colaborou para a narrativa construída pelos integralistas, representantes do poder local, da direção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) e da burguesia local participaram das cerimônias fúnebres em homenagem ao militante integralista morto e realizaram discursos ou escreveram textos que endossaram a versão dos camisas-verdes²⁹⁹, mesmo que tenham tentado manter a aparência de neutralidade³⁰⁰, contribuindo para a cenografia construída em torno do evento e, conseqüentemente, para o projeto político da AIB.

Dessa forma, no primeiro conflito direto e com vítimas entre fascistas e antifascistas no Brasil, vários personagens contribuíram para a construção de uma narrativa que favorecia a imagem dos fascistas, representados como “vítimas”, e prejudicando os antifascistas, chamados genericamente de “comunistas” e representados como violentos, covardes que atacavam pelas costas e perturbavam a ordem.

Poucos dias depois, em 7 de outubro, no aniversário de dois anos de fundação da AIB, estava marcada uma nova marcha integralista, dessa vez no centro da cidade de São Paulo. A

²⁹⁸ *Acção*, 07/10/1936, p. 6. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²⁹⁹ *Correio da Noroeste*, 05/10/1934, p. 1. Arquivo MFRB.

³⁰⁰ POSSAS, 1993, *op.cit.*, p. 51-53.

tensão entre fascistas e antifascistas, que já era crescente há alguns meses, tornou-se ainda maior após o conflito em Bauru, preparando o clima para novos confrontos entre esses grupos. É importante destacar que, segundo a imprensa bauruense, cerca de 50 camisas-verdes daquela cidade foram para São Paulo participar da marcha integralista do dia 7 de outubro³⁰¹. Além disso, segundo Possas (1993), que colheu o depoimento de alguns integralistas bauruenses, esses militantes foram armados para São Paulo visando se protegerem³⁰², o que indica uma ligação de continuidade entre os dois eventos, com alguns militantes participando dos dois conflitos.

Segundo Fúlvio Abramo, a FUA já se preparava para o embate com os integralistas há alguns meses, apesar de seus militantes terem se voltado para o trabalho sindical de base após o 1º de maio, e para isso tinha elaborado um novo “plano de rua” para impedi-los de ocuparem as ruas, ao mesmo tempo em que os camisas-verdes já convocavam a sua grande manifestação na Praça da Sé em 7 de outubro de 1934³⁰³. Assim, um conflito direto entre fascistas e antifascistas já era esperado há alguns meses, e ocorreria provavelmente na manifestação pelo aniversário da AIB, mas a violência em Bauru poucos dias antes parece ter sido uma antecipação desse conflito iminente. O medo dos antifascistas da FUA era de que os integralistas ocupassem as ruas e tentassem demonstrar para Vargas que tinham força suficiente para tomar o Estado³⁰⁴, em uma espécie de marcha sobre São Paulo, tal qual Mussolini havia feito em Roma em 1922.

Assim, a FUA articulou um contracomício no mesmo dia e horário do evento marcado pelos camisas-verdes, buscando também o apoio de outros grupos e organizações, entre elas o PCB. Porém, apesar de participar, esse partido recusou-se a aceitar uma centralização da direção do movimento pela FUA, e como era esperado, foram frequentes as discussões entre os “stalinistas” do PCB e os trotskistas da LC nas reuniões de organização do contracomício, e por isso a FUA dividiu as tarefas e o espaço a ser ocupado dentro da praça pelos diferentes grupos antifascistas, conseguindo pela primeira vez que todas as forças do antifascismo atuassem em conjunto³⁰⁵. Quando os milhares de integralistas chegaram à Praça da Sé, encontraram os militantes antifascistas e logo se iniciou um tiroteio de origem desconhecida que deixou mortos e feridos no chão, dos dois lados do conflito além de agentes da segurança pública, e causando a debandada dos camisas-verdes. O confronto foi divulgado pela

³⁰¹ *Correio da Noroeste*, 07/10/1934, p. 2. Arquivo MFRB.

³⁰² POSSAS, 1993, *op.cit.*, p. 78.

³⁰³ *Folha de São Paulo, Caderno Folhetim*. 07/10/1984, p. 10.

³⁰⁴ *Folha de São Paulo, Caderno Folhetim*. 07/10/1984, p. 11.

³⁰⁵ CASTRO, 2002, *op.cit.* p. 376.

imprensa com matéria que ocupou toda a primeira página e com grandes detalhes sobre a violência ocorrida³⁰⁶ e ficou conhecido posteriormente como a “Batalha da Praça da Sé” por um de seus memorialistas³⁰⁷.

Apesar de algumas perdas humanas e das prisões de militantes, os frutos políticos do sucesso dos antifascistas foi disputado pelos antigos membros da FUA e do PCB³⁰⁸, assim como por historiadores ligados de alguma forma aos grupos dessas organizações ou que defendem seus respectivos pontos de vista e que discordavam sobre quem seria o responsável pela convocação do contracomício³⁰⁹. Além disso, é importante lembrarmos que uma parcela dessa historiografia sobre o antifascismo brasileiro não cita o violento conflito em Bauru ou cita apenas de maneira breve e quase sem importância, negando o grande papel desse evento para a história do fascismo e do antifascismo brasileiro como o primeiro confronto direto entre esses grupos. Muitas vezes nem mesmo os atritos anteriores entre os membros da FUA e da AIB e que levaram à crescente tensão que culminou nesses confrontos de outubro de 1934 são citados, quase como se o antifascismo no país praticamente não existisse fora do PCB e nem mesmo antes de 7 de outubro de 1934, e como se a história do antifascismo brasileiro fosse principalmente a história da ANL.

De qualquer forma, a FUA desarticulou-se de vez logo após o confronto, não sendo mais mencionada como participante de nenhum evento ou organização antifascista posterior, enquanto o PCB começava a articular sua participação e seu papel de liderança na luta antifascista.

Segundo Castro, a partir desse momento, as frentes únicas tais quais tinha sido propostas começam a se esvaziar, passando a ser substituídas por frentes amplas³¹⁰. Considerando o contexto político do segundo semestre de 1934 e a situação da FUA naquele momento, os acontecimentos de 7 de outubro foram “como que um breve renascimento para resolver uma contenda inadiável e realizar o confronto há muito previsto e esperado”, o qual logo após ocorrer fez com que as propostas da FUA, assim como do Comitê Antiguerreiro, perdessem seu sentido³¹¹, pois a junção das forças antifascistas em um nível maior e o seu sucesso em barrar os integralistas, ao menos momentaneamente, abriram um novo caminho de luta. Além

³⁰⁶ *Folha da Noite*, 08/10/1934, p.1.

³⁰⁷ MAFFEI, E. *A Batalha da Praça da Sé*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

³⁰⁸ OLIVEIRA, 2013, *op. cit.* p. 53-54.

³⁰⁹ Como exemplo dos defensores da FUA temos seu ex-dirigente Fúlvio ABRAMO (1984); e os defensores da política do PCB nesse período são MAFFEI (1984) e PRESTES (2008).

³¹⁰ CASTRO, 2002, *op.cit.* p. 378.

³¹¹ CASTRO, 2002, *op.cit.* p. 377.

disso, as já citadas mudanças nas orientações da Internacional Comunista alteraram a participação do PCB no antifascismo brasileiro, transformando-o decisivamente.

Daí em diante, com a participação efetiva dos militantes desse partido, vão surgir novas organizações no antifascismo brasileiro, das quais a ANL, surgida nos primeiros meses de 1935, será a mais importante. Porém, em novembro de 1934, logo após os conflitos descritos acima, surgiu a Comissão Jurídica Popular de Inquérito (CJPI), por meio da participação direta dos militantes do PCB, voltada para a investigação das violências causadas pela política repressora de Vargas, mas combinada ao crescente antifascismo e o combate à “reação” em geral ³¹². O jornal carioca *A Pátria* foi o patrocinador e responsável por divulgar as bases da CJPI, além de publicar abaixo-assinados de pessoas favoráveis à causa, desde intelectuais, artistas, estudantes, operários e religiosos até militantes de variadas correntes políticas. O apoio público dado à organização por um conjunto tão diverso de personagens certamente contribuiu “para solidificar as tentativas que então se gestavam de criação de uma ampla frente de combate ao fascismo” ³¹³.

Se no primeiro mês as adesões são em boa parte de centenas de indivíduos, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, em dezembro a comissão passa a receber a adesão de partidos, sindicatos e federações desses locais, mas também de outros estados e regiões mais distantes. Muitas dessas pessoas que estavam juntas na CJPI posteriormente compuseram a ANL, inclusive fazendo parte de sua direção, o que mostra a importância dessa comissão para a posterior formação da Aliança Nacional Libertadora³¹⁴. No início desse mesmo mês ocorre a primeira reunião pública da CJPI, e no dia 18, logo após sua segunda reunião, ela é interditada pelo governo federal, que já se preparava para promulgar a Lei de Segurança Nacional. Apesar de ilegal, suas atividades não pararam, intensificando sua luta contra a política autoritária e reacionária de Vargas³¹⁵.

Mas o mais importante é entendermos como a CJPI foi o núcleo que deu origem à ANL ou, segundo Castro, como elas teriam surgido concomitantemente, pois já no final de 1934 “um significativo grupo de jornalistas, militares e profissionais liberais” já se reunia para discutir política, e seria justamente a partir desse grupo que teria surgido a ANL³¹⁶. A defesa da importância da CJPI para a formação da ANL é partilhada também por outros pesquisadores, como Prestes (2008), que afirma que essa comissão “foi a grande aglutinadora das forças que

³¹² CASTRO, 1999, *op. cit.* p. 162.

³¹³ CASTRO, 1999, *op. cit.*, p. 163.

³¹⁴ CASTRO, 1999, *op. cit.* p. 164-165.

³¹⁵ CASTRO, 1999, *op. cit.* p. 166.

³¹⁶ CASTRO, 1999, *op. cit.* p. 168.

viriam a constituir a maior frente única já formada no Brasil – a Aliança Nacional Libertadora”³¹⁷. Porém, a autora destaca como a luta antifascista dessa frente, de acordo com as posições do PCB, passou a estar em conjunto com a luta anti-imperialista e antilatifundiária ou, nas palavras dos próprios pecebistas, antifeudal³¹⁸, como se fosse possível falar na existência de feudalismo no país naquele contexto. Assim, a mudança da linha política de frente única pela base para a linha de frente única popular na Internacional Comunista, em curso desde meados de 1934, concretiza-se no Brasil por meio da formação da ANL nos primeiros meses de 1935, que foi precedida e auxiliada pela formação da CJPI no final de 1934.

A primeira vez em que o nome da ANL aparece publicamente e que suas ideias são apresentadas foi em 17 de janeiro de 1935, por meio de discurso do deputado federal Gilberto Gabeira, que leu na tribuna o manifesto chamado “Pela Libertação Nacional do Povo Brasileiro”, com um conteúdo principalmente anti-imperialista e contra o latifúndio e apenas com uma breve menção contra o integralismo³¹⁹. Poucos dias depois, em 23 de janeiro, a CJPI e a ANL atuaram em conjunto por meio de um comunicado voltado para a convocação de diversos grupos sociais para uma assembleia contrária à Lei de Segurança Nacional, a qual estava começando a ser discutida naquele momento³²⁰. Segundo Prestes, a luta contra essa lei precipitou a mobilização da ANL, e os dois textos confirmavam “o crescente entrelaçamento que vinha se dando, no processo de formação da Frente Única Popular, entre a luta democrática e antifascista e a luta pela libertação nacional, contra a dominação imperialista”. Porém, a meu ver, esses documentos também nos mostram uma diluição da luta antifascista dentro de um programa maior defendido pela ANL, que, como a própria autora mostra, representaria boa parte das teses defendidas pelo PCB, embora não estivesse restrita a elas³²¹.

De fato, a Aliança Nacional Libertadora não foi uma organização comunista, um simples instrumento do partido ou sua fachada, nem agiu obedecendo diretamente as ordens da Internacional Comunista, mas teve sua fundação diretamente influenciada pela ação do PCB e de suas teses, que seguiam as orientações da IC. Assim, por causa dessa influência decisiva, conforme as linhas táticas do partido ou da Internacional se modificavam, também mudavam

³¹⁷ PRESTES, A.L., *Luís Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934-1935)*. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 71.

³¹⁸ PRESTES, 2008, p. 72.

³¹⁹ *Diário do Poder Legislativo dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 18/01/1935, p 388-389. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18JAN1935.pdf#page=> Acesso: 06/04/2020.

³²⁰ PRESTES, 2008, p. 80-81.

³²¹ PRESTES, 2008, p. 82.

as questões levantadas pela ANL, como podemos ver pela questão da defesa da instauração de um governo popular, nacional e revolucionário através da defesa da tomada do poder, inclusive pela via armada, por parte dessa organização a partir de maio de 1935, ideia que já era defendida pelo PCB³²².

Como já vimos no primeiro capítulo, apesar de ter iniciado suas atividades e divulgado seu manifesto em janeiro, a fundação oficial da ANL enquanto frente ampla ocorreu somente em março de 1935, reunindo pessoas que pertenciam a diversas correntes políticas, principalmente socialistas e comunistas, e diversos grupos da sociedade, como operários, intelectuais, profissionais liberais e militares. Sua fundação foi amplamente divulgada em jornais de todo o país, inclusive pela imprensa bauruense³²³. É importante enfatizar a participação de muitos dos chamados tenentistas na formação da Aliança Nacional Libertadora, característica que era compartilhada pela Ação Integralista Brasileira ao também receber muitos dos antigos tenentistas em suas fileiras. Para diferenciá-los, os que haviam aderido à ANL eram conhecidos como “tenentes” de esquerda. Além disso, a liderança de Luís Carlos Prestes na organização certamente teve influência na adesão de muitos tenentistas e militares em geral³²⁴.

Muitos desses militares, apesar de terem apoiado a “Revolução” de 1930, estavam insatisfeitos com Vargas e suas medidas, entre elas a Lei de Segurança Nacional que estava em discussão no início de 1935 e aprovada em abril do mesmo ano. É bom destacar que em seus protestos contra essa legislação repressiva, os membros das Forças Armadas contaram com o apoio de várias organizações operárias e da imprensa aliancista, mostrando o potencial de união representado pela ANL³²⁵. Como forma de resposta a essas insatisfações, o governo Vargas buscou fazer uma “limpeza” dentro das Forças Armadas, expulsando os considerados “indesejáveis”, principalmente aqueles ligados à ANL e ao PCB, com o objetivo de tornar essas instituições mais confiáveis ao seu projeto político corporativo³²⁶. Não devemos nos esquecer de que a AIB também tinha influência entre os militares, inclusive entre membros que ocupavam cargos do topo da hierarquia militar, e o fato de existir esse tipo divisão de determinados grupos entre dois movimentos políticos tão distintos pode ser explicado principalmente pela forte presença do nacionalismo na ideologia tanto da ANL como da AIB, assim como no debate político nacional e internacional como um todo.

³²² PRESTES, 2008, p. 83.

³²³ Fundada oficialmente a Aliança Nacional Libertadora. *Folha do Povo*, 17/03/1935, p.11. Arquivo MFRB.

³²⁴ PRESTES, 2008, p. 98.

³²⁵ PRESTES, 2008, p. 92-93.

³²⁶ PRESTES, 2008, p. 96.

Durante o tempo de existência oficial e legal da ANL, ocorreram conflitos violentos entre os aliancistas e os fascistas representados na AIB, inclusive com mortes. O caso mais destacado pela historiografia foi o ocorrido em Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 9 de junho de 1935, quando, após uma passeata da ANL passar em frente à sede do núcleo integralista local, surge um conflito armado entre militantes da Aliança e da AIB, tendo como resultado a morte de um operário aliancista que teria sido vítima das balas dos camisas-verdes³²⁷. A notícia ganhou destaque na grande imprensa, inclusive em São Paulo, com manchete na primeira página³²⁸. Mesmo com o sentimento de revolta e a cobrança por justiça, além de uma greve desencadeada na cidade por causa do ocorrido, a investigação do caso não levou a nenhum culpado pelo crime, que ficou impune³²⁹. A vítima, Candú, foi alçada à posição de mártir do movimento, de uma maneira parecida com a que os integralistas haviam feito com seus militantes mortos nos conflitos de outubro de 1934.

Como visto no primeiro capítulo, a ANL cresceu rapidamente em seus primeiros meses, com adesões em todos os cantos do país. Temos notícia do início das atividades aliancistas em Bauru em março de 1935, quando já se articulava a fundação do núcleo local e se previa a realização, em breve, de congressos aliancistas nessa cidade e em outras do interior paulista, como São José do Rio Preto³³⁰, comprovando a abrangência desse movimento. Ao longo desses meses, a ANL é citada com certa frequência nas páginas da imprensa bauruense, inclusive com notícias sobre a sede local da organização. A AIB também era constantemente citada, inclusive por meio de notas sobre o núcleo integralista da cidade, sendo que às vezes essas duas agremiações eram citadas na mesma edição e, inclusive, na mesma página do jornal³³¹.

É importante destacar que ao menos um dos personagens envolvidos no conflito entre fascistas e antifascistas, ocorrido em Bauru no dia 3 de outubro de 1934, o médico Jeronymo de Cunto Júnior, é apresentado como um dos integrantes da ANL na cidade, inclusive fazendo discursos em sessões na sede local³³². Assim, podemos inferir que muitos dos que participaram desse confronto no ano anterior continuavam atuando politicamente nas fileiras

³²⁷ PRESTES, 2008, p. 114.

³²⁸ *Folha da Noite*, 10/06/1935, p. 1. Acervo Folha.

³²⁹ OLIVEIRA, E. *Cidade “verde” ou cidade “vermelha”: AIB e ANL em Petrópolis*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2018. p. 123-124

³³⁰ *Folha do Povo*, 21/03/1935, p. 4. Arquivo MFRB.

³³¹ *Correio da Noroeste*, 06/07/1935, p. 1. Arquivo MFRB.

³³² *Idem*. Ibid.

fascistas e antifascistas em Bauru, mesmo que a tensão entre esses grupos não tenha levado a um novo episódio de violência na cidade.

Conforme explicado anteriormente, a ANL teve seu fechamento decretado em 11 de julho após a repercussão do discurso radicalizado de Prestes proferido seis dias antes. Agora na ilegalidade, tal organização passou a ter mais dificuldades para continuar sua luta, sendo freado seu crescimento político que estava em curso nos meses anteriores. Isso não levou, porém, ao fim de suas atividades, inclusive dos comícios. No mês seguinte, a ANL também passa a preparar uma insurreição que seria realizada em breve visando conquistar o poder. Nesse momento, o principal inimigo da organização passa a ser identificado com o governo Vargas e a disputa com os integralistas fica em segundo plano.

Como também já vimos anteriormente, a ilegalidade e a consequente radicalização da ANL fizeram com que muitos grupos e pessoas que estavam fora da órbita do PCB a abandonassem, enfraquecendo o seu caráter frentista e, consequentemente, a luta contra o Fascismo. Após o fracasso das insurreições de novembro de 1935, a repressão contra os envolvidos nesse movimento e seus apoiadores foi muito grande, desarticulando boa parte dos grupos de esquerda no país, principalmente o PCB, que a partir de então passou por um longo período de descenso.

3.2.3 – O contexto pós-1935: auge e queda da influência fascista no país.

Se antes desse período já havia algum nível de afinidade entre o governo Vargas e os grupos fascistas, entre o final de 1935 e meados de 1937 essa relação vai se tornar ainda mais estreita, seja por uma aproximação maior com os integralistas, seja pela maior proximidade diplomática com os países fascistas europeus.

Em um contexto de maior repressão aos grupos ligados ao antifascismo e de maior proximidade ideológica do governo com o Fascismo, fosse nacional ou estrangeiro, os ideais fascistas ganharam ainda mais força na sociedade brasileira, considerando que a cultura política autoritária vigente no país já propiciava um clima favorável para o aumento da influência dessas ideias. Houve também casos de colaboração entre os diferentes tipos de fascismo presentes no país, como a aproximação entre os representantes do Integralismo e o fascismo italiano, principalmente em 1936 e 1937, inclusive com a ajuda financeira direta do governo fascista italiano a partir do fim daquele ano³³³, além de exemplos de colaboração entre integralistas e nazistas alemães presentes no país, que ocorreram apesar da oposição dos

³³³ BERTONHA, 1998, *op.cit.* p. 353.

dirigentes nazistas³³⁴. As relações entre fascistas italianos e nazistas alemães no Brasil foram caracterizadas, em alguns momentos, por desconfiança e rivalidades, e em outros por colaboração, de acordo com as mudanças nas relações internacionais entre fascismo e nazismo³³⁵. De qualquer forma, como ressaltado por Bertonha, são necessárias pesquisas sobre as relações entre esses últimos grupos para elucidar melhor essa questão.

Como mostra de que esse contexto também atingiu Bauru e o meio operário, podemos tomar o exemplo, já citado no primeiro capítulo, das mudanças na orientação política do sindicato dos ferroviários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, vistas por meio da análise das edições de seu jornal, *O Sindicato*, entre 1935 e 1937. A substituição da antiga direção do sindicato, com uma posição de esquerda e antifascista, por um grupo que defendia a colaboração de classes e reproduzia artigos integralistas ocorreu como consequência tanto da repressão ao sindicalismo autônomo e aos grupos de esquerda no país, como do crescimento dos ideais fascistas em vários setores da sociedade.

Portanto, ao final do período de auge das disputas entre fascistas e antifascistas no Brasil em 1934 e 1935, pode-se afirmar que, ao menos momentaneamente, os fascistas ganharam a disputa. Tal vitória pode ser creditada a diversos fatores, sendo os principais: o contexto internacional de crescimento do Fascismo; a presença de uma grande massa de imigrantes e descendentes de italianos, que eram alvo da propaganda e da ação política do governo fascista italiano; a propaganda fascista voltada para os brasileiros; uma cultura política crescentemente autoritária e direitista no país desde, ao menos, a década anterior, e a maior receptividade aos ideais fascistas devido a essa cultura política; a repressão aos grupos e partidos de esquerda, os quais compunham grande parte das organizações antifascistas; o surgimento e crescimento de um discurso anticomunista presente em diversos espaços da sociedade; e a presença de um forte movimento fascista local, o Integralismo. Isso não significa que o antifascismo não tenha realizado um importante papel de barrar, ao menos por um tempo, o crescimento do Fascismo em suas diferentes vertentes e em determinados espaços da sociedade, oferecendo em alguns momentos uma grande resistência, como vimos ao longo desse capítulo.

Mas é um fato que o Fascismo contava com a simpatia de significativos grupos da sociedade, inclusive dentro do governo federal, de alguns governos estaduais e municipais ao menos desde o início da década de 1930 e principalmente na segunda metade desse mesmo período. Esse contexto de simpatia pelo ideal fascista e as relações harmoniosas entre

³³⁴ DIETRICH, A. M. *Nazismo tropical? - O Partido Nazista no Brasil*. São Paulo: Editora Todas as Musas, 2012. p. 46.

³³⁵ BERTONHA, 1998, *op. cit.* p. 351.

fascistas, setores influentes da sociedade e a maioria das autoridades governamentais permitiram que as atividades dos órgãos fascistas italianos ocorressem em território brasileiro praticamente sem restrições até quase o fim da década³³⁶, e que um forte movimento fascista nacional surgisse e se desenvolvesse ao longo desses anos. Tudo isso certamente contribuiu para a derrota temporária do antifascismo no país em meados da década de 1930.

Esse contexto favorável durou, para o Integralismo, até o início do Estado Novo, quando teve suas atividades encerradas enquanto partido e movimento político, e passou a ser perseguido após as tentativas de levante contra o governo no primeiro semestre de 1938. No mesmo ano, por conta da política nacionalista do novo regime, uma lei passou a proibir as atividades de partidos políticos estrangeiros no país, o que atingiu as atividades fascistas italianas no Brasil, embora não com a mesma intensidade que afetou as ações do partido nazista entre os colonos alemães. Essa diferença seria resultado da suposta antipatia da opinião pública brasileira perante o nazismo alemão³³⁷, e uma mostra da cumplicidade das autoridades e de parte da sociedade brasileira com o fascismo italiano até o início da década de 1940. De fato, a proibição de entidades estrangeiras oficialmente partidárias a partir de 1938 não impediu a continuidade das atividades fascistas nos anos seguintes, seja pelos *fasci all'estero* que passaram a se camuflar, seja por meio da propaganda realizada por organizações consideradas apolíticas, como os *Dopolavoro* e as escolas italianas³³⁸.

Pouco tempo depois, no início dos anos 1940, a ditadura do Estado Novo atingiu de vez e de maneira mais direta as atividades fascistas existentes no país, principalmente entre as colônias alemãs e italianas, com o aprofundamento da política nacionalista autoritária e a entrada do Brasil no conflito da Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados em 1942, contribuindo indiretamente para o ressurgimento das esquerdas e do antifascismo no país posteriormente.

A seguir, nos capítulos finais, irei comparar as representações políticas sobre integralistas e comunistas presentes nos jornais bauruenses, buscando entender de maneira mais detalhada quais eram os posicionamentos políticos dos jornais em relação a esses grupos e como ocorreu a atuação política da imprensa pela defesa da ordem social considerando o contexto histórico e político da década de 1930, apresentado no primeiro capítulo, o contexto local, apresentado no segundo capítulo, e as considerações sobre a atuação de comunistas e integralistas nesse período dentro do contexto maior da luta entre fascistas e antifascistas, que foi apresentado neste terceiro capítulo.

³³⁶ BERTONHA, 1998, *op. cit.* p. 319-331.

³³⁷ BERTONHA, 1998, *op. cit.* p. 350.

³³⁸ BERTONHA, 1998, *op. cit.* p. 135-136.

Capítulo 4 – Comunistas e integralistas na imprensa bauruense entre 1934 e novembro de 1935.

Neste capítulo e no próximo, apresentaremos e analisaremos as representações sobre comunistas e integralistas na imprensa bauruense no período delimitado nesta pesquisa, entre 1934 e meados de 1938. A escolha e o recorte dos editoriais, dos textos de opinião e das notícias publicadas nos jornais, a serem apresentados e analisados a seguir decorreu tanto dos fatos locais, nacionais e internacionais que poderiam de alguma forma envolver os grupos políticos mencionados acima, como também dos momentos em que os jornais locais escolheram se posicionar politicamente e da forma que fizeram isso. A apresentação, nos capítulos anteriores, do contexto político do período analisado nesta pesquisa, assim como da formação da cidade de Bauru e de sua imprensa, teve como objetivo situar melhor o contexto de onde os jornais falavam e no qual se posicionavam, assim como o papel político que poderia ser exercido por eles naquele momento, contribuindo para uma melhor compreensão das representações políticas construídas ou reproduzidas em suas páginas e levando em conta os projetos editoriais e políticos dos jornais.

4.1 – Procedimentos metodológicos adotados na análise dos jornais

Antes de passar para a apresentação e análise das representações dos jornais bauruenses sobre comunistas e integralistas, farei uma breve apresentação de alguns dos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, baseados nos procedimentos apontados por Cruz e Peixoto (2007) para o tratamento da imprensa enquanto fonte documental no artigo *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*³³⁹.

Ao analisar os periódicos utilizados como fontes documentais nesta pesquisa, um dos primeiros cuidados foi realizar a identificação do periódico por meio da análise do seu título e do seu subtítulo³⁴⁰. O jornal mais amplamente utilizado como fonte aqui foi o *Correio da Noroeste*, que, como o próprio nome diz, era um jornal que circulava na região ferroviária paulista conhecida como Zona Noroeste, e que tinha seu início em Bauru. Mas a partir de um determinado momento, o periódico passou a apresentar em seu subtítulo a seguinte informação: “Diário matutino das zonas Noroeste, Alta Paulista, Central e Alta Sorocabana, Sul de Mato Grosso e Norte do Paraná”. Tal subtítulo nos informa que, além desse jornal ter circulação diária e ser distribuído no período da manhã, ele circulava por outras regiões além

³³⁹ CRUZ, H.F.; PEIXOTO, M.R.C. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 255-272, dez. 2007.

³⁴⁰Cruz; Peixoto, 2007, *op.cit.* p. 263.

da Zona Noroeste, inclusive partes de outros estados além de São Paulo, como a região sul mato-grossense e o norte paranaense, alcançando um grande raio geográfico de circulação e, portanto, um público leitor mais amplo, indicando que não seria somente um jornal local.

Outro jornal que teve algumas edições mais analisadas foi o *Correio da Semana*, que, como o próprio início do nome indica, fazia parte do mesmo grupo empresarial do jornal *Correio da Noroeste*, sendo publicado somente uma vez por semana, às segundas-feiras, justamente o dia da semana em esse último jornal não circulava.

A *Gazeta da Noroeste* também é um exemplo de jornal que apresentava em seu título a referência geográfica da região ferroviária à qual Bauru estava vinculada, mostrando a intenção de atingir outras cidades da mesma zona.

O periódico *O Sindicato*, como o próprio título indica, era um jornal sindical, e seu subtítulo “órgão do sindicato dos ferroviários da Noroeste” torna mais preciso a qual categoria e a qual sindicato ele estava vinculado.

Por último, a *Folha do Povo* trazia em seu nome a pretensão de ser um veículo de comunicação que, supostamente, falaria em nome da população, traria um ponto de vista ligado aos interesses da maioria, e seu subtítulo indicava a periodicidade de sua publicação, inicialmente como bissemanário e, a partir de meados de 1937, mais precisamente entre agosto e setembro deste ano, como diário matutino. Posteriormente, em maio de 1938, seu subtítulo é trocado para indicar, além da periodicidade, o seu alcance geográfico, adotando-se assim o seguinte subtítulo: “Diário matutino com expansão nas zonas Noroeste, Alta Paulista, Sorocabana e Mato Grosso”. Este último subtítulo poderia indicar uma expansão de sua circulação para novas regiões além daquela em que ele já estava inserido inicialmente.

Outro aspecto da identificação dos jornais é delimitar as datas limites de sua publicação, sendo que ele já foi contemplado no capítulo 2, quando apresentei o histórico da imprensa bauruense até a década de 1930, citando as datas de criação dos periódicos analisados, no caso daqueles em que foi possível descobrir essa informação, e até quando eles circularam.

Além da identificação inicial e geral do periódico, outro procedimento levado em conta na análise foi a identificação do projeto gráfico/editorial dos jornais. Segundo Cruz e Peixoto (2007): “a análise do projeto gráfico volta-se para a organização e distribuição de conteúdos nas diversas partes e seções no interior do periódico como, por exemplo, a localização e extensão que ocupam, as funções editoriais a ela atribuídas e por elas desempenhadas, seus modos de articulação e expressão”³⁴¹.

Nesse sentido, a análise dos jornais empreendida nesta pesquisa levou em conta vários elementos dos textos escolhidos, como a posição ocupada dentro do jornal, qual página em

³⁴¹ Cruz; Peixoto, 2007, *op.cit.* p. 264.

que está localizado e qual a extensão da folha ocupada pelo texto, qual é a sua função dentro do periódico, ou seja, se ele era um editorial, um artigo de opinião, parte de uma coluna fixa ou parte da seção noticiosa. Por exemplo, o fato de um artigo de opinião ser publicado em uma coluna fixa e assinada na primeira página, onde tem mais destaque, ou ser publicado como um texto sem título e sem assinatura na terceira página faz diferença quanto à importância atribuída a ele pelo próprio veículo de comunicação e no impacto que terá sobre o público leitor. Assim como o tamanho ocupado pelo texto na folha, se é um artigo de opinião ou um editorial, que mostram posições mais explícitas, ou se é um texto noticioso, que supostamente teria que ser mais objetivo, se é uma notícia produzida pelo próprio jornal ou se é a reprodução das informações fornecidas por outro periódico.

Todos esses aspectos influenciam na análise de jornais enquanto fontes documentais, e por isso frequentemente serão apresentadas as características dos textos analisados, ou seja, se são editoriais, artigos de opinião, textos noticiosos, em qual página foram publicados e se aparecem de maneira mais destacada dentro da folha de acordo com o tamanho e a posição que ocupam.

Além do projeto gráfico, também são importantes os elementos que compõem o chamado projeto editorial do jornal, como a identificação de seus proprietários, diretores, redatores e colaboradores que “indicam a constituição dos grupos produtores, enquanto força social que orienta e propõe o projeto político do periódico” ³⁴². Ou seja, trata-se de verificar os grupos sociais aos quais os veículos de comunicação estão vinculados ou mais próximos por meio da identificação dos personagens que fazem parte deles.

Outro aspecto importante na descrição do projeto editorial, e que também está ligado às questões do projeto gráfico, é a identificação e o estudo dos públicos leitores dos jornais. Essa identificação pode ser realizada por meio da análise dos anúncios, da publicidade e dos espaços ocupados por ela, verificando quais produtos e serviços são anunciados nas páginas dos periódicos e para quem eles se destinam, levando em conta os aspectos materiais e sociais ligados a eles. Por exemplo, na maioria dos jornais analisados nesta pesquisa, os anúncios constantes de produtos que poderiam ser considerados de luxo, como carros e determinados eletrodomésticos, ou mesmo o anúncio de serviços, como de médicos e dentistas, podem indicar que os principais grupos sociais que compõem o público leitor dos jornais sejam das classes médias e das elites da sociedade. Essa constatação é reforçada pelo fato de que, no caso do período delimitado (1934-1938), boa parte da população ainda era analfabeta e que as

³⁴² Cruz; Peixoto, 2007, *op.cit.* p. 265.

pessoas letradas estavam concentradas nas classes mais abastadas. No entanto, em um país que já havia iniciado seu processo de urbanização, o número de leitores de diferentes classes sociais era crescente e sua participação na imprensa também, como pode ser atestada pela existência do jornal do sindicato dos ferroviários da Noroeste, voltado para o público dessa categoria da classe trabalhadora.

Assim, o estudo de quem compõe os públicos leitores é importante porque “remete aos sujeitos e ao campo de sentidos no qual atuam”, e porque “leitores são mobilizados e se mobilizam pela leitura do periódico enquanto um campo de forças” ³⁴³, ou seja, a identificação desse público está ligada à própria identificação do sentido político do projeto editorial do jornal. Nesse sentido, é preciso destacar que, como afirmam Cruz e Peixoto (2007), a análise da movimentação e do posicionamento político dos jornais é justamente uma forma de aprofundar a “compreensão do projeto editorial do periódico” ³⁴⁴.

Considerando isso, tal procedimento metodológico de análise do posicionamento político dos periódicos como parte do seu projeto editorial não só está presente nesta pesquisa como é o seu objetivo maior, tendo como foco as representações políticas sobre comunistas e integralistas veiculadas em suas páginas, os seus posicionamentos diante desses dois grupos ao longo do recorte temporal definido. Para atingir este objetivo, foi realizada uma leitura detida e minuciosa dos conteúdos publicados nos veículos de comunicação, problematizando os posicionamentos políticos embutidos e as articulações sociais realizadas através deles. Assim, ainda segundo Cruz e Peixoto:

“Nas conjunturas em estudo, a identificação de campanhas gerais e de posições políticas defendidas pelo periódico, assim como de questões, sujeitos sociais, espaços e temas que prioriza para a agenda pública remetem a correlação de forças e ao campo das lutas sociais do momento. Trata-se, no entanto, de enfrentar as discussões sobre as mesmas, de forma articulada e simultânea, visando à apreensão do processo de intervenção da publicação naquela conjuntura” ³⁴⁵.

Ou seja, deve-se analisar de que forma os jornais realizam o diagnóstico da realidade social em que estão inseridos e de que forma eles podem, por meio de sua prática, intervir nesta mesma realidade realizando propostas políticas e, por meio delas, ir definindo aliados ou inimigos entre os diferentes grupos e partidos políticos que disputam seus projetos dentro da sociedade.

É com base nos procedimentos mencionados nas últimas páginas, e especialmente na análise do projeto político editorial dos diferentes jornais escolhidos, que apresentarei, a partir da

³⁴³ Cruz; Peixoto, 2007, *op.cit.* p. 265.

³⁴⁴ Cruz; Peixoto, 2007, *op.cit.* p. 266.

³⁴⁵ *Ibid.*

próxima parte deste capítulo e no capítulo seguinte, a análise das representações sociais e políticas de comunistas e integralistas na imprensa bauruense entre 1934 e 1938.

4.2–Comunistas na imprensa bauruense entre janeiro e setembro de 1934

Infelizmente, para a maior parte do período delimitado nesta pesquisa, só foram encontradas as edições do diário *Correio da Noroeste*, o que fez com que a análise ficasse parcialmente limitada em alguns momentos. É o caso da maior parte do ano de 1934, pois entre os meses de setembro e novembro também encontramos as edições da *Gazeta da Noroeste*, além de alguns poucos exemplares do *Correio da Semana* entre julho e setembro. De qualquer forma, a leitura e a análise das páginas desses jornais nos revelam muito sobre como os comunistas eram vistos e representados por parte da imprensa e da sociedade bauruense, ainda mais se considerarmos a importância deste jornal dentro da história da imprensa da cidade e suas relações com as elites locais e as autoridades públicas.

Antes de me debruçar sobre as representações presentes especialmente no *Correio da Noroeste*, considero ser importante apresentar algumas características desse veículo de comunicação. Ao menos neste período, o jornal geralmente contava com quatro páginas, menos aos domingos, quando as edições tinham seis páginas, sendo a primeira página dedicada ao noticiário político, editoriais e algumas vezes textos de opinião, além das notícias locais, nacionais ou internacionais consideradas como mais importantes. Nas segundas e terceiras páginas estavam concentradas as propagandas e algumas notícias de outras cidades da região, assim como ocasionais artigos de opinião, também contando às vezes com notícias esportivas, colocadas juntas dentro de uma coluna chamada “Correio Desportivo”, que em algumas edições aparecia na quarta página ao invés da segunda. Variando entre a segunda e a quarta página, também apareciam a coluna social e o chamado “Correio Religioso”, que apresentava notícias sobre missas e outros cultos religiosos cristãos, assim como outras cerimônias religiosas. Além disso, suas folhas geralmente eram divididas em sete colunas.

Outro fator interessante a ser citado diz respeito ao preço da assinatura do jornal, que poderia indicar sua maior acessibilidade ou não por parte do potencial público leitor. Na edição do dia 1º de Janeiro³⁴⁶, na terceira página, há uma nota com informações a respeito da assinatura de jornais da capital que nos fornece indícios para a comparação com o preço da assinatura do *Correio da Noroeste*. Enquanto a assinatura do jornal bauruense custava trinta e cinco mil-réis por ano ou vinte mil-réis por semestre, a assinatura de jornais da capital por

³⁴⁶ *Correio da Noroeste*, 1º/01/1934, p.3. Arquivo MFRB.

parte de uma empresa chamada “Agência Noroeste” custava seis mil-réis por mês. A falta de outros dados econômicos e a inexistência de um salário mínimo, que só seria criado posteriormente, dificultaram estabelecermos comparações que nos permitissem avaliar se o jornal era caro ou não para a população, mas o fato das assinaturas dos jornais bauruenses serem bem mais baratas que os da capital, fora a questão da logística, que provavelmente fazia com que os periódicos paulistanos chegassem mais tarde a Bauru, nos indicam que jornais locais, como o *Correio da Noroeste*, deviam ser mais lidos pela população dessa cidade. Infelizmente, não encontramos, em nenhuma edição, informações sobre a tiragem deste periódico, o que nos permitiria dimensionar com mais clareza o tamanho do seu público leitor.

Nas próximas páginas, apresentarei algumas notícias e artigos de opinião que nos mostram exemplos de parte dos principais tipos de representações sobre os comunistas que estiveram presentes ou foram recorrentes nos jornais analisados em todo o período delimitado nesta pesquisa.

Inicialmente, os comunistas eram pouco mencionados nas páginas desse periódico, tendo sido citados apenas 13 vezes entre janeiro e junho de 1934, mais precisamente duas em janeiro, uma em fevereiro, cinco em março, quatro em abril, nenhuma em maio e uma em junho. Dessas menções aos comunistas, a grande maioria os representava negativamente, seja por meio de notícias que retratavam esses militantes associados à ideia de desordem, como perigosos “extremistas” e/ou potenciais “terroristas”, seja por meio de artigos de opinião que, além de reproduzirem essas mesmas imagens, ainda buscavam analisar e criticar profundamente a ideologia comunista e, em alguns casos, compará-las com outras ideologias como o Fascismo, o Integralismo e o Liberalismo.

Dentro do recorte temporal desta pesquisa, as primeiras vezes em que os comunistas foram citados nas páginas do *Correio da Noroeste* são entre os dias 20 e 21 de Janeiro quando este jornal estava publicando notícias sobre a organização de uma greve geral de ferroviários no interior paulista. Segundo as informações das autoridades divulgadas pelo periódico no primeiro dia, o movimento foi fracassado, pois seria apenas resultado da agitação de “elementos estranhos”, que não representariam a maioria dos trabalhadores dessa categoria, os quais seriam “ordeiros e disciplinados”, e que por isso havia sido rapidamente reprimido e controlado³⁴⁷.

³⁴⁷ *Correio da Noroeste*, 20/01/1934, p.1. Arquivo MFRB.

No dia seguinte, nova notícia de primeira página sobre o movimento grevista ferroviário dos dias anteriores, que se tornara ainda mais fraco, restringindo-se apenas a alguns trabalhadores das oficinas da Sorocabana em sua sede. Segundo o texto, tais eventos estariam sendo explorados por “extremistas”, muitos dos quais estavam espalhados na capital e foram presos portando bandeiras vermelhas e panfletos de conteúdo “declaradamente comunista”. Além das prisões de comunistas e de algumas lideranças dos ferroviários grevistas, inclusive em Bauru, as autoridades publicaram comunicados aos trabalhadores ferroviários para desqualificar o movimento como “subversivo” e defender a repressão, afirmando que as reivindicações da categoria só poderiam ser analisadas com o fim da greve³⁴⁸.

É importante ressaltar que, em alguns períodos, principalmente nos dois primeiros anos do recorte temporal definido nesta pesquisa, havia constantes notícias sobre movimentos grevistas, as quais muitas vezes citavam os comunistas como envolvidos, mas nem sempre. Também havia casos em que outros grupos de esquerda, principalmente socialistas, eram mencionados pelos jornais, na maioria das vezes negativamente assim como os comunistas, e em que todos os grupos de esquerda eram citados indistintamente, como um bloco único, sendo todos chamados de “comunistas”, mesmo sem se definirem como tal.

Voltando para os casos em que aqueles que se reivindicavam como comunistas eram citados e representados, no final de fevereiro, eles apareceriam novamente nas páginas do periódico bauruense. No dia 28 desse mês, foi publicada uma notícia a respeito de um movimento de comunistas presentes no exército e na força pública de São Paulo, principalmente de militares de baixa patente, que teriam o objetivo de tomar o poder nesse estado a partir da capital, contando com a participação de alguns comunistas civis. O movimento, classificado como terrorista e chamado de intentona, fracassa e é duramente reprimido, sendo que esta repressão foi apoiada pelo jornal, já mostrando assim sua posição anticomunista³⁴⁹.

Na edição seguinte, já no dia 1º de Março, novamente esse fracassado levante é tema das páginas do *Correio da Noroeste*. Na quarta página, é noticiado com mais detalhes o plano de insurreição dentro de um batalhão do exército em São Paulo e de parte da Força Pública do estado, principalmente por parte de cabos e sargentos, contando também com o apoio e a participação de civis, entre eles destacados militantes “vermelhos”, como o trotskista Aristides Lobo, fundador da Liga Comunista Internacionalista, que tinha acabado de ser preso. O texto destaca os supostos planos de subversão da ordem e hierarquia dentro das organizações militares, inclusive por meio de assassinatos, substituindo os comandantes

³⁴⁸ *Correio da Noroeste*, 21/01/1934, p.1. Arquivo MFRB.

³⁴⁹ *Correio da Noroeste*, 28/02/1934, p.1. Arquivo MFRB.

militares e as autoridades públicas por parte desses militares comunistas e por representantes dos sindicatos operários, os quais tomariam o poder e a administração do Estado³⁵⁰. A divulgação de planos desse tipo, dando destaque para a violência que estaria prevista nas atividades revolucionárias, contribuía para fomentar o medo entre os leitores e a população em geral. Mas notícias com esta temática ainda contavam com pouco destaque no jornal, não somente sendo publicadas com pouca frequência como ganhando pouco destaque dentro da diagramação das folhas.

Apesar disso, março de 1934 foi um mês no qual os comunistas foram representados mais vezes no periódico do que anteriormente, com cinco citações contando com a mencionada no parágrafo anterior, e quase todas elas em notícias ou artigos de opinião na terceira ou na quarta página das edições, sem tanto destaque aos olhos dos leitores.

Sobre as atividades de militantes comunistas na região da Zona Noroeste, o jornal publicou uma notícia a respeito da prisão de comunistas na cidade de Penápolis, em uma organização chamada União Operária de Penápolis, na qual, segundo as autoridades, sob o pretexto de se realizar eventos filantrópicos, ocorriam “assembleias de caráter extremista”, porém o texto não informa o que seria exatamente essa definição. Nas buscas, a polícia teria encontrado livros, jornais, atas, “manifestos dirigidos aos trabalhadores do campo e da cidade”, além de bandeiras vermelhas. Após a prisão dos líderes, estes foram encaminhados para a delegacia de Ordem Política e Social na capital³⁵¹.

Como já mencionado, os primeiros artigos de opinião do *Correio da Noroeste* que analisavam os comunistas e sua ideologia foram publicados em março de 1934, e o primeiro deles foi um texto não assinado e com pouco destaque, localizado na terceira página da edição do dia 22, em que o autor anônimo fazia uma leitura do momento político daquele momento. Na visão apresentada, só existiriam dois caminhos possíveis no futuro; por isso, ao longo do texto, afirmava-se que, no Brasil, já ocorriam os primeiros encontros entre comunistas e integralistas. Estes últimos eram caracterizados como “o nome que se dá no Brasil ao fenômeno do Fascismo”, estabelecendo-se a AIB, portanto, enquanto uma organização fascista. Segundo o artigo, se o mundo continuasse no caminho que estava seguindo, e considerando a história do liberalismo tal qual havia sido trilhada, se chegaria inevitavelmente a uma encruzilhada em que seria preciso escolher entre o Comunismo e o Integralismo³⁵².

³⁵⁰ *Correio da Noroeste*, 01/03/1934, p.4. Arquivo MFRB

³⁵¹ *Correio da Noroeste*, 21/03/1934, p.3. Arquivo MFRB

³⁵² Caminhos. *Correio da Noroeste*, 22/03/1934, p.3. Arquivo MFRB.

Assim, o texto aparenta não ter uma boa impressão tanto sobre os comunistas como sobre os integralistas, classificando uma escolha entre os dois como “encruzilhada terrível”, afirmando que, tal como as coisas andavam e por conta dos encontros e conflitos entre os dois, a opção seria definida em meio ao “tumulto e desordem”. Nesse caso, apesar de também transparecer uma postura anticomunista, o autor não adota uma posição de defesa do Fascismo, mesmo em sua vertente nacional, apesar de também criticar o Liberalismo que, em sua opinião, teria causado a situação.

Em uma linha argumentativa parecida, um artigo de opinião também não assinado foi publicado no dia 7 de abril. O texto começa destacando a realização, em breve, de uma parada integralista com previsão de participação de cinco mil militantes no Rio de Janeiro, o que demonstraria o crescimento dos camisas-verdes. Após isso, defende-se a visão de que, em um futuro próximo, “o domínio dos povos” seria disputado entre integralistas e comunistas, e a partir disso há uma crítica de que, diante desse quadro, alguns países liberais “continuam a fazer lirismo em torno de métodos de eleição e de outras inocuidades” ao invés de se prepararem para essa disputa futura. Considerando esse cenário, afirma-se que, por isso, quando uma transformação inevitável surgisse, esta poderia ocorrer em meio ao “caos, a confusão, a loucura, o sofrimento” ³⁵³. O texto, portanto, assim como o artigo citado anteriormente, já enxergava o crescimento das disputas entre fascistas e comunistas no nível mundial, e inclusive no Brasil, na qual o Fascismo seria representado pelo Integralismo. Além disso, tem forte teor antiliberal, como muitos outros textos publicados no jornal.

É importante ressaltar que nem todos consideravam ou consideram o Integralismo como movimento pertencente ao universo fascista, e parte dos pesquisadores que se dedicaram posteriormente ao seu estudo, especialmente na década de 1970, também não o consideravam como tal. Por exemplo, Chasin (1978) ao fazer uma análise mais centrada no âmbito econômico, analisou a relação entre Fascismo, Integralismo e Capitalismo para entender a natureza da doutrina integralista na obra do líder Plínio Salgado. Nessa perspectiva, as divergências entre as conjunturas históricas e econômicas de Brasil e Itália resultaram em diferentes naturezas políticas-ideológicas, não permitindo, assim, que fosse possível um movimento de caráter propriamente fascista no Brasil, um país que apresentaria um “capitalismo hiper-tardio”, ao passo que o Fascismo seria típico de países do “capitalismo tardio” europeu. Para o autor, o Integralismo apenas teria usado o Fascismo como recurso intelectual para defender a ideia de regresso ao passado tradicional e de uma cultura ruralista

³⁵³ Dois Polos. *Correio da Noroeste*, 07/04/1934, p.3. Arquivo MFRB.

brasileira. Assim, tal movimento brasileiro não teria sido uma cópia do Fascismo, mas sim um movimento reacionário conciliatório, correspondendo às condições históricas e sociais em que estava inserido, norteado por valores e interesses da pequena-burguesia.

Enquanto nos meses anteriores os comunistas apareciam na maioria das vezes em textos noticiosos, no mês de abril de 1934, todas as quatro referências a esse grupo foram feitas por meio de artigos de opinião, que marcam uma posição mais explícita a respeito dos assuntos sobre os quais apresentam seus argumentos.

Entre os artigos de opinião a serem apontados como um dos mais significativos nestes primeiros meses de análise dos jornais, o texto não assinado e intitulado “Proselitismo” apresenta um lugar comum dos discursos anticomunistas, a crítica ao Comunismo utilizando como exemplo as políticas postas em prática ou propostas pelo Estado soviético após a revolução de 1917. Nesse texto publicado na primeira página, portanto com maior destaque para o público, o autor afirma que os revolucionários russos buscaram espalhar suas ideias por todo o mundo desde o processo revolucionário, causando muitos sacrifícios, e agora estariam modificando a política externa da União Soviética, inclusive com acordos com os EUA, um dos principais países capitalistas. Dessa forma, os comunistas soviéticos estariam caindo em contradição e se afastando do “Comunismo puro”, aproximando-se cada vez mais de um “Socialismo de Estado”, o qual estava “sob a ditadura de uma classe” e não consideraria os interesses de todos³⁵⁴.

Voltando à linha argumentativa de comparar o Comunismo e o Fascismo e analisar as disputas entre essas propostas políticas, um artigo de opinião não assinado da edição de 11 de abril, em um pequeno espaço da terceira página, destacava que teriam sido descobertos os planos de um grupo de fascistas franceses que se preparavam para tomar o poder, dissolver o parlamento e implantar uma ditadura fascista naquele país europeu, esperando a simpatia da população devido ao que o autor chama de “erros do liberalismo”. Após isso, o texto compara a atuação e a situação de comunistas e fascistas na França, defendendo que mesmo com décadas de propaganda, o “bolchevismo” não havia conquistado tantos adeptos e nem cogitado tomar o poder, e que a razão para isso seria que essa ideologia era “asiática” enquanto aquele país europeu seria latino, e que o Fascismo, por ser “puramente latino”, apesar de poucos anos de atuação, já pensava em realizar “grandes feitos”. O texto tem forte discurso anticomunista, recorrendo à xenofobia e ao preconceito racial, sob uma perspectiva

³⁵⁴ Proselitismo. *Correio da Noroeste*, 08/04/1934, p.1. Arquivo MFRB.

cultural, para apresentar seu principal argumento contra o Comunismo, ao mesmo tempo em que usava a cultura como justificativa para o avanço do Fascismo³⁵⁵.

O argumento de que a ideologia comunista seria incompatível no Brasil, e também em outros países da América e da Europa, por ser “asiática” ou “exótica” foi frequentemente evocado nas representações anticomunistas presentes nos jornais analisados, e era uma das imagens mais comuns presentes no anticomunismo brasileiro. Estava relacionado à visão que grupos conservadores tinham sobre o Comunismo enquanto uma ameaça estrangeira e que daria origem a uma série de representações presentes no imaginário anticomunista, como demonstra Motta (2002) em sua pesquisa. Segundo esse autor, “o imaginário anticomunista representava as propostas de seus adversários como doutrinas exóticas, que teriam vindo de outros países: ideias estranhas, elaboradas em terras alienígenas”, e que enquanto tais seriam comparáveis a um “corpo estranho, infiltrado no Brasil por agentes estrangeiros”³⁵⁶. Essas representações demonstravam proximidade com a concepção orgânica de sociedade, explicada no primeiro capítulo a partir da obra de Dutra (1997), pois os comunistas seriam comparados a “agentes patológicos”, tais como vírus e bactérias, que se infiltrariam na sociedade e causariam “doenças” maléficas para a nação e sua integridade³⁵⁷. Deve-se ressaltar que as metáforas orgânicas para a explicação da sociedade brasileira da década de 1930 também foram analisadas em outras obras de fôlego, como *A Sacralização da Política*, de Alcir Lenharo³⁵⁸.

Nos meses seguintes, maio e junho, as representações sobre os comunistas no *Correio da Noroeste* são mais escassas que no período entre janeiro e abril, aparecendo somente uma vez em um artigo de opinião, publicado na primeira página da edição de oito de junho, e que reproduz justamente o argumento do Comunismo enquanto uma ideologia inadaptável no Brasil e em outros países latinos, chamados pelo autor do texto de “países cristãos”.

Neste texto não assinado e publicado na primeira página, o autor afirmava que o Comunismo era fruto da “mentalidade asiática” e por isso não se adaptaria ao Ocidente, aos países latinos, tal como uma planta em solo ou clima estranho. Em contraposição a esse caráter restrito do Comunismo, o cristianismo seria “universal”, e em torno dele e de suas ideias teria sido criado o “espírito latino”, considerado como “monumento formidável da civilização”, sendo esta mesma representada pelo próprio cristianismo, que seria “absolutamente europeu, latino na genialidade da sua estrutura, e romano na sua disciplina e no seu predomínio avassalador”³⁵⁹.

³⁵⁵Sinal dos tempos. *Correio da Noroeste*, 11/04/1934, p.3. Arquivo MFRB.

³⁵⁶MOTTA, 2002, *op.cit.*, p. 55.

³⁵⁷MOTTA, 2002, *op.cit.*, p. 55.

³⁵⁸LENHARO, A. *Sacralização da Política*. Campinas: Papirus, 1986.

³⁵⁹O Cristianismo e a Ásia. *Correio da Noroeste*, 08/06/1934, p.1. Arquivo MFRB.

Assim, o texto apresenta um ideal fortemente anticomunista calcado na defesa do cristianismo e da “civilização ocidental”, contraposto ao “barbarismo” e o “exotismo” do “oriental” Comunismo. É importante ressaltar que a argumentação apresentada no artigo distorce a história, pois o Comunismo tem origem europeia e um trajeto nesse continente desde o século XIX, enquanto o Cristianismo surgiu no Oriente Próximo, de onde se difundiu depois para a Europa.

Infelizmente, não encontrei nenhuma das edições do *Correio da Noroeste* entre os dias 10 e 30 de junho de 1934 disponíveis para consulta nos arquivos e museus consultados, o que impediu por pouco a realização de uma análise completa das representações de comunistas e integralistas produzidas por esse jornal no primeiro semestre daquele ano.

Em julho de 1934, há uma única menção aos comunistas no periódico bauruense dirigido por José Fernandes. Na coluna assinada por Mattos Andrade, primeira página da edição de 29 de Julho, este autor defende que deveria se diferenciar o que ele chama de “ditaduras modernas europeias” daquelas que, frequentemente, ocorriam na América do Sul e que não contribuíam para “mudanças ou melhorias reais”. Andrade afirmava que não estaria “fazendo a apologia do regime corporativista”, mas ressaltava que essas ditaduras, ao menos, “procuravam estabelecer um novo regime, novas instituições, em lugares onde a democracia apodrecera”, acabando com “desordens” como “revoluções toda semana” e a “sangria por rasgões comunistas” ou a ameaça de um país que sofria “da subdivisão em centenas de partidos” ³⁶⁰. Apesar de dizer que não defendia o corporativismo e o Fascismo, o autor parece claramente fazer isso em relação a suas diferentes vertentes, além de explicitar uma visão anticomunista ao associar o Comunismo às ideias de desordem e “sangramento” de um país, associando os comunistas às ideias de violência, morte e destruição, como tantas vezes eram representados por seus adversários.

Em agosto de 1934 os comunistas foram abordados quatro vezes nas páginas do *Correio da Noroeste*, na segunda metade do mês, por meio de dois artigos de opinião e duas notícias. A importância dada pelo próprio periódico a essas representações ainda não era muito grande, considerando as páginas em que eram publicadas e o tamanho relativamente pequeno dos textos em que estavam presentes.

Em artigo de opinião não assinado, publicado na segunda página da edição de 22 de agosto, o autor começa por criticar a “liberal-democracia”, estendendo suas críticas ao Comunismo, afirmando ser este “nada mais do que a democracia levada aos seus naturais extremos”, e que

³⁶⁰ ANDRADE, M. Governos & Dictaduras. *Correio da Noroeste*, 29/07/1934, p.1. Arquivo MFRB.

se a democracia já seria algo “absurdo”, o Comunismo seria o “absurdo elevado à 10ª potência”. As críticas anticomunistas do texto continuam ao afirmar que, apesar de se afirmar igualitária, a “Rússia soviética” contava com novos ricos, que seriam justamente os líderes revolucionários, e que por isso a “sangueira” causada pela revolução não teria servido de nada, considerando que, supostamente, a “grande massa” estaria no mesmo lugar de antes³⁶¹. Assim, o texto apresenta um forte discurso comunista, baseado principalmente no argumento de que o Comunismo causava pobreza para a maioria da população e não resolvia a questão da desigualdade, que seria a maior justificativa da adoção desse sistema, o que era uma crítica comum dos liberais aos comunistas, porém, no início do próprio artigo, foram apresentadas fortes críticas às propostas do liberalismo.

Conforme definido por Motta (2002) e já citado no primeiro capítulo, as representações presentes no anticomunismo brasileiro tinham suas origens em três grandes matrizes doutrinárias: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo. No Brasil, o anticomunismo liberal prezava muito mais pelo liberalismo econômico, defendendo acima de tudo o direito à propriedade, deixando de lado, muitas vezes, a defesa das liberdades políticas. Por isso, podemos dizer que esse ramo do anticomunismo produzia argumentações incoerentes, pois apresentava uma verborragia “pouco preocupada com as práticas democráticas, mais afinada com a afirmação da liberdade no sentido negativo do que positivo³⁶²”, privilegiando o combate ao “intervencionismo estatal” e preterindo a questão da participação política e a defesa de direitos democráticos. Por isso, muitas vezes as críticas dos liberais ao Comunismo eram frágeis e ficavam limitadas a caracterizações reducionistas, quase ingênuas, que reproduziam “chavões” sobre a ditadura na União Soviética. Ainda segundo Motta, “a fragilidade do anticomunismo liberal está diretamente relacionada à tradição autoritária brasileira e à dinâmica política da história republicana”³⁶³, ou seja, está ligada ao pensamento autoritário tão presente no país e que antecedia o contexto político da década de 1930, mas que favorecia o crescimento dos projetos autoritários em um período de crise mundial dos valores liberais e democráticos em geral, como visto no primeiro capítulo desta dissertação.

No dia 25 de agosto de 1934, pela primeira vez, os comunistas são mencionados mais de uma ocasião em uma mesma edição. Uma notícia na primeira página informa que havia ocorrido um conflito no dia anterior, envolvendo a polícia e militantes comunistas, que terminou com quatro mortos e trinta feridos, além de um grande número de prisões. Segundo

³⁶¹De mal a pior. *Correio da Noroeste*, 22/08/1934, p.2. Arquivo MFRB.

³⁶²MOTTA, 2002, *op.cit.*, p. 38.

³⁶³*Ibid.*

o chefe de Polícia, Filinto Muller, os “elementos mais exaltados” tinham sido presos para apuração das responsabilidades³⁶⁴. O jornal não informava qual seria o motivo para o início do conflito e nem deu voz para nenhum representante desse movimento expor o que teria acontecido, apresentando apenas a versão da polícia, colocando os militantes na posição de “desordeiros”.

Ainda na mesma edição, porém na quarta página, um artigo de opinião sem autor definido traz a questão da possibilidade do aumento das relações comerciais entre o Brasil e a União Soviética, situação que é vista pelo autor como aceitável, desde que se tomassem medidas para impedir que este país “exportasse” suas ideologias, consideradas por ele como “inadaptáveis ao nosso meio”³⁶⁵. Assim, o texto apresenta mais uma vez o argumento de que o Comunismo não seria compatível com o Brasil e mesmo com o Ocidente, e como visto, tal lógica foi utilizada em diversos textos analisados nesta pesquisa, e esta não seria a última vez.

No mês seguinte, vemos um pequeno salto das representações anticomunistas nas páginas do *Correio da Noroeste*, dobrando o número registrado em agosto, embora ainda ficassem restritas, em sua maioria, às páginas intermediárias e finais das edições e em espaços pequenos dentro das folhas, tendo pouco destaque para a visualização dos leitores.

Mas na edição de 1º de setembro, um artigo de opinião não assinado, publicado na primeira página, discorre sobre a Coligação das Esquerdas, braço eleitoral da Coligação dos Sindicatos Proletários e que reunia membros do PSB de São Paulo e os trotskistas da Liga Comunista Internacionalista (LCI). Ao longo do texto, apesar de se reconhecer o crescimento das atividades dessa organização visando às eleições legislativas de outubro daquele ano, são realizadas críticas pelo fato dela ser uma coalizão de esquerda, ou parte das “verdadeiras esquerdas, que nós nunca tínhamos conhecido”, alertando, ao final, que era necessário “prevenir-se” contra elas “enquanto ainda é tempo”, e ressaltando, sobretudo, o perigo de se aliar com essas correntes³⁶⁶. O tom alarmista do texto, ressaltando a força da esquerda e, ao mesmo tempo, avisando sobre os “perigos” dessa corrente política, tinha o objetivo de incutir o medo nos leitores em relação a elas, mesmo sem apresentar as justificativas para isso.

Na quarta e última página da mesma edição, há uma notícia a respeito de um congresso do Partido Comunista do Brasil que foi realizado em Minas Gerais, com o jornal sublinhando que este evento ocorreu sem que a polícia tivesse tomado conhecimento dele, como se fosse algo absurdo. O texto também informa que este seria o primeiro congresso do partido, o que

³⁶⁴ *Correio da Noroeste*, 25/08/1934, p.1. Arquivo MFRB.

³⁶⁵ Com a Rússia. *Correio da Noroeste*, 25/08/1934, p.4. Arquivo MFRB.

³⁶⁶ É preciso contar com a coligação das esquerdas. *Correio da Noroeste*, 1º/09/1934, p.1. Arquivo MFRB.

não era uma informação correta. Além disso, ainda divulgava que o PCB não iria se unir com outros grupos para disputar as eleições de outubro, e que o partido já havia requisitado o registro de sua organização ao tribunal eleitoral³⁶⁷. O conteúdo desse texto noticioso servia como complementação do alerta em relação aos comunistas e à esquerda em geral, apresentado no artigo de opinião da primeira página.

A campanha anticomunista continua na edição do dia seguinte. Um artigo de opinião não assinado na terceira página critica o Comunismo, afirmando que este, apesar de sua “pretensão científica”, era uma utopia que não havia dado certo. Após as supostas fracassadas e “sangrentas tentativas de impor, em toda sua pureza, as ideias communistas”, teve início, segundo o autor, uma regressão dessas políticas, levando inclusive ao surgimento de “comerciantes ricos, um cinema burguez, uma literatura que fala de amor” e vários luxos aproveitados pelos “ricos” soviéticos, enquanto a maioria pobre da população sofreria e continuaria a “morar em casas coletivas, a passar aperturas, a saber, o que é o desemprego, etc”. Na visão do autor, para se chegar a essa situação descrita, não seria “preciso uma revolução de tanto sangue, de tanta falta de piedade, de tão atroz miséria”. Assim, o texto apresenta forte teor anticomunista, destacando a violência do processo revolucionário, a miséria que a revolução teria mantido ou gerado, e afirmando que havia uma situação de grande desigualdade existente na União Soviética, tornando “inútil” todo o processo revolucionário “sangrento”³⁶⁸. Esse texto é um claro exemplo de como o anticomunismo gerou um imaginário sobre a União Soviética enquanto um lugar horrível, o “inferno soviético”, fruto das versões divulgadas sobre o que seria a realidade vivida naquele país e que fazia parte da luta anticomunista, que ocorria a nível internacional³⁶⁹. Ao mesmo tempo, os comunistas também tentavam construir suas versões sobre a realidade na União Soviética enquanto propaganda de sua ideologia. Por exemplo, Caio Prado Júnior, após fazer uma visita à União Soviética em 1933, publicou no ano seguinte a obra *URSS, um novo mundo*, na qual relatava suas impressões sobre aquele país socialista. Também temos um exemplo já citado no primeiro capítulo, em que uma edição do jornal *O Sindicato* publicou a propaganda do livro *O Continente Vermelho*, a respeito da União Soviética³⁷⁰.

Com o intuito de apontar contradições e supostas hipocrisias dos comunistas, um artigo de opinião não assinado critica os protestos pela libertação do comunista alemão Thaelmann, preso desde a ascensão nazista ao poder naquele país. Na visão do autor, as manifestações

³⁶⁷ *Correio da Noroeste*, 1º/09/1934, p.4. Arquivo MFRB.

³⁶⁸ O Comunismo. *Correio da Noroeste*, 02/09/1934, p.3. Arquivo MFRB.

³⁶⁹ MOTTA, 2002, *op.cit.*, p. 69.

³⁷⁰ *O Sindicato*. Março de 1935, nº 15, ano II. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) /UNICAMP. p.2.

seriam hipócritas, pois várias “barbaridades” teriam ocorrido e ainda ocorreriam na Rússia soviética, com o massacre de “milhares de vidas”, e nenhum deles dizia nada sobre isso³⁷¹. Dessa forma, o texto reforça a imagem de violência e destruição atribuída aos comunistas, e ainda apontaria as supostas “falácias” de seus discursos. Ainda nessa mesma linha de desacreditar os comunistas, outro artigo de opinião sem autoria definida fala sobre a existência de novos “ricos” na União Soviética que até usariam casaco e cartola, porém sem explicar de onde teria tirado essa informação, e que essa vestimenta seria odiada pelos mesmos revolucionários quando eram usados pela antiga aristocracia russa. A partir disso, o autor passa a apontar a falsidade desses supostos “novos ricos” russos, que apesar de afirmarem que eram proletários, pareciam-se cada vez mais com o estilo de vida dos velhos governantes e seus modelos políticos. Dessa forma, busca desqualificar os comunistas ao tentar mostrar que não passariam de hipócritas que, ao final, se comportariam da mesma forma que os velhos governantes enquanto o povo continuaria na miséria³⁷².

Voltando à ideia de representar os comunistas enquanto uma ameaça estrangeira, um artigo não assinado publicado na quarta página da edição de 20 de setembro defende que seria necessário “pôr entraves à acção perniciosa de elementos agitadores, em grande maioria estrangeiros, que aqui querem implantar, á força, seus ideaes exóticos”. Assim, ao longo do texto, o autor vai reforçando a ideia de que o Comunismo seria fruto de um pensamento exótico, alheio aos “costumes” do povo brasileiro, à “nossa civilização”, e que sua presença e propaganda por aqui seria resultado da ação de “elementos agitadores”, a maioria dos quais seria composta por estrangeiros que viriam para cá somente para “subverter todos os princípios sobre que assenta nossa sociedade”. Por isso, deveriam ser impedidos de se “intrometerem na nossa vida pública e, sobretudo, que se tornem fomentadores de desordens, fabricantes de mortes e de ruínas”. Ou seja, ao associar as ideias de desordem, crise, morte e ruína à ideologia comunista, automaticamente, o discurso opera a construção da ideia de ordem, representada pela sociedade brasileira capitalista tal qual havia sido estabelecida em contraposição à “desordem” comunista. Defende-se a valorização dos supostos “costumes” de “nossa civilização” contra os ideais “exóticos” simbolizados pelo Comunismo, como se houvesse uma paz, uma estabilidade, tranquilidade na sociedade capitalista brasileira daquela época, a qual os comunistas queriam atacar, trazendo a “desordem”, a morte e a “ruína”.

³⁷¹Dois pesos. *Correio da Noroeste*, 11/09/1934, p.3. Arquivo MFRB.

³⁷² Está-se chegando. *Correio da Noroeste*, 14/09/1934, p.3. Arquivo MFRB.

Dessa forma, há uma defesa da conservação da sociedade, do *status quo*, acusando-se os comunistas de tentarem “subverter os princípios sobre que se assenta a nossa sociedade” ³⁷³.

Também defendendo a necessidade de impedir as atividades comunistas no país, outro artigo de opinião não assinado analisa o caso de um comício organizado pelos comunistas no Rio de Janeiro e que, nas palavras do autor, acabou em “desordem sangrenta” que, ainda de acordo com as informações dos jornais daquela cidade, teria ocorrido após a polícia intervir revistando inclusive alguns dos oradores da manifestação. O autor então critica o fato de, em primeiro lugar, o comício ter sido permitido para depois a polícia tentar dissolvê-lo por meio da repressão, o que seria uma contradição da democracia-liberal, que teria medo de tomar “posições mais claras, definidas”. Em sua visão, seria melhor o governo proibir de antemão qualquer forma de propaganda comunista por meio da Constituição, ao invés de permitir o comício e depois proibi-lo³⁷⁴.

Outro jornal do mesmo grupo empresarial do *Correio da Noroeste*, o *Correio da Semana*, apresentou um artigo assinado por Gilberto Borro em uma de suas edições e que, além de anticomunista, também apresentava opiniões antifascistas e contra os integralistas. Classificando todos esses grupos políticos e suas propostas como “extremismos”, o texto apresenta a ideia de que nenhuma dessas formas de governo se encaixaria no Brasil, e que havia uma “tradição liberal” que deveria moldar o regime político que vigoraria em nosso país³⁷⁵. Portanto, tratava-se de uma exceção dentro dos textos apresentados e analisados até agora, em que um jornalista bauruense fez uma crítica tanto aos comunistas como aos integralistas, optando pela defesa de valores liberais.

Realizando um balanço das representações anticomunistas produzidas ou reproduzidas pelo *Correio da Noroeste* até esse momento, pode-se dizer que, apesar de ainda não poderem ser caracterizadas como parte de uma grande campanha contra o Comunismo, os artigos de opinião e, em menor medida, as notícias que citavam essa ideologia foram se tornando cada vez mais frequentes, ajudando a construir a imagem de um suposto inimigo da sociedade que deveria ser combatido em um momento em que os comunistas, e a esquerda em geral, articulavam-se para o combate aos grupos fascistas e lutavam contra a crescente repressão estatal. Além disso, o fato de os últimos textos apresentados acima, publicados na segunda metade de setembro de 1934, defenderem a proibição de comícios, reuniões e, ao fim, de

³⁷³Comunismo. *Correio da Noroeste*, 20/09/1934, p.4. Arquivo MFRB.

³⁷⁴Comunistas. *Correio da Noroeste*, 27/09/1934, p.4. Arquivo MFRB.

³⁷⁵BORRO, G. Um regime para o Brasil. *Correio da Noroeste*, 10/09/1934, p. 3. Arquivo UNISAGRADO.

qualquer atividade política dos comunistas, poucos dias antes do conflito entre integralistas e antifascistas em Bauru em três de outubro de 1934, não parece uma coincidência.

4.3 - Integralistas na imprensa bauruense entre janeiro e setembro de 1934

As edições dos três primeiros meses de 1934 contaram com poucas menções aos integralistas em suas páginas, apenas oito vezes, sendo duas em janeiro e seis em março, com seis notícias e dois artigos de opinião, mas muitas dessas referências apareciam na primeira página e eram, em sua maioria, positivas. É importante ressaltar que alguns textos abordavam tanto comunistas como integralistas em seu conteúdo, por isso serão citados mais de uma vez em diferentes partes do capítulo, mas de uma perspectiva diferente para demarcar nuances do ponto de vista do jornal em relação aos dois grupos.

A primeira referência aos camisas-verdes trata-se uma breve notícia na qual se informa que, segundo decisão da polícia paulista, as reuniões públicas partidárias estavam proibidas, e por isso havia sido negada a permissão para um ato do Partido Socialista; no entanto, o texto informava que parecia que a decisão não tinha se estendido aos integralistas, pois eles mantiveram uma reunião que aconteceria poucos dias depois³⁷⁶. Uma notícia de primeira página na edição do dia 30 de janeiro passava a mesma impressão de diferença de tratamento da polícia em relação aos distintos grupos políticos, ao divulgar que houve a presença de uma centena de Integralistas em uma missa na região da Consolação, na capital paulista, quando estes inclusive fizeram a saudação romana, e que não foram reprimidos ou importunados pela polícia mesmo com a proibição de qualquer manifestação pública partidária³⁷⁷. Tal fato mostra uma possível complacência dos órgãos policiais com os integralistas naquele momento.

No mês de março de 1934, o número de representações sobre os integralistas aumenta, chegando a seis, sendo em sua maioria breves notícias, que, no entanto, nos revelam as relações dos camisas-verdes com algumas autoridades e sua crescente influência na sociedade. Por exemplo, no dia 4 daquele mês, foi publicada uma breve notícia na primeira página na qual se divulgava uma conferência integralista realizada pelo ex-prefeito bauruense Sebastião Lins na região sul do então estado de Mato Grosso, e que havia contado com uma grande presença de pessoas, as quais, segundo o periódico, aparentaram ter apoiado as ideias expostas a respeito do Estado Integral³⁷⁸. Ou seja, apesar do formato noticioso, tratava-se na

³⁷⁶ *Correio da Noroeste*, 17/01/1934, p.4. Arquivo MFRB.

³⁷⁷ *Correio da Noroeste*, 30/01/1934, p.1. Arquivo MFRB.

³⁷⁸ *Correio da Noroeste*, 04/03/1934, p.1. Arquivo MFRB.

verdade de uma propaganda indireta do Integralismo. O texto também nos fornece informações a respeito da atuação política dos integralistas bauruenses em um momento em que ainda não havia se constituído um núcleo formal da AIB na cidade, o que não os impedia de divulgar seus projetos.

Como exemplo da proximidade que os camisas-verdes buscavam estabelecer com o governo de Vargas desde esse período, foi publicada uma breve notícia de primeira página a qual informava que uma comissão de partidários integralistas, liderados por Plínio Salgado, foi recebida pelo então Ministro da Guerra, general Góes Monteiro³⁷⁹. Além das autoridades, eles buscavam se inserir nos meios acadêmicos, como se vê em uma notícia sobre o manifesto da seção acadêmica do Integralismo em São Paulo, que supostamente já contaria com quatro mil estudantes integralistas, divulgada para o conjunto dos estudantes do estado para que esses aderissem ao Integralismo, que, nas palavras do próprio manifesto, seria o único caminho político possível. Além disso, a notícia informava a realização de críticas dos camisas-verdes à Constituinte, chamando-a de “baile de múmias”, e aos partidos, equivalendo antigas agremiações partidárias, como o PRP, e novas, como o Partido Constitucionalista, chamando-os de podres³⁸⁰. Aqui, vemos um ponto em comum entre a AIB e alguns dos artigos de opinião do jornal que apresentamos anteriormente quando abordamos os argumentos anticomunistas: a crítica à democracia liberal e o diagnóstico de sua queda.

Em relação à visão dos integralistas sobre os comunistas, o *Correio da Noroeste* divulgou que o chefe da AIB, Plínio Salgado, havia realizado um discurso em que afirmava que, em 1934, seus militantes deveriam agir com violência “quando necessário”, deixando de lado uma posição defensiva e passando para uma postura de ofensiva contra aqueles que fossem considerados “inimigos da pátria”³⁸¹, dos quais os comunistas seriam o maior exemplo. Mas, para os camisas-verdes, qualquer um de seus críticos poderia ser “inimigo da pátria”, como vemos em uma notícia do dia 30 de março. Em texto ocupando o espaço central superior, o periódico tratava sobre o caso do empastelamento de um jornal humorístico chamado *O Interventor*, na capital paulista, e acaba por fazer referência aos integralistas ao informar que membros da AIB eram suspeitos de serem os autores do ataque como uma forma de reação às críticas recebidas daquele veículo de comunicação. Ao final, porém, informa-se que um inquérito policial estava sendo realizado, não confirmando assim de forma assertiva a autoria

³⁷⁹ *Correio da Noroeste*, 10/03/1934, p.1. Arquivo MFRB.

³⁸⁰ *Correio da Noroeste*, 15/03/1934, p.4. Arquivo MFRB.

³⁸¹ *Correio da Noroeste*, 13/03/1934, p.4. Arquivo MFRB.

do ataque³⁸², o que acabava por relativizar a culpa dos camisas-verdes. Esta foi uma das poucas representações possivelmente negativas dos integralistas, que mesmo quando apareciam, tinham um peso negativo muito menor do que aquelas voltadas contra os comunistas.

Como visto na parte anterior do capítulo, em alguns artigos de opinião os argumentos fascistas, incluindo o integralismo, às vezes eram contrapostos aos comunistas, como se esses dois tipos fossem os únicos caminhos possíveis no futuro, e para os colaboradores do *Correio da Noroeste*, a escolha do Fascismo era clara. O primeiro destes artigos foi publicado em março³⁸³, o segundo em abril³⁸⁴, e a partir do segundo semestre se tornariam mais comuns.

Em abril e maio de 1934, houve uma diminuição no número de citações dos integralistas neste jornal, com apenas três em abril e uma em maio. Dessas, uma era o artigo de opinião já citado no parágrafo anterior, e as outras eram três notícias, as quais divulgavam ações da AIB³⁸⁵ ou abordavam a relação do movimento com a imprensa³⁸⁶. Entre estas últimas, pode-se destacar a nota publicada pelo *Correio da Noroeste* a respeito do jornal semanário integralista *O Século*, que passava a contar com um representante em Bauru, o ferroviário Hélio Moraes de Barbosa. Ao avaliar esse periódico, os representantes da publicação bauruense afirmam que ele se “apresenta muito bem, batendo-se calorosamente pelos seus ideais”³⁸⁷, acabando por fazer uma propaganda do jornal integralista e de sua presença na cidade.

Apesar de não fazer referência clara aos integralistas, aos comunistas ou aos socialistas, há uma notícia muito interessante sobre um evento do Sindicato dos Comerciários de Bauru, no qual, representantes de todos esses grupos aparecem juntos. Na edição do dia 25 de maio, divulga que havia ocorrido uma sessão de comemoração da aprovação da lei que instituía a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos comerciários, sendo tal sessão presidida por Sebastião Lins. Esse ex-prefeito de Bauru havia apoiado a Aliança Liberal, tinha sido ligado à Liga Regional Operária e recentemente aparecera envolvido com o Integralismo, embora ainda não fosse oficialmente filiado à AIB. Na mesma sessão, falaram diversos oradores, inclusive Jerônimo de Cunto Junior, como representante do Sindicato dos Ferroviários da EFNOB³⁸⁸, e que depois seria acusado de ser um dos envolvidos no conflito de três de Outubro entre integralistas e antifascistas. Dessa forma, podemos ver como, em um mesmo local e evento,

³⁸² *Correio da Noroeste*, 30/03/1934, p.1. Arquivo MFRB.

³⁸³ Caminhos. *Correio da Noroeste*, 22/03/1934, p.3. Arquivo MFRB.

³⁸⁴ Dois Polos. *Correio da Noroeste*, 07/04/1934, p.3. Arquivo MFRB.

³⁸⁵ *Correio da Noroeste*, 26/04/1934, p.2. Arquivo MFRB.

³⁸⁶ *Correio da Noroeste*, 1º/04/1934, p.5. Arquivo MFRB.

³⁸⁷ *Correio da Noroeste*, 06/05/1934, p.2. Arquivo MFRB.

³⁸⁸ *Correio da Noroeste*, 25/05/1934, p.2. Arquivo MFRB.

estavam participando diferentes personagens ligados aos trabalhadores bauruenses e que, poucos meses depois, estariam em lados opostos no confronto mencionado e, portanto, na luta entre Fascismo e Antifascismo. A notícia também nos mostra como as relações políticas dentro do movimento sindical bauruense eram complexas.

Em junho, há apenas uma menção aos integralistas, uma breve notícia na primeira página da edição do dia 3, na qual o jornal informa que, segundo um chefe integralista baiano, a AIB já contaria com cerca de 180 milicianos “coesos e disciplinados” em suas fileiras³⁸⁹. Inicialmente, o texto parece ter um formato mais objetivo, noticioso, porém a escolha de se publicar uma declaração como esta pode revelar a intenção de se valorizar o Integralismo, atestando seu crescimento político, ainda mais considerando que não havia sido publicada nenhuma outra notícia do tipo sobre outros grupos políticos.

Em julho, não há nenhuma representação sobre os camisas-verdes nas folhas do *Correio da Noroeste*, mas foi encontrado um texto doutrinário integralista em uma edição do *Correio da Semana*, semanário pertencente à mesma empresa (Sociedade Correio da Noroeste Ltda.) e que era publicado às segundas-feiras.

No texto intitulado “Anauê! Anauê!”, o camisa-verde Guimarães de Ávila apresenta tanto as ideias antiliberais como anticomunistas do Integralismo. Ávila afirma que o povo brasileiro já era explorado, há muito tempo, pelo “espírito demo-liberalista do século XIX, a serviço único e exclusivo do Capitalismo plutocrata internacional”. Como resposta, ele defendia que “o Brasil reclama – por meio de sua mocidade – um governo forte e justo, capaz de compreender as necessidades do povo, de criar uma civilização em que não predomine a tutela estrangeira”. Após os ataques ao liberalismo, o autor volta sua atenção para os comunistas, chamando os leitores a integrarem as fileiras da AIB na luta contra eles: “Vamos! Eleva a mão! Veste a camisa oliva! Vem formar com o Brasil, a mocidade ativa – repelindo Moscou, num gesto: - Para traz!”³⁹⁰. Vale destacar a retórica com aparência oposta ao Capitalismo, como se os integralistas representassem uma terceira via em relação a esse horizonte e às propostas dos comunistas.

Em agosto, aparecem seis referências aos integralistas nesse jornal, sendo todas elas notícias ou notas, três delas sobre reuniões do núcleo bauruense da AIB que já estava em funcionamento, apesar de ainda não ter sido oficialmente inaugurado, e uma apresentando a chapa integralista local para as eleições legislativas de 14 de outubro. Por meio de nota na primeira página da edição de 8 de agosto, os integralistas bauruenses fizeram um chamamento

³⁸⁹ *Correio da Noroeste*, 03/06/1934, p.1. Arquivo MFRB.

³⁹⁰ *Correio da Semana*, 16/07/1934, p.2. Arquivo UNISAGRADO.

para uma reunião aberta a respeito da doutrina integralista e que seria realizada naquele dia em sua sede. Ao final do texto, é reforçado o fato de que a presença de não filiados ao movimento integralista era permitida³⁹¹.

Trata-se da primeira vez em que é mencionada explicitamente a presença de um núcleo integralista em Bauru. No dia 16, novamente, uma breve nota na primeira página divulga como tinha ocorrido uma reunião doutrinária da Ação Integralista Brasileira no dia anterior, na sede do núcleo de Bauru³⁹², o que mostra que já havia uma frequência semanal nas reuniões integralistas locais ou, ao menos, que se queria consolidar essa imagem política.

Em 30 de agosto, em nova nota de divulgação das atividades do núcleo integralista local, pela primeira vez, aparece a informação de que, futuramente, o chefe integralista Plínio Salgado visitaria Bauru³⁹³, o que geraria uma expectativa nos leitores até a confirmação da visita no fim do mês de setembro³⁹⁴.

Mas antes dessa confirmação, uma série de notícias e textos de propaganda integralista, assim como artigos de opinião sobre essa doutrina, foi veiculada nos jornais *Correio da Noroeste*, *Correio da Semana* e *Gazeta da Noroeste*. Em setembro de 1934, os camisas-verdes foram citados vinte vezes no primeiro periódico, duas vezes no segundo e sete vezes no terceiro, sendo em sua maioria notas do núcleo local, notícias favoráveis e textos doutrinários ou de enaltecimento da AIB.

Na edição do dia 4 de setembro do *Correio da Noroeste*, foi publicado um artigo de opinião que apresentava de forma acrítica o Integralismo, defendendo o movimento na questão da participação de ex-integrantes do Partido da Lavoura na AIB, oferecendo apoio à chapa dessa agremiação nas eleições de outubro de 1934 para escolha de representantes na Assembleia Legislativa, mas reforçando que eles também realizariam estudos sobre a doutrina integralista para, posteriormente, “servir com eficiência” à Ação Integralista. O texto destaca que os integralistas não visariam somente a conquistar o poder, mas também a “educação das massas”, e ressaltava que a relação entre os dois partidos não funcionava como um acordo ou conchavo, mas sim como gesto espontâneo de apoio dos membros do Partido da Lavoura e simples aceitação deste por parte dos camisas-verdes, pois eles não buscariam “entendimento com os outros partidos, nem mesmo de simples colaboração”. Por último, afirma-se que a participação da Ação Integralista nas eleições seria somente para ter mais uma tribuna para

³⁹¹ *Correio da Noroeste*, 08/08/1934, p.1. Arquivo MFRB.

³⁹² *Correio da Noroeste*, 16/08/1934, p.1. Arquivo MFRB.

³⁹³ *Correio da Noroeste*, 30/08/1934, p.1. Arquivo MFRB.

³⁹⁴ *Correio da Noroeste*, 29/09/1934, p.4. Arquivo MFRB.

expor seus ideais de “disciplinadora renovação” do país³⁹⁵, sendo esta renovação por meio da disciplina um argumento recorrente do movimento em sua propaganda. No geral, o texto também parece querer apresentar o Integralismo enquanto movimento em grande crescimento e ascensão. Poucos dias depois, a confirmação de um acordo entre a AIB e o Partido da Lavoura seria negada, sendo que só uma minoria desta agremiação entraria nas fileiras integralistas³⁹⁶.

Uma breve nota, publicada a pedido da AIB, informa que havia a possibilidade do chefe provincial do movimento realizar uma visita ao núcleo integralista bauruense nas comemorações de 7 de setembro, o que conferiria um certo prestígio aos camisas-verdes da cidade. Além disso, a direção do Integralismo local acabava de ser definida, com o ferroviário Jurandir Bueno sendo escolhido como o novo chefe do núcleo da Ação Integralista, o que era mais uma mostra da participação dos ferroviários bauruenses nesse movimento³⁹⁷.

Na edição de 7 de setembro do *Correio da Noroeste*, uma nota na segunda página divulga que haveria uma “sessão cívica” comemorativa pelo aniversário da independência no núcleo local da AIB naquele dia. Ao longo do texto informa-se a programação da dita sessão, que contava com a execução do hino nacional, a leitura e apresentação de obras doutrinárias do Integralismo, um discurso por parte de um camisa-verde local sobre o “sentido integralista” da independência, além da presença de integralistas de cidades vizinhas³⁹⁸. Portanto, trata-se do primeiro evento público do núcleo integralista bauruense, em um momento em que buscava afirmar-se perante a população local e divulgar sua ideologia, aproveitando-se de uma data vinculada às noções de nacionalismo e patriotismo.

As relações entre Getúlio Vargas e a AIB são o tema de um artigo de opinião assinado por João das Manhãs na primeira página do *Correio da Noroeste*. O autor faz uma análise sobre o episódio em que Vargas teria feito a saudação romana para a militância integralista em um desfile. Na visão do autor, a cena seria cômica, pois o presidente e o movimento integralista representariam opostos. O primeiro significaria a falsa “liberal-democracia”, sendo fruto de “eleições mais ou menos falsificadas, (...) de promessas fartas, de manobras habilmente estratégicas”, enquanto a AIB seria fruto “do estudo, de atitudes francas, de palavras rudes, de manobras feitas ao sol”. Assim, o autor utiliza-se do acontecimento para atacar o liberalismo, que na sua visão seria representado por Vargas, mesmo que na realidade este frequentemente tomasse atitudes e assumisse posições antiliberais, enquanto exaltava o

³⁹⁵ *Correio da Noroeste*, 04/09/1934, p.2. Arquivo MFRB.

³⁹⁶ *Correio da Noroeste*, 07/09/1934, p.2. Arquivo MFRB.

³⁹⁷ *Correio da Noroeste*, 04/09/1934, p.2. Arquivo MFRB.

³⁹⁸ *Correio da Noroeste*, 07/09/1934, p.2. Arquivo MFRB.

Integralismo como movimento de renovação e de caráter intelectual, mesmo que afirme em um determinado ponto do texto que “não vai nisto o elogio do integralismo”³⁹⁹.

O mesmo assunto voltaria à tona dois dias depois em um artigo de opinião não assinado e com menos destaque, abordando também as manifestações de deferência de Flores da Cunha com Plínio Salgado e os camisas-verdes gaúchos, e analisando o que significariam esses eventos. Segundo a visão do autor anônimo, os dois políticos viam na AIB um adversário muito mais temível do que outras forças políticas, e que por isso se comportavam dessa maneira, defendendo que “quando a bandeira dos seguidores do Sigma tremular sobre todo o país”, não seria possível que esses políticos entrassem em acordo com eles, tendo encerradas suas carreiras políticas⁴⁰⁰. Assim, o autor parece apresentar a ideia de que os integralistas representariam uma nova forma de política, um movimento que seria diferente de todos os “velhos políticos” e que não entraria em acordo com eles, sendo, de certa forma, “incorrutível”, além de apresentar a vitória da AIB como uma certeza, algo predestinado a acontecer.

A partir de meados de setembro, são publicados alguns textos doutrinários em periódicos da imprensa bauruense. No artigo intitulado “O Integralismo e a mulher”, publicado na *Gazeta do Noroeste*, o camisa-verde bauruense Guimarães de Ávila critica o papel reservado à mulher no “regime liberal-democrático”, em que o salário do homem não seria o suficiente para sustentar a família, obrigando-as a “trocar o sossego do lar pela labuta diuturna (...) e deixando que seus filhos cresçam sem instrução (...) tornando-se, perante a sociedade e a Nação, elementos indesejáveis”. Ou seja, para os integralistas, a causa de vários problemas sociais seria a ausência das mães em casa para cuidar dos filhos, situação ocasionada pelos regimes liberais e democratas. Como solução, Ávila aponta que caberia à mulher o papel tradicional de dona de casa, a “missão nobre de saber ser esposa e mãe”, que seria garantida como direito no “Estado moderno integralista” para que, assim, fossem formados os “futuros cidadãos da Pátria”⁴⁰¹. Portanto, ao apontar uma situação de desagregação e crise social que seria fruto dos valores liberais combatidos pelos camisas-verdes, o texto aponta que a solução seria justamente a adoção dos valores tradicionais e do regime integralista.

Na edição do dia 13 de setembro, o *Correio da Noroeste* reproduz uma parte do Manifesto de Outubro de 1932, texto doutrinário que marcou a fundação da AIB, no qual se encontram as principais concepções da doutrina integralista, com grande destaque em sua segunda página

³⁹⁹ MANHÃS, J.D. Ave, Cesar Imperator! *Correio da Noroeste*, 12/09/1934, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁰⁰ Que quer dizer? *Correio da Noroeste*, 14/09/1934, p.4. Arquivo MFRB.

⁴⁰¹ ÁVILA, G. D. O Integralismo e a Mulher. *Gazeta da Noroeste*, 12/09/1934, p. 2. Arquivo UNISAGRADO.

ocupando a maior parte da folha. No trecho publicado, encontram-se algumas ideias como a defesa de uma nação “coesa” e que por isso era necessário não reconhecer partidos, pois “eles dividem a nação e esta deve estar coesa na hora de perigo”. Nesse sentido, argumenta-se que “a nação brasileira deve ser organizada una, indivisível, forte”. Além disso, os integralistas defendiam que para o país “progredir em paz, para ver frutificar os seus esforços (...), precisa ter uma perfeita consciência do princípio da autoridade”, pois, na visão dos camisas-verdes, sem “hierarquia e disciplina”, só haveria desordem. Por último, na segunda parte do texto, apresentam-se argumentos contra o “cosmopolitismo”, ou “a influência estrangeira”, considerado como “um mal de morte para o nosso nacionalismo”, e que era um dever dos integralistas combatê-lo⁴⁰². Dessa forma, o jornal, além de divulgar as reuniões do núcleo local, passa também a divulgar a doutrina integralista para seu público leitor, contribuindo para o aumento da influência desse movimento sobre a sociedade bauruense. O argumento da nação indivisível e hierarquizada rejeita os conflitos sociais, em nome da preservação de diferenças sociais existentes: nessa perspectiva, não há o que mudar para o suposto bem da nação.

Dez dias depois, o mesmo jornal reproduziu outro trecho do mesmo documento na quarta página, ocupando toda a parte superior da folha, como uma continuação da publicação de alguns dias antes. O trecho do texto doutrinário que foi publicado, diz respeito à ideia de família e sua relação com a nação na concepção integralista, a ideia de que os municípios são o “centro das famílias” e a “célula da nação”, assim como a concepção do Estado Integralista como “livre de todo e qualquer princípio de divisão”. Os subtítulos do texto reforçavam os argumentos presentes no texto e ressaltavam os ataques à democracia liberal e aos políticos de forma geral⁴⁰³. Assim, a aparente negação da política consolida um projeto político muito palpável.

Outro exemplo de texto apologético do Integralismo é um artigo de opinião não assinado que apresentava um suposto caso de perseguição de autoridades locais aos integralistas na cidade de Teófilo Otoni, em Minas Gerais, colocando os camisas-verdes no papel de vítimas. Na visão apresentada no texto, isso representava como esse movimento incomodaria os velhos políticos e suas organizações, como representava uma nova ideia em marcha contra a qual a democracia seria incompetente para lutar. O autor anônimo afirma também que o integralismo precisava de um “batismo de violência” para “afiar a têmpera de seus adeptos”. Ou seja, o

⁴⁰² Doutrina Integralista (Do manifesto de outubro de 1932). *Correio da Noroeste*, 13/09/1934, p.2. Arquivo MFRB.

⁴⁰³ Doutrina Integralista (Do manifesto de outubro de 1932). *Correio da Noroeste*, 23/09/1934, p.4. Arquivo MFRB.

autor tenta transformar a suposta situação de vítima dos integralistas em uma forma de mobilizar ainda mais seus seguidores e simpatizantes, incentivando-os ao combate contra opositores, com insinuação de enfrentamento até armado e com vítimas⁴⁰⁴.

Além dos textos doutrinários ou de defesa do Integralismo, fossem de militantes assumidos ou não, as breves notas do núcleo local da AIB tornaram-se mais frequentes e foram publicados em mais de um jornal, o que mostra o esforço de propaganda desse movimento para se estabelecer em Bauru e aumentar cada vez mais o número de seus militantes.

Nos dias 15 e 20 de setembro, foram publicadas notas iguais, tanto no *Correio da Noroeste* como na *Gazeta da Noroeste*, informando o público a respeito da organização do núcleo integralista local, quem eram seus diretores, o horário de funcionamento da sede, o dia de sua reunião semanal e divulgando a distribuição de jornais integralistas, como *A Ofensiva*, que já atingiria a marca de 100 exemplares distribuídos semanalmente entre militantes e simpatizantes⁴⁰⁵. No final do mês, começam a ser publicadas notas de propaganda sobre a realização de atividades integralistas em cidades próximas de Bauru, com participação dos militantes desta cidade⁴⁰⁶, em um aparente esforço de expansão das atividades da AIB para toda a região a partir do núcleo bauruense. Por fim, as edições dos dias 29 e 30 de setembro dos dois periódicos bauruenses mencionados acima, reproduzem notas divulgando a presença de uma caravana de integralistas paulistanos que estavam percorrendo o interior para divulgar os projetos do movimento, e confirmando a visita do chefe nacional do Integralismo, Plínio Salgado, a Bauru, afirmando que a programação dessa visita ainda seria divulgada⁴⁰⁷, gerando mais expectativa junto ao público leitor.

Assim, houve um grande aumento das representações positivas sobre os integralistas na imprensa bauruense em setembro de 1934, junto com um pequeno crescimento no número e na importância das representações anticomunistas nos mesmos jornais, o que pode ter contribuído para acirrar os ânimos às vésperas da visita de Plínio Salgado.

Um exemplo disso é uma notícia de primeira página no dia 30 de setembro sobre o comício integralista ocorrido em Bauru no dia anterior veiculada no *Correio da Noroeste*. O ato dos

⁴⁰⁴ Perseguições. *Correio da Noroeste*, 15/09/1934, p.4. Arquivo MFRB.

⁴⁰⁵ *Correio da Noroeste*, 15/09/1934, p.4. Arquivo MFRB.
Gazeta da Noroeste, 15/09/1934, p.2. Arquivo UNISAGRADO.
Correio da Noroeste, 20/09/1934, p.4. Arquivo MFRB.
Gazeta da Noroeste, 20/09/1934, p.2. Arquivo UNISAGRADO.

⁴⁰⁶ Os "camisas-verdes" bauruenses foram a Agudos. *Correio da Noroeste*, 27/09/1934, p.6. Arquivo MFRB.
Idem. *Gazeta da Noroeste*, 15/09/1934, p.2. Arquivo UNISAGRADO.
Três decúrias de "camisas-verdes" visitam Piratininga. *Correio da Noroeste*, 28/09/1934, p.3. Arquivo MFRB.

⁴⁰⁷ AIB – O chefe nacional virá a Bauru. *Correio da Noroeste*, 29/09/1934, p.4. Arquivo MFRB.
AIB – O chefe nacional virá a Bauru. *Gazeta da Noroeste*, 30/09/1934, p.1. Arquivo UNISAGRADO.

camisas-verdes ocorreu por ocasião da visita de uma caravana de integralistas paulistanos com o objetivo de divulgar a doutrina integralista e, segundo as informações do jornal, cerca de mil pessoas estariam presentes no comício. Durante a fala de algum dos oradores, “elementos comunistas” teriam tentado interromper o discurso, porém não tiveram sucesso. Ainda segundo o texto, após o comício, “numerosos populares” teriam visitado o núcleo local da AIB, sendo que alguns destes teriam inclusive aderido oficialmente ao movimento⁴⁰⁸.

O texto dá a entender que o evento integralista contou com grande presença e que teve apoio significativo da população, inclusive quando menciona que “comunistas” não obtiveram sucesso ao tentarem interromper os oradores e também ao mencionar a visita de populares ao núcleo local e a adesão de alguns deles ao movimento. Além disso, a informação da presença de “comunistas” tentando interromper o comício integralista seria um sinal da tensão crescente entre antifascistas e integralistas, que resultaria no conflito entre os dois grupos poucos dias depois, como veremos a seguir.

4.4 – O conflito de 3 de Outubro e suas repercussões na imprensa bauruense.

Como já visto no terceiro capítulo e na parte anterior deste capítulo, parcela da imprensa bauruense acabou contribuindo para a criação de um ambiente favorável para a recepção e difusão dos ideais fascistas por meio de representações favoráveis ao Integralismo e desfavoráveis ao Comunismo, veiculadas ao longo dos meses anteriores e, especialmente, em setembro de 1934.

Na edição de 2 de outubro do *Correio da Noroeste*, a chegada de Plínio Salgado em Bauru na noite daquele dia era tema da manchete da primeira página. O texto informa que a programação a ser realizada pelo líder da AIB ainda não era conhecida, e ressalta que o evento seria uma oportunidade de o povo bauruense “ouvir a sua palavra, que além de chefe desse importante movimento político que hoje ocupa as atenções gerais, é também figura de alto relevo na intelectualidade brasileira”. Ou seja, a matéria do jornal, que inicialmente tinha um objetivo mais noticioso, ao longo de suas linhas, torna-se claramente opinativa pró-integralismo e propagandística desse movimento, inclusive chamando Salgado de grande intelectual, o que daria maior prestígio e importância a suas falas e, conseqüentemente, ao movimento que ele liderava. Por último, o periódico destacava a recepção que estava sendo

⁴⁰⁸ *Correio da Noroeste*, 30/09/1934, p.1. Arquivo MFRB.

preparada pelos camisas-verdes bauruenses ao chefe nacional da AIB, e a esperada presença de militantes integralistas de núcleos das cidades vizinhas⁴⁰⁹.

No dia seguinte, o assunto ocupava a capa dos jornais novamente⁴¹⁰. O *Correio da Noroeste* dá muitos detalhes dos acontecimentos, descrevendo a recepção dos milicianos integralistas locais, e inclusive de cidades vizinhas, para a chegada de Plínio Salgado à cidade no dia anterior. Além disso, descrevia a programação realizada por ele, incluindo a visita ao núcleo local e a outros lugares, nos quais realizaria discursos e cumprimentaria simpatizantes, e informando também a programação dos dias seguintes tanto em Bauru como em outras cidades da região.

Dois pontos a serem destacados do texto deste jornal são: primeiro, o fato de o líder integralista ter programado uma visita à redação do *Correio da Noroeste* no dia 3, o que é um indício da proximidade dessa empresa jornalística com o Integralismo, e que já podia ser notado pelos textos de alguns de seus articulistas, embora o diretor do periódico, José Fernandes, não tivesse mostrado ainda nenhum sinal claro de simpatia com essa ideologia em seus editoriais; em segundo lugar, na parte final da notícia, divulga-se o hotel em que Salgado estaria hospedado e que ele estaria aberto a receber todos os que tivessem interesse em procurá-lo, “especialmente os operários de Bauru”, o que revelava a intenção de aproximação dos camisas-verdes com essa classe social, provavelmente tentando arrancá-la da influência da esquerda, geralmente mais presente nos meios operário e sindical.

Na edição do dia 4 de outubro, a manchete de primeira página dos jornais era justamente o conflito ocorrido na noite do dia anterior em Bauru, que acabou com a morte de um integralista, Nicola Rosica, e com outros feridos, todos também milicianos da AIB⁴¹¹. O texto ressalta que o conflito, na verdade, teria sido um ataque a “uma coluna de integralistas que desfilava pacificamente pela rua”, o qual, de acordo com a polícia, “mais pareceu uma emboscada”. Também é destacado o fato de que Rosica era “a primeira vítima integralista que tomba no Brasil”⁴¹².

Ao longo do texto, que ocupa toda a parte central da página, são apontados como suspeitos de causar o conflito, e já considerados de antemão como culpados, “elementos” que se supunha que pertenciam ao Partido Comunista e vinculados ao Sindicato dos Empregados da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, os quais foram presos pelas autoridades policiais e que,

⁴⁰⁹ *Correio da Noroeste*, 02/10/1934, p.1. Arquivo MFRB.

⁴¹⁰ *Correio da Noroeste*, 03/10/1934, p.1. Arquivo MFRB; *Gazeta da Noroeste*, 03/10/1934, p.1. Arquivo UNISAGRADO.

⁴¹¹ *Gazeta da Noroeste*, 04/10/1934, p.1. Arquivo UNISAGRADO.

⁴¹² *Correio da Noroeste*, 04/10/1934, p.1. Arquivo MFRB.

supostamente, portavam armas. Inclusive Plínio Salgado, chamado de “ilustre intelectual” pelo jornal, em suas declarações à imprensa local, aponta que os comunistas seriam os culpados. Ao descrever o itinerário percorrido pelos integralistas e como o trágico incidente teria se iniciado, o jornal afirma que os camisas-verdes teriam sido atacados pelas costas, o que reforça a imagem de um ataque traiçoeiro, imagem frequentemente associada à ação dos comunistas em discursos e representações anticomunistas.

Por último, um detalhe inusitado informado pelo periódico é que um cachorro havia sido baleado e morto no tiroteio. Esse fato seria explorado no dia posterior em um texto que mesclava notícia e opinião na *Gazeta da Noroeste*, como símbolo da violência comunista e seus resultados, que não poupariam nem mesmo um animal indefeso⁴¹³. Mas é interessante notar que, ao utilizar a palavra tiroteio, o *Correio da Noroeste* talvez tenha contradito sua própria narrativa de que o ocorrido tinha sido um ataque, já que a utilização do termo tiroteio passa a imagem de uma troca de tiros entre duas partes e, anteriormente, o texto da notícia informava que os integralistas estavam andando pacificamente e de “mãos livres”.

Ainda na edição do dia posterior ao conflito, na seção livre do *Correio da Noroeste* na primeira página, uma nota do núcleo integralista local, intitulada “ao povo de Bauru”, convidava a população dessa cidade a participar das cerimônias funerárias dedicadas à Rosica, que seria, nas palavras dos camisas-verdes locais, “vítima do Comunismo”⁴¹⁴, reforçando a presença do discurso anticomunista na narrativa sobre o conflito. É importante destacar também que, no editorial dessa edição, embora não se refira ao confronto do dia anterior, mas sim às disputas entre o Partido Republicano Paulista e o Partido Constitucionalista, o diretor do jornal, José Fernandes, afirma que os jornais da empresa Sociedade Correio da Noroeste Limitada, eram independentes politicamente, supostamente não beneficiando as posições e atuações de nenhum grupo político⁴¹⁵, mas a própria forma como o periódico noticiou o embate ocorrido no dia anterior mostrava claramente o contrário.

Na edição de 5 de outubro do *Correio da Noroeste*, o noticiário sobre o conflito de dois dias antes e suas repercussões é maior e mais detalhado do que no dia anterior, com a manchete “os trágicos acontecimentos da noite de quarta-feira” e o subtítulo “o funeral de Nicola Rosica, miliciano assassinado, foi uma verdadeira apoteose”⁴¹⁶.

Com um grande texto dividido em tópicos, o jornal aborda primeiro o velório e o enterro do integralista morto, afirmando que foram acompanhados por “uma grande massa popular”,

⁴¹³ O cão assassinado. *Gazeta da Noroeste*, 05/10/1934, p.1. Arquivo UNISAGRADO.

⁴¹⁴ Ao povo de Bauru. *Correio da Noroeste*, 04/10/1934, p.1. Arquivo MFRB.

⁴¹⁵ FERNANDES, J. O reflorestamento político. *Correio da Noroeste*, 04/10/1934, p.1. Arquivo MFRB.

⁴¹⁶ *Correio da Noroeste*, 05/10/1934, p.1. Arquivo MFRB.

inclusive com a presença de “figuras de destaque social”, como autoridades, inclusive o prefeito municipal, representantes da diretoria da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, de setores do trabalho nessa ferrovia, tanto dos escritórios como das linhas, além dos milicianos integralistas locais e de cidades vizinhas, e o chefe nacional integralista, Plínio Salgado, que ainda estava na cidade. É necessário ressaltar que um dos representantes dos setores de trabalho da NOB presentes no enterro era o diretor do núcleo integralista local, Jurandir Bueno. O periódico afirma que esse enterro era “o maior que até hoje se realizou” na cidade, dando uma grande importância para o evento. Antes de findado o enterro, o jornal destaca a realização de dois discursos, o primeiro do representante do movimento integralista nas zonas Noroeste e da Alta Paulista, João Baptista Pereira, que teria apresentado “uma peça oratória verdadeiramente notável”, e o segundo por Plínio Salgado, o qual foi classificado como “ilustre intelectual”. Em seu discurso, o líder integralista teria afirmado que Rosica estaria oferecendo o “sacrifício da primeira vida do movimento de renovação que o Integralismo representa”, e que “na hora que o sangue começa a correr por uma ideia”, pedia a “Deus (...) que ilumine todos os brasileiros, para formarem fileiras ao lado dos que querem salvar a Pátria”. Assim, Salgado fazia a propaganda do Integralismo e de sua luta contra os “comunistas”, buscando dar legitimidade religiosa a sua luta que, supostamente, tinha o objetivo de salvar a pátria dos que ele considerava que a ameaçavam.

O periódico destaca como, após o enterro, os integralistas marcharam organizadamente em desfile de volta para o núcleo local, inclusive com a presença de novos militantes que ainda nem contavam com a camisa-verde. No texto também é informado como a Associação Comercial de Bauru solicitou aos comerciantes que fechassem seus estabelecimentos mais cedo para que os funcionários pudessem participar das cerimônias fúnebres, associando-se “nas honras dadas ao proto-martyr da ideia integralista”, mesmo que essa instituição declarasse, logo no início de sua nota, que estava “alheia inteiramente a competições de ordem partidária”. Considerando isso, cabe destacar que, dificilmente, as “honrarias” dedicadas por essa organização seriam as mesmas se o militante morto fosse de esquerda e tivesse morrido nas mãos dos integralistas.

O jornal também destaca a repercussão do caso nos jornais da capital, que contaram com informações colhidas e divulgadas pelo *Correio da Noroeste* para noticiar o ocorrido. Além disso, foi realizada uma correção das informações prestadas no dia anterior, no calor do momento, de que os membros do sindicato estavam armados quando foram presos, afirmando

que somente um ferroviário estava armado quando aprisionado, mas que estava no cinema e não no sindicato quando isso ocorreu.

Na segunda parte da cobertura sobre o conflito, o periódico apresenta algumas notas de protesto das organizações ligadas aos acusados de envolvimento com o crime, como a Coligação dos Sindicatos Proletários e o Sindicato dos Empregados da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. A primeira nota, da Coligação, protesta contra a varredura policial feita na sede do sindicato dos ferroviários e a prisão ilegal de membros dessa organização, inclusive o candidato a deputado estadual, Jerônimo de Cunto Júnior, e acusa o interventor estadual de “proteger escandalosamente os integralistas”⁴¹⁷. O protesto do Sindicato dos ferroviários, assinado pelo secretário José Pereira, também era contra as “medidas arbitrárias da polícia local”, a qual prendeu diretores e associados desse sindicato que não teriam nenhuma participação no ocorrido na manifestação dos integralistas, e por isso, ao final, solicita a liberdade de todos aqueles que foram presos, até para evitar “maior exaltação dos ânimos operários”⁴¹⁸.

O jornal destacava que alguns membros desse sindicato haviam comparecido à redação do jornal para explicar melhor o que teria ocorrido na noite do dia 3 de outubro, afirmando que a responsabilidade pelo início do conflito não era dos membros do sindicato, e que tudo teria começado com a provocação feita por integralistas a alguns dos ferroviários que estavam em frente de sua sede quando o desfile por ali passava, sendo tal provocação respondida com vaia e que, se tal provocação não tivesse sido feita, nenhuma violência teria ocorrido. Afirmavam ainda que, os membros da diretoria estavam dentro do sindicato realizando atividades internas e que nenhum deles se afastou do sindicato em nenhum momento, que foram presos simplesmente por estarem ali. Por último, ainda declararam que o sindicato lamentava o acontecido, e que não havia, por parte de seus membros, “a intenção de praticar qualquer violência contra quem quer que fosse”⁴¹⁹. Um texto com teor muito parecido também foi publicado na *Gazeta da Noroeste* dois dias depois⁴²⁰.

Além do noticiário sobre o conflito, na mesma página, o *Correio da Noroeste* publicou uma carta, na seção livre, dirigida ao sindicato dos ferroviários e escrita por Edgard Silveiras Espíndola, que se declara como ferroviário associado ao referido sindicato e integralista. Ao

⁴¹⁷ Telegrama de protesto da Coligação dos Sindicatos Proletários. *Correio da Noroeste*, 05/10/1934, p.1. Arquivo MFRB.

⁴¹⁸ Um protesto do Sindicato da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. *Correio da Noroeste*, 05/10/1934, p.1. Arquivo MFRB.

⁴¹⁹ Declaração de diretores do Sindicato da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. *Correio da Noroeste*, 05/10/1934, p.1. Arquivo MFRB.

⁴²⁰ Declaração da diretoria do Sindicato da Noroeste. *Gazeta da Noroeste*, 07/10/1934, p.1. Arquivo Unisagrado.

longo de sua carta, o autor, que inicialmente se caracteriza como associado ao sindicato solicita seu desligamento após o “ato de suma selvageria” ocorrido e perpetrado, segundo ele, por “elementos (...) que frequentam e fazem parte desse sindicato (...) e por todos bem conhecidos como desordeiros, indisciplinados, inimigos da sociedade e da Pátria Brasileira, em suma, COMUNISTAS, que não trepidaram em atacar pelas costas uma coluna de moços indefesos e disciplinados, sem que para isso houvesse o mínimo motivo”. Espíndola continuou sua carta afirmando que os militantes integralistas eram “idealistas” e, por isso, “trabalham para a redenção da Pátria estremecida, desejando vê-la grande e feliz”, e que por isso sentia orgulho “de pertencer à sua milícia”⁴²¹.

Infelizmente não foi possível encontrar dados que confirmem algumas informações fornecidas pelo autor da carta, como sua filiação ao sindicato e à AIB local, mas partindo do pressuposto de que elas sejam verdadeiras, a carta apresenta vários elementos sobre os discursos a respeito do conflito e os grupos nele envolvidos, assim como qual seria a intenção de sua publicação no *Correio da Noroeste*. Primeiro, ela atestaria a presença de integralistas no sindicato dos ferroviários, o que mostraria que havia de fato uma pluralidade de ideologias dentro dessa instituição. Em segundo, o fato de um ferroviário até então sindicalizado que se posicionava contra sua diretoria e outros membros do sindicato, acusando-os de serem “desordeiros”, “indisciplinados”, “comunistas”, servia justamente para desmoralizar setores mais combativos e, portanto, mais perigosos à ordem, dentro do meio sindical e dessa categoria operária, contribuindo também para o esforço de propaganda do integralismo entre os ferroviários e os trabalhadores bauruenses em geral. A tentativa de aproximação da AIB com os trabalhadores pode ser atestada por alguns indícios que aparecem no jornal, tanto nessa edição como nas anteriores referentes à visita de Plínio Salgado em Bauru, como o trecho em que é destacada a abertura do chefe da AIB para recepcionar e dialogar com os operários locais no hotel em que estava hospedado, como afirmado na edição de 3 de outubro, e o discurso de Salgado no enterro de Rosica, no trecho em que teria afirmado que “o integralismo não combate e nem poderia combater o proletariado”⁴²². Apesar de ser impossível atestar a veracidade daquela carta, é cabível considerá-la indicadora de um projeto no sentido de desqualificar comunistas e associar trabalhadores ao Integralismo.

Nos dias seguintes, os acontecimentos de 3 de outubro continuaram a repercutir na imprensa bauruense. Em 7 de outubro, o núcleo local da AIB publicou uma nota “em nome de 300 mil soldados do Sigma”, que seria o número estimado por ele de filiados à AIB em todo o país,

⁴²¹ ESPÍNDOLA, E.S. Carta ao Sindicato da Noroeste. *Correio da Noroeste*, 05/10/1934, p.1. Arquivo MFRB.

⁴²² Os discursos. *Correio da Noroeste*, 05/10/1934, p.1. Arquivo MFRB.

convidando a população bauruense a participar da missa de 7º dia de Nicola Rosica, pela alma do “heroico camisa-verde tragicamente tombado em prol de nossa causa”⁴²³. Essa nota é uma demonstração de como os integralistas bauruenses continuavam explorando o conflito e suas consequências para tentar aumentar a simpatia da população da cidade e da região em relação ao Integralismo e como forma de propagandear, mesmo que de maneira breve, algumas de suas propostas.

Ainda na mesma edição, mas na página seguinte, uma breve notícia informa que 50 camisas verdes bauruenses tinham seguido para São Paulo no dia anterior a fim de participar da “grande parada integralista” que se realizaria ali⁴²⁴. Tal informação atesta a presença de integralistas bauruenses no conflito do dia 7 de outubro na Praça da Sé entre antifascistas e integralistas. Também na segunda página, o texto “o Sr. Plínio Salgado e as ocorrências em Bauru” apresenta uma entrevista do líder integralista sobre os eventos que ocorreram nessa cidade em 3 de outubro e nos dias seguintes, ressaltando que “estava impressionado com a formidável apoteose” com que a população local prestou homenagens ao camisa-verde Nicola Rosica, que teria sido “vítima do massacre preparado contra 80 operários integralistas por agentes estrangeiros a quem os burgueses, a soldo do Capitalismo de Moscou e de Londres, se acham secretamente ligados”⁴²⁵. Em seu discurso, Salgado classifica todos os integralistas presentes naquela marcha como “operários”, mesmo que nem todos, ou mesmo a maioria, fossem dessa classe social, buscando assim dar maior legitimidade ao seu movimento perante a população ao representá-lo como tendo uma participação maior de operários do que fato tinha. Operários surgem, portanto, como um argumento no esforço de autolegitimação integralista, junto com nacionalismo e supostas diferenças em relação ao mundo burguês.

Além disso, aparece um elemento mais ou menos comum nos discursos fascistas em geral, e muito presente nas falas de integralistas, de apontar o Comunismo, o Socialismo e o Capitalismo liberal como equivalentes e, de maneira extrema, como idênticos, chegando inclusive ao ponto de se misturarem completamente e por isso todos serem classificados como ligados ao Capitalismo. Essa operação discursiva que, a princípio, aparenta ser confusa e que tem a função, principalmente, de apontar bodes expiatórios e criar uma oposição entre bem e mal, coloca todos os inimigos da AIB, de maneira praticamente indistinta, do lado do mal, e os camisas-verdes como estando do lado do bem e que estavam em uma espécie de “cruzada”. Dessa forma, todos vinculados a esse mal poderiam ser classificados, ao mesmo tempo, às

⁴²³ Ao povo de Bauru. *Correio da Noroeste*, 07/10/1934, p.1. Arquivo MFRB.

⁴²⁴ *Correio da Noroeste*, 07/10/1934, p.2. Arquivo MFRB.

⁴²⁵ O sr. Plínio Salgado e as ocorrências em Bauru. *Correio da Noroeste*, 07/10/1934, p.2. Arquivo MFRB.

vezes como comunistas, ou como capitalistas ou como liberais, de acordo com as circunstâncias ou da vontade de quem estava discursando, porém sempre de forma extremamente negativa.

Ainda na mesma página, há um texto informando que, na parada integralista prevista para ocorrer naquele dia, 500 membros da “tropa de choque” da milícia integralista do Distrito Federal já teriam chegado a São Paulo para o desfile, comandados por Gustavo Barroso, e que, pela primeira vez, iria desfilar a tropa de choque dos camisas verdes paulistas⁴²⁶. Tal informação mostra que já estava em curso uma preparação dos integralistas para o confronto com seus inimigos, principalmente aqueles da esquerda e que já costumavam ocupar as ruas e que estavam articulando-se por meio de frentes antifascistas.

Como sabemos, a marcha integralista ocorrida em São Paulo foi interrompida pelos antifascistas, em um conflito que alcançou proporções muito maiores do que os acontecimentos de Bauru. Apesar disso, a cobertura da imprensa bauruense sobre o conflito paulistano foi muito menor, tendo sido mencionado apenas uma vez. Na primeira página da edição de 10 de Outubro, o *Correio da Noroeste* apresenta algumas notícias a respeito do conflito na Praça da Sé, como a morte de um inspetor que havia sido baleado, a acusação de um integralista de que, de acordo com alguns militantes que estavam presentes no momento do conflito, parte dos guardas-civis e soldados da Força Pública teria atirado contra os integralistas, e as homenagens a um integralista morto no conflito realizadas em seu enterro, que contou com a presença de Plínio Salgado. Por último, como resultado das investigações realizadas pela polícia, membros de sindicatos e organizações operárias, como do sindicato dos bancários e da Coligação dos Sindicatos Proletários, teriam sido presos para averiguação⁴²⁷, o que mostra a tentativa de intimidação e criminalização dessas organizações por parte da polícia após o evento.

No caso do conflito de Bauru, o desfecho policial foi noticiado na imprensa bauruense no dia 26 de outubro, sendo a manchete do *Correio da Noroeste* naquele dia. Segundo este jornal, o inquérito sobre os acontecimentos de 3 de outubro em Bauru havia sido encerrado pelo delegado de Segurança Pessoal, Durval Villalva, o qual condenava as atitudes de “elementos operários”, apontados como responsáveis pelo conflito⁴²⁸. Assim, as autoridades policiais, mesmo que, ao que tudo indica, não tenham encontrado a arma que causou a morte do integralista Nicola Rosica, resolveram responsabilizar exclusivamente os operários ligados ao

⁴²⁶ *Correio da Noroeste*, 07/10/1934, p.2. Arquivo MFRB.

⁴²⁷ *Correio da Noroeste*, 10/10/1934, p.1. Arquivo MFRB.

⁴²⁸ *Correio da Noroeste*, 26/10/1934, p.1. Arquivo MFRB.

sindicato dos ferroviários da Noroeste pelo conflito, o que é um indício da intenção de criminalizar a mobilização desses trabalhadores contra o Fascismo.

A questão da participação dos operários no Integralismo voltaria à tona quase dois meses depois, quando os camisas verdes locais criticaram um jornal vespertino que, a respeito do conflito ocorrido em São Paulo em 7 de outubro, teria publicado a manchete “Ecos do conflito entre integralistas e operários na Praça da Sé”, o que levaria à ideia de que não haveria operários entre os integralistas. Segundo estes militantes bauruenses, o título devia ter sido escrito por algum “literato comunista”, pois todos os mortos integralistas nos conflitos tanto de Bauru como de São Paulo eram operários. Ao mesmo tempo, acusavam os comunistas de não contarem com operários em suas fileiras, pois entre seus mortos e feridos no conflito paulistano, estariam estudantes, jornalistas e “comerciantes israelitas”, revelando seu antisemitismo. Afirmavam também que os responsáveis por terem atirado no conflito de 3 de outubro em Bauru seriam “pequeno-burgueses”, provavelmente referindo-se ao médico da ferrovia Noroeste e membro do sindicato dos trabalhadores da citada ferrovia Jerônimo de Cunto Júnior. A partir dessa visão, o texto passa a acusar os comunistas de atirarem, ferirem e matarem os operários, buscando realizar uma inversão do discurso que era feito sobre os integralistas e sua relação com os trabalhadores, além de atingir seus maiores inimigos por meio da tentativa de atrair esse grupo social, muitas vezes vinculado à esquerda, ao afirmar que “os integralistas são defensores do operário contra a exploração internacional, e contra a pior exploração, a comunista”⁴²⁹.

Mas as representações de comunistas e integralistas nestes jornais no período foram além do tema dos conflitos de rua e das disputas entre eles, abordando questões e assuntos nacionais e internacionais. Como exemplo de algumas representações anticomunistas presentes na imprensa bauruense no período pós 3 de outubro, e que não envolviam diretamente o conflito ocorrido nesse dia, vou citar alguns artigos de opinião publicados no *Correio da Noroeste* e breves notícias publicadas nesse jornal e na *Gazeta da Noroeste*.

No dia 31 de outubro, um artigo não assinado com o título “Sede de sangue” e publicado na terceira página, afirmava que, em todas as tentativas revolucionárias, a Igreja seria alvo do ódio e da “sede de sangue” dos que faziam a Revolução, pois o “catolicismo seria (...) a maior força moral capaz de disciplinar as multidões, pondo entrave sério aos que querem arrancar, do coração do povo, todos os sentimentos nobres que vários séculos de civilização lá têm posto”. O texto aponta que esses seriam os casos da França no período jacobino, dos

⁴²⁹ *Correio da Noroeste*, 30/11/1934, p.3. Arquivo MFRB.

bolcheviques na Revolução Russa, e que não seria diferente em uma suposta tentativa “extremista” que teria ocorrido na Espanha, citando a morte de 27 sacerdotes. Mas, apesar de todos esses casos, a Igreja teria ficado “cada vez mais forte nos seus alicerces divinos e, por isso mesmo, eternos”. Assim, o artigo apresenta argumentos provenientes de uma das principais matrizes do discurso anticomunista, o catolicismo, caracterizando o Comunismo como um perigo ao cristianismo de forma geral, o qual seria atacado violentamente pelos “bolchevistas” por supostamente ser uma espécie de “antídoto” moral contra essa ideologia⁴³⁰.

Na edição de 14 de Novembro, um artigo de opinião não assinado, publicado na terceira página, cita o caso das eleições municipais de Londres, em que todos os 40 candidatos comunistas foram derrotados, para afirmar que o trabalhador inglês, “um dos de mais alto nível de vida em todo o mundo (...) foge sistematicamente de extremismos”. Citando o que chama de “profecia de Marx”, que teria dito que os primeiros países comunistas seriam a Alemanha e a Inglaterra, o texto aponta que seria justamente nesses países que o Comunismo não prosperou para mostrar a suposta falta de receptividade dessa ideologia entre os trabalhadores, defendendo que elas só prosperaram na Rússia porque esse país seria uma “terra de escravos”⁴³¹. Dessa forma, o texto tinha o objetivo de desacreditar os comunistas e suas ideias, ao mostrar que nem mesmo aqueles que seriam supostamente os maiores interessados em suas ideias, as apoiavam. E, mais uma vez, as ideias de miséria e escravidão aparecem associadas ao Comunismo, elementos que são recorrentes no discurso anticomunista, desqualificando os supostos escravos como pessoas sem critérios ao optarem pelo que reiteradamente foi mostrado como péssimo.

Voltando suas atenções para a situação dos comunistas no Brasil, três dias depois, o *Correio da Noroeste* publicou um artigo de opinião anônimo, na terceira página, sobre o caso de um comício que teria sido realizado em Fortaleza por ocasião do aniversário da Revolução Russa. Segundo as informações apontadas no texto, o ato não só teria ocorrido sem nenhum tipo de proibição das autoridades locais, apesar da não autorização de funcionamento do Partido Comunista e da falta de relações entre o Brasil e a União Soviética, como inclusive teria sido assistido pelo interventor federal do Ceará. Além disso, um opositor desse partido teria sido preso pelo assistente do interventor ao discordar das críticas que estavam sendo feitas contra a Igreja Católica. Ao final, o autor pergunta se “o Comunismo é agora, no Ceará, o partido oficial do interventor?”⁴³². O texto, principalmente ao apontar detalhes curiosos e dificilmente

⁴³⁰Sede de Sangue. *Correio da Noroeste*, 31/10/1934, p.2. Arquivo MFRB.

⁴³¹A marcha comunista. *Correio da Noroeste*, 14/11/1934, p.3. Arquivo MFRB.

⁴³²Comunismo oficial. *Correio da Noroeste*, 17/11/1934, p.3. Arquivo MFRB.

factíveis sobre o evento, busca ressaltar como os comunistas estariam perigosamente presentes no país, não só supostamente realizando em liberdade sua propaganda, como recebendo auxílio de autoridades para reprimir alguns de seus críticos, até tornar o PCB o “partido oficial”.

Além dos artigos de opinião, algumas notícias veiculadas reforçavam o imaginário anticomunista dos leitores por seu conteúdo e pela forma como eram apresentadas, mostrando como supostamente a ameaça comunista estava cada vez mais presente em diversos locais. Como, por exemplo, em uma série de notícias de primeira página na edição de 7 de novembro, o *Correio da Noroeste* abordava as atividades dos comunistas. Na primeira, informava que, no Rio, tinham sido presos vários “elementos” que pretendiam realizar uma “ruidosa” manifestação em comemoração ao aniversário da “implantação do Comunismo na Rússia”. Na segunda, afirmava que, em São Paulo, foram encontrados pela polícia, e apreendidos, objetos de propaganda comunista em praça pública, mais precisamente maços de cigarro com a marca URSS. E, por último, noticiava a prisão, em Bauru, de Jerônimo de Cunto Júnior, médico da E.F. Noroeste do Brasil e destacado membro do Sindicato dos ferroviários desta empresa, que fora levado para São Paulo em companhia de soldados e inspetores de polícia, porém informava que não fora possível descobrir o motivo da prisão⁴³³.

Na edição de 14 de outubro, uma notícia de primeira página destacava que, na então capital federal, a polícia estava realizando uma campanha contra “elementos agitadores estrangeiros” e que, como resultado, havia acabado de prender 13 comunistas que atuavam no Sindicato dos Garçons, os quais iriam ser expulsos do país em breve. Tal notícia mostra como já estava em curso uma campanha anticomunista por parte do Estado, levada a cabo pela polícia, que muitas vezes buscava esses militantes nos meios operários e sindicais⁴³⁴. A mesma notícia é publicada dois dias depois na *Gazeta da Noroeste*, mas reforçada pela informação de que o delegado regional de Polícia de Bauru também estaria tomando “providências enérgicas” contra os “elementos indesejáveis”, em referência aos comunistas⁴³⁵.

Por último, temos um caso de uma notícia que buscava demonstrar a violência da atuação dos comunistas e como eles seriam perigosos. Notícia de segunda página da edição de 25 de novembro, com o título “Um crime de terroristas no Rio Grande do Norte”, aborda o caso do assassinato de um fazendeiro em Areia Branca, naquele estado, por “elementos terroristas”, deixando órfãos de pais diversos “filhinhos” da vítima. Os “agitadores” ainda pretendiam

⁴³³ *Correio da Noroeste*, 07/11/1934, p.1. Arquivo MFRB.

⁴³⁴ *Correio da Noroeste*, 14/10/1934, p.1. Arquivo MFRB.

⁴³⁵ *Gazeta da Noroeste*, 16/10/1934, p.1. Arquivo UNISAGRADO.

matar outras figuras de destaque da região, porém tiveram seus planos frustrados pela polícia, que encontrou a lista de futuros possíveis alvos, que teria sido organizada por dirigentes do “credo bolchevista”. Por esse motivo, a polícia passaria a vigiar a região com cerco de 200 soldados e cinco metralhadoras, restabelecendo uma “relativa calma” na cidade, que ainda estaria espantada com o ocorrido. O texto ressalta várias vezes a barbaridade das ações dos comunistas, além de tratá-los como irracionais e fanáticos ao chamar sua ideologia de “credo bolchevista”.

Dessa forma, encontramos, nos meses de outubro e novembro, 23 referências aos comunistas no *Correio da Noroeste* e 8 na *Gazeta do Noroeste*, todas representando-os negativamente. E os integralistas, no mesmo período, foram citados 40 vezes no *Correio da Noroeste* e 5 vezes na *Gazeta do Noroeste*. Com as mortes de alguns dos camisas verdes nesses conflitos, tais cidadãos foram colocados na posição de mártires da luta contra o Comunismo, reforçando ao mesmo tempo a campanha anticomunista e a propaganda do Integralismo. A partir dos conflitos entre integralistas e antifascistas, é possível ver como os jornais bauruenses intensificaram a campanha anticomunista em suas páginas, associando-os principalmente a imagens de violência, destruição e conspiração, ao mesmo tempo em que realizavam a propaganda dos argumentos integralistas, seja por meio da reprodução acrítica de artigos de opinião desses militantes, seja por entrevistas com os líderes da AIB.

Por meio da análise dos artigos de opinião e das notícias sobre os comunistas nas folhas da imprensa bauruense, vimos que houve um crescimento não só na quantidade de representações anticomunistas, mas também na intensidade do caráter negativo que elas atribuíam ao Comunismo e a seus militantes. Mas esse aumento ainda não havia levado o assunto a ser abordado nos editoriais dos jornais, na primeira página, ficando mais restrito aos artigos de opinião não assinados, localizados nas páginas intermediárias sem tanto destaque, e às notícias, algumas vezes na primeira página com realce, sendo inclusive manchete de algumas edições, mas muitas vezes também em outros espaços considerados menos importantes dos periódicos.

Motta (2002) defende em sua pesquisa que o Brasil passou por duas grandes ondas anticomunistas no século XX, a primeira entre 1935 e 1937, e a segunda entre 1961 e 1964. Apesar de concordar no geral com esta tese, é importante destacarmos que, como Carla Luciana Silva (2001) mostra e reforça em sua pesquisa, a gênese do anticomunismo no Brasil é anterior a 1935, já existindo imaginários anticomunistas em formação nos anos anteriores, mesmo que, muitas vezes, os comunistas ainda fossem representados como uma ameaça

distante. Considero possível afirmar que a campanha anticomunista desencadeada pela imprensa bauruense nos últimos meses de 1934 é um exemplo de pequeno surto anticomunista, mais localizado, que antecedeu a grande onda anticomunista que viria a partir do ano seguinte, levando em conta o aumento do número de textos anticomunistas ao longo de 1934, e especialmente após o conflito de 3 de Outubro. Mas ao apontarmos esse “surto”, não podemos esquecer que momentos mais intensos de anticomunismo davam continuidade a práticas anteriores.

4.5 – As representações sobre a ANL e a AIB e seus conflitos.

Nesta parte do capítulo, apresentarei e analisarei as representações de comunistas e integralistas no ano de 1935, principalmente daquelas que abordam as diferentes visões e disputas entre a Aliança Nacional Libertadora, na qual os comunistas tinham um grande peso, e a Ação Integralista Brasileira, que eram as duas maiores organizações de âmbito nacional naquele período. Mas antes, é preciso fazer a ressalva de que, infelizmente, não foi possível encontrar edições dos jornais bauruenses do primeiro semestre de 1935, em arquivos e museus, o que acabou por limitar a análise praticamente ao segundo semestre daquele ano, e a partir somente do *Correio da Noroeste*. A única exceção, para o primeiro semestre, são duas edições encontradas da *Folha do Povo* do mês de março, e do jornal *O Sindicato*, já analisado em um dos capítulos anteriores.

Antes de passarmos para a análise, é importante frisar como, no ano de 1935, as representações de comunistas e integralistas ocupam, em muitos momentos, espaços destacados das folhas dos jornais, especialmente a primeira página e, muitas vezes, sendo o assunto principal das edições.

Foi em uma dessas poucas edições de 1935 da *Folha do Povo* encontradas nos acervos que localizamos as primeiras referências sobre a ANL e a sua presença em Bauru. Na edição de 17 de março, foi publicado um grande quadro ocupando metade da nona página, no espaço dedicado à seção livre, anunciando a fundação da Aliança Nacional Libertadora, no Rio de Janeiro, e a eleição de seu diretório nacional provisório, a aprovação de seus estatutos e a aclamação de Luiz Carlos Prestes enquanto chefe da ANL⁴³⁶. Poucos dias depois, na edição de 21 de março, um texto que mistura notícia com propaganda informa que o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo se integraria de vez com a Aliança Nacional Libertadora, inclusive organizando comícios no interior do estado, em cidades como Rio Preto e Bauru,

⁴³⁶ Fundada oficialmente a Aliança Nacional Libertadora. *Folha do Povo*, 17/03/1935, p.9. Arquivo MFRB.

com a presença de figuras dos diretórios aliancistas de São Paulo e Rio de Janeiro. Sobre Bauru, o jornal informa que os militantes locais dessa organização já estavam se articulando para, em breve, divulgar o então recém-lançado manifesto ao povo produzido pela ANL. Por último, o texto destacava que essa organização contava com “pessoas de reconhecida atividade política, não só civis como militares que tomaram parte em campanhas cívicas que se travaram no Brasil”⁴³⁷. A partir da análise dessas duas notícias, vemos como, ao menos nesse jornal, a fundação da Aliança Nacional Libertadora não parecia ser vista com maus olhos, e há indicativos de que essa organização já estava presente em Bauru realizando sua propaganda, e talvez já contando com alguns militantes, porém não sabemos ao certo a data da fundação do seu núcleo local.

No *Correio da Noroeste*, as primeiras referências à ANL encontradas são do início de julho, porém, como mostrado anteriormente, provavelmente por conta da não preservação de seus exemplares no primeiro semestre de 1935. Antes de abordarmos e analisarmos essas representações, gostaríamos de apresentar, em poucas linhas, a quantidade de referências a esses grupos naquele jornal no segundo semestre, levando em conta os meses em que eles foram mais citados. Os comunistas apareceram em suas páginas 33 vezes em julho, 3 em outubro e 17 vezes em novembro, majoritariamente de forma negativa. Já os integralistas foram representados 18 vezes em julho, 7 em outubro e 20 em novembro. Por esses dados, vemos que as citações a esses grupos foram maiores em momentos em que havia uma maior discussão no jornal sobre os conflitos entre eles ou sobre a necessidade de repressão estatal contra um deles ou contra ambos, que foi o caso de julho, assim como no momento em que os comunistas tentaram realizar um levante contra Vargas e tomar o poder, tendo fracassado, como foi o caso de novembro.

Na edição de 4 de julho, havia uma nota sobre as atividades da Aliança Nacional Libertadora em Bauru e em sua região de influência, com um evento de comemoração no dia seguinte, 5 de julho, do aniversário dos levantes tenentistas de 1922 e 1924, e a instalação de núcleos em cidades da região, como Guarantã e Pirajuí no dia 7, contando com a presença de um representante do diretório municipal da ANL de Bauru, que seriam chefiados pelo chefe do subnúcleo de Vila Falcão e dos ferroviários, o médico Jerônimo de Cunto Júnior, antigo candidato a deputado pela Coligação das Esquerdas no ano anterior e um dos principais envolvidos no conflito de 3 de outubro de 1934 em Bauru⁴³⁸. No dia seguinte, em um texto na seção livre da primeira página, o convite para a realização do evento comemorativo das

⁴³⁷ *Folha do Povo*, 21/03/1935, p.4. Arquivo MFRB.

⁴³⁸ Aliança Nacional Libertadora. *Correio da Noroeste*, 04/07/1935, p.4. Arquivo MFRB.

revoltas tenentistas e de uma “assembleia popular” era reforçado a todos que estivessem interessados, “sem distinção”. Além disso, é solicitado que todos os que comparecessem não estivessem armados, como “demonstração de disciplina e de ordem, como sempre tem acontecido com as reuniões promovidas pela ANL” ⁴³⁹.

Apesar das primeiras representações sobre a ANL, no *Correio da Noroeste*, parecerem positivas, alguns colunistas do jornal, e mesmo seu diretor de redação, José Fernandes, logo se dedicariam a criticá-la fortemente. De fato, na mesma edição de 5 de julho, em um artigo de opinião assinado por Gomes de Araújo, destacado na primeira página e intitulado “O Brasil para os Brasileiros”, as atenções são voltadas para atacar essa organização. O autor começa afirmando que o país passava por um momento de “drama dos destinos nacionais”, e que em tal estado de “confusão” nos “aniquilaríamos mutuamente”, aproximando-se assim a “derrocada final”. Araújo critica a apatia das “forças de reação” para enfrentar o “inimigo traiçoeiro”, uma “criminosa indiferença” daqueles que, supostamente, permitiram que o país fosse

“tomado de assalto pelos mercadores sanguinários de pretensas reivindicações libertárias, rotuladas maliciosamente pela fachada equívoca de uma organização que se diz liberal, mas que, no fundo e na essência, não passa de um capcioso disfarce extremista”.

O autor continua sua crítica afirmando que seu desejo era, sem obedecer a partidos, de “batalharmos pela nacionalidade, dentro do sentido histórico de nossa formação racial”, e finaliza defendendo que o Brasil estaria longe da luta de classes, que em nosso país só morreria de fome quem não trabalha, e parafraseando Washington Luís, defende que “no Brasil, a questão social é um caso de polícia” ⁴⁴⁰. Portanto, vemos neste texto, a crítica aos comunistas a partir de uma perspectiva autoritária e nacionalista, segundo a qual se buscava denunciar os “disfarces” com que os militantes supostamente tentavam enganar a população brasileira por meio de ideais “libertários” e “democráticos” para, posteriormente, “sangrar” a nação.

Em editorial na primeira página na edição do dia seguinte, o diretor do jornal, José Fernandes, critica o artigo escrito por Gomes de Araújo publicado no dia anterior, em que este defendia a ideia de que a questão social era caso de polícia. Fernandes afirma que, quando tal frase foi proferida, ela se justificaria por ainda não haver legislação social e porque as autoridades teriam sido tomadas de surpresa pelos movimentos grevistas provocados pelos anarquistas. O diretor do *Correio da Noroeste* continua seu texto afirmando que, no Brasil, o

⁴³⁹A Aliança Nacional Libertadora comemora o 5 de Julho. *Correio da Noroeste*, 05/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁴⁰ ARAÚJO, G. O Brasil para os brasileiros. *Correio da Noroeste*, 05/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

direito de greve era reconhecido, embora dentro de certos limites, o que não ocorria nos países com regimes fascistas ou comunistas⁴⁴¹. No entanto, é preciso fazer a ressalva de que tal afirmação não era completamente verdadeira, pois algumas pesquisas atestam a existência de movimentos grevistas na União Soviética e que a resolução dos conflitos trabalhistas por parte do Estado soviético não ocorria, muitas vezes, por meio da repressão, mas sim por meio de acordos coletivos, ao menos até o primeiro plano quinquenal entre 1928 e 1932⁴⁴².

Apesar de criticar a aplicação da legislação social, que não atenderia a todos da mesma forma em todas as regiões do país, Fernandes afirma, respondendo a Araújo, que “se há agitação de que tiram proveito de um lado, fascistas filiados ao integralismo brasileiro, e de outro lado comunistas filiados à Aliança Nacional Libertadora, é porque existem necessidades a prover, lacunas a preencher, defeitos a corrigir”. Assim, o diretor do periódico adota, ao menos nesse momento, posição bem menos conservadora e reacionária que alguns de seus articulistas, reconhecendo a necessidade do direito de greve, embora considerasse correta a limitação desse direito e a repressão aos casos que, na sua visão, excedessem esse direito, mas ao menos reconhecendo algumas dificuldades pelas quais os trabalhadores passavam, considerando, por isso, justa a realização de reivindicações quando elas não traziam, “em seu bojo, a ideia da violência”. Assim, Fernandes parece adotar postura mais liberal, perceptível inclusive por suas críticas a Vargas e à “Revolução” de 1930 em suas colunas, além da sua participação direta no movimento de 1932, criticando, ao menos nesse texto, tanto o Fascismo, que em sua visão era representado pelo integralismo, quanto o Comunismo, representado pela ANL, e que supostamente se aproveitariam do momento de “agitação” para promover suas propostas⁴⁴³. Tal posição do diretor do jornal aponta para a existência de vozes dissonantes dentro de suas páginas e para uma posição crítica, de sua diretoria, tanto aos projetos fascistas quanto aos comunistas, ao menos até esse momento, esboçando suposta imagem de equilíbrio diante daquelas correntes políticas.

Ainda na mesma edição, mas na segunda página, uma longa circular escrita pelo chefe nacional do Integralismo, e publicada pelo jornal a pedido do núcleo local, nos mostra como estava a disputa entre a AIB e a ANL até aquele momento. O texto de Plínio Salgado começa abordando uma suposta “guerra telegráfica e jornalística” dos “inimigos do Integralismo” por meio de várias notícias e informações que teriam sido publicadas em diversos jornais e que, na perspectiva dos camisas-verdes, contariam mentiras ou deturpações sobre seu movimento.

⁴⁴¹ FERNANDES, J. Não há fumaça sem fogo. *Correio da Noroeste*, 06/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁴² MURPHY, K. *Greves durante o período soviético inicial, 1922 a 1932: Da militância à passividade da classe trabalhadora?* Revista de Literatura e Cultura Russa (São Paulo), v.8, nº10, p. 36-63. 2017.

⁴⁴³ FERNANDES, J. Não há fumaça sem fogo. *Correio da Noroeste*, 06/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

Tais notícias diriam respeito a viagens e eventos realizadas pelos líderes integralistas e que teriam contado com público muito pequeno, a suposta proibição da AIB no Paraná, a ligação entre nazistas e integralistas em Santa Catarina, onde o chefe dos camisas-verdes teria realizado discurso em frente às “tropas nazistas”, boato que, em sua visão, era fruto de pessoas que não seriam “brasileiros de verdade” e que queriam vender o país para “a Rússia e o judaísmo internacional”⁴⁴⁴.

Além disso, sobre a acusação de que os integralistas teriam sido responsáveis pela morte de um militante da ANL em um conflito ocorrido em Petrópolis contra membros dessa organização, Salgado questiona esse fato apontando que os militantes aliancistas é que teriam cercado a sede da AIB naquela cidade, e que por isso seriam eles mesmos os responsáveis. Por fim, a circular coloca o Integralismo na posição de vítima, apontando que, “diante da quantidade mentiras” e da “impossibilidade da chefia nacional de dispor do aparelho de difusão que dispõe o inimigo”, pedindo que os membros das chefias provinciais e dos núcleos locais da Ação Integralista confirmassem as informações e notícias divulgadas, mesmo aquelas que parecessem favoráveis aos integralistas⁴⁴⁵. A reprodução acrítica desse texto, tomando grande espaço em uma de suas páginas, nos indica que, apesar das críticas de seu diretor às ações da AIB, o jornal estava sendo, no mínimo, conivente com o Integralismo naquele contexto de disputa entre esse movimento e a ANL e que, portanto, a posição apresentada em seus editoriais não era tão neutra quanto buscava aparentar.

Sobre sua posição em relação a esses grupos, Fernandes escreveu um editorial no dia 7 de julho, afirmando que o *Correio da Noroeste* era independente, mas que sua posição poderia mudar de acordo com os fatos. Defendendo-se de críticas que teria recebido tanto de integralistas como de aliancistas, Fernandes afirmava que não chamou todos os integralistas de fascistas, mas sim que existiriam fascistas em suas fileiras, assim como havia comunistas na ANL, apontando Luís Carlos Prestes como maior exemplo, e não que todos aliancistas eram comunistas. Por último, destacava que apenas tinha dito que esses fascistas e comunistas se aproveitavam da “agitação” que era reflexo da atuação das duas organizações⁴⁴⁶. Ou seja, ao tentar se colocar em uma posição de neutralidade diante das disputas entre AIB e ANL, José Fernandes não havia agradado nenhum dos dois grupos, talvez porque nenhum deles acreditava de fato que era possível manter-se neutro frente aos conflitos que os envolviam.

⁴⁴⁴ SALGADO, P. Ação Integralista Brasileira. *Correio da Noroeste*, 05/07/1935, p.2. Arquivo MFRB.

⁴⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁴⁶ FERNANDES, J. Fascismo e Comunismo. *Correio da Noroeste*, 07/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

Por falar nesses conflitos, quando eles ocorriam, o periódico publicava na primeira página as notícias com as informações, passando uma impressão aos leitores de que havia uma situação de instabilidade no país, como no caso de um confronto ocorrido em Fortaleza em um comício promovido pela ANL e que fora atacado pelos camisas-verdes⁴⁴⁷. Diante desse contexto, em um editorial no dia 12 de Julho, Fernandes afirma que, em jornais do Rio e de São Paulo, estaria presente a reflexão sobre o ambiente de “intranquilidade” no país por causa da atuação de “extremistas” de esquerda e de direita, em referência aos aliancistas e integralistas, sendo que reflexão e inquietação também estariam presentes na Câmara dos deputados. E tanto na imprensa como no legislativo federal estariam sendo defendidas medidas “radicais” que protegessem o regime vigente, como, por exemplo, a efetiva utilização dos dispositivos da Lei de Segurança Nacional contra qualquer um desses grupos que pudesse vir a tentar tomar de assalto o poder. O jornalista bauruense ressaltava que, segundo notícias que começaram a circular, o governo federal estava disposto a fechar todas as sedes da ANL, dando razão a tal medida, Fernandes afirmou que essas teriam se tornado “núcleos de corrosão das atuais instituições”. Porém, ele ressalta que sob o critério de defesa do Estado, “dentro do superior interesse do regime”, a repressão não deveria “ter sentido unilateral, nem exclusivista”, atingindo também a AIB, considerando este como um “movimento que, com igual intensidade, visa a destruir a atual organização política”⁴⁴⁸.

Portanto, o diretor do jornal realiza uma crítica que, aparentemente, atingia de maneira igual os membros da ANL e da AIB, afirmando que a repressão do Estado deveria alcançar igualmente esses dois grupos políticos. Porém, no ano anterior, o periódico havia realizado uma cobertura claramente favorável aos integralistas, tanto por meio do noticiário sobre o movimento como sobre a presença de Plínio Salgado na cidade. É importante destacar que a sua programação quando esteve em Bauru contou inclusive com uma vista às oficinas do jornal, o que demonstrava ainda mais a proximidade de representantes do *Correio da Noroeste* com a AIB. Tal proximidade revelou-se, também, na forma como esse veículo de comunicação retratou o conflito de 3 de outubro de 1934 e representou os grupos envolvidos, como vimos anteriormente, colocando os integralistas no papel de vítimas e atribuindo a culpa pela violência aos “comunistas”, e nenhum editorial foi publicado naquela época para condenar os “extremismos” dos dois lados. O que teria mudado desde então? Quais fatores teriam levado a essa mudança? Infelizmente, por conta da falta de acesso às edições do 1º semestre de 1935, as respostas para essas perguntas ficam mais difíceis de serem realizadas.

⁴⁴⁷ *Correio da Noroeste*, 12/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁴⁸ FERNANDES, J. Incondicionalismo. *Correio da Noroeste*, 12/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

Mas podemos levantar a hipótese de que havia articulações do jornal com a política federal, francamente hostil aos aliancistas, mas ao mesmo tempo evitando plena associação com os integralistas.

Assim, no início de julho de 1935, o diretor do *Correio da Noroeste* buscava manter as aparências de que o jornal não teria tomado lado, com as edições veiculando notas tanto da Aliança Nacional Libertadora⁴⁴⁹ como da Ação Integralista Brasileira⁴⁵⁰, e seus editoriais que criticavam essas duas organizações. Mas, ao mesmo tempo, muitas notícias representavam favoravelmente os ideais e movimentos corporativistas e fascistas em geral⁴⁵¹, e artigos de opinião ou notícias estampados com viés anticomunista, atingindo também a ANL, continuavam sendo publicados⁴⁵².

Em 11 de Julho, pela primeira vez, aparece uma notícia a respeito do fechamento da ANL pelo governo Vargas com base na Lei de Segurança Nacional, que teria sido divulgado pelo jornal *Diário da Noite*, sendo informado também que um dos líderes da ANL, Hercolino Cascardo, esperava a confirmação oficial para que essa organização tomasse providências⁴⁵³. Dois dias depois, uma notícia de primeira página confirma o fechamento das sedes da ANL por parte do governo federal, sendo que órgãos de repressão dos estados, como a Delegacia de Ordem Social de São Paulo, estavam esperando notificação a serem divulgadas pelas autoridades federais para iniciar suas ações contra aquela organização⁴⁵⁴. Resta então saber como o jornal abordou o fato da repressão estatal ter atingido, naquele momento, somente a esquerda.

Inicialmente, Fernandes reforça a posição de editorial anterior, em que ele defendera a repressão estatal contra todos aqueles que estivessem ameaçando o Estado e a ordem, seja na esquerda ou na direita, fossem comunistas ou integralistas, e que tal posição seria o mesmo entre “todos aqueles que se puserem dentro da democracia”. Além disso, o diretor do jornal afirmava que a propaganda dessas ideologias só era possível por conta dos problemas sociais existentes no país, e que ao buscar remediá-los, se reduziriam as “proporções dessa propaganda”. Para isso, então, defende que os liberais deveriam voltar seus olhos para os problemas que atingiam a coletividade, defendendo reformas sociais que tivessem o viés

⁴⁴⁹ As comemorações de 5 de Julho. *Correio da Noroeste*, 06/07/1935, p.1. Arquivo MFRB; A Aliança Nacional Libertadora. *Correio da Noroeste*, 07/11/1935, p.5. Arquivo MFRB.

⁴⁵⁰ O Integralismo de Bauru tem um novo chefe. *Correio da Noroeste*, 05/07/1935, p.3. Arquivo MFRB.

⁴⁵¹ É terceiro aniversário do governo do Sr. Salazar. *Correio da Noroeste*, 09/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁵² ARAÚJO, G. Catequese sem ideias. *Correio da Noroeste*, 12/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁵³ *Correio da Noroeste*, 11/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁵⁴ *Correio da Noroeste*, 13/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

dessa ideologia, e assim “diminuindo a capacidade de combate” tanto de integralistas como de comunistas⁴⁵⁵.

Na mesma página e edição, Gomes de Araújo publicou um artigo discordando de Fernandes. Apresentando um discurso anticomunista, ele critica a equivalência que alguns fariam entre “extremismos” de esquerda e direita, o que parece ser uma crítica clara ao posicionamento do diretor do jornal. Defendendo as medidas governamentais repressivas contra as “células subversivas” da ANL, Araújo critica os que afirmavam que a repressão deveria ser voltada também contra o Integralismo, considerando ser essa “uma corrente que deseja patrioticamente transformar as instituições do país”, sendo também, em sua visão, “a única força existente no país de combate franco e decidido ao Comunismo”. O colunista continua sua defesa da AIB e da visão de nacionalismo desse movimento afirmando que as obras e ideias dessa organização eram “todas nascidas do pensamento brasileiro, todas alentadas por um forte e vivo espírito de brasilidade, a serviço, inegavelmente, da unidade da pátria”. Defende, portanto, que a revolução proposta pelo Integralismo não se daria primeiramente pela “escalada eventual do poder”, mas sim por meio da “cultura e da inteligência nacional”. Por todos os aspectos e argumentos elencados, Araújo sustenta que o Integralismo não deveria ser confundido de jeito nenhum com o “malogro das experiências soviéticas”, frisando “o sentido nacionalista de nossa vocação espiritual”⁴⁵⁶.

Assim, o colunista destoa da posição de José Fernandes que, ao menos aparentemente, criticava igualmente comunistas e integralistas, afirmando-se liberal, mesmo defendendo abertamente a repressão estatal contra esses dois grupos.

Em 14 de julho, uma série de notícias publicadas na primeira página abordavam acontecimentos diversos relacionados, de alguma forma, ao fechamento das sedes da Aliança Nacional Libertadora, como a mobilização de operários da EFNOB em Lins, buscando articular uma greve como resposta à repressão em curso a partir das determinações do governo federal, porém o movimento teria sido debelado rapidamente, antes mesmo da chegada de reforços policiais de Bauru. Nesta cidade, o Sindicato dos ferroviários da NOB foi fechado pela polícia, medida que resultou em protesto de outras organizações, como o sindicato dos ferroviários da ferrovia Sorocabana, perante o governador do Estado e o Ministério do Trabalho. Além disso, se noticiava que em São Paulo era registrado um grande clima de agitação, com realização de greves em diversas categorias e protestos, todos reprimidos pela polícia. Nesse contexto, na mesma página o jornal reproduz uma fala do chefe

⁴⁵⁵ FERNANDES, J. Reformas. *Correio da Noroeste*, 13/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁵⁶ ARAÚJO, G. Revolução de cultura. *Correio da Noroeste*, 13/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

provincial integralista de São Paulo, que teria afirmado que a AIB não poderia ser extinta, pois essa organização não teria uma “milícia” e nem defenderia a violência, e que estaria inclusive “pronta a cooperar com a polícia no combate ao extremismo”⁴⁵⁷. A reprodução dessa fala no *Correio da Noroeste* contribuía para a construção da imagem dos integralistas enquanto aliados daqueles que se engajavam na luta anticomunista. Além disso, considerando todos os conflitos que envolveram integralistas e antifascistas desde o ano anterior, e os frequentes desfiles dos camisas verdes com a presença das milícias da AIB comandadas por Gustavo Barroso, a afirmação do dirigente integralista de que este era um movimento pacífico tornava-se difícil de ser sustentada.

O fechamento da ANL e de organizações consideradas ligadas a ela, como Sindicato dos ferroviários da Noroeste, foi tema de discussão por parte de representantes da esquerda tanto no legislativo estadual como no federal, que protestaram contra as medidas tomadas pela polícia⁴⁵⁸. A respeito desses protestos, o jornal apresentou um artigo de opinião e um editorial, ambos publicados na primeira página.

Em seu texto, Gomes de Araújo defendia que os protestos do bloco da minoria na Câmara federal contra o fechamento da ANL e a reclamação de que o Integralismo seria beneficiado seriam incoerentes, pois, em sua visão, apesar da existência da propaganda de diversas “doutrinas revolucionárias” no país, algumas seriam boas e outras, como o “Comunismo russo” seriam péssimas, “subversivas”, e por isso precisavam ser reprimidas⁴⁵⁹. No editorial intitulado “Pelo Brasil, para o Brasil”, José Fernandes também critica a minoria parlamentar por “na hora grave que o país atravessa”, não contribuir com as “forças públicas” e trabalhar por “ideias de importação que não se compadecem com o clima brasileiro (...) com sementeiras exóticas”, em uma provável referência ao Comunismo. O jornalista continua sua crítica afirmando que todo país deveria procurar os “remédios adequados” para a “cura” dos seus males “dentro das suas fronteiras, dentro dos seus costumes, dentro das suas tradições”. Por isso, defende que deveria se recorrer às obras de pensadores brasileiros como Alberto Torres e sua análise sobre a sociedade brasileira e seus problemas para buscar a “resposta”, as soluções, ao invés da “literatura russa”, ou seja, defendia uma “obra de brasileiro para brasileiros”⁴⁶⁰. Assim, Fernandes adota elementos comuns no discurso anticomunista, como a noção de exotismo e a suposta inadaptabilidade das ideias comunistas no Brasil, que, como

⁴⁵⁷ *Correio da Noroeste*, 14/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁵⁸ *Correio da Noroeste*, 18/07/1935, p.1. Arquivo MFRB; *Correio da Noroeste*, 19/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁵⁹ ARAÚJO, G. Incoerências da minoria. *Correio da Noroeste*, 19/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁶⁰ FERNANDES, J. Pelo Brasil, para o Brasil. *Correio da Noroeste*, 20/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

mostramos anteriormente, já aparecera em outros textos no jornal, inclusive escritos por colonistas com viés mais conservador e simpático ao Fascismo do que o do diretor desse periódico. Além disso, Fernandes apresenta claramente uma concepção orgânica da sociedade, tão presente na cultura política brasileira da década de 1930, como ressaltado por Dutra (1997) e Lenharo (1986), tratando a sociedade como organismo vivo e que deveria estar saudável, utilizando frequentemente termos que remetiam a essa analogia, como “remédio” e “cura” para os problemas ou “males” sociais.

Apesar das críticas a todos os possíveis envolvidos com a ANL e da defesa da repressão contra ela, o *Correio da Noroeste* expôs a versão dos ferroviários bauruenses sindicalizados que, publicamente, tinham relações com essa organização e que, por isso, tiveram sua entidade sindical fechada. Na última página da edição de 21 de Julho, foi publicado um longo texto da entrevista realizada pelo jornal com o presidente do sindicato dos ferroviários da NOB, Henrique Dreyfus, comentando o caso do fechamento da entidade. De acordo com Dreyfus, tal fechamento foi recebido com surpresa pelos membros do sindicato, pois esta associação estaria “rigorosamente amoldada às leis vigentes”, sendo seus estatutos “aprovados pelo Ministério do Trabalho”. Além disso, segundo esse representante sindical, seus associados não propagavam “ideias subversivas” nem fugiam “à finalidade sindical”, considerando que, segundo os estatutos dessa organização, não seria permitida a realização de “manifesta propaganda política ou religiosa em suas dependências”, sendo tal norma seguida à risca pela diretoria. Por isso, o presidente do sindicato afirmava não ver argumentação que sustentasse o fechamento da entidade, e nem mesmo os panfletos da Aliança Nacional Libertadora, encontrados incidentalmente em um canto isolado de um banheiro da sede do sindicato, constituiria, em sua visão, um motivo razoável para o fechamento da organização sindical, revelando a “precariedade” da operação policial, já que ela “se processou sem observância das disposições legais que regem a matéria” ⁴⁶¹.

Assim, ao longo da entrevista, o presidente do sindicato dos ferroviários da NOB busca defender a entidade e deslegitimar a ação policial que levou ao fechamento da sede dessa organização, questionando seus motivos, e ao afirmar o suposto caráter pacífico, “ordeiro”, e a atuação dentro da legalidade feita por esse sindicato, diminuindo o peso do fato de panfletos da ANL terem sido encontrados em suas dependências.

O tema do fechamento do sindicato voltaria às páginas do periódico poucos dias depois, mas desta vez apresentando a versão dos fatos do ponto de vista das autoridades policiais. Na

⁴⁶¹ *Correio da Noroeste*, 21/07/1935, p.4. Arquivo MFRB.

edição de 25 de julho, na quarta página, um longo texto apresenta o relatório do delegado regional de polícia de Bauru sobre o caso do fechamento do sindicato dos ferroviários da Noroeste, em que o delegado Rolim Rosa sugere que essa entidade continue fechada e tenha seu registro cancelado judicialmente. Ao longo do documento, o delegado regional busca apresentar que o referido sindicato funcionava como sede local da Aliança Nacional Libertadora, considerando que vários de seus membros eram filiados a essa organização, inclusive o presidente do sindicato, Henrique Dreyfus, e que lá foram realizadas algumas de suas assembleias e um de seus comícios. Além disso, foram apreendidos vários boletins da ANL encontrados na sede do sindicato, assim como boletins da Legião Cívica 5 de Julho e edições do próprio jornal do sindicato, todos documentos que apontariam a relação da entidade sindical dos ferroviários bauruenses com a ANL e que apresentavam conteúdo “subversivo” e “comunista”, com ataques a personalidades políticas, ao imperialismo, à burguesia, além de “incitarem a realização de greves”⁴⁶².

Essas provas documentais formariam indícios de que o sindicato seria, de fato, o núcleo bauruense do “partido” aliancista, e por isso teriam levado o delegado a fechar sua sede. A partir desses documentos e dos depoimentos de diversas pessoas, incluindo alguns ferroviários, que atestariam a utilização da sede do sindicato como centro de atividades da ANL na cidade, além do próprio estatuto do sindicato que em seu artigo 9º, letra H, proibia sua “participação em assuntos políticos ou religiosos com fim de propaganda”, Rolim Rosa concluiu que o sindicato “desviou-se de seus fins” e por isso sugeriu às autoridades judiciais que cancelassem o registro dessa entidade⁴⁶³. É importante destacar que o delegado citado era o mesmo que fora responsável pela investigação do conflito de 3 de outubro do ano anterior em Bauru, e que levou à prisão de alguns dos ferroviários desse sindicato mesmo sem terem sido encontradas provas cabais de que eles eram culpados pelo ocorrido.

A repressão governamental contra a Aliança Nacional Libertadora foi tema novamente de dois artigos de opinião de Gomes de Araújo, publicados em duas edições nos últimos dias de julho de 1935. Na primeira página da edição de 26 de julho, o articulista abordou a posição da minoria no Congresso em relação ao “extremismo” e seu suposto recuo na posição contrária ao fechamento da ANL. O autor critica o que classifica de “erro” desse grupo no Parlamento ao, em sua visão, defender os aliancistas e suas “investidas comunistas”, agindo depois com “leviandade” ao supostamente passar a defender a “democracia” do governo varguista. Araújo

⁴⁶² ROSA, R. O fechamento do sindicato dos ferroviários da Noroeste. *Correio da Noroeste*, 25/07/1935, p.4. Arquivo MFRB.

⁴⁶³ *Ibid.*

afirmava que defender a ANL seria “confundir o povo brasileiro com um grupo de marxistas” que queriam “a toda força, transplantar para o Brasil a incógnita da terapêutica comunista”⁴⁶⁴. Resumidamente, vemos neste texto que, de uma perspectiva nacionalista, conservadora e extremamente autoritária, o autor apresenta um maniqueísmo entre o Mal, que seria representado pelos comunistas, e o Bem, que seria representado pelo próprio Brasil, sendo qualquer posição crítica à repressão estatal tratada como uma conivência com esse Mal.

Na última página da edição de 28 de julho, Gomes de Araújo apresenta novo texto anticomunista, afirmando que “os brasileiros – governo e povo – devem se congregar numa frente comum para, então, dar combate decisivo à doutrina comunista”, pois, em sua visão, “a audácia dos marxistas (...) está se generalizando pelo país, constituindo isso sério fator de intranquilidade pública”. Segundo esse articulista, parte da culpa recaía sobre o governo Vargas, pela sua suposta falta de disposição de resolver a questão, pois a repressão que estava começando a ser colocada em prática contra os comunistas teria mostrado que estes “promoviam suas arruaças porque contavam com a displicência governamental”. Como solução prática a ser tomada pelo governo, o autor defendia que este deveria realizar uma “enérgica sindicância nas repartições públicas, no sentido de descobrir onde se encontram os inimigos da pátria que, veladamente (...), tramam a revolução social”, além de deportar os estrangeiros “presos em flagrante”, o fechamento da “imprensa anarquista que, impunemente, envenena o cérebro inquieto do nosso operário”. Portanto, Araújo defende a repressão, a violência contra aqueles que ele considera como “inimigos da pátria”, os “comunistas” e “anarquistas”, pois, segundo o articulista a “violência só se combate com violência” e “nenhum brasileiro, conscientemente patriota” deixaria de aceitar tais medidas⁴⁶⁵. Dessa forma, seu texto tem como maior objetivo legitimar a política governamental repressora contra a esquerda naquele momento, para isso apresentando novamente uma visão maniqueísta.

Enquanto tal política repressora contra a ANL e a esquerda em geral, e especialmente contra os comunistas, avançava e era apoiada por diversos setores sociais, incluindo parte da imprensa, como acabamos de ver, os integralistas e seus simpatizantes aproveitavam-se desse momento para fazer a propaganda de seu movimento nas páginas da imprensa, calcada principalmente em seus posicionamentos anticomunistas e que agora encontravam maior eco na opinião pública. Ao mesmo tempo, José Fernandes, que anteriormente defendia a repressão tanto contra a Aliança Nacional Libertadora como contra a Ação Integralista Brasileira, nunca

⁴⁶⁴ ARAÚJO, G. O recuo da minoria. *Correio da Noroeste*, 26/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁶⁵ ARAÚJO, G. Porque essa fermentação de vindictas? *Correio da Noroeste*, 28/07/1935, p.8. Arquivo MFRB.

mais externara esta mesma posição em suas linhas, voltando suas atenções para o combate somente aos comunistas. Uma das razões para isso também pode ser encontrada nas relações entre os jornais que compunham a Sociedade Correio da Noroeste Limitada e os camisas verdes, visíveis por meio de fatos como as visitas que dirigentes da AIB fizeram à redação desses periódicos nas ocasiões em que estiveram em cidades da região, como quando Plínio Salgado foi a Bauru, em outubro de 1934, e Miguel Reale se fez presente em Botucatu, em julho de 1935, quando visitaram, respectivamente, as redações do Correio da Noroeste e do Correio da Sorocabana ⁴⁶⁶.

De fato, até o início daquele mês, as tensões e os frequentes conflitos de rua entre antifascistas, reunidos na ANL, e integralistas havia deixado marcas negativas não só para a esquerda, mas também para os camisas verdes, que algumas vezes passaram a ser vistos como causadores de “desordem” tal como a esquerda. Mas após a repressão voltar-se apenas contra os comunistas, muitos daqueles que, como Fernandes, criticavam os dois “extremismos” e defendiam a repressão contra ambos, calaram-se diante da falta de ação de Vargas em relação à AIB. Como exemplo dessa conivência governamental com os integralistas, uma notícia de 24 de julho informava que o presidente Getúlio Vargas havia declarado, em entrevista, que não haveria provas de que os camisas-verdes estivessem “agindo fora do campo das ideias, já conspirando greves ou fomentando motins” e que, caso estivessem, “o Executivo agiria para preservar ordem” ⁴⁶⁷, além de outras notícias, já apresentadas em páginas anteriores desta dissertação, que mostravam proximidades entre autoridades governamentais, como ministros e o próprio presidente, e a cúpula da AIB.

4.6 – A martirização integralista nas páginas do *Correio da Noroeste*.

De uma forma geral, as citações aos comunistas e integralistas foram menores entre os meses de agosto e setembro de 1935, tendo um pequeno aumento em outubro e um grande crescimento em novembro. Por isso, nesta última parte do presente capítulo, apresentarei e analisarei as representações desses grupos no *Correio da Noroeste* em outubro, quando os camisas verdes realizaram eventos para lembrar o aniversário da morte do militante bauruense da AIB morto em 1934. Após isso, iniciarei o último capítulo desta dissertação com as representações destes grupos em novembro, quando eclodiu o levante planejado pelos comunistas em Recife, Natal e Rio de Janeiro.

⁴⁶⁶ *Correio da Noroeste*, 03/10/1934, p.1. Arquivo MFRB; *Correio da Noroeste*, 21/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁶⁷ *Correio da Noroeste*, 24/07/1935, p.1. Arquivo MFRB.

Em outubro, foram encontradas 8 referências aos integralistas, em sua imensa maioria representando-os positivamente, e 2 aos comunistas, sendo ambas com teor negativo.

Os membros do Integralismo realizaram eventos em memória do camisa verde bauruense, Nicola Rosica, morto no conflito com os antifascistas em 3 de outubro de 1934.

Como afirma Fagundes (2012) em seu artigo, os rituais políticos da AIB eram um “importante instrumento de divulgação da organização”⁴⁶⁸, e por isso a análise de sua ritualística é de fundamental importância para todos aqueles que se dedicam ao estudo daquele grupo. Nesse sentido, como visto no terceiro capítulo, e como ressaltado por Cavalari (1999), todos os momentos da vida dos militantes integralistas passaram a ser permeados por ritos e símbolos que tinham como função padronizar e unificar as ações do Integralismo, através da elaboração de uma mística que o envolvia⁴⁶⁹. Mas não só as vidas dos camisas-verdes estavam ligadas a esses rituais, também a morte desses militantes, especialmente daqueles que morriam em “combate” contra os “inimigos do Sigma”, cumpriam uma função ritualística.

Segundo Fagundes (2012), os rituais que envolviam os integralistas mortos em confrontos de rua foram pensados com o objetivo claro de criar os “mártires” da causa⁴⁷⁰ e, como vimos anteriormente, a AIB explorou intensamente o caso da morte do miliciano bauruense para fins de propaganda externa do movimento e para a mobilização daqueles que já estavam em suas fileiras. A memória sobre o camisa-verde que falecia era revestida de uma “ideia de imortalidade”, que buscava passar a imagem de que ele iria “continuar servindo o partido” em um novo espaço de organização política pós-morte, como uma espécie de “milícia do Além”, na qual seu “comandante” seria Deus. E nisso é possível estabelecermos, de certa forma, uma relação com o Catolicismo expresso pela imensa maioria dos integralistas. Em contrapartida, o próprio Integralismo era sacralizado, com seu líder transformado em representante de Deus.

Ainda de acordo com Fagundes (2012), os camisas-verdes se empenhavam em “publicar matérias na imprensa sobre os velórios, sepultamentos e homenagens”⁴⁷¹, com o objetivo de alcançar uma espécie de “sacralização da política” tal como definido por Lenharo (1986)⁴⁷², ou seja, o culto político a partir do corpo com a sacralização dos militantes mortos. Por isso, logo na primeira edição de outubro de 1935 do *Correio da Noroeste*, era divulgada uma nota informando sobre a realização de missa de um ano pela morte de Rosica, dois dias depois, que

⁴⁶⁸ FAGUNDES, 2012, *op.cit.*, p. 891.

⁴⁶⁹ CAVALARI, 1999, *op.cit.*, p. 163.

⁴⁷⁰ FAGUNDES, 2012, *op.cit.*, p. 898.

⁴⁷¹ FAGUNDES, 2012, *op.cit.*, p. 899.

⁴⁷² LENHARO, 1986, *op.cit.*

seria seguida por uma romaria ao cemitério, até o túmulo do falecido integralista, e no mesmo dia, à noite, ocorreria a inauguração do retrato de Rosica na sede local da AIB, contando com discurso do ex-prefeito Sebastião Lins, considerado como um importante camisa-verde da cidade⁴⁷³. Na edição seguinte, o núcleo local da AIB publicou uma nota na primeira página, divulgando novamente a programação das cerimônias a serem realizadas no dia seguinte, por conta do aniversário da morte de Nicola Rosica, destacando o convite para que toda a população participasse⁴⁷⁴.

Na última página da edição de 4 de outubro, tomando um grande espaço da folha, o jornal apresenta o noticiário sobre as cerimônias do aniversário de um ano da morte do integralista Nicola Rosica, ocorridas no dia anterior e que teriam contado com grande presença do público. O texto informa que as homenagens começaram com a realização de uma missa, seguida por romaria até o túmulo do falecido camisa verde, onde se realizaram discursos feitos pelo chefe do núcleo local, Jurandir Bueno, e pelo representante da chefia provincial integralista, Paulo Paulista de Ulhôa Cintra, e depois por passeata pelas ruas da cidade até o local onde Rosica fora morto, realizando ali saudações integralistas ao companheiro, a Plínio Salgado e ao “Brasil uno, indivisível e forte”, com todos os presentes cantando o hino nacional ao final. À noite, houve a cerimônia de inauguração do retrato do “mártir” bauruense na sede do núcleo local, contando com a participação de militantes integralistas locais e de outras cidades da região, tendo sido realizado ainda o juramento do irmão do falecido militante, Roque Rosica, à AIB, pois ele havia acabado de ingressar em suas fileiras. Por último, o jornal informava que o representante do chefe provincial da AIB visitou a redação do *Correio da Noroeste*⁴⁷⁵.

O texto mostra claramente quanto os integralistas utilizavam o conflito de 3 de outubro de 1934 como parte da narrativa de propaganda do movimento, colocando-se na condição de vítimas dos comunistas que teriam assassinado Nicola Rosica, o qual era alçado ao posto de mártir, tendo sua imagem explorada como forma de promoção da causa integralista não só na ocasião da sua morte, mas também posteriormente. Além disso, o final do texto mostra mais uma vez que, apesar das críticas que foram realizadas à AIB por José Fernandes, havia ainda algum grau de proximidade e relação dos integralistas com o jornal, o que explicaria as frequentes notas publicadas pelo núcleo local em suas páginas.

⁴⁷³ Ação Integralista Brasileira. *Correio da Noroeste*, 1º/10/1935, p.2. Arquivo MFRB.

⁴⁷⁴ Homenagem à Nicola Rosica. *Correio da Noroeste*, 02/10/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁷⁵ AIB: o aniversário da morte de Nicola Rosica - as comemorações. *Correio da Noroeste*, 04/10/1935, p.4. Arquivo MFRB.

É importante destacar que os conflitos de rua entre integralistas e antifascistas continuavam ocorrendo, mesmo com o fechamento da ANL e a repressão aos seus militantes. No dia 1º de outubro, uma notícia na quarta página divulgava uma suposta tentativa de ataque de “extremistas” contra os militantes da AIB quando estes realizariam uma marcha no Rio de Janeiro. Quatro pessoas, que estariam portando pistolas, revólveres e bombas, foram presas antes de conseguirem atacar os camisas-verdes e um deles teria confessado que recebeu dinheiro, além das armas e bombas, para executar seu plano⁴⁷⁶. O texto, além de apresentar os comunistas, ou “extremistas”, como violentos e potenciais assassinos, colocando os integralistas no papel de vítimas, alimentava a ideia de uma conspiração comunista, com a elaboração de planos violentos contra seus inimigos políticos e contra o regime vigente, subvertendo a ordem.

Nos primeiros dias do mês seguinte, o tema dos confrontos de rua entre esses grupos voltaria a ocupar o noticiário do jornal bauruense. No topo da primeira página da edição de 5 de novembro, a manchete destacava o conflito ocorrido em Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, entre trabalhadores de algumas categorias que estavam em greve, principalmente os ferroviários, e integralistas, quando alguns dos militantes da AIB desembarcavam do trem em que tinham chegado à estação da cidade no dia 2, tendo a polícia interferido em defesa dos camisas-verdes. O texto informa que no dia 1º, um caminhão com integralistas já havia sido atacado, sendo que um deles, Alberto Sechin, havia morrido⁴⁷⁷. Este seria o quinto integralista morto e alçado à posição de mártir do movimento em pouco mais de um ano e não estaria longe de ser o último, mostrando que a luta entre Fascismo e Antifascismo no Brasil ainda não havia acabado.

⁴⁷⁶ *Correio da Noroeste*, 1º/10/1935, p.4. Arquivo MFRB.

⁴⁷⁷ *Correio da Noroeste*, 05/11/1935, p.1. Arquivo MFRB.

Capítulo 5 – Da “intentona” comunista até à “intentona” integralista.

Neste último capítulo, apresentarei e analisarei as principais representações de comunistas e integralistas na imprensa bauruense no período entre o levante comunista, ocorrido no final de novembro de 1935, e o levante integralista de maio de 1938. Os dois movimentos foram classificados pejorativamente com o termo *intentona* por parte de Vargas e outras autoridades governamentais, com o objetivo de desqualificá-los, sendo tal denominação utilizada e reproduzida por parte da imprensa e mesmo da historiografia. Por isso, o uso do termo no título do capítulo, sem, no entanto, concordar com seu conteúdo e os objetivos políticos de sua elaboração, o que levou a sua citação aqui entre aspas.

Segundo Motta (2002), a utilização dessa expressão “decorreu das necessidades estratégicas da luta anticomunista, na medida em que se tratava de desqualificar a tentativa revolucionária de 1935”, considerando que “*intentona* significa intento louco, motim insensato e é exatamente esta a ideia que se pretende associar ao evento”⁴⁷⁸.

5.1 – O contexto pré “intentona” no *Correio da Noroeste*.

Começando a análise pelo mês de novembro de 1935, é importante frisar, em primeiro lugar, que antes da eclosão do movimento comunista, as representações sobre esse grupo não estavam sendo tão frequentes e nem ganhando tanto destaque nas páginas do *Correio da Noroeste* desde o mês de agosto do mesmo ano, quando, após o fechamento da ANL e a repressão a seus membros em julho, as representações anticomunistas diminuíram. Dessa forma, entre os dias 1º e 24 de novembro, portanto antes da eclosão da revolta na qual tomaram parte, os comunistas foram citados apenas cinco vezes naquele jornal, sendo todas por meio de notícias. Já os integralistas foram citados 17 vezes, também sempre por meio do noticiário, no geral de uma forma positiva, mas também sendo apresentadas críticas à AIB. Como mostrado no fim do último capítulo, as disputas e os confrontos entre integralistas e antifascistas não haviam acabado, e além do caso ocorrido no Espírito Santo, outros exemplos de conflitos e tensões entre esses grupos foram mencionados nas páginas do *Correio da Noroeste*.

Em uma notícia publicada na primeira página da edição de 3 de novembro, há um exemplo interessante de um possível conflito por conta dessa relação tensa, mas que, ao longo do texto, ao invés de relatar mais um caso de violência, pela forma como o jornal retratava, transformava-se em uma situação utilizada pelo Integralismo para propagandar suas

⁴⁷⁸ MOTTA, 2002, *op. cit.*, p. 76.

plataformas. A notícia divulgava que em discurso realizado para estudantes a respeito da doutrina integralista, Plínio Salgado teria sido interpelado várias vezes por estudantes comunistas, o que mostrava a prática da intervenção e da tentativa de interrupção de atividades de um dos grupos aos seus opositores, tática utilizada por ambos os lados. O texto informa que, em parte de suas respostas, o líder integralista teria afirmado que tinha por esses estudantes “tanta admiração quanto votava ao desprezo a burguesia indiferente aos sofrimentos de um povo”⁴⁷⁹, ressaltando assim o caráter antiliberal da doutrina integralista, o que seria uma característica comum entre a AIB e os comunistas, ao menos no plano das ideias e guardadas as devidas proporções. Tal manobra discursiva utilizada por Salgado provavelmente era uma tentativa de atrair esses estudantes comunistas e outros para as fileiras da AIB, e a divulgação do fato em jornais uma maneira de se aproveitar da situação para a realização de sua propaganda.

Mas fora esse caso, todas as outras referências que envolvem comunistas e integralistas juntos dão mostras da disputa ferrenha entre esses grupos em diversos espaços. Por exemplo, no dia 7 de novembro, uma breve notícia na primeira página trata sobre um caso ocorrido na Bahia, em que os empregados de hotéis de Salvador teriam se recusado a atender hóspedes integralistas, chegando inclusive a deixar seus empregos. A situação teria sido revertida pelos hoteleiros com a condição de que não iriam mais hospedar integralistas em seus estabelecimentos⁴⁸⁰. Porém, a insatisfação com a presença dos camisas-verdes não se limitou a essa categoria, pois dois dias depois, o jornal informava que, de acordo com telegrama enviado da Bahia, o Sindicato Operário desse estado teria declarado que haveria uma greve geral se o chefe nacional da AIB visitasse Salvador, como estava previsto⁴⁸¹, o que mostrava como ainda havia uma resistência organizada considerável de setores significativos da classe trabalhadora aos integralistas, mesmo com a repressão estatal contra a ANL e o PCB.

Na mesma página e edição, uma notícia aborda um caso ocorrido no Rio de Janeiro, em que, após a fundação do núcleo integralista de Copacabana, e com a presença de Plínio Salgado, os camisas-verdes fizeram uma passeata pelas ruas, ocorrendo um incidente após o atropelamento de um deles por um automóvel. Eles teriam reagido dando tiros em direção a esse automóvel, sendo que a “ordem” só foi restabelecida com a intervenção policial⁴⁸². O texto não apresenta os integralistas como pacíficos, porém dá destaque para a imagem de que teriam sido atacados primeiro, embora não precise quem seriam os autores. Também na então

⁴⁷⁹ *Correio da Noroeste*, 03/11/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁸⁰ *Correio da Noroeste*, 07/11/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁸¹ *Correio da Noroeste*, 09/11/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁸² *Ibid.*

capital federal, uma notícia destacada na primeira página do dia 12 de novembro informa que uma sede da AIB, naquela cidade, havia sido atacada a tiros, mas que não houve vítimas. Como resultado preliminar das investigações, a polícia teria efetuado quatro prisões, porém seus nomes ou origem não são informados⁴⁸³. Neste caso, os integralistas são colocados no claro papel de vítimas daqueles que lhes faziam oposição, mesmo que sem maiores provas.

Como resultado desses eventos relatados e com o objetivo de apontar o suposto pacifismo dos camisas-verdes, uma pequena nota publicada uma semana depois no *Correio da Noroeste* mostrava a declaração de um importante representante da AIB, afirmando que temporariamente os integralistas não usariam mais suas camisas-verdes e nem o emblema do sigma em suas manifestações para evitar conflitos de rua⁴⁸⁴. A partir disso, se ocorresse um novo conflito ou ataque, seria mais fácil culpar os “comunistas”. Esse foi o caso de um ataque contra o núcleo bauruense da AIB, noticiado na mesma página e edição, ocupando um grande espaço da parte inferior daquele espaço.

No dia 17 do mesmo mês, a sede local desse movimento amanheceu pichada, atraindo tanto a curiosidade da população quanto a preocupação dos camisas-verdes bauruenses; no entanto, o texto não informa qual seria o teor da pichação ou o que estaria escrito. Em comunicado redigido pelos membros desse núcleo e divulgado como parte da notícia, os integralistas afirmavam que o “ato de inqualificável covardia” teria sido realizado por seus “inimigos bem conhecidos”, ou seja, os “comunistas locais”, que por meio dessa ação, revelariam seus “instintos destruidores”. Dirigindo-se ao delegado regional de polícia, os camisas-verdes locais solicitavam que as “providências necessárias” fossem tomadas e afirmavam estar “à disposição dessa regional no sentido de combater os inimigos da pátria, os perturbadores da ordem pública e os ameaçadores da segurança da família brasileira”. Ainda segundo o *Correio da Noroeste*, o núcleo local da AIB teria recebido “as mais inequívocas demonstrações de solidariedade e de repulsa ao ato vandálico, e elas bem demonstram os sentimentos da família bauruense”. Ou seja, primeiro os “comunistas” locais são acusados pela ação, como parte de seu suposto “instinto destrutivo”, e por último tenta-se passar a imagem de que os integralistas, ao estarem supostamente dispostos a defender a “família brasileira” contra aqueles que, na sua visão, eram uma ameaça a sua segurança, receberiam a solidariedade e o apoio da “família bauruense”⁴⁸⁵. Existe uma acusação sem apresentação de provas, num clima de rumor e suposto senso comum.

⁴⁸³ *Correio da Noroeste*, 12/11/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁸⁴ *Correio da Noroeste*, 19/11/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁸⁵ *Ibid.*

Ainda a respeito das disputas entre integralistas e “comunistas” no interior de São Paulo, um texto da primeira página da edição de 9 de novembro busca rebater a acusação feita pelo jornal paulistano *A Platéia* contra o *Correio da Sorocabana*, que pertencia à mesma empresa que o *Correio da Noroeste*, de que a redação do jornal sediado em Botucatu seria local de reuniões frequentes de integralistas. O periódico paulistano foi chamado de “jornal comunista” em tom pejorativo, e em defesa do *Correio da Sorocabana* afirmava-se que a redação desse jornal nunca fora local de reunião de nenhuma “ideologia política”, sendo, porém, visitada por diferentes pessoas de diversos grupos para a divulgação de fatos que poderiam ser publicados, sendo que entre essas pessoas estariam “vermelhos” e “verdes”⁴⁸⁶. Curiosamente, os periódicos do grupo do *Correio da Noroeste* nunca divulgaram a visita de nenhum “vermelho” e nem foram acusados de recebê-los por nenhum integralista.

A resistência ao Integralismo era realizada também em outros espaços, talvez menos violentos que as ruas, como o Congresso, como pode ser visto por meio de notícias nas edições do dia 12 e 17 de novembro. No primeiro caso, a notícia divulga que 17 deputados federais, tanto do bloco da minoria como da maioria, reunidos em um grupo autodenominado “pró-liberdade”, haviam assinado um manifesto contra o Integralismo que seria lido no plenário⁴⁸⁷. Esse caso mostra como poderia existir uma oposição aos integralistas além da esquerda, unindo figuras de oposição e que apoiavam o governo Vargas. Segundo notícia publicada na primeira página da edição de 17 de novembro, um grupo de deputados da Câmara Federal propôs uma solicitação para que o governo fechasse a Ação Integralista Brasileira ou, então, que permitisse o funcionamento da Aliança Nacional Libertadora. Ao ser realizada a votação em plenário para decidir se o pedido seria feito ou não, a proposta foi derrotada por 108 votos contra 59⁴⁸⁸, mostrando que apesar da mobilização de alguns congressistas, a maior parte dos parlamentares ainda tinha uma visão seletiva ao defenderem o combate aos “extremismos”.

Também nos estados, havia discussões em torno do assunto, com alguns governos ou deputados estaduais defendendo limitações ou mesmo a proibição das atividades da AIB, ao menos em suas regiões. Em 16 de novembro, uma notícia de primeira página afirmava que, segundo informações vindas de Recife, o governo de Pernambuco cogitava proibir um

⁴⁸⁶ *Correio da Noroeste*, 09/11/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁸⁷ *Correio da Noroeste*, 12/11/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁸⁸ *Correio da Noroeste*, 17/11/1935, p.1. Arquivo MFRB.

congresso integralista que ocorreria naquela cidade entre os dias 22 e 24 do mesmo mês com a justificativa de evitar “perturbações da ordem” ⁴⁸⁹.

A edição de 20 novembro do periódico bauruense apresentava um exemplo interessante de crítica aos integralistas em uma instituição na qual estes e suas ideias foram, muitas vezes, bem recebidos. Uma breve notícia publicada na primeira página informava que o então arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker, havia publicado uma carta pastoral aos católicos condenando o Integralismo, pois defendia que “o Brasil jamais se sujeitará ao arbítrio de um chefe de Estado totalitário” ⁴⁹⁰. Por meio dessa notícia, é perceptível que, apesar da imensa maioria dos integralistas serem católicos e de alguns membros importantes dessa religião no Brasil terem apoiado a AIB, importantes figuras católicas o condenavam, mostrando que também havia resistência às ideologias fascistas em parte dessa comunidade.

Enquanto isso, os comunistas, além dos casos nos quais se envolveram em conflitos e tensões com os integralistas, apareceram poucas vezes nas páginas do *Correio da Noroeste* antes da revolta nos últimos dias do mês, mas eram sempre representados negativamente, inclusive como conspiradores e subversivos. Notícia de primeira página na edição do dia 9 reproduz informações do jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, segundo o qual havia sido descoberto um plano “extremista” naquela cidade e que teria início no dia 27 daquele mês, envolvendo civis e militares, principalmente praças e cabos. Dessa forma, a imprensa já antecipava a eclosão de um movimento articulado pelos comunistas, o que de fato aconteceria. Segundo a apuração do jornal carioca, o plano seria “tenebroso”, pois visava a “eliminar” os oficiais militares, as autoridades civis, além de um assalto à agência local do Banco do Brasil⁴⁹¹. O conteúdo do texto alimentava o imaginário anticomunista dos leitores, associando os comunistas a planos conspiratórios e violentos de “subversão” da ordem por meio de uma revolta que acabaria com as autoridades constituídas e a hierarquia militar, além de envolver um roubo.

No dia 15 de novembro, novamente, o jornal aborda planos de “agitação” dos comunistas. Uma notícia destacada na primeira página reproduz informações vindas de São Paulo e divulgadas pelo jornal *O Globo* a respeito da descoberta, pela polícia, de planos de um movimento de “caráter extremista” que estaria se articulando nos estados e que, por isso, a Delegacia de Ordem Social e a polícia já estariam em alerta. Os planos “vermelhos” teriam sido descobertos a partir da prisão de um assaltante que estaria portando documentos com

⁴⁸⁹ *Correio da Noroeste*, 16/11/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁹⁰ *Correio da Noroeste*, 20/11/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁹¹ *Correio da Noroeste*, 09/11/1935, p.1. Arquivo MFRB.

detalhes do movimento e que, aparentemente, todos os documentos referentes a esses planos do “núcleo extremista” estariam nas mãos da polícia⁴⁹². O texto, além de reforçar o imaginário anticomunista por meio da descoberta de conspirações, ainda associa os “extremistas” ao crime, principalmente contra a propriedade, ao afirmar que os planos desses militantes estariam com um assaltante, ligando suas ações à ideia de malignidade e violência. A veiculação, com certa frequência, de notícias como as duas últimas apresentadas servia para fomentar o medo da população em relação aos comunistas, antecipando o recrudescimento do anticomunismo a partir do fim daquele mês.

No dia 26 de novembro de 1935, foi publicada a primeira notícia sobre o levante comunista, destacando seu início no Rio Grande do Norte e em Pernambuco⁴⁹³ e entre este dia e 30 de novembro do mesmo mês, foram publicadas 13 notícias a respeito do movimento no *Correio da Noroeste*, sempre na primeira página e algumas vezes ocupando a maior parte do espaço da folha, formando a maioria das manchetes nas edições desse período, o que demonstra um grande aumento do espaço dedicado às representações daquele grupo.

Entre as primeiras notícias que devem ser destacadas, estão a solicitação de Getúlio Vargas para a aprovação do estado de sítio em todo o território nacional no Congresso, que foi apoiada por grande parte dos deputados, tanto do bloco da maioria como do bloco da minoria, incluindo alguns daqueles que haviam sido contrários ao fechamento da ANL, embora alguns parlamentares desse último grupo defendessem que o Estado de Sítio deveria ser restrito aos estados em que o movimento “subversivo” estivesse ocorrendo. No final, porém, foi aprovado o Estado de Sítio em todo o país. Além da discussão sobre o Estado de Sítio, foi noticiado o sobreaviso das forças policiais em todo o país e das forças do Exército. Medidas como prisões preventivas de suspeitos, aumento do policiamento em regiões próximas de edifícios públicos e apreensão de jornais haviam sido realizadas no “sentido de evitar qualquer perturbação da ordem” e foi destacado que a situação em São Paulo, tanto na capital como no interior, era tranquila, assim como no Rio de Janeiro. Apesar de a última notícia passar uma impressão de certa tranquilidade aos leitores, as informações sobre o estado do movimento ainda eram contraditórias⁴⁹⁴.

Na edição seguinte, o noticiário sobre o levante novamente é manchete e ocupa boa parte da primeira página. No entanto, apesar da grande quantidade de informações, a notícia que mais chama a atenção é a repercussão sobre essas “agitações” na imprensa da Europa.

⁴⁹² *Correio da Noroeste*, 15/11/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁹³ *Correio da Noroeste*, 26/11/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁹⁴ *Ibid.*

Reproduzindo o que foi publicado em jornais de Berlim, o *Correio da Noroeste* mostrava que esses periódicos aproveitaram a ocasião para atacar “a Rússia e Luís Carlos Prestes”, acusando este e seus companheiros de serem “agentes de Moscou” que estariam realizando um “plano decidido pelo último congresso soviético, objetivando levar avante uma obra subterrânea de subversão em todos os países americanos” ⁴⁹⁵.

Assim, o jornal bauruense reproduz o conteúdo anticomunista de um periódico da Alemanha nazista para acusar os comunistas pelos levantes como parte de uma conspiração comunista mundial orquestrada pela União Soviética. Embora saibamos que havia um fundo de verdade na acusação de uma participação da Internacional Comunista nos levantes de novembro de 1935 no Brasil, o sensacionalismo e a ideia de uma grande conspiração “subversiva” e traiçoeira, feita de forma baixa, reforçada pelo uso do termo “obra subterrânea”, reforça para os leitores do jornal a imagem negativa sobre o comunismo por meio das ideias de perigo, maledicência e conspiração associadas aos comunistas. Além disso, considero grave que houvesse a reprodução de opiniões de um jornal nazista.

Na edição de 28 de novembro, a manchete noticiava o início do levante entre as forças militares do Rio de Janeiro, mas destacando como a maioria dos militares não havia aderido ao movimento e combatia os rebeldes, que já estariam quase sendo dominados. Segundo o periódico, a Chefatura de polícia e o Ministério do Trabalho já teriam recebido manifestações de solidariedade ao governo de diversos sindicatos e centros operários, em uma tentativa de, ao mesmo tempo, insuflar o apoio ao governo e diminuir uma possível influência do levante sobre os sindicatos e associações de trabalhadores. São noticiadas também as situações dos revoltosos de Natal e Recife, sendo que na primeira cidade as tropas amotinadas teriam, em parte, se rendido e outra parte fugido da cidade, e que em Pernambuco o movimento estaria extinto e os líderes presos. Chama a atenção uma breve notícia de que em Garça, cidade não tão distante de Bauru, a polícia havia encontrado uma bandeira vermelha, em área próxima ao centro da cidade e na qual estava escrito “Viva Luiz Carlos Prestes e abaixo o Integralismo” ⁴⁹⁶, mostrando que os comunistas estavam ativos no interior paulista, o que, na visão do jornal, poderia representar um perigo.

Na edição de 29 de novembro, após o fracasso do levante comunista no Rio de Janeiro, o jornal apresenta diversas notícias sobre a situação imediatamente posterior ao fim desse movimento, sendo que quase toda a primeira página é ocupada por textos sobre o assunto. Uma das notas publicadas que mais chama a atenção, presente no topo da primeira página, é a

⁴⁹⁵ *Correio da Noroeste*, 27/11/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁹⁶ *Correio da Noroeste*, 28/11/1935, p.1. Arquivo MFRB.

informação de que o chefe da AIB, Plínio Salgado, teria oferecido ao governo federal o auxílio de cem mil militantes integralistas para o “combate aos rebeldes”⁴⁹⁷. O texto ressalta que Vargas, em resposta, agradeceu pela oferta, interpretando-a como um “confortador testemunho da vitalidade cívica da Nação”. Assim, a notícia apresenta a proximidade dos integralistas com Vargas, representando-os como aliados na manutenção da ordem, mas é preciso destacar como a AIB ainda enfrentava a resistência de alguns governos estaduais, além de outros políticos e figuras de destaque. Resta saber qual será a repercussão do levante comunista, que acabara de fracassar, para o Integralismo nos dias e meses seguintes, se continuará sendo visto como um aliado no combate aos “subversivos”.

Também pode ser destacada uma notícia que aborda os detalhes da morte de um major que teria sido vítima dos revolucionários, e que pode dizer muito a respeito das representações construídas sobre os comunistas, pois ao mostrar que a vítima teria sido morta enquanto dormia, o texto acaba reforçando a construção da imagem desses militantes como traiçoeiros que agiam de forma covarde, pelas costas, a sangue-frio e sem dar qualquer possibilidade de defesa a suas vítimas, elemento comum no discurso anticomunista.

Finalmente, uma notícia mostraria a relação entre os revoltosos e Luís Carlos Prestes, pois Agildo Barata, um dos militares que liderou o movimento no Rio de Janeiro, teria apresentado um bilhete que o líder comunista lhe enviara, ordenando o início do levante na então capital federal no dia 27 daquele mês, tal como de fato ocorrera. Os números de mortos e feridos, assim como a realização dos funerais dos militares mortos como vítimas do levante, foram explorados de forma a causar comoção no público leitor, tendo simpatia com as vítimas e antipatia com os revolucionários, considerados como os únicos causadores da violência. Por último, nessa edição, uma breve nota informava que o presidente Getúlio Vargas enviaria ao Congresso um projeto para que todos os funcionários públicos e militares que confessassem ou divulgassem ideias comunistas fossem demitidos⁴⁹⁸. Tal ideia já fora defendida nas páginas do jornal e seria defendida novamente no mês seguinte⁴⁹⁹, e estava ligada ao argumento de segurança nacional e das instituições, que, na visão dos anticomunistas, não poderiam ser maculadas pelos “vermelhos”.

As quatro notícias publicadas pelo *Correio da Noroeste* na primeira página da última edição de novembro de 1935 tinham o objetivo de apontar a violência que seria atribuída aos comunistas no levante ocorrido poucos dias antes. Nesse sentido, as notícias da primeira

⁴⁹⁷ *Correio da Noroeste*, 29/11/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁴⁹⁸ *Ibid.*

⁴⁹⁹ ARAÚJO, G. O dever do funcionário. *Correio da Noroeste*, 10/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

página traziam títulos que remetiam ao número de vítimas e de revolucionários mortos em combate durante o movimento, como em “houve mais de 100 mortos em Recife”, ou à quantidade de armas apreendidas em posse dos revoltosos, como no título “4000 fuzis, metralhadoras e granadas e 1000000 de tiros”⁵⁰⁰. O jornal buscava apresentar o potencial de destruição dos participantes do levante, promovendo o medo dos leitores em relação aos comunistas, seja pelo grande número de mortos e feridos por causa de suas ações durante o movimento, seja pela grande quantidade de armas roubadas por eles e que poderiam levar a um número ainda maior de vítimas.

Não diretamente ligadas aos comunistas e a seu movimento, mas ainda assim relacionadas aos eventos ocorridos e como consequência deles, aparecem duas notícias, uma sobre a censura prévia contra os jornais, que fora instituída a partir da decretação do estado de sítio, a vigorar inicialmente por 30 dias, e outra a respeito do controle policial sobre a movimentação das pessoas entre as cidades. Em relação à censura, de acordo com o delegado regional de polícia em Bauru, os periódicos locais seriam censurados, sendo impedida qualquer publicação de “material prejudicial à ordem pública ou ofensiva às autoridades constituídas”⁵⁰¹; portanto, todos os jornais, incluindo o *Correio da Noroeste*, estariam sob censura.

Este era um exemplo de como, a partir de então, surgiriam cada vez mais medidas políticas visando ao controle social e político no Brasil nos anos seguintes, enfraquecendo e acabando com os possíveis vestígios de constitucionalidade e de liberdades democráticas que ainda poderiam existir, até o país tornar-se uma ditadura de fato, com o estabelecimento do Estado Novo, cerca de dois anos depois.

5.2 – As repercussões do levante comunista no *Correio da Noroeste*.

A partir da análise desse jornal, nota-se que em dezembro de 1935, no contexto imediatamente posterior à revolta comunista, houve um grande salto no número de citações dos comunistas em suas páginas, principalmente em editoriais e artigos de opinião, mas também em notícias, embora com menor peso, totalizando 57 menções em todas as 24 edições desse mês. Dessas, 47 foram publicadas na primeira quinzena do mês, revelando uma gradual diminuição do discurso anticomunista desse veículo de comunicação posteriormente. De fato, esse tipo de discurso e suas representações na imprensa oscilariam em períodos de maior ou menor presença e intensidade no Brasil ao longo dos anos seguintes.

⁵⁰⁰ *Correio da Noroeste*, 30/11/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁰¹ *Ibid.*

Diferentemente de outubro de 1934, em que o crescimento das referências aos comunistas também foi acompanhado de uma presença significativa das menções aos integralistas, em dezembro de 1935, os camisas verdes só foram lembrados duas vezes, sendo sempre em artigos de opinião em que aparecem contrapostos aos comunistas, enquanto um exemplo positivo. Portanto, não há uma propaganda sistemática do Integralismo aproveitando-se do momento de crescimento do anticomunismo no conteúdo do periódico.

Uma exceção encontrada foi uma entrevista de Plínio Salgado comentando os movimentos comunistas ocorridos em Natal e Recife, publicada na segunda página da edição de 5 de dezembro, e que originalmente havia sido reproduzida em *O Globo*. Em primeiro lugar, o líder integralista criticava a decisão da Câmara federal, poucos dias antes dos acontecimentos, de aprovar uma solicitação ao presidente para que este fechasse a AIB, afirmando que muitos deputados haviam sido cooptados pelos “comunistas da Câmara”, que teriam recebido “ordem de Moscou de criar uma situação de desconfiança para o Integralismo”, que seria a “única força que Moscou sabe que não sofrerá, em absoluto, infiltração soviética”. Depois, participando de um congresso integralista em Pernambuco, Salgado afirmava que, ao tomar conhecimento do início do levante em Natal e depois em Recife, ofereceu ao governo pernambucano cerca de dez mil camisas-verdes que, segundo ele, poderiam ser mobilizados para auxiliar no combate aos comunistas, oferta que teria sido recusada pelas autoridades. Salgado defendia que, “impedido inclusive pelo clima de desconfiança que se instalara em relação ao Integralismo por conta da votação na Câmara”, só podia manter seus homens em alerta e mobilizados para caso fosse necessário ir às ruas marchar contra os comunistas. Como vimos anteriormente, o chefe da AIB teria oferecido a Vargas cem mil integralistas mobilizados para auxiliar o governo federal a “defender o Brasil contra a Rússia”, tendo a oferta sido recusada, porém elogiada, o que, em sua visão, significava “o patriotismo dos camisas-verdes”. Segundo Salgado, mesmo sem a utilização do auxílio direto desses militantes por parte das autoridades militares e civis, “a cooperação dos integralistas foi enorme na sustentação da ordem”⁵⁰², porém ele não especifica que cooperação teria sido essa de fato, já que a oferta fora recusada.

Através dessa entrevista, vemos como, na visão de Salgado, os integralistas buscaram primeiro condenar os “comunistas” e seus supostos planos para o Brasil, assim como as “manobras” realizadas por eles para impedir a ação dos camisas-verdes, que seriam os únicos totalmente livres da “influência soviética”. Buscando aproximar-se de Vargas e de outras

⁵⁰² Os movimentos de Natal e de Recife – Como se referiu a eles o Sr. Plínio Salgado. *Correio da Noroeste*, 05/12/1935, p.2. Arquivo MFRB.

autoridades ao oferecer ajuda no combate aos comunistas, além de tentarem construir a imagem de que seriam a grande “força política” capaz de derrotar o Comunismo, os integralistas queriam legitimar seu movimento e afastar qualquer possibilidade de ameaça e repressão contra a AIB por parte das polícias e outros órgãos de segurança, assunto que pairava na discussão pública até às vésperas da revolta de novembro. Dessa forma, o líder integralista tentou se aproveitar dos eventos ocorridos e da derrota comunista para se distanciar da imagem de que seu movimento seria uma possível ameaça à ordem, assim como para fazer a propaganda deste ao colocá-lo como próximo do governo em uma fase em que este recebia mais apoio e ao explorar o crescente anticomunismo presente na sociedade brasileira. No entanto, ao menos pela análise desse jornal bauruense, seu intuito não pareceu ser tão bem sucedido, considerando que a AIB praticamente some de suas páginas.

Segundo Motta (2002), os acontecimentos de novembro de 1935 passaram a ter “uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que forneceram argumentos para solidificar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo”, sendo tratado como “exemplo de concretização das características maléficas atribuídas aos comunistas”⁵⁰³. Por isso, a seguir, veremos os principais argumentos reproduzidos em parte da imprensa bauruense a respeito desse momento da história política brasileira, e especialmente sobre os comunistas, apresentando e analisando quais eram as representações subjacentes a eles.

Ao longo do mês, o periódico alternou dias em que as referências aos comunistas estavam mais presentes em notícias e dias quando se dedicava mais ao tema nos editoriais e artigos de opinião. Sobre o tema da repressão governamental contra os comunistas, como forma de defesa e justificativa para essas medidas, o *Correio da Noroeste* publicou uma notícia referente à proposta de alguns deputados federais para que o presidente da república pudesse baixar decretos-leis “em defesa da ordem pública, pelo prazo de três meses, unicamente para reprimir os surtos extremistas”, possibilitando que o presidente da República suspendesse os “preceitos constitucionais que estivessem em desacordo com os decretos-leis expedidos”. A justificativa para tal proposta, segundo os deputados, seria que “o Brasil atravessa a fase mais difícil da sua existência, e que o estado de sítio é a única medida capaz de exterminar o flagelo comunista”. Ainda na visão desses parlamentares, “a ordem política, social e econômica do Brasil se encontra em face de um dilema cruel: ou reage violentamente para se

⁵⁰³ MOTTA, 2002, *op.cit.* p. 76.

manter, ou desaparece vítima de sua fraqueza”⁵⁰⁴. Ao apresentar o teor do projeto de forma completamente acrítica e ainda destacar a justificativa da proposta dos deputados, o jornal parece legitimar o anticomunismo e o autoritarismo presentes nos discursos e na medida defendida na Câmara.

Ainda no mesmo sentido, duas notícias da edição de 3 de dezembro apontavam a intenção do governo federal de punir o mais rápido possível todos aqueles que estivessem envolvidos na revolta, e a apreensão de livros e de materiais de propaganda “extremistas” em algumas cidades do país⁵⁰⁵. Algumas notícias apontavam que muitas autoridades militares, como o então Ministro da Guerra, João Gomes Ribeiro Filho, criticavam as limitações da Constituição de 1934 para punir os aliancistas, e por isso propunham a aprovação do estado de guerra no país ao invés do estado de sítio, pois na visão de alguns generais, “sendo o comunismo uma doutrina estrangeira, a sua invasão no Brasil seria comparada à invasão de forças estrangeiras armadas”. Tal proposta tinha o objetivo de intensificar a repressão e facilitar as ações da Justiça em caso de novas “sublevações extremistas”⁵⁰⁶. Não eram só aqueles militares que estavam ocupando cargos altos que defendiam medidas como essa, pois uma notícia da edição de 11 de dezembro mostrava uma declaração de Góes Monteiro, antigo Ministro da Guerra, em que este defendia que “o vírus extremista precisa ser exterminado” e que para isso, seria necessário “aparelhar o governo com leis fortes e enérgicas, assegurando-lhe o êxito na sua ação contra os inimigos internos”⁵⁰⁷. Esse argumento pensa nas leis em função do Estado e não da Sociedade, e evidencia como a ditadura explícita do Estado Novo foi gerada paulatinamente e a partir de múltiplas vozes, sem se restringir ao presidente da república e a seus ministros.

Por meio dessas notícias e em conjunto com outras em diversas edições, assim como com os editoriais e artigos de opinião, o jornal buscava reforçar a ideia de que o Comunismo seria uma ideologia estranha à realidade brasileira e, em última instância, oposta ao próprio país, à nacionalidade, seria antipatriótica e representaria um perigo. Tais representações aparecem de forma binária e como pares opostos, com o país, a “pátria”, retratada positivamente e o comunismo negativamente, sendo possível, na visão dos representantes do periódico, escolher somente um dos “lados”. A seguir, apresentarei alguns editoriais e artigos de opinião que reproduzem esses argumentos.

⁵⁰⁴ *Correio da Noroeste*, 01/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁰⁵ *Correio da Noroeste*, 03/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁰⁶ *Correio da Noroeste*, 06/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁰⁷ *Correio da Noroeste*, 11/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

Por exemplo, um artigo de opinião assinado por Gomes de Araújo que apresenta uma série de elementos do discurso anticomunista e no qual, logo de início, ele defende as atitudes de Vargas diante das ações dos rebeldes, “orientando pessoalmente o combate às hordas bárbaras dos asiáticos tropicais”. Aqui, novamente, aparece o recurso à associação do comunismo com a ideia de exotismo, de ser uma ideologia “asiática” enquanto outras que o combatiam, como o fascismo e o liberalismo, representariam a “civilização” ou o “Ocidente”. Ainda com a mesma lógica, o autor afirma que “o apoio que o povo brasileiro deu ao poder constituído, para reprimir o golpe cesariano de um grupo de inconscientes, vale como lição de forte brasilidade” e que o movimento comunista seria “radicalmente contrário à índole americana”. Araújo ainda defendia que não deveria haver divisões entre os “brasileiros cômicos de suas responsabilidades e de seus sentimentos patrióticos”, que na sua visão eram somente aqueles contrários ao comunismo, para combater essa ideologia. Por isso, exalta a relação de “solidariedade de ação” entre Getúlio Vargas e Plínio Salgado, que tinham trocado telegramas para unir esforços diante de uma possível “nova tentativa bolchevista”⁵⁰⁸. Esse artigo é um dos exemplos de como, naquele momento, os integralistas eram representados pelo jornal como auxiliares na manutenção da ordem e na luta anticomunista.

Em outro de seus artigos, intitulado “Inimigos da Pátria”, Gomes de Araújo apresenta um discurso nacionalista chauvinista contra o Comunismo e outras ideologias de esquerda como o Socialismo e o Anarquismo. O autor afirmava que havia “chegado o momento de se definirem todos os brasileiros”, tomando posição “diante das fundas e justificadas apreensões que lancetam, nesta encruzilhada de fogo e de sangue, a alma do nosso povo”. Araújo defende que parte da imprensa intoxicava “a consciência do trabalhador nacional com doses homeopáticas de um socialismo muito vizinho ao anarquismo” e que parte dos parlamentares, especialmente do bloco da minoria, ao se oporem a algumas medidas de ampliação do poder executivo que permitiriam uma maior repressão aos “extremistas”, seriam “inimigos da pátria”, incluindo-se aí “todos que se mostrarem dúbios, covardes, mudos pela coação silenciosa de um pavor doentio”. O autor afirmava que “quem não for pelo Brasil será forçosamente contra o Brasil”, sendo este o lema de “todos os corações verdadeiramente brasileiros”, e aqueles que realizassem a defesa de “elementos confessadamente criminosos de lesa-nacionalidade” seriam “advogados do diabo” e desconhecedores do “sentimento de brasilidade”⁵⁰⁹.

Os editoriais escritos por José Fernandes também apresentavam essa lógica, embora com argumentos e visões um pouco diferentes. Com o título “solução brasileira dos problemas

⁵⁰⁸ARAÚJO, G. *Defendendo o Brasil*. *Correio da Noroeste*, 03/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁰⁹ARAÚJO, G. *Inimigos da Pátria*. *Correio da Noroeste*, 06/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

brasileiros”, o jornalista apontava que o comunismo não se estabeleceria no Brasil, apesar de existirem “grupos que sonhem com o imperialismo russo”, porque aqui não seria seu “habitat” e fora dele já estaria supostamente provada que essa ideologia era “completamente inviável”. Então, ao longo do texto, Fernandes desenvolve argumentos que supostamente apontariam como a realidade do país não seria igual à dos lugares onde o “surto comunista” conquista a “consciência das multidões”, que passam por “privações” e “fome”, e por isso os “problemas sociais brasileiros” só seriam resolvidos por meio de “soluções brasileiras”. Assim, em sua visão, não seria a “farmacopeia asiática, as raízes eslavas e as poções stalinianas”, representadas pelo comunismo, que “remediariam” o Brasil⁵¹⁰. Aqui, aparece claramente a concepção orgânica da sociedade, na qual os problemas sociais, econômicos e políticos são vistos como doenças ou anormalidades do corpo, que representaria o país ou a sociedade, sendo as diferentes formas de ideologias e visões políticas os possíveis remédios para essas “doenças”, com algumas sendo consideradas mais adequadas do que outras.

Em artigo de opinião intitulado “Soluções Brasileiras”, Gomes de Araújo retoma os argumentos já explorados por Fernandes nos editoriais mencionados acima. Araújo afirmava que a “terapêutica aconselhada para os males de que padecemos” deveria ser retirada dos ensinamentos e virtudes raciais tiradas de nossa “acidentada formação histórica” e levando em conta o presente, porém, ele não aponta quais seriam essas soluções. Além disso, dá exemplos de países que teriam se livrado do “perigo” comunista ao agir de forma enérgica, sem covardia, e segundo suas próprias tradições, citando a Itália de Mussolini e a Alemanha nazista, o que revela sua clara simpatia pelos fascismos, e afirmando que o Brasil estava no caminho errado, pois o “republicanismo liberal” não seria eficiente no combate ao “comunismo materialista” e que por isso seria necessário “retificar o curso de nossa existência como nacionalidade”. Assim, o autor critica a atuação de parte do poder Legislativo, especialmente a minoria, por não apoiar algumas medidas repressivas defendidas e tomadas por Vargas, em um momento em que, na sua visão, “o Brasil exige sacrifícios de seus filhos”. Por último, Araújo também criticava o papel que estava sendo cumprido pela Constituição de 1934, que era “frágil” para “proteger” o país e que, portanto, era necessário reformá-la o quanto antes, sendo essa a mais urgente das “soluções brasileiras”⁵¹¹.

Para ampliar o medo dos leitores em relação ao Comunismo a partir da ideia de que essa ideologia representava uma ameaça externa, na edição de 5 de dezembro, há uma notícia de

⁵¹⁰ FERNANDES, J. *A solução brasileira dos problemas brasileiros*. *Correio da Noroeste*, 06/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁵¹¹ ARAÚJO, G. *Soluções brasileiras*. *Correio da Noroeste*, 06/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

que um suposto agente russo da III Internacional havia sido preso pela polícia em Santos e levado para o Rio de Janeiro. Segundo as primeiras informações apuradas pelo jornal, a função designada para ele pelo órgão comunista internacional seria a de “fiscalizar os atos do governo que deveria ser instalado no Brasil”. Porém, em um determinado ponto do texto, informa-se que a própria polícia havia desmentido essa informação, afirmando que se tratava apenas de um falsificador de documentos⁵¹².

Apesar de a própria polícia ter desmentido a indicação de que o preso era um “agente russo”, no editorial dessa edição, José Fernandes espalha a desinformação e, baseado nela, critica os supostos “planos comunistas” da União Soviética para o Brasil, levados a cabo por esse representante “russo judeu”, de implantar a “República Soviética do Brasil” junto com Luís Carlos Prestes⁵¹³. Aí, vemos, além de um discurso anticomunista recheado de termos como “credo moscovita”, associando a ideologia dos comunistas com a irracionalidade, também a crítica de um suposto “imperialismo soviético” que seria aceito de bom grado pelos comunistas brasileiros para a “ex-futura filial indígena” bolchevista no país. Por último, identifica-se o antissemitismo presente em vertentes do anticomunismo, como aquela mais associada ao cristianismo, especialmente o catolicismo.

Em artigo de opinião, Gomes de Araújo critica a posição da minoria no Congresso de defender a Constituição implantada no ano anterior ao invés de apoiar o projeto de ampliação do Poder Executivo. Em sua visão, a violência só seria combatida com violência, e o “constitucionalismo decadente” não seria a solução; por isso, tomava inclusive o exemplo do nazismo no combate ao comunismo, fazendo uma referência a Hitler, que teria dito que, no combate a essa ideologia, seria necessário “usar as armas empregadas pelos sicários do terror”. Para Araújo, o Brasil seria o segundo alvo do “internacionalismo judaico de Moscou” e estaria em situação semelhante à da Alemanha pré-nazismo, que só fora salva pelo “social-nacionalismo daquele humilde pintor”, em referência a Hitler, pois a “cultura alemã” teria compreendido que “o momento era grave”. Assim, para o autor, o brasileiro deveria estar consciente da “gravidade” do momento que vivia e apoiar as “medidas excepcionais” que teriam o objetivo de “preservar a sociedade brasileira do vírus comunista”, cumprindo com o seu “dever de patriota” para “não prejudicar a eficiência do poder constituído na repressão integral ao credo tártaro”⁵¹⁴.

⁵¹² *Correio da Noroeste*, 05/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁵¹³ FERNANDES, J. A pequena diferença. *Correio da Noroeste*, 05/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁵¹⁴ ARAÚJO, G. Plenos poderes. *Correio da Noroeste*, 05/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

Nesse artigo, assim como no editorial de Fernandes do mesmo dia, há uma visão de que a URSS estaria interferindo no Brasil por meio da revolta ocorrida no mês anterior, atribuindo um caráter internacionalista e “judeu” à ideologia comunista, expondo o antissemitismo presente nos dois textos. Além disso, ambos citam o comunismo enquanto um “credo”, o que pode ser uma representação dessa ideologia enquanto um fanatismo, algo que escaparia da racionalidade da política para chegar ao campo da irracionalidade. A diferença principal entre os dois é o posicionamento mais fascista de Araújo por, além de defender medidas mais repressivas, considerar as providências tomadas pelos nazistas na Alemanha como exemplo a ser seguido, as quais, em sua visão, teriam obtido sucesso na “luta contra a bolchevisação”.

Como mostra dessas pequenas, porém significativas, diferenças entre as ideias expressas pelo diretor do jornal, José Fernandes, e o colunista Gomes de Araújo, apresentarei e analisarei o editorial da edição de 11 de dezembro, mostrando que, apesar de apoiar medidas autoritárias, ao menos nesse momento, Fernandes não considerava, ou ao menos não declarava apoio às ditaduras e ideias fascistas. Nesse texto, o diretor do *Correio da Noroeste* afirmava que o Brasil “pôs-se de guarda contra o extremismo no momento em que verificou que os comunistas não eram tão utópicos entre nós como em geral se acreditava”, mas que, na verdade, “revelavam uma surpreendente capacidade de ação destruidora”. Fernandes também defendia que a polícia, “apesar da hostilidade da opinião pública”, conseguiu localizar “células comunistas” em toda parte, porém, indagava-se sobre como, em um país “contrário aos princípios soviéticos”, os comunistas teriam arregimentado tantas pessoas. Ele encontra a explicação como sendo o resultado da exploração de uma suposta “credulidade” dos brasileiros em promessas que lhes são feitas, ou seja, por meio de obra de manipulação feita pelos comunistas sobre a “ingenuidade” da população⁵¹⁵.

Dessa forma, reforçava-se a imagem negativa dos comunistas enquanto aproveitadores, manipuladores que enganavam a população para buscar seus objetivos. Para Fernandes, havia duas medidas para combater tais ideias e ações, seja por meio da divulgação da “verdade” sobre essa ideologia e da não realização de promessas que não podem ser cumpridas pelos homens públicos, mas também que, além de manter as medidas repressivas, essas figuras de poder realizassem reformas ou mudanças a partir de estudos das necessidades e deficiências do país⁵¹⁶.

Alguns dias após o fim do levante comunista surgiram notícias e artigos de opinião a respeito do papel de Luís Carlos Prestes nesse movimento, definindo-o enquanto líder da

⁵¹⁵ FERNANDES, J. As brechas que é preciso fechar. *Correio da Noroeste*, 11/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁵¹⁶ *Ibid.*

“intentona”, e por isso buscavam atacar sua imagem. Motta (2002) afirma que sua adesão ao PCB significou um grande trunfo para esse partido no início da década de 1930, considerando o expressivo prestígio que ele havia obtido por sua participação nos levantes tenentistas e na liderança da coluna militar que, inclusive, levaria seu nome, transferindo assim parte desse prestígio para a agremiação comunista⁵¹⁷. Ainda de acordo com esse autor, “os anticomunistas, ao que parece, convenceram-se da eficácia do processo de construção do mito de Prestes, pois trataram de combatê-lo e esvaziá-lo”⁵¹⁸. É exatamente o que se vê em alguns editoriais e textos de opinião publicados no *Correio da Noroeste*.

Em seu editorial intitulado “O ídolo que fraqueja”, publicado em 3 de dezembro, Fernandes afirmava que não restariam dúvidas sobre a participação de Prestes e seu papel de liderança “nos acontecimentos da semana passada, marcadas com sangue de brasileiros, daquelas cores gritantes tão do feitio moscovita”, e assim, logo no início, o autor ressaltava a violência do movimento, atribuindo ao governo soviético ao menos uma parcela da culpa pelo que ocorrera. Em seguida, o diretor do jornal compara a atuação do então líder comunista na insurreição daquele ano com a atuação que ele tivera na revolta de 1924, afirmando que, diferentemente dos seus tempos de tenentista, em que teria agido com bravura e valentia, conquistando grande admiração, Luís Carlos Prestes agora não teria ficado à frente de seus “irmãos de credo” e que, portanto, suas atitudes não estariam “a altura do comandante da coluna Prestes”. Dessa forma, Fernandes buscava representar o então principal líder comunista no Brasil como um covarde, característica que, em sua visão, seria partilhada por todos os “camaradas” de Prestes que seguiam a mesma ideologia⁵¹⁹.

Em texto de opinião intitulado “O general andarilho”, Gomes de Araújo faz referência a Luís Carlos Prestes e seu histórico durante a coluna que liderou logo no título. Em seu conteúdo, afirmava ser uma verdade incontestável que o levante comunista de novembro havia sido “um golpe terrorista cuidadosamente engendrado pelo congresso do Komintern”, tendo Prestes recebido “instruções determinantes nesse congresso”, e que, portanto, realizou sua campanha comunista na América do Sul a mando do “imperialismo russo”. Por esses fatores, o autor defendia que Prestes, na verdade, era um estrangeiro em sua terra e não mais brasileiro, o “filho renegado da terra de Santa Cruz”. Na última parte, o autor argumenta que após o fracasso da insurreição, Prestes era criticado até pelos “próprios adeptos do credo vermelho” que estariam “maldizendo a loucura de seu gesto”, em referência ao movimento. Por fim,

⁵¹⁷ MOTTA, 2002, *op. cit.*, p. 84.

⁵¹⁸ MOTTA, 2002, *op. cit.*, p. 85.

⁵¹⁹ FERNANDES, J. O ídolo que fraqueja. *Correio da Noroeste*, 1º/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

Araújo questionava a imagem de um verdadeiro líder muitas vezes atribuída ao antigo tenentista, ao afirmar que este, ao invés de “levantar o ânimo dos combatentes rubros”, simplesmente “desapareceu do cenário sanguinolento”⁵²⁰, classificando-o assim como covarde.

Além das críticas à Prestes, vê-se através dos textos acima, e de outros citados anteriormente, referências negativas à União Soviética e à Internacional Comunista, que, ao menos na visão de Fernandes e Araújo, seriam os principais responsáveis por articular e financiar o movimento de novembro de 1935.

Por exemplo, em editorial de 7 de dezembro, José Fernandes afirmava que, diferentemente da “Rússia Soviética”, no Brasil, a “propaganda persuasiva das ideias pode chegar, pela perseverança, ao governo”, ressaltando, por exemplo, que aqui o direito de “greve pacífica” seria respeitado, enquanto no país socialista tal ação de reivindicação dos trabalhadores seria reprimida violentamente e rapidamente, com vários desses tendo sido “sacrificados à intolerância absoluta do Moloch moscovita”, o que é uma referência a uma figura demoníaca representada na Bíblia, mostrando a presença da matriz cristã no discurso anticomunista do jornalista⁵²¹. Neste ponto, é preciso lembrar o artigo de Kevin Murphy que aponta a existência de diversas greves nos primeiros dez anos da União Soviética, e que as medidas governamentais diante desses movimentos reivindicatórios foram variadas, com a repressão não sendo a principal delas⁵²². Voltando para a referência à figura bíblica citada, ela apareceria novamente em outro editorial, no qual se afirmava que “o Moloch moscovita” seria responsável pela morte de um milhão e setecentos e sessenta e uma mil pessoas entre os anos de 1917 e 1924⁵²³. Assim, acusando os bolcheviques de serem diabólicos, o jornalista bauruense utilizava-se novamente do imaginário cristão anticomunista para representar os militantes rejeitados como violentos e assassinos.

Outro exemplo de como o discurso anticomunista baseava-se também em críticas à União Soviética pode ser visto no editorial escrito por Fernandes e intitulado “o paraíso comunista”. Nele, o diretor do *Correio da Noroeste* reproduz trechos da publicação de um jornalista argentino sobre a situação da União Soviética a partir de suas impressões quando esteve naquele país, e baseando-se nesses trechos, faz sua análise a respeito das condições de vida e de trabalho dos operários soviéticos. Segundo os relatos do periodista argentino, os salários da maioria dos trabalhadores soviéticos seriam insuficientes para cobrir seus custos de vida,

⁵²⁰ ARAÚJO, G. O general-andarilho. *Correio da Noroeste*, 07/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁵²¹ FERNANDES, J. Água de Melissa. *Correio da Noroeste*, 07/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁵²² MURPHY, 2017, *op.cit.*

⁵²³ FERNANDES, J. Fora da rua da amargura russa. *Correio da Noroeste*, 13/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

levando muitos a correrem o risco de “morrer de fome ou de frio”. Ao final, Fernandes questiona se esse seria o “paraíso” que os comunistas e o “governo russo” prometiam aos operários brasileiros “através da procuração dada ao camarada Prestes” para realizar a insurreição de novembro⁵²⁴.

Assim, a crítica ao sistema soviético a partir da desconstrução da imagem de “paraíso” difundido pelos propagandistas comunistas seria uma das principais estratégias dos anticomunistas. Segundo Motta (2002), considerando o caráter internacional do embate entre comunismo e anticomunismo, “as versões divulgadas sobre o que seria a realidade vivida na URSS” transformaram-se em uma questão fundamental para esse embate e, por isso, poderia ser dito que havia uma luta a partir das representações sobre aquele país socialista⁵²⁵. Apontando as “misérias” existentes na União Soviética, os anticomunistas buscavam “esvaziar os argumentos dos comunistas, os quais afirmavam que a utopia igualitária não só era viável, como já estava em prática na terra dos soviets”⁵²⁶; daí, a importância dada pelo jornal bauruense à realidade naquele país.

Também tinha força a imagem da URSS enquanto um “império do mal” que buscava ampliar seus “tentáculos” para outros países por meio da ação da Internacional Comunista (IC). A esse respeito, alguns artigos de opinião, editoriais e notícias abordavam a questão da interferência daquele órgão sobre as políticas dos países sul-americanos, especialmente sobre o Brasil. Por exemplo, uma notícia de 14 de dezembro divulgava que uma volumosa correspondência com quatro malas, contendo livros e materiais de propaganda “extremista”, havia chegado aos Correios no Rio de Janeiro, sendo que todo esse material fora enviado para a Delegacia de Ordem Política e Social da então capital federal, onde seria analisado. O texto ressaltava a suspeita de que as malas tivessem vindo da Rússia⁵²⁷.

No editorial da edição de 25 de dezembro, José Fernandes tentava traçar um paralelo entre a situação enfrentada pelo Brasil com o levante comunista de novembro de 1935 e a que fora vivida pela Rússia entre fevereiro e novembro de 1917, na qual o governo provisório russo não teria tomado as “ações necessárias” para barrar os bolcheviques, deixando a Rússia “cair no comunismo”. O jornalista afirma que, para evitar o que acontecera no caso russo, a minoria parlamentar deveria agir para impedir as “subversões institucionais” no Brasil, que seriam financiadas pelo “dinheiro estrangeiro” dos bolcheviques, deixando de lado qualquer

⁵²⁴ FERNANDES, J. O Paraíso Comunista. *Correio da Noroeste*, 13/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁵²⁵ MOTTA, 2002, *op. cit.*, p. 69.

⁵²⁶ MOTTA, 2002, *op. cit.*, p. 70.

⁵²⁷ *Correio da Noroeste*, 14/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

hesitação sobre o rigor das ações do poder público brasileiro naquele momento de “emergência”, como a decretação do estado de guerra e suas consequências⁵²⁸.

Como exemplo da crítica à ação da IC sobre a América do Sul, nas últimas edições de dezembro de 1935, o *Correio da Noroeste* deu destaque para o caso do rompimento de relações diplomáticas do governo uruguaio com a União Soviética, primeiro em forma de notícia e depois nos editoriais e artigos de opinião. Segundo o noticiário do jornal de Bauru, tal rompimento seria justificado pelo governo uruguaio devido à suposta interferência desse país “nos recentes acontecimentos comunistas do Brasil”, por ter montado uma estrutura de “irradiação comunista” em Montevidéu para outros países da região, e também por supostamente planejar um movimento comunista que seria estourado em breve contra o governo daquele país platino⁵²⁹. As notícias da primeira página do dia 29 daquele mês ressaltavam que a União Soviética havia apoiado financeiramente os comunistas brasileiros, sendo que Prestes teria recebido “dinheiro russo” para a realização do levante de novembro⁵³⁰.

Ainda na mesma edição, José Fernandes publicou editorial no qual fazia vários elogios ao Uruguai por ter rompido relações diplomáticas com a União Soviética, considerando o país platino como um “exemplo” a ser seguido por todos os países da América por ter fechado não somente uma célula comunista, mas sim um “quartel-general do comunismo”. Em um dos trechos do texto, é destacado o potencial de infiltração dos comunistas e os “perigos” de sua propaganda entre os estudantes e operários argentinos, uruguaios e brasileiros, considerando que ela estaria sendo “produzida expressamente para apaixonar e iludir as massas” desses países⁵³¹.

Também é importante apresentar e analisar aqui as repercussões do levante comunista para os grupos e organizações atuantes em Bauru, principalmente entre os operários desta cidade, segundo o *Correio da Noroeste*. Dentro dessa classe, devemos dar especial atenção aos ferroviários, considerando que tal categoria e seu órgão sindical faziam parte do palco principal da disputa entre comunistas e integralistas em Bauru. A edição do dia 13 de dezembro apresentava uma nota informando que uma comissão de funcionários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) tinha realizado uma reunião com o seu diretor para entregar um documento assinado por 300 empregados dos escritórios dessa ferrovia, manifestando solidariedade com o governo na “repressão aos surtos extremistas que alteraram a ordem pública”. Segundo o jornal, tal manifesto teria sido retransmitido pelo diretor da NOB ao

⁵²⁸ FERNANDES, J. O dever indeclinável. *Correio da Noroeste*, 25/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁵²⁹ *Correio da Noroeste*, 28/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁵³⁰ *Correio da Noroeste*, 29/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁵³¹ FERNANDES, J. A atitude do Uruguay! *Correio da Noroeste*, 29/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

Ministro da Viação e ao Presidente da República como forma de demonstrar os “sinceros propósitos de cooperação na defesa da ordem e do regime” ⁵³². É importante lembrar que, segundo Possas (1993), era nos escritórios da ferrovia onde atuavam muitos funcionários integralistas ou vinculados a outras ideologias conservadoras, enquanto os ferroviários que trabalhavam na linha eram mais ligados às perspectivas de esquerda⁵³³.

Antes de abordarmos como esse contexto de fortalecimento do anticomunismo e de crescimento da repressão governamental afetou diretamente o Sindicato dos ferroviários da Noroeste, é importante apresentarmos qual era a visão do *Correio da Noroeste* a respeito dos sindicatos naquele momento. Em editorial de 14 de dezembro, Fernandes apontava o caso do sindicato dos bancários do Rio de Janeiro, no qual os “comunistas” que estavam na diretoria dessa organização, aproveitando-se dela para fazer “propaganda extremista”, haviam sido expulsos pela maioria dos membros da entidade que não aceitavam o “programa subversivo da luta de classes”. O diretor do periódico afirma que seria função das organizações sindicais estimularem o “espírito de classe” e não a luta de classe, que faria parte da “técnica vermelha” para manobrar as organizações sindicais. O jornalista ainda defende que não seria apenas nos sindicatos dessa categoria que as “forças ocultas” do comunismo estariam operando, afetando inclusive sindicatos ferroviários, que teriam sido transformados em “paraíso de alguns pseudo-descontentes” que ganhariam para representar os trabalhadores, mas não cumpririam essa função de fato. O texto termina com o seguinte trecho: “se os sindicatos devem subsistir, que se enquadrem dentro do espírito de classe que a lei lhes determinou, e não na luta de classe que a Rússia lhes mandou adotar” ⁵³⁴. Tal luta aparece, portanto, como maldosa invenção soviética e não um problema real das sociedades.

No início de março de 1936, algumas notícias e textos veiculados no jornal apontavam a situação dos ferroviários bauruenses e de seu sindicato em consequência da repressão estatal após os acontecimentos de novembro de 1935. No dia 1º de março, uma breve nota na quarta página refere-se, logo em seu título, aos presos políticos de Bauru, que seriam soltos após decisão da Justiça federal. Os presos que foram liberados eram em sua maioria ferroviários e muitos atuavam no sindicato dessa categoria, inclusive de sua direção, como Jerônimo de Cunto Júnior, Henrique Dreyfus, João Correia das Neves e Eustachio Bittencourt⁵³⁵. No entanto, a expectativa desses trabalhadores em relação a sua soltura foi frustrada, pois

⁵³² O funcionalismo da NOB e a repressão do extremismo. *Correio da Noroeste*, 13/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁵³³ POSSAS, 1993, *op. cit.*, p. 72.

⁵³⁴ FERNANDES, J. Espírito de classe e luta de classe. *Correio da Noroeste*, 14/12/1935, p.1. Arquivo MFRB.

⁵³⁵ Os presos políticos de Bauru. *Correio da Noroeste*, 1º/03/1936, p.4. Arquivo MFRB.

conforme as informações divulgadas em notícia destacada na primeira página, três dias depois, o secretário de segurança estadual, Leite de Barros, enviou um ofício ao juiz que solicitou a soltura, informando que, com base nos direitos que lhes eram conferidos pelo estado de sítio então em vigor, iria mantê-los presos com a justificativa de que eles eram “elementos de projeção nos círculos extremistas” e que, por isso, sua liberdade seria “nociva para a ordem pública” ⁵³⁶. Tal notícia mostra como direitos democráticos básicos haviam sido suspensos pelas legislações aprovadas em nome da “segurança nacional”, como a Lei de Segurança Nacional, a decretação do estado de sítio e sua equiparação ao estado de guerra.

Como veremos agora, os desdobramentos da repressão aos ferroviários de esquerda que faziam parte da diretoria do Sindicato dos Ferroviários da Noroeste foram fundamentais para determinar o futuro político dessa entidade. Na edição do dia 1º, uma nota foi publicada pela nova diretoria do Sindicato dos Ferroviários da Noroeste e direcionada aos membros dessa entidade. Segundo as informações presentes na nota, no dia 20 de fevereiro, 30 associados haviam deliberado a iniciativa de “tomar a seu cargo” a direção do sindicato, formando-se uma “junta governativa”. Tal medida seria justificada, segundo os signatários, pelo fato de que a direção da organização estava “acéfala” há mais de 30 dias por conta da ausência de praticamente todos os membros da última diretoria que fora eleita, sendo que tal falta ocorria “por motivos que são de conhecimento geral”, em uma referência à prisão de boa parte da antiga direção sindical por motivos políticos⁵³⁷.

Os novos dirigentes sindicais defendiam que a tomada da direção por essa junta era justificável, pois havia a ameaça de extinção do próprio sindicato “por falta de quem o dirigisse”, sendo necessário naquele momento “levantar a fê quebrantada e reunir as vontades dos ferroviários sindicalizados”. Segundo o texto, a junta iria governar o sindicato somente até à realização de novas eleições, porém sem informar para quando elas estavam previstas e nesse tempo, seria realizado um balanço da situação da entidade e em que estado ela fora encontrada. Nessa etapa, a nova direção afirmava ter três tarefas que se impunham sobre ela e os “interesses da classe”:

“1º - repor o sindicato no seu verdadeiro caminho, que é o de pugnar pelos interesses coletivos dos ferroviários da Noroeste. 2º - respeitar e fazer respeitar a lei e nossos estatutos para que também sejamos respeitados (...). 3º - varrer dos meios sindicais toda a contenda, discussão ou propaganda política” ⁵³⁸.

⁵³⁶ *Correio da Noroeste*, 04/03/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵³⁷ Sindicato dos Ferroviários da Noroeste do Brasil. *Correio da Noroeste*, 1º/03/1936, p.4. Arquivo MFRB.

⁵³⁸ *Ibid.*

Na última parte, o texto define que essas tarefas seriam simples, mas ao mesmo tempo, complexas, pois “ainda existem elementos malsãos que hão de querer deturpar a sinceridade dos nossos propósitos ou encher de obstáculos os caminhos que conduzem ao aperfeiçoamento moral, social e econômico da nossa classe”⁵³⁹. Ao fim, são informados os nomes dos membros da Junta Governativa, que eram Basílio Ceschine como presidente, Hélio de Moraes Barbosa como secretário e Roberto Leite e Silva como tesoureiro. É imprescindível lembrar que Barbosa era um dos mais destacados integralistas locais, participando ativamente do núcleo bauruense da AIB. Assim, vemos que, de certa forma seguindo a sugestão dada por Fernandes em editorial de 14 de dezembro, os ferroviários bauruenses que não concordavam com a manutenção da diretoria formada principalmente por antigos militantes da ANL, e, portanto de esquerda, organizaram-se para realizar um golpe, utilizando como justificativa a ausência dos antigos diretores que haviam sido presos por serem “comunistas”, e formando uma nova diretoria, que embora pregasse ser contra qualquer propaganda política em seu meio, contava com integralistas entre seus membros. Tratava-se de uma internalização sindical da luta política em andamento, com o rearranjo favorável aos integralistas.

Na edição de 10 de março, a manchete da primeira página aborda novamente o caso dos presos políticos de Bauru, dessa vez reproduzindo o ofício escrito pelo secretário de segurança paulista para justificar a manutenção da prisão, e enviado para o juiz federal que solicitara sua soltura. Em suas justificativas, o secretário de segurança afirma que apesar das medidas de repressão efetuadas pelo governo, ainda surgiam “novos focos extremistas, que dia a dia a polícia vem localizando”, e que por isso, “os efeitos da soltura daqueles presos” seriam graves, considerando que eles eram “elementos de grande projeção nos meios extremistas”. O texto do jornal ainda destaca o fato de que Jerônimo de Cunto Júnior havia se envolvido no conflito de três de outubro de 1934, “chefiando o ataque aos integralistas numa manifestação que os mesmos fizeram em Bauru”⁵⁴⁰. Dessa forma, o jornal bauruense relaciona o conflito ocorrido naquela cidade em 1934 aos eventos de novembro de 1935 no Rio, em Natal e Recife mais de um ano depois, de forma a agravar a suposta culpabilidade dos militantes sindicais ferroviários em sua atuação “extremista”.

Nos primeiros meses de 1936, a campanha anticomunista do *Correio da Noroeste* seguiu sendo realizada, embora com menos força do que havia tido em dezembro de 1935. Já os integralistas permaneciam sendo pouco lembrados nesse momento e por isso foram citados

⁵³⁹ Sindicato dos Ferrovários da Noroeste do Brasil. *Correio da Noroeste*, 1º/03/1936, p.4. Arquivo MFRB.

⁵⁴⁰ *Correio da Noroeste*, 10/03/1936, p.1. Arquivo MFRB.

poucas vezes. Por exemplo, em janeiro, foram encontradas 23 referências aos comunistas nas páginas desse jornal, enquanto os integralistas foram citados apenas duas vezes. No entanto, sabemos que as referências aos comunistas eram sempre, ou quase sempre, negativas, e por isso o fato de serem mais citados na verdade tornava-se uma desvantagem muito grande para sua imagem aos olhos do público leitor.

Nessas representações sobre os comunistas apresentadas pelo *Correio da Noroeste*, continuavam prevalecendo artigos de opinião e editoriais que reproduziam muitos dos argumentos e imagens já apresentadas anteriormente, como a ideia de que a revolta de novembro de 1935 era uma “ameaça comunista” e estrangeira ao país e que naquele momento era necessário escolher um lado, o dos “russos” ou do Brasil⁵⁴¹, e que todos aqueles que haviam participado da ou apoiado a “intentona”, ou que simpatizavam com os ideais comunistas, não seriam verdadeiros brasileiros⁵⁴². Mas também surgiram novos temas que nortearam o anticomunismo do jornal, como a busca e a prisão dos principais acusados de serem os articuladores do movimento de novembro, principalmente de Luís Carlos Prestes, sendo necessário destacar que esses assuntos ainda guardavam relação com argumentos do discurso anticomunista, já apresentados anteriormente, principalmente aqueles relacionados à imagem dos comunistas enquanto conspiradores violentos e sanguinários e a ideia de ameaça estrangeira, que seria atestada inclusive pela participação de “alienígenas” na organização do levante.

Entre estes, os primeiros a serem destacados nas páginas do periódico bauruense foram os alemães Ernest Ewert, também conhecido como Harry Berger, e sua esposa Elisa Ewert. Segundo uma das notícias publicadas pelo jornal, as investigações que levaram à prisão desses “comunistas judeus” mostrariam que um dos seus objetivos ao serem “financiados pela Rússia” era “intensificar a propaganda comunista” fora da União Soviética e que em seus planos revolucionários para o Brasil, eles inclusive buscariam intensificar as ligações com os “cangaceiros”. Tais informações, em conjunto com a notícia de que esse casal havia sido preso em um “palacete de luxo”, reforçavam o imaginário anticomunista dos leitores por meio da divulgação de uma conspiração organizada e financiada pelo “ouro de Moscou”⁵⁴³. Também é importante ressaltar o antissemitismo apresentado pelo jornal ao destacar a informação de que o casal comunista era judeu, pois o texto divulgava essas duas características em conjunto logo no início, atribuindo assim um valor duplamente negativo ao

⁵⁴¹ SANCHES, E. Nacionalismo. *Correio da Noroeste*, 07/01/1936, p.2. Arquivo MFRB.

⁵⁴² Brasileiros bastardos. *Correio da Noroeste*, 07/01/1936, p.2. Arquivo MFRB.

⁵⁴³ *Correio da Noroeste*, 08/01/1936, p.1. Arquivo MFRB.

fato. Vale registrar que as Leis de Nuremberg, de teor antissemita, surgiram em setembro de 1935, e que o antissemitismo era uma referência internacional para os anticomunistas.

No editorial da mesma edição, José Fernandes aborda o caso de Berger, classificando-o como “judeu comunista nascido na Alemanha”, assim como já ocorrera no noticiário, e afirmando que o clima político naquele país não permitira a continuidade de suas ações “revolucionárias” por lá. Assim, sendo “financiado pelos cofres do Komintern, nutridos à custa do sofrimento e da miséria do povo russo”, recebera a missão de “dirigir movimentos subversivos favoráveis à III Internacional”, chegando até o Rio de Janeiro para, segundo o jornalista, “montar um quartel-general contra o Brasil, em nome do comunismo”. A partir de então, Fernandes passa a atacar o militante ao chamá-lo de “esplêndido cínico, pregoeiro assalariado de um ideal nivelador das massas, mas residindo ele próprio em palacete montado com grande gosto, guarnecido de móveis caros e elegantes e tapeçarias finas”, sendo que tal acusação buscava ressaltar uma pretensa contradição dos comunistas ao se posicionarem a favor da classe trabalhadora e seus interesses enquanto supostamente viviam uma vida de luxo, o que era um elemento comum do discurso anticomunista. Segundo o diretor do jornal, as revelações causadas pela descoberta e prisão do casal pela polícia, como a de que o papel de Berger seria de “orientar de forma geral o movimento”, sendo “incumbido pela alta direção do Partido Comunista de fiscalizar todos os passos dos chefes rebeldes brasileiros”, tornava impossível negar a “internacionalidade do movimento de novembro último”, o qual supostamente iria “entregar nossa terra e nossa gente de pés e mãos amarradas ao soviétismo de Stálin”. Em sua visão, só poderia negar essa “interferência internacional” quem “nunca teve ou perdeu totalmente a vergonha”, atribuindo uma falha moral àqueles que discordassem de sua visão. Por fim, o autor afirma que “esses fatos mostram que o comunismo não descansará facilmente dos seus propósitos de nos tornar presa da III Internacional”, e que por isso não se poderia cruzar os braços, sendo necessário permanecer “neste combate em que estamos empenhados” ⁵⁴⁴.

Na edição seguinte, de 9 de janeiro, uma notícia de primeira página apresentava a versão que a polícia teria encontrado, entre os documentos apreendidos com o casal comunista Harry Berger e Elisa Ewert, um papel com instruções sobre o movimento de novembro de 1935 e a organização do governo revolucionário após o levante, inclusive com orientações para a requisição de armamentos em posse de civis e de membros da ANL, sob pena de fuzilamento

⁵⁴⁴ FERNANDES, J. Uma questão de vergonha. *Correio da Noroeste*, 08/01/1936, p.1. Arquivo MFRB.

para quem recusasse⁵⁴⁵. Ao mostrar que os revoltosos tinham um plano arquitetado com grande antecedência e com diversas instruções para seus participantes, como a infiltração em diversos espaços da sociedade e inclusive o plano de sublevar o Exército e tomar as armas que tivessem em mãos da população, o jornal buscava fomentar a imagem dos comunistas enquanto conspiradores e violentos.

No editorial do mesmo dia, José Fernandes ressaltava principalmente o caráter internacional do levante comunista, contando com a participação de diversos estrangeiros, com destaque para o papel cumprido pelo casal Harry Berger e Elisa Ewert e por isso, em sua visão, seria muito claro “o dedo de estrangeiros nessa trama hedionda de derrocada dos princípios básicos da sociedade brasileira”. Ao comentar um anúncio que o governo soviético teria feito de que não realizava mais a propaganda do comunismo em outras partes do mundo, o jornalista afirma que isso era mentira, pois eram os “cofres do Komintern” que financiavam as “revoltas soviéticas”, e tanto o governo da URSS como a III Internacional obedeceriam ao mesmo chefe, Stalin, e por isso seriam basicamente a mesma coisa. Portanto, o movimento de novembro de 1935 seria “nitidamente agressivo, orientado e pago pelos cofres de uma potência estrangeira” com o objetivo de acabar com a “soberania de uma nação”, e conforme a documentação encontrada pela polícia, seus participantes não perdoavam nem mesmo as “mínimas divergências”, fazendo do Comunismo a “mais apurada forma de intolerância”. Ao final, Fernandes conclama para a luta contra o Comunismo os “brasileiros de todos os quadrantes e estrangeiros que comunguem conosco este clima que Deus nos deu, e estas instituições que adotamos sob o consenso geral”, pois essa ideologia seria um “fenômeno que nos quer ser imposto pela força, pela audácia, pela negação da Fé, pela agressão de Deus, pelo desbarato da Família”. Nessa perspectiva apresentada no final do texto, o diretor do jornal compartilhava claramente dos argumentos associados à corrente católica do anticomunismo.

Além dessas notícias e dos editoriais citados, mais algumas notas sobre o casal e sua atuação apareceram nas páginas do jornal; uma delas, por exemplo, apontava que Berger controlaria toda a ação comunista na América do Sul⁵⁴⁶. Após um tempo quase sem referências, o assunto voltaria à tona no início de março, quando foi publicada uma breve notícia acerca do pedido de *habeas-corpus* impetrado em favor desses militantes comunistas, mostrando também a opinião do chefe de Polícia, Felinto Muller, sobre a questão. Segundo o texto, Muller havia informado ao juiz responsável por analisar o pedido que os réus seriam “elementos perigosíssimos ao interesse público” e que por isso seria impossível apresentá-los em juízo, o

⁵⁴⁵ *Correio da Noroeste*, 09/01/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁴⁶ *Correio da Noroeste*, 11/01/1936, p.1. Arquivo MFRB.

que levou o juiz a ouvir os acusados na prisão⁵⁴⁷. O texto contribui para reforçar a representação dos comunistas enquanto pessoas consideradas perigosas para a sociedade, embora nem sempre o motivo para esse suposto perigo fosse explicitado.

Em março de 1936, a atenção do *Correio da Noroeste* em sua campanha anticomunista voltou-se principalmente para o caso da prisão de Luís Carlos Prestes e suas repercussões, assim como a prisão de diversas pessoas apontadas como comunistas, mesmo que muitas delas não o fossem realmente, totalizando 30 citações aos comunistas nesse período em suas páginas, quase todas por meio de notícias.

Dessa forma, no dia 6 daquele mês, a edição do jornal apresentou a prisão de Prestes, no Rio de Janeiro como manchete da primeira página. Segundo as informações publicadas pelo jornal em diversas notícias, e que tinham sido passadas pela imprensa carioca, Prestes fora preso junto com sua esposa, Olga, que declarara ser brasileira e se chamar Olga Meireles, em uma casa no subúrbio da então capital federal. As diligências policiais ocorreram após um “agente do Comintern” chamado Victor Allan Baron, e que tinha como função entrar em contato com Prestes, ser preso pela polícia e entregar o endereço onde o líder comunista se encontrava. A imprensa não noticiou como essa informação fora obtida pela polícia, divulgando somente que o denunciante se suicidara após se atirar do segundo andar do prédio em que estava preso após saber da operação policial contra Prestes⁵⁴⁸.

Uma das notícias dessa edição aborda brevemente o interrogatório do antigo tenentista, segundo informações do jornal carioca *Diário da Noite*, em que ele teria se mantido boa parte do tempo em silêncio, confirmando apenas sua identidade e supostamente negando ser comunista ou chefe de qualquer movimento. É interessante destacar que, segundo as notícias do *Correio da Noroeste*, Olga seria irmã de um militante comunista envolvido no movimento de novembro e que teria realizado “prolongada atuação comunista no distrito de Guarantã, localidade situada na Zona Noroeste”, estabelecendo assim uma relação entre a atuação dos comunistas na região de Bauru com aqueles que tinham se envolvido diretamente na insurreição fracassada⁵⁴⁹.

A partir da prisão do líder comunista, também surgiam informações sobre militantes ligados a ele e que tinham participado da organização do levante de novembro. Por exemplo, na edição de 7 de março, divulgavam-se informações a respeito de Olga Benário, de que seu sobrenome não seria Meireles, como informado anteriormente, e de que ela não seria

⁵⁴⁷ *Correio da Noroeste*, 05/03/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁴⁸ *Correio da Noroeste*, 06/03/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁴⁹ *Ibid.*

brasileira, mas sim alemã, e que teria casado com Prestes no Uruguai. A partir dos documentos apreendidos com ele e Olga, a polícia realizara investigações e operações que levaram à prisão de “elementos extremistas”, comprometidos com “atividades comunistas”, e entre as prisões que haviam sido realizadas, o jornal destaca a do militante comunista argentino Rodolfo Ghioldi⁵⁵⁰, reforçando assim o caráter internacional da organização do movimento de novembro.

Ainda segundo o periódico, a polícia continuava realizando operações para a prisão de comunistas, citando alguns casos de “extremistas” presos em diversas cidades. Diante desse contexto, também se noticiava que Vargas iria pedir a prorrogação do estado de sítio por mais três meses ao Senado federal, e que era previsto que essa casa legislativa aprovaria a medida⁵⁵¹. Como se sabe, o estado de sítio, tornado equivalente ao estado de guerra, seria prorrogado de três em três meses até junho de 1937, sempre com a justificativa da necessidade de proteger o Brasil do “perigo comunista”, mesmo que ele não fosse real.

Nesse sentido, José Fernandes publicou um editorial na primeira página da edição de 26 de março com o título “Campanha anticomunista”, no qual defende que ninguém deveria “pôr em dúvida a palavra do governo quando afirma que é preciso prorrogar a vigência das medidas de exceção”, que haviam sido instauradas após os acontecimentos de novembro de 1935, pois ainda estariam em liberdade “elementos interessados na subversão completa da ordem social e das instituições”. Ao longo do texto, Fernandes coloca-se inteiramente a favor das medidas repressivas estabelecidas pelo governo Vargas, promovendo o engajamento dos diferentes grupos sociais nessa campanha anticomunista que, em sua visão, buscava “salvaguardar o culto das nossas tradições, opondo-se, com toda a energia, ao desbarato da família, à negação de Deus e à pulverização da pátria”. Em sua opinião, as autoridades estariam “cumprindo o seu dever, pondo-se inteiramente a serviço de uma causa que conta com o apoio de todo o país”, mesmo que reconhecesse que fosse possível “que se tenham cometido injustiças, prendendo indivíduos incapazes de qualquer mal”, o que, para ele, poderia ser remediado⁵⁵².

Na segunda parte do texto, Fernandes afirmava que a repressão ao Comunismo não poderia estar circunscrita “às medidas de ordem policial”, devendo ser necessária a realização, de forma paralela, de “vastos e eficientes planos de propaganda” voltados para as pessoas consideradas mais “permeáveis à infiltração bolchevista”, em uma provável referência aos

⁵⁵⁰ *Correio da Noroeste*, 07/03/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁵¹ *Correio da Noroeste*, 10/03/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁵² FERNANDES, J. A campanha anticomunista. *Correio da Noroeste*, 26/03/1936, p.1. Arquivo MFRB.

trabalhadores. A intenção seria “neutralizar os efeitos perniciosos” dessa ideologia, colocando essas pessoas em posição de “defesa consciente e desassombrada de tudo quanto representa a tradição nacional”, sendo que tal campanha deveria, em sua visão, fazer parte das medidas práticas governamentais para a “defesa da ordem social e do regime” ⁵⁵³. Portanto, por meio da análise do editorial, fica muito claro como Fernandes defendia a ordem e o anticomunismo, apregoando a realização de sua propaganda junto à população para o combate à ideologia comunista, como pode ser visto em prática por meio das páginas de seu jornal, considerando que ele entendia que somente as medidas repressivas policiais não seriam suficientes.

Enquanto o anticomunismo seguia vivo e forte, o integralismo não contava mais com o mesmo destaque que tivera em outros momentos. No mês de março de 1936, foram encontradas 11 citações aos integralistas, muitas das quais eram breves informativos do núcleo local da AIB ou de cidades vizinhas, divulgando atividades regulares, como reuniões semanais, ou eventos de caráter regional que poderiam contar com a participação dos camisas-verdes de diferentes lugares da região de Bauru, ou de áreas próximas a ela. Mas além dessas notas de núcleos, foram encontradas referências sobre os integralistas em notícias a respeito das eleições legislativas municipais ocorridas naquele mês, inclusive com artigos publicados no jornal que mais pareciam propagandas do candidato a vereador pela AIB em Bauru, o ex-prefeito Sebastião Lins⁵⁵⁴. No entanto, os resultados não foram nada animadores, com os camisas-verdes recebendo apenas 199 votos, o que representava menos de 5% do total, não elegendo nenhum vereador⁵⁵⁵. Apesar disso, em algumas cidades da região, os integralistas contaram com votações mais expressivas, chegando a eleger um vereador em Agudos⁵⁵⁶, município vizinho a Bauru e no qual os camisas-verdes bauruenses frequentemente participavam de eventos da AIB.

5.3 – As representações anticomunistas sobre a Guerra Civil Espanhola.

Ao longo do restante do ano de 1936, o volume de representações sobre comunistas e integralistas construídas ou reproduzidas nas páginas do *Correio da Noroeste* variaram bastante, alternando períodos de crescimento e de queda de acordo com as notícias, principalmente nacionais e internacionais, mas sem nunca mais alcançar o volume de referências no contexto imediatamente posterior ao levante de novembro do ano anterior.

⁵⁵³ FERNANDES, J. A campanha anticomunista. *Correio da Noroeste*, 26/03/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁵⁴ A personalidade de um candidato integralista. *Correio da Noroeste*, 12/03/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁵⁵ *Correio da Noroeste*, 26/03/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁵⁶ *Correio da Noroeste*, 19/03/1936, p.1. Arquivo MFRB.

Em relação aos comunistas, um dos temas mais recorrentes nas páginas do periódico bauruense, e que serviu como base para a veiculação do imaginário anticomunista, foi a Guerra Civil Espanhola⁵⁵⁷. A pesquisa de Negrão (2005) realiza uma ótima análise sobre as imagens da Guerra Civil Espanhola, especialmente por meio do noticiário sobre o conflito no jornal paulistano *O Estado de São Paulo*, destacando sua importância para o discurso anticomunista do período, principalmente para a política autoritária do governo Vargas, e ressaltando que esse discurso estava presente não só nesse jornal, mas em vários meios. Segundo o autor, nesse período, o discurso anticomunista era compartilhado e sustentado por diversos jornais, pelos aparelhos repressivos do Estado varguista e por seus órgãos de imprensa⁵⁵⁸.

Dessa forma, na análise do *Correio da Noroeste* empreendida nesta pesquisa, também percebi como a cobertura sobre a Guerra Civil Espanhola teve importância para a divulgação do discurso anticomunista em suas páginas. Tal abordagem sobre o tema foi realizada como um objetivo em comum com outros periódicos, tanto da imprensa do interior como da grande imprensa, e também com o discurso oficial governista, de combater os comunistas e evitar, segundo essa lógica, que o Brasil se tornasse uma “segunda Espanha”⁵⁵⁹. Nesse sentido, ao publicar notícias, artigos de opinião e editoriais sobre o conflito naquele país, o jornal bauruense tomou uma clara posição a favor dos franquistas, apoiados por grupos fascistas espanhóis, pelo governo fascista italiano e o governo nazista alemão, contra os republicanos, que eram apoiados por voluntários de correntes de esquerda de diversos países e pela União Soviética. Antes de apontarmos as representações anticomunistas a partir da Guerra Civil Espanhola, é preciso ressaltar que o momento em que o jornal mais se dedicou a realizar a sua cobertura foi no início do conflito, entre julho e outubro de 1936, publicando informações e textos opinativos na primeira página, e depois dando um destaque menor ao assunto. Por isso, focaremos nesse período.

A primeira referência à Guerra Civil foi em uma notícia de 21 de julho, informando o início do conflito. Apesar de não haver menções aos comunistas ao longo do texto, o jornal deixa claro que a intenção do movimento que visava a derrubar o governo republicano espanhol era

⁵⁵⁷ Vale realçar o caráter mais que duvidoso da designação “Guerra Civil Espanhola”, considerando a participação em seus combates de tropas e equipamentos alemães e italianos, em apoio a Franco, além do apoio de URSS, México e Brigadas Internacionais aos republicanos. BROUÉ, Pierre. *A Revolução Espanhola*. Tradução de Alice Miyashiro. São Paulo: Perspectiva, 1992. (Khronos – 17).

⁵⁵⁸ NEGRÃO, J.H.B. *Selvagens e incendiários: o discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005, p. 22-23.

⁵⁵⁹ *Ibid.*

estabelecer uma “ditadura fascista no país”⁵⁶⁰, mas sem deixar clara inicialmente sua posição em relação a isso. A partir do desenrolar dos acontecimentos no país ibérico, os representantes do periódico foram se posicionando, mas logo na edição seguinte, já é possível ver claramente qual a posição de seu diretor sobre o conflito espanhol. No editorial de 22 de julho, José Fernandes afirma que a revolta liderada pelo general Francisco Franco, e que dera início à Guerra Civil Espanhola, era a reação da “verdadeira Hespanha”, colocando-se assim ao lado dos franquistas e contra os republicanos. A partir de então, questiona quem venceria o conflito, “o espírito de Cid ou o espírito de Marx?”, “Castela ou Moscou?”, “A Hespanha ou a Rússia”, “O cristianismo ou a barbárie?”, criando oposições entre bem e mal na qual os republicanos eram associados negativamente a Marx, à Rússia e à barbárie, e os nacionalistas positivamente a Cid, a Castela e à Espanha⁵⁶¹.

Na mesma edição, a manchete da capa informava a situação dos conflitos naquele país, e reproduz com destaque um trecho da entrevista que um dos líderes do Exército nacionalista, o general Mola, teria dado a um jornal francês, afirmando que o movimento pretendia “arrancar pela raiz o marxismo dos internacionalistas, e estabelecer eternamente a ordem e a paz no país, com bases puramente espanholas”⁵⁶². O argumento utilizado pelos franquistas de “extirpar” o Comunismo na Espanha foi reproduzido algumas vezes por meio da publicação de trechos de entrevista de líderes como Franco e Mola em meio ao noticiário sobre o conflito⁵⁶³ e a escolha de quais falas seriam reproduzidas e de quem não parecia ocorrer por acaso, ainda mais se levarmos em conta que os governistas republicanos não tinham voz no *Correio da Noroeste*. Um exemplo interessante nesse sentido foi a manchete a respeito da Guerra Civil Espanhola na edição de 29 de julho, que trazia o título “Reação do Nacionalismo contra o Internacionalismo, do Tradicionalismo contra o Marxismo”, frase que foi retirada de uma fala de Franco citada no texto da notícia e que na verdade parecia destacar mais a própria posição do jornal em relação às forças que participavam daquele conflito do que dar alguma informação mais relevante sobre os acontecimentos⁵⁶⁴. A escolha do título não parece ser uma mera coincidência e reforça, mais uma vez, o pensamento binário e maniqueísta tão comum no discurso anticomunista re/produzido no/pelo jornal.

Em setembro daquele ano, tornaram-se comuns notícias mais específicas sobre as batalhas da Guerra Civil, como em 1º de setembro, quando a manchete da capa trazia o noticiário sobre

⁵⁶⁰ *Correio da Noroeste*, 21/07/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁶¹ FERNANDES, J. Quem vencerá? *Correio da Noroeste*, 21/07/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁶² *Correio da Noroeste*, 21/07/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁶³ *Correio da Noroeste*, 25/07/1936, p.1; *Correio da Noroeste*, 28/07/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁶⁴ *Correio da Noroeste*, 29/07/1936, p.1. Arquivo MFRB.

o desenrolar dos conflitos na Espanha, destacando uma suposta covardia dos comunistas por meio da seguinte frase que aparece como subtítulo: “os marxistas haviam colocado os reféns nas posições mais visadas pela aviação e pelo canhoneio dos revolucionários”. Além disso, ao longo do texto, as batalhas perdidas pelos governistas republicanos ganharam muito mais espaço do que as vitórias destes sobre os franquistas, sendo inclusive ressaltado como os governistas haviam perdido algumas de suas melhores tropas⁵⁶⁵. Na edição seguinte, há uma série de notícias sobre aquele conflito e uma delas destaca como as tropas republicanas, ao bombardearem a cidade de Burgos, teriam atingido um hospital com duas bombas⁵⁶⁶. A própria veiculação dessa notícia e, principalmente, a forma como ela foi escrita parecem ser uma maneira de representar os grupos de esquerda que compunham as forças republicanas como insensíveis e covardes por atacarem um hospital. Tal intenção do jornal torna-se ainda mais clara quando comparamos tal matéria com as notícias sobre os bombardeios dos nacionalistas, que supostamente teriam atingido só quartéis dos republicanos, depósitos de locomotivas e casas particulares.

O anticomunismo veiculado no *Correio da Noroeste* no noticiário sobre o conflito espanhol também buscava representar os comunistas enquanto insensíveis aos religiosos, às crianças e aos idosos. Em 12 de setembro, uma matéria sobre os conflitos na Espanha indicava que, segundo informações divulgadas por uma agência de notícias de Lisboa, os marxistas das forças republicanas haviam executado 208 seminaristas e suas forças de aviação haviam bombardeado uma colônia infantil em uma cidade chamada San Pedro⁵⁶⁷. A informação reforça a imagem negativa construída sobre os comunistas e as esquerdas em geral, que supostamente não teriam consideração nem mesmo pelas crianças.

Na segunda página da edição de 15 de setembro, foram publicadas diversas notícias sobre a Guerra Civil Espanhola, e a mais destacada parece ser uma que aborda o caso de um suposto ataque dos comunistas a uma fortificação, chamada de Alcázar, na cidade de Toledo, e na qual estariam abrigados idosos e crianças. Enquanto todas as outras notícias informam vitórias das forças nacionalistas sobre os republicanos com um viés claramente favorável aos primeiros, essa era a única que informava sobre as ações dos republicanos, representando-os enquanto “comunistas” violentos e insensíveis que estariam atacando crianças e idosos supostamente refugiados na fortaleza, mas sem mencionar que seus verdadeiros ocupantes

⁵⁶⁵ *Correio da Noroeste*, 1º/09/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁶⁶ *Correio da Noroeste*, 02/09/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁶⁷ *Correio da Noroeste*, 12/09/1936, p.1. Arquivo MFRB.

deveriam ser as tropas franquistas e que, portanto, o real objetivo das forças republicanas era atingi-las e não atacar civis⁵⁶⁸.

Ainda com o objetivo de representar os comunistas enquanto perigosos e violentos, o jornal bauruense trazia, em meio ao noticiário sobre o conflito espanhol, a informação de que membros do governo nacionalista, sediado em Burgos, teriam denunciado à Sociedade das Nações as “depredações, violações, violências e incêndios cometidos na Hespanha pelos marxistas a serviço do governo de Madri”⁵⁶⁹. Dessa forma, além de utilizaram-se do discurso anticomunista para realizar uma propaganda negativa contra seus inimigos, os franquistas buscavam legitimidade internacional para sua luta e para deslegitimar o governo republicano. Na edição seguinte, a manchete da capa abordava a Guerra Civil Espanhola e entre o texto do noticiário, havia uma parte que afirmava que Franco estaria sendo “delirantemente” aclamado na cidade de Salamanca, inclusive com a população gritando “Espanha sim! Rússia não!”⁵⁷⁰. Assim, o texto buscava dar uma impressão de amplo apoio de grande parte da população espanhola aos franquistas, sendo tal apoio retratado como baseado no anticomunismo, já tantas vezes reproduzido no jornal, com o objetivo de reforçar os ideais anticomunistas do público leitor.

Sobre o apoio ao franquismo e a oposição aos “comunistas” republicanos, o jornal também divulgava informações a respeito da posição de representantes do governo espanhol no Brasil e de parte da colônia espanhola que vivia aqui. Por exemplo, foi noticiado que o cônsul espanhol em Porto Alegre havia se demitido de seu cargo porque não queria servir ao governo de Madrid, chefiado pelo “comunista Largo Caballero”, então chefe de governo daquele país. Dessa forma, dando o exemplo anterior, o jornal tentava construir a imagem de que havia uma falta de apoio ao governo republicano, controlado pela esquerda, entre as redes consulares espanholas no Brasil e em conjunto com algumas notícias de desagravo a esse governo e de apoio aos franquistas por parte de associações de imigrantes espanhóis aqui, além do suposto apoio da maioria da colônia espanhola no país aos nacionalistas⁵⁷¹, o que seria uma forma a mais de legitimar o movimento franquista perante o público.

Em 24 de novembro, foi publicado um artigo de opinião por um religioso chamado Cônego Melo Lula e intitulado “Meditação sobre a Hespanha”, sobre a situação daquele país em meio ao conflito que estava em curso a partir da sua perspectiva de representante da Igreja Católica. O autor afirma que a situação espanhola era gravíssima, exigindo uma “meditação profunda”,

⁵⁶⁸ *Correio da Noroeste*, 15/09/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁶⁹ *Correio da Noroeste*, 03/10/1936, p.4. Arquivo MFRB.

⁵⁷⁰ *Correio da Noroeste*, 04/10/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁷¹ *Correio da Noroeste*, 07/10/1936, p.4. Arquivo MFRB.

e que o Brasil poderia sofrer “igual sorte” se continuasse “o regime de indistinção, de confusão doutrinária, de concessões do erro”. Considerando que o mundo moderno passava por um momento conturbado, “alucinante e decisivo”, não poderiam ser permitidas “acomodações”, pois naquele momento ou se estaria “com Cristo ou contra Cristo”, e fugir do “dever” quando “os ateus, os comunistas e os anarquistas, na inconsciência de seu delírio”, supostamente “blasfemam contra Deus e contra a Igreja” seria uma “traição cruel” ⁵⁷².

Melo Lula afirmava que esses militantes atacariam “furiosamente a Igreja Católica”, pois não conseguiriam “arrancar do coração humano a ideia de Deus” e esta igreja seria “a única instituição capaz de resistir, soberana e galharda, aos embates do erro e da impiedade”, decidindo assim “os destinos do mundo moderno, a melhor, da civilização cristã”, contra a “onda vermelha que ameaça todos os povos e quer cobrir de lama e de sangue toda a face da terra”. Para o autor, a Espanha teria seguido esse caminho por supostamente ter se afastado dos “conhecimentos cristãos”, o que estaria levando, em muitos lugares, a “dissolução das nações, o ódio entre as classes e o aniquilamento da dignidade humana” e por isso seria urgente “voltar ao Cristo, o único remédio para as angústias e inquietações dos povos”. Por fim, Melo Lula afirmou que os brasileiros precisariam estar “vigilantes e unidos” para defenderem a “pátria cristã nesta hora de angústias e apreensões” ⁵⁷³.

Esse texto traz uma série de representações que fazem parte do que Motta (2002) classifica como a matriz cristã do anticomunismo, que geralmente associa a ideia de mal, de ataques ao cristianismo, com as ideologias de esquerda, principalmente o Comunismo, tratando todo tipo de diferença e de possível luta entre representantes e defensores da Igreja e grupos de esquerda como uma luta entre bem e mal, uma espécie de cruzada com o objetivo de supostamente salvar o que consideram como mundo civilizado, que em sua visão se confunde com a própria ideia de cristianismo.

Todas essas representações sobre os comunistas com base na Guerra Civil Espanhola eram divulgadas em conjunto com outras representações com base nas notícias sobre as atividades de comunistas brasileiros, inclusive de Bauru ou de outras cidades próximas do interior paulista.

5.4 - Comunistas e Integralistas entre meados de 1936 e meados de 1937

Como vimos anteriormente, apesar da intensa repressão aos comunistas, principalmente após novembro de 1935, as autoridades e a imprensa continuavam a ressaltar que o “perigo

⁵⁷² LULA, M. Meditação sobre a Hespanha. *Correio da Noroeste*, 24/11/1936, p.3. Arquivo MFRB.

⁵⁷³ *Ibid.*

vermelho” ainda estava vivo. Como exemplo disso, temos a manchete da capa da edição de 15 de abril do *Correio da Noroeste*, que destacava uma fala do secretário de Segurança Pública de São Paulo recomendando a todas as autoridades e funcionários da polícia que tomassem “medidas enérgicas” contra os comunistas e sua propaganda, colaborando com a Superintendência de Ordem Política e Social e apresentando às autoridades todos aqueles que fossem encontrados “fazendo distribuição de boletins de caráter extremista ou propaganda verbal da mesma natureza” ⁵⁷⁴. Cerca de dois meses depois, Vargas solicitava a prorrogação do estado de guerra ao Poder Legislativo com a justificativa de que isso era necessário para o combate a esses militantes e em editorial de 20 de Junho, José Fernandes abordava o tema e a situação da luta contra o “surto” comunista, os perigos desta ideologia e como lutar contra ela⁵⁷⁵.

Ao longo do texto, José Fernandes analisa principalmente o relatório da comissão de Justiça a respeito do pedido presidencial de prorrogação do estado de guerra e ressalta as justificativas desse documento para autorizar a referida prorrogação, como a “prisão de numerosos estrangeiros, que tinham vindo ao Brasil para orientar a luta comunista e consolidar um regime repudiado por nós”. O jornalista também destacava que o relator teria citado o fato de que “o mundo tem atravessado uma fase de agitações cada vez mais acentuada” em que a humanidade estaria buscando cada vez mais “novos rumos e novas ideologias que forneçam o mínimo de bem estar” e que essa demanda, os “reclamos justos das massas”, já encontrariam reflexos na Constituição, mas que seria necessário pôr em prática as medidas do “campo social”. Ou seja, na visão de Fernandes, a Constituição já buscava dar conta dos problemas sociais, sendo necessário pôr em prática e ampliar as medidas já previstas na carta magna. Na segunda parte do texto, o diretor do periódico bauruense afirmava que o Comunismo “não mostra tendências de enfraquecimento nas suas arrancadas contra Deus, Pátria e a Família” e que por isso o combate contra ele deveria continuar “com energia até que todos nós nos convençamos, com rigorosos elementos de confiança, de que o perigo já passou”.

Assim, algumas notícias publicadas no jornal pareciam ter o intuito de fazer com que o público leitor se mantivesse atento contra as atividades “subversivas”, ressaltando o potencial de periculosidade dos comunistas e as conspirações que eles ainda podiam planejar. Como exemplo disso, no final de julho de 1936, cerca de um mês após a prorrogação do estado de

⁵⁷⁴ *Correio da Noroeste*, 15/04/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁷⁵ FERNANDES, J. Contra a audácia e contra a hipocrisia. *Correio da Noroeste*, 20/06/1936, p.1. Arquivo MFRB.

guerra, foram publicadas duas notícias sobre dois grupos de “subversivos” que haviam sido descobertos pela polícia, um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro. Na edição de 26 de julho, a manchete destacava a apreensão de material de propaganda comunista em São Paulo após a polícia realizar investigações e encontrar uma tipografia clandestina voltada para a produção desse material. Além da apreensão do material, composto por “grande quantidade de boletins subversivos”, a polícia teria encontrado 50 cartuchos de dinamite e uma granada de mão e prendido um “agente extremista” ⁵⁷⁶. Na edição de 29 de julho, foi publicada uma notícia na primeira página sobre a suposta descoberta de material explosivo escondido em uma igreja no Rio de Janeiro, destacando que os responsáveis pelo artefato seriam dois “extremistas” que foram presos pela polícia ao serem apontados como responsáveis pelo “fracassado atentado” ⁵⁷⁷. Esse tipo de notícia, muitas vezes apresentada de forma sensacionalista, contribuía para a sensação da contínua presença do “perigo vermelho” para o público leitor, fazendo com que a opinião pública continuasse favorável à repressão aos comunistas e a continuidade de medidas de exceção como o estado de guerra então vigente.

Abordando a atuação dos comunistas no interior paulista, especialmente em cidades de áreas próximas a Bauru, na edição de 3 de setembro, foi publicada uma notícia na primeira página destacando a prisão de comunistas em Marília, que teria ocorrido como resultado de investigações policiais iniciadas em julho de 1936 após terem sido colocadas bandeiras vermelhas espalhadas em diversos pontos da cidade. Por meio dessas investigações, a polícia teria descoberto que um trabalhador rural era responsável por esses atos, sendo encontrado “farto material de propaganda extremista” em sua posse. Além dele, mais quatro militantes tinham sido presos por serem comunistas, tendo sido encontrado dois mimeógrafos e material de propaganda com um desses militantes, que seriam liderados pelo “chefe extremista de Marília”, João de Araújo Lopes. O jornal ressalta que as investigações empreendidas pelo delegado local continuavam visando a identificar “todas as ramificações das células comunistas descobertas” ⁵⁷⁸. O noticiário sobre a presença de comunistas em outras áreas do interior paulista, especialmente em uma cidade relativamente próxima de Bauru, como é o caso de Marília, parecia ter o objetivo de manter o público leitor em alerta para a continuidade da existência do “perigo vermelho” mesmo com a repressão policial, e que eles poderiam estar mais próximos do que alguns leitores poderiam imaginar.

⁵⁷⁶ *Correio da Noroeste*, 26/07/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁷⁷ *Correio da Noroeste*, 29/07/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁷⁸ *Correio da Noroeste*, 03/09/1936, p.1. Arquivo MFRB.

Três dias depois, é publicada uma nova notícia sobre a atuação dos comunistas naquela cidade. Notícia de primeira página informava que um “comunista russo”, preso em Curitiba, havia planejado um atentado contra o governador paulista, Armando Salles de Oliveira, quando este fizera uma visita à cidade Marília no ano anterior, mas que seus planos teriam sido abortados. Apesar de apresentar diversas informações sobre o caso, o jornal aponta só no final do texto que o caso ainda não teria sido confirmado pela polícia paulista⁵⁷⁹. Assim, aparentemente a preocupação do periódico em manter os leitores em alerta contra esses militantes parecia ser maior do que a preocupação em atestar a veracidade dos fatos. Tais denúncias se aproximavam da lógica do rumor, sem consistência de maiores comprovações.

Novamente abordando casos de comunistas estrangeiros que haviam sido presos, no dia 12 de setembro, havia uma notícia informando sobre a deportação de comunistas estrangeiros que tinham sido presos pela polícia no país, e que estariam sendo embarcados em grupos no porto de Santos. No dia anterior, foram embarcados seis estrangeiros, entre lituanos, romenos, portugueses e espanhóis, poucos dias antes havia sido embarcado um comunista inglês e no mês de outubro estava prevista a deportação de mais 50 comunistas estrangeiros. Além da deportação, também há a informação sobre a prisão recente de um comunista paraguaio em São Paulo, que seria representante da Internacional Comunista na América do Sul, alimentando assim o imaginário anticomunista sobre a ideia de conspiração internacional organizada pela União Soviética⁵⁸⁰.

Na edição de 9 de setembro, o *Correio da Noroeste* publicou um texto sobre o dia da Pátria e suas comemorações em Bauru, fazendo antes uma reflexão que, a meu ver, está relacionada a essa ideia de “ameaça” representada pelos comunistas, especialmente os estrangeiros, contra a nacionalidade brasileira. Antes de apresentar os relatos sobre os acontecimentos de 7 de setembro naquela cidade, o jornal publicou um breve parágrafo sobre a importância da data na visão de seus representantes, considerando o contexto do país naquele momento. No texto, defendia-se que seria “indispensável que a disposição dos organizadores dessas festividades se prolongasse a todas as outras datas cívicas do nosso calendário”, pois segundo as palavras do periódico, considerando que “forças estranhas tentam corromper os sentimentos nacionalistas, nada melhor, para se contrapor a esse veneno, que este recrudescimento das manifestações de zelo nacional”⁵⁸¹. Assim, na visão do jornal, as comemorações em torno do aniversário da independência do Brasil seriam uma forma de reforçar os sentimentos

⁵⁷⁹ *Correio da Noroeste*, 06/09/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁸⁰ *Correio da Noroeste*, 12/09/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁸¹ As comemorações do dia da Pátria em Bauru. *Correio da Noroeste*, 09/09/1936, p.1. Arquivo MFRB.

nacionalistas da população como modo de defesa contra “forças estranhas” à nacionalidade, representadas pela ideologia comunista e as ideias de esquerda em geral e que estariam corrompendo a sociedade brasileira com seu “veneno”. Aqui, aparece novamente a concepção orgânica de sociedade, em que a nação ou a sociedade nacional representariam um corpo sadio e forte e os comunistas significavam algo que colocaria em risco o “funcionamento” desse corpo, sendo suas ideias uma espécie de “veneno” que causaria um tipo de doença a enfraquecer o corpo social.

Outro momento em que as representações anticomunistas configuradas nesse jornal bauruense ganharam destaque ocorreu às vésperas do aniversário de um ano do levante de novembro de 1935. Sobre os acusados de terem articulado esse movimento, em 25 de novembro foi publicada uma notícia de primeira página informando que 35 presos classificados como comunistas foram denunciados pelo procurador do Tribunal de Segurança Nacional, criado em setembro daquele ano, por estarem envolvidos naqueles acontecimentos de novembro de 1935, entre eles Luís Carlos Prestes e Harry Berger. Na denúncia, o procurador afirmava que o intuito dos acusados era de implantar uma “ditadura comunista” sob a chefia de Prestes. Ainda segundo a notícia, o chefe de Polícia do Distrito Federal havia encaminhado um relatório à “corte de exceção” sobre as revoltas ocorridas em novembro de 1935 em que pediu a prisão preventiva de centenas de envolvidos⁵⁸².

Em editorial na primeira página da edição de 27 de novembro, o diretor do jornal, José Fernandes relembra o fato de ser aniversário do levante comunista de novembro de 1935 e analisa suas consequências, além de buscar refletir sobre o posicionamento e a atuação da população diante desses acontecimentos e seus desdobramentos. Segundo o jornalista, um ano antes, o país tinha acordado com a notícia de que “um punhado de vidas tinham sido imoladas no cumprimento do dever em defesa das instituições que, entre nós, como por toda a parte nos países civilizados, ficaram sob a guarda de Deus, da Pátria e da Família” e que todos os brasileiros curvavam-se “reverentes” diante da “memória daqueles bravos que tombaram” em luta contra o Comunismo. Segundo o diretor do *Correio da Noroeste*, o momento não era de simples contemplação em relação a esses acontecimentos passados e suas consequências, atribuindo “deveres e responsabilidades” a todos, que deveriam analisar, por meio de um “exame de consciência”, se estariam cumprindo com o seu dever e as obrigações que lhes caberiam “como convém à pátria”, e na medida do possível, fazer ainda mais. É importante destacar que, em sua concepção, os comunistas e todos os que questionavam a ordem social,

⁵⁸² *Correio da Noroeste*, 25/11/1936, p.1. Arquivo MFRB.

assim como aqueles que não apoiavam as medidas de repressão contra estes, não seriam considerados “verdadeiros” brasileiros⁵⁸³.

Assim, na sua visão, a defesa da ordem social vigente e do *status quo* era um dever, e as instituições que representavam essa ordem estariam sob a proteção de “Deus, da pátria e da família”, três termos que, juntos, formavam o lema da Ação Integralista Brasileira. O uso da referência integralista por Fernandes em um texto anticomunista como esse não parece uma coincidência, ainda mais considerando a imensa maioria das representações sobre o Integralismo reproduzidas no jornal e o seu próprio posicionamento mais, principalmente os de outros articulistas do jornal, em editoriais e artigos de opinião anteriores já apresentados aqui.

Na edição de 29 de novembro, uma notícia de primeira página divulgava as homenagens que presidente da república, ministros e generais tinham feito aos militares mortos na “repressão à tentativa comunista” de novembro de 1935, cobrindo seus túmulos de flores⁵⁸⁴. Posteriormente, em 1940, ainda com Vargas na presidência, mas já no período do Estado Novo, seria inaugurado um monumento em homenagem às “vítimas dos comunistas” no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, e que segundo Motta (2002), servia como “um local consagrado para as celebrações anuais de 27 de novembro”, no qual “as autoridades se reuniam para discursar, prantear os mortos e fazer as regulares profissões de fé anticomunista”, adquirindo uma grande importância enquanto símbolo do anticomunismo brasileiro, inclusive pela constante reprodução de sua imagem em publicações anticomunistas, como jornais e livros, por um longo período, principalmente entre as décadas de 1940 e 1970⁵⁸⁵.

Voltando-nos agora para as representações sobre os integralistas ao longo de 1936, além de algumas notas sobre as atividades do núcleo local da AIB ou de núcleos de outras cidades onde o *Correio da Noroeste* circulava, esse jornal apresentou algumas notícias interessantes sobre casos em que o Integralismo teve sua atuação cerceada ou até totalmente proibida em determinados estados e sobre como essa organização chegou a ser alvo de propostas de deputados federais, que pretendiam votar um projeto de lei visando a seu fechamento, especialmente nos últimos meses de 1936.

Na edição de 6 de setembro, aparecem algumas breves notícias relativas a esses casos. A primeira delas era sobre as propostas feitas por deputados federais para que os núcleos da AIB

⁵⁸³ FERNANDES, J. Exame de consciência. *Correio da Noroeste*, 27/11/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁸⁴ *Correio da Noroeste*, 29/11/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁸⁵ MOTTA, 2002, *op.cit.* p.116-117.

fossem fechados e as discussões em torno disso porque essa organização faria a propaganda de um “credo subversivo”. A utilização do termo “credo” para se referir ao Integralismo tinha a intenção de diminuir seu peso político e associá-lo com a irracionalidade de uma seita, sendo que, como vimos anteriormente, tal estratégia também foi aplicada aos comunistas e seu “credo vermelho”. Logicamente, essa medida era contestada por parlamentares simpatizantes dos ideais da AIB. Além dessa questão em discussão na Câmara Federal, há uma série de breves notícias informando que os integralistas haviam sido impedidos de desfilar nas comemorações de 7 de setembro em importantes cidades do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. No caso do Rio de Janeiro, só foi permitido aos camisas-verdes que eles se reunissem em recintos fechados⁵⁸⁶.

O noticiário de três dias depois trazia novas informações sobre o tema. Segundo o jornal, o deputado Amaral Peixoto, que iria propor o projeto que proibiria o funcionamento da Ação Integralista Brasileira, teria se reunido com Plínio Salgado e por isso iria mudar o conteúdo do projeto a ser apresentado, o que mostra uma articulação do movimento em tentar barrar a medida, ou ao menos diminuir seu impacto⁵⁸⁷. No entanto, a AIB sofreria novos reveses, como mostrava o noticiário de primeira página sobre o Integralismo na edição de 11 de setembro, no qual se destacava a decisão do então governador de Santa Catarina, Nereu Ramos, de fechar a sede provincial da Ação Integralista Brasileira daquele estado, localizada em Florianópolis. Segundo telegrama enviado dessa cidade, o motivo para a decisão seria a descoberta, pelas autoridades, de que os camisas-verdes catarinenses supostamente tramavam contra a ordem pública e que os chefes integralistas desse estado estariam incitando seus partidários a não pagarem impostos. Por tal motivo, o chefe provincial catarinense da AIB, Gama Decca, fora preso e interrogado e segundo o governador, a medida seria estendida a todo o estado caso fosse conveniente à ordem pública⁵⁸⁸.

Além da situação do Integralismo em Santa Catarina, outra parte do texto do noticiário informava aos leitores sobre conflitos ocorridos entre camisas verdes e “esquerdistas” em duas cidades do interior do estado do Espírito Santo, o que mostrava como os conflitos entre grupos fascistas e antifascistas continuavam ocorrendo, apesar da intensa repressão contra a esquerda e do seu consequente enfraquecimento, mas agora, aparentemente, os “comunistas” talvez não fossem mais seus maiores inimigos⁵⁸⁹.

⁵⁸⁶ *Correio da Noroeste*, 06/09/1936, p.4. Arquivo MFRB.

⁵⁸⁷ *Correio da Noroeste*, 09/09/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁸⁸ *Correio da Noroeste*, 11/09/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁸⁹ *Ibid.*

Na edição de 13 de setembro de 1936, o noticiário da primeira página destacava os casos da Bahia e do Rio Grande do Sul, nos quais a atuação dos integralistas foi proibida ou restringida. O governador baiano proibira a continuidade das atividades da AIB em seu estado com a justificativa de que os camisas-verdes “cogitavam um movimento armado, pugnando mesmo pela formação de um tribunal secreto com a finalidade de eliminar todas as pessoas suspeitas de simpáticas ao comunismo”. Segundo o texto da notícia, em discurso proferido na Câmara federal, o deputado Clemente Mariane prestava contas sobre esse ato do governador da Bahia, afirmando que ele foi apoiado “integralmente” pelo presidente Vargas. No caso do Rio Grande do Sul, o chefe de polícia teria ordenado a todos os delegados desse estado que proibissem as reuniões integralistas e por isso teriam sido fechados muitos núcleos em diversas cidades. Mas, segundo foi informado no texto, o governador Flores da Cunha não teria confirmado e nem apoiado a medida, ressaltando que só a justiça eleitoral poderia determiná-la⁵⁹⁰. Assim, podemos ver que apesar de a AIB ter sido oficialmente fechada somente após o começo do Estado Novo, já havia discursos e propostas que visavam a proibir suas ações com a justificativa de que ela tinha intenções “subversivas”, o que é um sinal de que as medidas de exceção voltadas para reprimir os comunistas talvez já começassem a extrapolar seus objetivos iniciais.

Dois dias depois, na edição de 15 de setembro, José Fernandes explicita suas posições sobre os recentes acontecimentos envolvendo o Integralismo por meio de um editorial, publicado na primeira página e intitulado “A conspiração da Bahia”. Nesse texto, ele critica a proibição da atuação da AIB naquele estado a medida, afirmando que havia poucas provas para a acusação de que os integralistas realmente conspiravam para realizar um movimento armado, e ressalta que por mais críticas que se pudesse fazer a esse movimento, o maior inimigo do Comunismo seria o Integralismo. Por esse motivo, o jornalista reconhecia o “mérito” que esse movimento teria em defender os supostos “princípios fundamentais que formam o espírito de nossa pátria”. Além disso, coerente com o que já havia defendido em outros editoriais do jornal, Fernandes afirmava que seria necessária a “união de todos os brasileiros contra as investidas de Moscou”, pois todo cuidado seria pouco “para evitar que se desagreguem as forças de resistência” ao Comunismo e apesar de afirmar que poderia fazer várias reservas ao Integralismo, era nesse campo contrário ao Comunismo que o movimento do Sigma se enquadraria⁵⁹¹.

⁵⁹⁰ *Correio da Noroeste*, 13/09/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁹¹ FERNANDES, J. A conspiração da Bahia. *Correio da Noroeste*, 15/09/1936, p.1. Arquivo MFRB.

Em 16 de dezembro, o assunto voltaria a aparecer no *Correio da Noroeste*, pois uma notícia de primeira página divulgava que havia um projeto de lei proposto na Câmara Federal e que acarretaria no fechamento da AIB, mesmo sem mencioná-la diretamente, por prever o fechamento de “qualquer clube, agremiação, junta, sociedade, ou o nome que tiver, e que pretenda mudar o regime”. Segundo o jornal, o projeto tinha sido aprovado em uma primeira discussão por uma margem de somente 38 votos a favor, mas que apesar disso, o projeto permaneceria “congelado” e não iria para uma segunda votação, e, portanto, segundo alguns parlamentares, não seria tomada nenhuma atitude de fato contra o Integralismo⁵⁹².

No dia seguinte, em editorial, José Fernandes criticou o projeto de lei que poderia levar ao fechamento da Ação Integralista. Segundo ele, mesmo que o projeto não citasse diretamente essa organização, era claro o intento em desmobilizar o Integralismo, o que seria exatamente o que o “comunismo” visava a conseguir, por meio da propaganda realizada “pelas forças visíveis de que ainda dispõem”. Para Fernandes, o próprio governo Vargas compreendia que o país estaria precisando de disciplina e o movimento liderado por Plínio Salgado seria exatamente um “polarizador de disciplina, um amigo da ordem, um pregador do respeito à autoridade, um semeador de nacionalismo”. Considerando isso, para ele, seria compreensível que os comunistas combatessem o Integralismo, pois este seria a “antítese” do Comunismo, mas não lhe era possível entender por que os deputados - aqueles que em sua visão deveriam ser os “representantes da soberania nacional”, que deveriam ser “os anteparos eficazes ao internacionalismo dissolvente” - queriam combater a AIB, pois deveriam “apreciar que houvesse quem os ajudasse nesse trabalho de preservar um patrimônio moral que é comum” a todos? Ainda em defesa dos integralistas, Fernandes afirma que as ideias dos camisas-verdes representavam “a essência das nossas instituições e, portanto dos anseios coletivos”, e que era necessário que todos trabalhassem por um “espírito de ordem, de disciplina e de organização”, sobrepondo os “interesses da nação” aos interesses pessoais⁵⁹³.

Assim, por meio desses últimos editoriais citados, é possível ver a mudança da linha política editorial do jornal se comparada com aquela apresentada em meados de 1935, quando José Fernandes chegou inclusive a defender o fechamento da AIB junto com o fechamento da ANL, classificando ambos como extremistas. Também fica muito claro como ele assume uma posição que poderíamos considerar, no mínimo, conivente com o Integralismo e os projetos fascistas em nome do combate aos comunistas e da defesa da ordem social.

⁵⁹² *Correio da Noroeste*, 16/12/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁹³ FERNANDES, J. Ordem, disciplina, organização. *Correio da Noroeste*, 17/12/1936, p.1. Arquivo MFRB.

Retornando a partir de agora para as representações sobre os comunistas, verificamos que entre o final de 1936 e o primeiro semestre de 1937, surgem com mais regularidade algumas notícias sobre os processos sofridos por eles e outros militantes de esquerda no Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

Na edição de 13 de dezembro, foi publicada uma notícia de primeira página informando que havia 408 volumes de documentação de 45 processos crime que haviam sido instaurados, com 199 acusados de realizarem atividades comunistas, e que foram enviados de São Paulo para o TSN. Tal informação mostra a grande dimensão que a repressão contra os comunistas tinha alcançado, considerando somente o estado de São Paulo⁵⁹⁴. Em 28 de fevereiro de 1937, o *Correio da Noroeste* reproduz informações do jornal *O Globo* a respeito das atividades do Tribunal de Segurança Nacional e, segundo o periódico carioca, o julgamento dos “chefes comunistas” que teriam organizado o levante de novembro de 1935 só seria realizado no final de março ou início de abril de 1937⁵⁹⁵, gerando uma expectativa no público leitor. Na edição de 9 de março, uma pequena notícia na primeira página informava que muitos presos políticos estavam sendo colocados em liberdade em São Paulo, a partir de uma ordem que teria beneficiado vários prisioneiros de destaque. No entanto, a notícia não menciona se todos esses presos seriam comunistas⁵⁹⁶.

Poucos dias depois, em 20 de março, uma notícia de primeira página informava que 17 ferroviários bauruenses haviam retornado à cidade após passarem mais de um ano detidos como presos políticos, acusados de realizarem atividades comunistas, devido ao estado de guerra decretado após os acontecimentos de novembro de 1935. Segundo o *Correio da Noroeste*, todos esses ferroviários foram libertados por meio de ordem emitida pelo governo estadual paulista após as apurações sobre suas atividades não terem concluído que eles eram comunistas. Ainda segundo o texto, o número total de presos bauruenses que haviam sido libertados seria maior, mas alguns deles ainda estavam em São Paulo por terem adiado o seu retorno ao interior do estado e, de acordo com aqueles que haviam acabado de retornar a Bauru, os que ainda se encontravam presos provavelmente seriam colocados em liberdade em breve⁵⁹⁷.

Tal notícia nos mostra como o crescimento da repressão política, a partir da decretação do estado de guerra e como resposta ao fracassado levante comunista, também atingiu Bauru e, especialmente, os ferroviários bauruenses, parcela da classe trabalhadora que, ao menos

⁵⁹⁴ *Correio da Noroeste*, 13/12/1936, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁹⁵ *Correio da Noroeste*, 28/02/1937, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁹⁶ *Correio da Noroeste*, 09/03/1937, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁹⁷ *Correio da Noroeste*, 20/03/1937, p.1. Arquivo MFRB.

anteriormente, era a mais organizada política e sindicalmente na cidade. Portanto, o contexto pós-novembro de 1935 havia levado um grande número desses trabalhadores a serem presos por mais de um ano, mesmo sem provas de seu envolvimento direto com aquele movimento. Como vimos anteriormente, isso resultou no fechamento do sindicato da categoria, que posteriormente foi reaberto por representantes pelegos, conservadores e inclusive integralistas presentes no meio ferroviário local.

Voltando ao caso do movimento de novembro de 1935, na edição de 6 de Maio, foi publicada uma notícia de primeira página informando que o julgamento dos principais acusados como envolvidos naquele movimento começaria no dia seguinte, 7 de maio, sendo 35 o número de réus que seriam julgados, entre eles Luís Carlos Prestes, Arthur Ernst Ewert, também conhecido como Harry Berger, Pedro Ernesto e Hercolino Cascardo, e as decisões do tribunal seriam tomadas em sessões secretas⁵⁹⁸. Tais informações também nos mostram que a previsão de data desse julgamento, informada anteriormente, não havia se concretizado. Apesar da relevância desse julgamento, vimos que ele recebeu menos destaque do que se esperaria, aparecendo somente em mais uma vez em edição do jornal.

Na edição de 9 de maio, a cobertura sobre o julgamento foi dividida em duas partes distintas na primeira página. Primeiro, divulgava-se que todos foram condenados e que, exceto aqueles que já haviam cumprido o tempo da sentença que lhes fora determinada, todos iriam cumprir suas penas. O jornal ainda reproduz a fala do juiz Barros Barreto, responsável pelo julgamento, que justificou as condenações como “reflexo do esforço e da dedicação dos magistrados à causa da Justiça, sendo-lhes dada por elevado espírito de equanimidade”; tal reprodução foi uma forma do periódico apresentar a suposta legitimidade de todo o processo. Por último, há a informação de que alguns dos condenados como Hercolino Cascardo, Roberto Sisson e Francisco Mangabeira, haviam sido colocados em liberdade por já terem cumprido suas sentenças no tempo em que ficaram presos esperando o julgamento⁵⁹⁹.

Na segunda notícia, são informadas as penas de cada um dos condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional. É preciso ressaltar que muitos dos acusados de envolvimento não eram comunistas, então considero importante destacar que a condenação daqueles que eram realmente comunistas e estiveram de fato envolvidos na articulação do levante foi maior, como o caso de Luís Carlos Prestes, condenado a 16 anos e 8 meses de prisão, e de Harry Berger, condenado a 13 anos e 4 meses. Membros importantes do PCB como Antonio Maciel

⁵⁹⁸ *Correio da Noroeste*, 06/05/1937, p.1. Arquivo MFRB.

⁵⁹⁹ *Ibid.*

Bonfim, também conhecido como Miranda, e Lauro Reginaldo Rocha, também conhecido como Bangu, foram condenados a 4 anos e 4 meses de prisão⁶⁰⁰.

É importante ressaltar que ao longo desse primeiro semestre de 1937, o *Correio da Noroeste* não publicou tantos editoriais e artigos de opinião sobre os comunistas quanto no ano anterior e dos que foram publicados, alguns eram reproduções de textos do Departamento Nacional de Propaganda, revelando que a estrutura de propaganda do Estado varguista já estava cumprindo o seu papel para a campanha anticomunista na imprensa. Os temas presentes nesses textos produzidos por órgãos oficiais não abordavam diretamente eventos ou fatos nacionais, mas sim críticas à União Soviética, como a repressão aos dissidentes e os expurgos realizado por Stálin⁶⁰¹, ou mesmo a relação entre a Igreja Católica e o Comunismo, reproduzindo argumentos religiosos comumente utilizados pelos católicos anticomunistas⁶⁰². Assim, vemos como a ação anticomunista do governo Vargas já havia chegado a um novo nível de atuação, com a produção e divulgação de conteúdo anticomunista a ser reproduzido pela imprensa em diversos lugares do país. No caso do último texto citado, seu conteúdo mostra a importância da matriz cristã, e especialmente católica, dentro do anticomunismo e de sua propaganda, sendo utilizada como fonte para a campanha anticomunista realizada pelo próprio governo em um país oficialmente laico, mas com uma população majoritariamente católica.

A respeito das representações sobre os integralistas no primeiro semestre de 1937, assim como em outros períodos anteriores, eles foram menos citados que os comunistas. No entanto, os espaços que ocuparam nas páginas do *Correio da Noroeste* foram geralmente dedicados à propaganda de atividades dos núcleos da AIB na região, de textos doutrinários, além de notícias sobre a política nacional e que envolviam o Integralismo, geralmente representando-os positivamente. Como exemplo desse último caso, há um texto que apresentava declarações supostamente proferidas por Getúlio Vargas a respeito do papel político cumprido pela AIB naquele momento.

Na edição de 7 de março, uma notícia de primeira página divulgava que, segundo o jornal integralista *Acção*, o núcleo da AIB de Poços de Caldas havia informado que o líder dos camisas-verdes naquela cidade tivera uma longa conferência com o presidente Getúlio Vargas quando o presidente da república estava naquela cidade mineira e que após questioná-lo se considerava que os integralistas estavam causando qualquer perturbação da ordem, Vargas

⁶⁰⁰ *Correio da Noroeste*, 06/05/1937, p.1. Arquivo MFRB.

⁶⁰¹ A Rússia Soviética devora seus próprios criadores. *Correio da Noroeste*, 31/03/1937, p.3. Arquivo MFRB.

⁶⁰² A Igreja e o Comunismo. *Correio da Noroeste*, 07/03/1937, p.3. Arquivo MFRB.

teria respondido que não, “ao contrário, os integralistas tem me ajudado bastante na manutenção da ordem”⁶⁰³. Dessa forma, o *Correio da Noroeste* reproduzia a versão integralista sobre sua relação com o presidente e sua suposta contribuição com ele para a manutenção da ordem. Através desse texto, vê-se claramente quanto os integralistas buscavam se aproveitar do contexto de grande apoio geral ao discurso anticomunista e da continuidade das medidas de exceção para fazer propaganda de seu movimento como um suposto auxiliar de grande valia na luta contra o “perigo vermelho”.

O tema da repressão aos camisas-verdes em alguns estados volta à tona nas páginas do jornal na edição de 21 de março. A manchete de primeira página destacava a informação de que os integralistas baianos, que haviam sido presos naquele estado por ordem do governador, Juracy Magalhães, foram libertados. Por essa ocasião, os camisas-verdes de diversos locais realizaram desfiles para comemorar o fato e reafirmar suas posições enquanto movimento político de massas e atuante no espaço público, sendo a manifestação mais significativa a que fora realizada nas ruas do Rio de Janeiro. Tais acontecimentos, a libertação dos presos integralistas e os desfiles promovidos pela AIB tiveram repercussão na Câmara Federal⁶⁰⁴.

O periódico destacava que alguns deputados defenderam a soltura dos camisas-verdes baianos, inclusive com um deles lendo um artigo publicado no jornal integralista *Offensiva* para defender sua posição, e outros parlamentares protestaram contra o desfile realizado pelos fascistas brasileiros e ainda afirmaram que o presidente Getúlio Vargas estava enfraquecendo a democracia “com sua orientação de dois pesos e duas medidas”. Em resposta, deputados simpáticos ao Integralismo defenderam que o desfile dos camisas-verdes não poderia ser proibido porque teria se realizado “dentro da ordem”. O texto publicado pelo *Correio da Noroeste* inicialmente parece ter uma posição mais objetiva em relação aos acontecimentos que envolviam a AIB naquele momento; no entanto, o maior destaque aos discursos parlamentares favoráveis aos integralistas e a suas manifestações como eventos que ocorriam em “ordem” dão a impressão de que o jornal apresentava-os positivamente e apoiava seu movimento mais uma vez⁶⁰⁵.

Outra referência interessante aos integralistas naquele jornal bauruense e que gostaria de destacar aqui foi publicada na edição de 1º de maio de 1937. Uma nota publicada na terceira página informa que haveria uma conferência de um operário na sede do núcleo integralista bauruense em uma sessão solene por ocasião das comemorações do dia do Trabalho. Segundo

⁶⁰³ Declarações do Sr. Getúlio Vargas sobre o Integralismo. *Correio da Noroeste*, 07/03/1937, p.1. Arquivo MFRB.

⁶⁰⁴ *Correio da Noroeste*, 21/03/1937, p.1. Arquivo MFRB.

⁶⁰⁵ *Ibid.*

as informações divulgadas pelo periódico, o operário Constantino Iani viria de São Paulo como representante do chefe provincial da AIB e o evento seria aberto ao público⁶⁰⁶. A realização dessa cerimônia, assim como sua divulgação na imprensa, mostrava uma tentativa dos integralistas de se representarem como próximos aos operários justamente no dia em que essa classe estava mais em foco, realizando propaganda por meio da tentativa de construção dessa imagem com o objetivo de atrair novos militantes para seu núcleo.

Por fim, em junho daquele ano, começa a ser divulgado o lançamento da campanha de Plínio Salgado às eleições presidenciais que eram previstas para ocorrer em 1938. Na edição de 22 de junho, foi publicada na primeira página uma grande nota de propaganda intitulada “Ao povo”, na qual o núcleo integralista bauruense anunciava que no dia seguinte seria realizada uma “sessão cívica” de lançamento da candidatura de Plínio Salgado à presidência da República e a leitura de seu “manifesto programa”. Segundo as informações do texto, estariam convidados “todos os brasileiros, sem distinção de classe, cor e credo religioso” a comparecerem ao evento, que ainda contaria com discurso de um dos principais integralistas locais, Sebastião Lins, que era então governador da 17ª Região Integralista. Ao final, o texto reforça que todos os membros da AIB deveriam comparecer com suas camisas-verdes⁶⁰⁷. Nesse texto, assim como no anterior sobre o 1º de maio, ressalta-se o convite para todos, tentando-se construir uma imagem positiva e receptiva sobre o movimento. Apesar de Salgado ter iniciado sua campanha para presidente, seus planos seriam frustrados pelo início do Estado Novo em novembro de 1937.

Antes de partirmos para o final do capítulo, é importante destacarmos que em junho de 1937, havia uma discussão pública sobre a necessidade ou não da renovação do estado de guerra, vigente desde o fim de 1935 após o levante comunista de novembro daquele ano. Anteriormente, o governo sempre conseguia a renovação dessa medida de exceção com a justificativa de que ela era necessária para se combater o “perigo vermelho” representado pelos “subversivos” comunistas. No entanto, o noticiário sobre a descoberta de atividades desses militantes e de novas prisões tornara-se mais escasso naquele semestre e, juntamente com a condenação dos líderes daquele movimento em maio, tornava mais difícil justificar uma nova prorrogação do estado de guerra. Sobre esse assunto, José Fernandes publicou um editorial na edição de 15 de junho.

⁶⁰⁶ Ação Integralista Brasileira - Um operário realizará uma conferência na sede do núcleo local. *Correio da Noroeste*, 1º/05/1937, p.1. Arquivo MFRB.

⁶⁰⁷ *Correio da Noroeste*, 22/06/1937, p.1. Arquivo MFRB.

No texto intitulado “O inimigo”, José Fernandes elogiava a atitude do então ministro da Justiça de apresentar ao presidente da República a proposta de que o estado de guerra não fosse renovado, destacando que o término do estado de exceção era necessário. O diretor do jornal começa então a defender que seu início teria ocorrido por “um imperativo de amor às tradições brasileiras, à forma de governo e à tranquilidade de todos os lares, numa hora cheia de apreensões, como foi aquela, de 1935, em que extravasaram aqui os métodos vermelhos de luta pelo poder”. A partir desse ponto, Fernandes começa a descrever de forma cenográfica o que seriam esses “métodos vermelhos”, quem os colocava em prática e quais seus objetivos, afirmando que:

“sangue de brasileiros se derramou (...) em nome de uma ideologia bárbara, que pôde dominar um povo de raça diferente (...) que há poucos decênios saíra do regime quase escravocrata, mas não poderia ter veleidades de domínios em terras outras, como a nossa, com mais de cem anos de autonomia política, e com o espírito voltado sempre para as coisas da verdadeira liberdade cívica, para o amor da família, para a afeição da pátria e para o respeito à vontade de Deus”⁶⁰⁸.

Após defender que o estado de exceção fora imprescindível no momento posterior ao levante comunista de 1935, Fernandes ressaltava que naquele novo momento, cerca de um ano e meio depois, sua eficiência já teria se esgotado, porém resalta que nem por isso seria possível cruzar os braços nem acreditar que “os inimigos das instituições, da pátria, da família e de Deus ficarão indiferentes, agora, aos seus sonhos de imperialismo no Brasil”. Por isso, ainda seria necessário ficar em alerta contra o “perigo vermelho”, considerando que os comunistas continuavam “disfarçando-se nos mais diferentes processos de divulgação” e que, para combater o “ardor com que comunismo prossegue no seu trabalho junto a nós”, ainda seria preciso que em alguns casos o governo tivesse um “sentido patriótico” para tomar medidas que inibissem “a ação dissolvente dos que elegeram o Brasil para objeto de desmoralização”. O jornalista resalta que o agitado momento político nacional naquele momento, voltado para as discussões acerca da sucessão presidencial, não deveria ter disputas que chegassem “ao ponto de embaraçar as medidas que, com o ânimo resolutivo, e a bem do Brasil, devam o governo e as autoridades tomar”. Dessa forma, em sua visão, seria muito importante que os diversos grupos em luta eleitoral definissem “claramente o seu propósito de combate ao comunismo”, pois seria contra a existência dessas próprias correntes políticas que os comunistas trabalhavam⁶⁰⁹.

⁶⁰⁸ FERNANDES, J. O inimigo. *Correio da Noroeste*, 15/06/1937, p.1. Arquivo MFRB.

⁶⁰⁹ *Ibid.*

Portanto, para Fernandes, acima de tudo, era necessário manter uma união de diversos grupos e correntes em torno da defesa da causa anticomunista liderada e executada pelas autoridades contra um “inimigo implacável, rancoroso, vingativo, sanguinário”, tendo em vista que seriam justamente “as divisões, as inquietações políticas que poderiam contribuir” para a sua ação enquanto “aproveitador de todas as agitações, de todos os desentendimentos, de todas as desinteligências, de todas as desarmonias” ⁶¹⁰. Seria a partir dessa visão de defesa da união contra os comunistas que, como vimos, o diretor do *Correio da Noroeste* justificou e ainda justificaria seu apoio à AIB.

Não encontramos nenhuma das edições do segundo semestre de 1937 do *Correio da Noroeste*, o que impossibilita nossa análise sobre as representações de comunistas e integralistas no contexto imediatamente anterior e no contexto imediatamente posterior ao início do Estado Novo, incluindo a anunciada revelação e divulgação do Plano Cohen e a campanha anticomunista que levaria ao início dessa ditadura. Foram encontradas apenas algumas edições da *Folha do Povo*, mas por serem poucas e esparsas, não constituindo uma série de edições, não foi possível se basear nelas para fazer uma análise de fato desse período de 1937. Por isso, passaremos a analisar as representações do ano de 1938, principalmente sobre os integralistas, quando estes passam a ser alvo da repressão estatal.

5.5 – A “intentona” integralista no *Correio da Noroeste*.

A partir de agora, veremos como o jornal de José Fernandes representou os integralistas após o início do Estado Novo e, especialmente, durante o levante integralista de maio de 1938 ou mesmo em tentativas de insurreição anteriores e que fracassaram, como em março desse mesmo ano.

Entre janeiro e maio de 1938, encontramos 68 representações sobre os integralistas nesse jornal e nas próximas páginas, destacaremos algumas das mais importantes.

Logo no início de janeiro, foram publicadas duas notícias referentes aos integralistas, como a prisão de alguns camisas-verdes no Rio de Janeiro por espalharem boletins de propaganda, e em Alagoas, onde 80 militantes já haviam sido presos, acusados de organizarem uma “conspiração integralista”, sendo inclusive parte desses conspiradores dois ex-secretários estaduais e “outros elementos destacados da sociedade alagoana”. Mas antes dessas duas notícias, o *Correio da Noroeste* destacava que, segundo uma fonte próxima dos integralistas, as recentes “atividades” de alguns camisas-verdes e que “representavam flagrante desrespeito

⁶¹⁰ FERNANDES, J. O inimigo. *Correio da Noroeste*, 15/06/1937, p.1. Arquivo MFRB.

às instruções do seu próprio chefe” seriam ações de um número “insignificante dos partidários do senhor Plínio Salgado”. Dessa forma, o jornal buscava tratar essas ações de propaganda, e inclusive de tentativas de tomada do poder, não como fruto de instruções da direção do movimento integralista, mas sim como ações “individuais e isoladas” e que, supostamente, contrariavam as orientações de seu líder, e assim não caberia a Salgado nem a nenhum membro da direção do movimento se responsabilizar por tais atos. O texto ainda destaca que “o governo sabe disso e não se deixará iludir pelo que dizem ou escrevem os que ainda insistem, nesta altura dos acontecimentos, em hospitalizar o integralismo”, pois as autoridades saberiam que o Integralismo “transformou-se, procurando adaptar-se às exigências da lei” ⁶¹¹.

Poucos dias depois, o *Correio da Noroeste* começa a apresentar em suas páginas a campanha realizada pelos integralistas para manterem-se ativos por meio da reformulação da AIB, que agora seria chamada Associação Brasileira de Cultura (ABC), tentando enquadrar-se na legislação do Estado Novo, que proibia a existência de partidos, mas tolerava associações culturais. Em 4 de Janeiro, um texto de primeira página reproduzia informações divulgadas pelos jornais cariocas a respeito da atuação de Plínio Salgado para a organização e legalização da ABC, que substituiria a antiga AIB. Os trechos divulgados são principalmente do periódico *O Povo*, citado nas páginas do *Correio da Noroeste* como um veículo “cujas ligações com o antigo integralismo são notórias”. Segundo esse periódico, Salgado estaria naquele momento trabalhando “intensamente, dirigindo em pessoa a transformação da Ação Integralista em associação de cultura como preceitua a nova constituição”, e ao conseguir a legalização, a ideia era abrir as “sucursais de todos os Estados, municípios e distritos” ⁶¹².

Ao escolher divulgar as informações de fonte integralista sem apresentar outro ponto de vista e reproduzir esses trechos citados de forma acrítica, em especial este último, o *Correio da Noroeste* toma a posição de defensor do integralismo e de sua tentativa de legalização e legitimação dentro do Estado Novo.

Logo no início daquele ano, os integralistas seriam acusados de articularem movimentos visando à derrubada da ditadura varguista. Na edição de 5 de Janeiro, na manchete de primeira página, o jornal abordou novamente o caso dos integralistas de Alagoas, que estariam sendo acusados de articular uma conspiração para tomar o poder. A respeito do caso, o *Correio da Noroeste* reproduz informações vindas do Rio de Janeiro para criticar parte da imprensa ao afirmar que:

⁶¹¹ *Correio da Noroeste*, 1º/01/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶¹² *Correio da Noroeste*, 04/01/1938, p.1. Arquivo MFRB.

“os jornais tradicionalmente hostis ao integralismo estão explorando a provável credulidade dos seus leitores no tocante a propalada conspiração integralista de Alagoas (...) falando do fato em manchetes espetaculares, ao contrário dos órgãos circunspectos desta capital, que se limitaram a divulgar a primeira notícia (...) e nada mais escreveram sobre o assunto” ⁶¹³.

Com o objetivo de amenizar a gravidade das acusações contra os camisas-verdes e inclusive questioná-las, diminuindo o tamanho e o objetivo do movimento desses militantes naquele estado nordestino, o periódico bauruense publicou que “os detalhes que já se conhecem permitem admitir que a conspiração, se tal nome pode ter o possível movimento, está reduzida a proporções mínimas” e que o armamento apreendido seria composto apenas por “uma granada de mão, aliás, descarregada”, e por um canhão com várias peças faltando. Assim, o jornal defendia que “a impressão predominante é a de que o fato de Alagoas não reveste a gravidade que se lhe pretendeu emprestar” e que seria de interesse para todos “ouvir, a propósito, alguém do antigo integralismo”. Nesse sentido, reproduzia a fala de Plínio Salgado, que teria afirmado que as informações divulgadas por parte da imprensa eram “formas de se ganhar os duzentos réis do público” e que desde dezembro, já não tinha contato com os “antigos camisas-verdes” de Alagoas, motivo pelo qual nada sabia sobre o caso daquele estado pois estaria focado no preparo do “funcionamento da Associação Brasileira de Cultura, como entidade cultural de finalidades espirituais” ⁶¹⁴.

Neste último ponto, Salgado cita um dos argumentos mais utilizados pelos camisas-verdes em seus discursos e propagandas, a de que o Integralismo representaria uma “revolução espiritual”, oposta ao materialismo, que seria representado tanto pelo Comunismo como pelo Liberalismo, e o jornal reproduz integralmente tal ideia nessa edição, por meio de um texto noticioso que, na verdade, revestia uma propaganda dos argumentos integralistas.

Na mesma edição e na mesma página, em uma coluna ao lado do noticiário sobre os acontecimentos que envolviam os seguidores do Sigma, há uma breve notícia com o título “atividades comunistas em Alagoas”, divulgando informações da polícia daquele estado a respeito de “diligências feitas para abortar planos comunistas” que estariam sendo orientadas por um “chefe stalinista” e que apurações apontavam que os “os comunistas vinham há muito fabricando dinamite em tal quantidade que, se explodisse, levaria Maceió pelos ares”. Ou seja, ao mesmo tempo em que negava que os integralistas estariam de fato organizando uma conspiração ou que, caso estivessem, esse seria um movimento muito diminuto, o *Correio da Noroeste* ressalta que a polícia alagoana havia descoberto e desbaratado um grande plano de

⁶¹³ *Correio da Noroeste*, 05/01/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶¹⁴ *Ibid.*

“subversão” arquitetado pelos comunistas e que seria tão perigoso que poderia até destruir toda a cidade⁶¹⁵. Tal notícia com conteúdo anticomunista, na posição em que estava na página e da forma como foi publicada, logo após defender os integralistas, mostra como o jornal operava com a ideia de oposição entre bem e mal mais uma vez.

Na edição do dia seguinte, um texto no topo da primeira página informava que, segundo algumas fontes, o decreto que determinou o fechamento de todos os partidos políticos no país no mês anterior visava a atingir principalmente a AIB, e que tal medida governamental teria sido “menos enérgica” se Plínio Salgado tivesse aceitado um convite para assumir o Ministério da Educação, que lhe teria sido oferecido pelo presidente por meio de “emissários de confiança”. Ainda visando a representar os antigos integralistas enquanto respeitadores da ordem social, o jornal afirmava que os camisas-verdes que haviam sido presos por distribuírem boletins o fizeram de forma contrária às orientações de Salgado, que realizaria “uma oposição decidida a qualquer gesto de desrespeito à nova Constituição” por parte de seus antigos companheiros. O texto apontava ainda que havia sido aprovado um regulamento que autorizaria o funcionamento de “sedes, sucursais, filiais e locais habituais de reunião das sociedades em que se tenham transformado as antigas organizações”, o que poderia beneficiar os integralistas⁶¹⁶.

Reforçando a representação dos camisas-verdes enquanto respeitadores da ordem, uma notícia na parte de cima da primeira página da edição de 14 de Janeiro destacava que Plínio Salgado havia baixado instruções acerca do funcionamento da ABC para todos os seus membros, no sentido de delimitar a atuação das filiais e sucursais da organização. Segundo o antigo líder integralista, todas as atividades que tivessem como objetivo:

“desenvolver e aprimorar os sentimentos espiritualistas e as virtudes cristãs do povo brasileiro, bem como as que dizem respeito ao estudo, pesquisa e solução dos problemas da nacionalidade, serão por enquanto desenvolvidas tão somente na sede central no Rio de Janeiro e nas sucursais instaladas nas capitais dos estados”⁶¹⁷.

Essas instruções estabeleciam a criação de comissões técnicas responsáveis pela censura de discursos, conferências e assembleias que fossem proferidas principalmente nas sucursais, e, em menor medida, nas filiais, pois estas últimas teriam suas atividades voltadas inicialmente apenas para os serviços beneficentes, culturais e esportivos, sendo que qualquer discurso a ser realizado nas filiais deveria ser autorizado pelo presidente da Associação Brasileira de Cultura e revisados pela comissão de censura. Por último, Salgado determinava que todos os

⁶¹⁵ *Correio da Noroeste*, 05/01/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶¹⁶ *Correio da Noroeste*, 06/01/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶¹⁷ *Correio da Noroeste*, 14/01/1938, p.1. Arquivo MFRB.

associados, mas especialmente diretores, chefes, conferencistas, oradores e doutrinadores, deveriam realizar esforços “no sentido de evitar quaisquer atritos com as autoridades do país”⁶¹⁸. Todas essas orientações, e em especial a última, indicam que os antigos integralistas estavam preocupados, ao menos publicamente, em apresentar a imagem de que respeitavam a ordem instituída no Estado Novo, o que sugere um esforço de se integrar à ordem vigente através de apoio e possível incorporação ao governo.

Apesar dos textos de defesa do Integralismo, começaram a surgir com mais frequência notícias que apontavam a existência de “subversivos” entre os camisas-verdes⁶¹⁹. Por exemplo, em 4 de março, uma breve notícia de primeira página informava que a polícia havia prendido 18 integralistas na Bahia, os quais teriam sido “surpreendidos no momento em que articulavam um movimento subversivo”. No entanto, os camisas-verdes presos alegavam que estavam apenas jogando pôquer e não organizando qualquer tipo de movimento⁶²⁰. É importante destacar que, diferentemente dos casos de prisão de comunistas, o jornal apresentou a versão dos fatos dada pelos integralistas presos. Já no início de março, uma breve notícia de primeira página divulgava que um grupo de integralistas havia atirado contra um subdelegado no distrito de Glicério, em Macaé, no Rio de Janeiro. Segundo as informações recebidas pelo jornal, os militares da força federal de um forte localizado naquela cidade fluminense intervieram, “restabeleceram a ordem”, e o governo estadual já tinha tomado providências sobre o caso⁶²¹. Essa era a primeira vez em que, num caso de violência envolvendo os integralistas, o jornal representava estes enquanto responsáveis pelos atos e não relativizava as acusações contra eles.

Em 16 de março, o *Correio da Noroeste* apresentava informações sobre um plano “subversivo” dos camisas-verdes em alguns estados que estavam “conspirando contra o Estado Novo”, mas que haviam sido descobertos pela polícia. No entanto, a notícia aparecia somente na quarta página e por isso contava com menor destaque do que as notícias dos dias anteriores. Segundo informações dadas pelo Secretário de Segurança Pública de São Paulo, os camisas-verdes da capital paulista estavam conspirando para tomar o poder e se articulando com mais membros do mesmo movimento em outros estados e três deles haviam sido presos no dia 10 daquele mês, quando tentaram se infiltrar em um quartel. Dois desses presos admitiram seus “propósitos subversivos”, esperando movimentos semelhantes que ocorreriam

⁶¹⁸ *Correio da Noroeste*, 14/01/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶¹⁹ Novas prisões, no Rio, de elementos que estão sob suspeita (Direitismo). *Correio da Noroeste*, 20/01/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶²⁰ *Correio da Noroeste*, 04/03/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶²¹ *Correio da Noroeste*, 05/03/1938, p.1. Arquivo MFRB.

no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. O secretário de Segurança também teria afirmado que não esperava mais nenhuma conspiração do tipo e que, portanto, a população poderia ficar “tranquila” e que se não fosse a “vigilância eficiente do capitão Felinto Muller”, poderiam ter ocorrido graves acontecimentos. Ainda segundo o secretário, o governo federal contaria com o apoio das forças armadas e, por isso, estava “aparelhado para empreender a obra de reconstrução nacional dentro dos moldes inaugurados em 10 de novembro” ⁶²².

A edição de 19 de março apresentava mais detalhes sobre o caso. Manchete de primeira página destaca os planos e a tentativa de tomada do poder por parte dos integralistas ou, como seriam chamados pela primeira vez, os “emissários do credo verde” ⁶²³.

Segundo as informações da imprensa carioca recebidas pelo *Correio da Noroeste*, a descoberta do plano e as operações para abortá-lo por parte da polícia tiveram início no dia 10, quando alguns camisas-verdes foram encontrados com “atitude suspeita” rondando um quartel da Polícia Militar, no Rio de Janeiro, armados e com o uniforme do movimento por baixo da roupa. A partir disso, descobriu-se que o plano era iniciar um movimento em diversos pontos do país ao mesmo tempo e que os integralistas presos inicialmente no Rio estavam aguardando o sinal de alguns chefes do movimento, que estariam dentro dos quartéis, para iniciar o ataque. O plano visava a tomar todos os prédios públicos e os seus ocupantes não integralistas seriam “passados pelas armas”, incluindo o presidente da república e ministros⁶²⁴. A escolha dessa expressão para designar a intenção dos camisas-verdes de assassinar seus opositores políticos parece uma forma de abrandar suas ações, ainda mais se comparado com os termos que foram escolhidos para classificar as intenções dos comunistas no levante de novembro de 1935.

A polícia informava que havia prendido mais de 1000 pessoas a partir da descoberta da conspiração integralista, sendo que muitas delas já haviam sido liberadas e que 200 haviam sido interrogadas. Foram revistadas as casas de alguns dos principais líderes do movimento, como Plínio Salgado e Belmiro Valverde, tendo sido encontrado grande quantidade de armas, munições e punhais, além de listas de pessoas que deveriam ser executadas, entre figuras pertencentes à administração pública e a imprensa. Na casa do chefe do Integralismo, por exemplo, informou-se que foram encontrados cerca de 3000 punhais com o símbolo da suástica em relevo nos seus cabos, o que parece ter a clara intenção de associar o Integralismo com o Nazismo, que não era tão bem visto por parte da imprensa e da sociedade brasileira da

⁶²² *Correio da Noroeste*, 16/03/1938, p.4. Arquivo MFRB.

⁶²³ *Correio da Noroeste*, 19/03/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶²⁴ *Ibid.*

época quanto o Fascismo italiano. Também havia sido descoberto que pessoas de “destaque” na sociedade teriam colaborado financeiramente, com dinheiro e joias, para a realização da tentativa de levante integralista⁶²⁵.

Além de Salgado e Valverde, estariam foragidos outros membros importantes da AIB, como Gustavo Barroso e Raimundo Barbosa Lima, e divulgava-se que o chefe integralista teria enviado uma carta ao presidente Vargas declarando que não conseguia controlar mais uma grande parcela de seus adeptos, que atribuía o plano para “subverter a ordem” a membros exaltados do Sigma, pois havia ocorrido uma cisão dentro desse movimento, sendo que os conspiradores pertenceriam à ala dissidente. O jornal bauruense informava que, em São Paulo, o delegado superintendente da Ordem Política e Social havia declarado à imprensa que a situação no estado seria de absoluta calma, pois a polícia já havia tomado “providências preventivas” para reprimir qualquer tentativa de “sublevação integralista”. Também confirmava que alguns camisas-verdes mais “exaltados” foram presos e, assim como no caso do Rio de Janeiro, esses “emissários do credo verde” foram encontrados perto de um quartel⁶²⁶. A utilização da expressão “credo verde” para se referir ao Integralismo era uma novidade na cobertura da imprensa bauruense e equivalia, até certo ponto, à utilização da expressão “credo vermelho” para se referir ao Comunismo, mas o peso negativo e a violência atribuída a cada um desses movimentos ainda não parecia ser o mesmo.

Na edição seguinte do *Correio da Noroeste*, o caso da tentativa de revolta integralista contra o Estado Novo não só não foi noticiada na primeira página como ainda havia um breve texto afirmando que a situação do país era de “ordem e paz”. Só na última página, publicou-se um breve noticiário sobre as novidades em torno desses acontecimentos, divulgando que a polícia carioca continuava realizando novas apreensões de materiais integralistas, além de armas que haviam sido enterradas em diversos pontos da então capital federal. Também era divulgado que alguns dos principais líderes integralistas, como Plínio Salgado e Gustavo Barroso, não estavam escondidos foragidos da polícia, mas sim se escondendo de alguns dos seus próprios companheiros integralistas, pois eles teriam descoberto o plano dos camisas-verdes “exaltados” e denunciado aqueles companheiros à polícia⁶²⁷. Essa última informação parece ser mais uma tentativa de apresentar uma versão alternativa na qual os planos do levante integralista não fossem de responsabilidade dos antigos líderes da AIB, mas sim de um grupo dissidente e “radical”, “subversivo”, desse movimento.

⁶²⁵ *Correio da Noroeste*, 19/03/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶²⁶ *Ibid.*

⁶²⁷ *Correio da Noroeste*, 20/03/1938, p.8. Arquivo MFRB.

Nas edições seguintes, continuaram surgindo novas notícias sobre o caso do fracassado levante integralista, mas sempre breves e ocupando pouco espaço nas folhas do jornal. Nota-se que, no geral, o espaço dedicado ao noticiário sobre os integralistas e a repressão a suas atividades ainda era relativamente pequeno se comparado com o noticiário sobre as ações comunistas e a repressão a elas após os levantes de novembro de 1935, assim como em quase todo o período abarcado nesta pesquisa, mesmo quando não havia nenhum fato ou acontecimento mais relevante que envolvesse grupos de esquerda. É interessante notar que essa diferença de tratamento não ocorria só em parte da imprensa, pois o próprio governo federal ainda não apresentava a mesma firmeza em reprimir os integralistas como tinha com os comunistas. Por exemplo, em 10 de maio, o jornal divulgou que todos os oficiais do Exército que eram suspeitos de participação na “conspiração integralista”, ocorrida em março daquele ano, haviam sido postos em liberdade⁶²⁸.

Em comparação, muitos dos acusados de envolvimento com o levante comunista de novembro de 1935, fossem civis ou militares, ficaram presos por um longo período sem serem julgados e, muitas vezes, sem existirem provas concretas desse envolvimento, sendo suas prisões justificadas em nome da “segurança nacional”. Por isso, ao menos no caso dessa primeira tentativa de revolta dos integralistas contra o Estado Novo, a repressão contra os acusados e a campanha de propaganda contra o Integralismo parecem ser bem menos fortes do que havia sido contra os comunistas anteriormente.

A situação mudaria com o levante de maio de 1938. Na edição de 12 de maio, toda a primeira página foi ocupada com o noticiário a respeito da nova tentativa de levante integralista contra o Estado Novo. A manchete com o título “O governo central dominou prontamente a sedição integralista que irrompeu, na madrugada de ontem, na capital da República”, passava a impressão de que a situação já estava totalmente sob o controle do governo federal, que havia reestabelecido a ordem rapidamente, e o subtítulo apresentava a afirmação do delegado responsável pelo caso de que o chefe da AIB, Plínio Salgado, teria dirigido o movimento subversivo, diferentemente do que fora apresentado no caso da fracassada tentativa de levante de alguns integralistas dois meses antes. Também é destacada a informação de que o próprio presidente Getúlio Vargas teria “dirigido” a defesa do Palácio Guanabara, chegando a sair de “revólver em punho para enfrentar os agressores”, atribuindo-lhe assim o caráter de herói. Ainda são destacados fatos como de que o Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, havia sido levemente ferido, tendo sua vida salva por um soldado

⁶²⁸ *Correio da Noroeste*, 10/05/1938, p.1. Arquivo MFRB.

quando ele estava prestes a ser morto por um integralista, e a prisão de alguns militares de alta patente envolvidos no movimento integralista, como generais, coronéis, majores e capitães⁶²⁹.

O jornal também ressalta que os integralistas haviam espalhado o “pânico” entre a população em diversos locais do Rio de Janeiro, com granadas e incêndios de prédios. Destaca-se que inclusive havia alguns estrangeiros junto com os integralistas, comandando-os no levante em diversos pontos daquela cidade, o que poderia servir para alimentar o imaginário a respeito de uma ameaça à segurança nacional representada pela conspiração dos seguidores do Sigma. Os camisas-verdes também teriam controlado algumas estações de rádio, emitindo comunicados para a população local e para outros países, afirmando que Vargas havia sido deposto e que uma junta militar, apoiada por civis, havia tomado seu lugar. O saldo final após a repressão contra a “intentona” era de que nove pessoas tinham sido mortas no ataque ao palácio da Guanabara e que trezentos camisas-verdes haviam sido presos no QG do movimento em outro ponto da cidade, inclusive algumas lideranças da antiga AIB, como Belmiro Valverde. Por fim, o movimento teria sido debelado de vez com a contenção do ataque ao Arsenal da Marinha e, posteriormente, com a rendição dos militares que haviam se refugiado em uma estação de rádio próxima. Ao serem interrogados, muitos teriam confirmado que tinham agido sob as ordens de Plínio Salgado⁶³⁰.

Um dos fatores mais destacados da revolta integralista pelo *Correio da Noroeste* era a informação de que o golpe havia sido preparado previamente e cuidadosamente, o que seria demonstrado pela simultaneidade dos ataques ocorridos, pela utilização de armas “moderníssimas”, como dinamite, granadas e bombas incendiárias, e por terem sido usados sinais de identificação por todos aqueles que participaram da conspiração, como um lenço branco amarrado ao pescoço. Apesar de todas essas informações que destacavam o perigo da “intentona” integralista, o jornal ressaltava as falas de autoridades como o próprio presidente Vargas e o Ministro da Justiça, Francisco Campos, de que a situação já estava controlada e a ordem restabelecida⁶³¹.

Além disso, divulga-se que organizações operárias haviam prestado solidariedade e apoio ao presidente e em defesa do Estado Novo. Também são registradas as declarações das autoridades estaduais, que declaram seu apoio ao governo federal e afirmam terem tomado medidas preventivas e estarem em alerta para possíveis “desordens”. E entre esses governantes estaduais, destaca-se a fala do interventor de Pernambuco, Agamenon

⁶²⁹ *Correio da Noroeste*, 12/05/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶³⁰ *Ibid.*

⁶³¹ *Ibid.*

Magalhães, comparando o movimento integralista recém-realizado com o levante comunista de 1935, afirmando que ambos tinham recorrido ao “assassínio frio” enquanto método de ação política, e que, ao atacarem Vargas de surpresa, os camisas-verdes não contavam com o fato de que o presidente estaria “de revólver em punho, defendendo a tranquilidade do seu lar e a paz da família brasileira”. Ou seja, tal como os comunistas anteriormente, aqui, os integralistas são representados como violentos, frios, ameaçadores à “família brasileira”⁶³².

Na edição de 13 de Maio, diversas notícias a respeito do levante integralista e suas repercussões ocupam boa parte do espaço da primeira página. Entre essas informações, destacava-se que alguns dos principais líderes integralistas, como Raimundo Barbosa Lima e Plínio Salgado, ainda não haviam sido encontrados e, conseqüentemente, não estavam presos. Como consequência da repressão então em curso contra os envolvidos na revolta liderada pelos camisas-verdes, mais de 600 pessoas tinham sido presas no Rio de Janeiro, sendo que muitos eram militares, principalmente marinheiros e fuzileiros. Além das prisões ocorridas na antiga capital federal, a polícia já estava prendendo integralistas em outras regiões e estados do país, como foi o caso de um advogado que pertencia à AIB e que era responsável pelos “serviços de ligação integralista entre São Paulo e Curitiba”. Por conta das investigações sobre o ocorrido, uma grande quantidade de materiais explosivos havia sido apreendida pela polícia, sendo que o jornal ressalta que o total desses armamentos seria suficiente para fazer a cidade do Rio de Janeiro “voar pelos ares”, ressaltando dessa forma o potencial de violência dos camisas-verdes⁶³³.

Em Bauru, como reação ao levante e forma de demonstrar apoio e proximidade com o governo federal, o Sindicato dos Ferroviários da Noroeste enviou um telegrama ao presidente da República e seu conteúdo foi publicado na primeira página dessa edição:

O Sindicato dos Ferroviários da Noroeste do Brasil, por voto unânime de sua comissão executiva e refletindo sentimentos da totalidade dos sindicalizados da Noroeste, congratula-se com vossa excelência pela sufocação da intentona integralista na madrugada de ontem, hipotecando-lhe inteira solidariedade na defesa da ordem e do poder constituído. Respeitosas saudações – Basílio Ceschini, Hélio de Moraes Barbosa, Roberto Leite e Silva, Domingos Lamonica, Agnelo Costa, Antonio Ferreira Menezes e José Nora Bittencourt⁶³⁴.

É de fundamental importância lembrar que, dentre os membros da comissão executiva desse sindicato, pelo menos um deles, Hélio de Moraes Barbosa, havia sido um destacado camisa-verde do núcleo bauruense da AIB até o ano anterior, o que, além de ser irônico, pode

⁶³² *Correio da Noroeste*, 12/05/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶³³ *Correio da Noroeste*, 13/05/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶³⁴ *Ibid.*

demonstrar uma tentativa de se afastar de seu conhecido passado político, que agora poderia lhe causar complicações. Como já destacamos anteriormente, os integralistas exerciam um grande papel naquele sindicato desde o afastamento da antiga direção, composta principalmente pelos militantes de esquerda, pelo fato de os últimos terem sido presos após o levante comunista de novembro de 1935.

Nos dias seguintes ao movimento, as edições do *Correio da Noroeste* ainda apresentariam as repercussões do levante integralista com destaque na primeira página, geralmente sendo o tema da manchete da capa. As notícias em geral destacavam o avanço da repressão sobre os camisas-verdes, com um grande número diário de prisões realizadas pelas polícias do Distrito Federal e dos estados. Entre algumas informações mais interessantes que podemos destacar, está a reprodução da fala de um militante da AIB, Jair Brito Pereira, que havia afirmado que Salgado estava em São Paulo e que desaprovava o movimento, mas sua consideração não fora levada em conta pela “ala rebelde do integralismo”, que teria precipitado a ação à revelia do antigo chefe nacional a partir dos entendimentos feitos com sargentos e inferiores dos fuzileiros navais⁶³⁵. Por meio dessa notícia, o *Correio da Noroeste* mantinha aberta a possibilidade de que o chefe do Integralismo realmente não tivesse relação com o levante e, portanto, nem todos os integralistas (principalmente, seu líder mais importante) seriam violentos e subversivos.

Mais do que crítico aos camisas-verdes, a cobertura sobre a “intentona” integralista parece ter sido mais pautada pela preocupação em defender o Estado Novo varguista. Isso fica claro em casos como aquele em que o *Correio da Noroeste* publicou trechos de um editorial da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, escrito por Wladimir Bernardes, no qual esse articulista elogiava as “qualidades do chefe do governo nacional” ao “saber enfrentar” tanto a revolta comunista de novembro de 1935 como o levante integralista de maio de 1938. Segundo o editorial, escrito em tom laudatório, Vargas governava “com a brandura dos fortes e com a impessoalidade dos justos”, sendo que o “ensaio da técnica da violência, dos processos do ódio em ebulição”, representados pelos “ideais extremistas” e seus movimentos, seriam contra aquele “estadista eminentemente humano, que tudo tem feito para engrandecer o seu povo, assegurando-lhe o trabalho, num ambiente de paz e ordem públicas”⁶³⁶. Nesse texto, assim como em outros anteriores, especialmente aqueles que continham um discurso anticomunista, apresenta-se um maniqueísmo entre bem e mal no qual Vargas e o Estado

⁶³⁵ *Correio da Noroeste*, 14/05/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶³⁶ BERNARDES, W. "A Gazeta" preconiza a formação de um partido nacional a fim de nele se afirmar o Estado Novo. *Correio da Noroeste*, 15/05/1938, p.1. Arquivo MFRB.

Novo seriam o bem, e o Comunismo e agora, o Integralismo, ou os “extremismos”, seriam o mal.

5.6 – A “intentona” integralista na *Folha do Povo*.

Nesta última parte do capítulo, analisaremos as representações sobre os integralistas na *Folha do Povo*, principalmente no primeiro semestre 1938, mas antes, apresentaremos brevemente algumas características desse jornal e representações anticomunistas reproduzidas em suas páginas. É importante ressaltar que encontramos poucas edições desse jornal entre os anos de 1936 e 1937, e dessas, a maioria era do segundo semestre de 1937 e não compunham uma sequência completa, considerando que, por exemplo, havia mais edições de determinados meses e nenhuma de outros.

Até pelo menos o início de agosto de 1937, a *Folha do Povo* se manteve como jornal bissemanário, porém em algum momento entre agosto e setembro desse mesmo ano, o periódico passou a ser publicado diariamente, menos às segundas-feiras. Era um órgão de Imprensa que dividia o espaço de suas folhas em cinco colunas e buscava apresentar muito mais notícias do que editoriais ou artigos de opinião. De fato, a maioria dos textos de opinião publicados por ele nesse período eram comunicados do Departamento Nacional de Propaganda ou do Serviço de Divulgação da Polícia do Distrito Federal, mas isso não significa que o jornal não se posicionasse, seja por alguns poucos editoriais, notas e mesmo através das notícias que estampava em suas páginas. É importante ressaltar que, nas poucas edições de julho e agosto de 1937 que foram encontradas, não há menções nem aos comunistas nem aos integralistas.

No final de setembro de 1937, encontramos duas notícias que trazem referências importantes para a análise realizada nesta pesquisa. A primeira delas divulga que havia sido realizada uma homenagem aos mortos no “movimento armado de 1935”, em referência à revolta comunista de novembro daquele ano. A cerimônia foi realizada no cemitério de São João Baptista, no Rio de Janeiro, e consistiu em uma romaria aos túmulos dos oficiais e soldados mortos “em defesa da legalidade”. Segundo o jornal, algumas autoridades civis, incluindo o presidente da República, e militares estiveram presentes e discursaram. O texto da notícia mostrava que o cemitério estava “repleto de povo”, o que demonstraria o apoio popular à cerimônia e, consequentemente, ao governo e, portanto, contra os comunistas⁶³⁷. No entanto, o uso da expressão “movimento armado de 1935” aparenta carregar um peso negativo menor do que

⁶³⁷ *Folha do Povo*, 23/09/1937, p.1. Arquivo MFRB.

“intentona comunista” ou “revolta vermelha”, utilizada por outros jornais em momentos anteriores.

A segunda notícia dessa edição é sobre a Guerra Civil Espanhola e os conflitos que a envolviam. A *Folha do Povo* reproduzia informações da imprensa parisiense de que, na parte francesa do País Basco, “elementos do general Franco aliados com agentes fascistas” tramavam um plano de um levante com o objetivo de favorecer o “movimento nacionalista na Espanha”, que estava em conflito com os republicanos. O fato de esse periódico reproduzir a informação de que “agentes fascistas” estariam auxiliando as tropas franquistas a iniciarem uma revolta em território francês certamente contribuía para a construção de representações negativas para os movimentos e propostas fascistas no geral⁶³⁸.

Como podemos ver em algumas edições, as poucas notícias publicadas sobre a Guerra Civil Espanhola que encontramos na *Folha do Povo* apresentavam uma cobertura diferente daquela apresentada pelo *Correio da Noroeste*, parecendo mais neutra e chamando as forças franquistas de nacionalistas e as do governo de “republicanos” e não simplesmente de “comunistas” ou “vermelhos”. No jornal de José Fernandes, os nacionalistas certamente são apresentados de maneira mais positiva, tendo suas vitórias, concretas ou possíveis, anunciadas com muito mais frequência e com as tropas republicanas sendo estigmatizadas enquanto comunistas “sanguinários”, violentos e que eram contrários à Igreja Católica e seus valores.

A partir da segunda quinzena de outubro, o jornal passou a publicar breves notas no topo da primeira página expressando seus posicionamentos políticos e sobre questões sociais em algumas de suas edições. Por exemplo, a edição de 23 de outubro trazia uma nota na qual se criticava os “extremismos” ao afirmar que “cumpre a cada um dos brasileiros combater as ideias extremistas, trabalhar pela estabilidade da democracia e pela perene manutenção da ordem. Isto se consegue prestigiando as autoridades”⁶³⁹. Assim, em nome desse combate aos “extremismos”, a *Folha do Povo* defendia o alinhamento e o apoio total da população ao governo então vigente. Na edição do dia seguinte, no topo da página e logo ao lado do título do jornal, há uma nota na qual está escrito: “Nunca é muito repetir - O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever! Cumpramos esse dever combatendo os extremismos e fortificando a democracia”. Ao falar em extremismos, no plural, o jornal parece referir-se também ao Integralismo, e por isso o “dever” dos brasileiros em fortificar a “democracia” seria combater os dois movimentos, e não só os comunistas⁶⁴⁰. Neste ponto, a *Folha do Povo* parece diferir

⁶³⁸ *Folha do Povo*, 23/09/1937, p.1. Arquivo MFRB.

⁶³⁹ *Folha do Povo*, 23/10/1937, p.1. Arquivo MFRB.

⁶⁴⁰ *Folha do Povo*, 24/10/1937, p.1. Arquivo MFRB.

do *Correio da Noroeste*. Ao mesmo tempo, o governo Vargas é identificado como democracia, o que chega a ser patético.

Na edição de 24 de outubro, a *Folha do Povo* defendia, em editorial, que o Brasil precisava de um “nacionalismo sadio, puramente brasileiro” para chegar a dias melhores, um “futuro digno da fé cristã” seguida pelo povo e de todos os “bons sentimentos da espiritualidade latina”. Este nacionalismo não poderia ser dotado de “doutrinas exóticas” e nem ser “artificial” ou mecanizado, pois deveria ter sua origem de “dentro dos nossos anseios de proteção da ordem social”. Citando Getúlio Vargas, o texto ainda defende que as “ideologias extremistas nada têm a ver com as aspirações do povo brasileiro” e que prova disso seria o fato de que a junta governativa do “movimento subversivo” de novembro de 1935 seria composta principalmente por estrangeiros, “com planos elaborados no estrangeiro e custeada por estrangeiros”, tendo um só brasileiro entre esses organizadores, Luís Carlos Prestes, mas que estava acompanhado de uma estrangeira. Por isso, seria preciso defender o Brasil daqueles estrangeiros que tentavam “por todos os ardis, corromper nossos costumes, abrindo-nos as portas de todos os desastinos” ⁶⁴¹.

Ainda citando Vargas, o editorial defendia que “a ideologia extremista e seus processos de brutalidade violentam a consciência do povo brasileiro, e constituem grave ameaça às instituições nacionais” e para prevenir o país dessas “graves ameaças, aliás, comprovadas”, em uma provável referência ao Plano Cohen, então recém-revelado, o governo buscava “nos preservar do perigo iminente, pondo o país a salvo da insânia dessa gente desviada de todo o sentimento de ordem”. Assim, na visão do editorialista, Paulino Raphael, não havia como “combater a maluquice dos extremistas senão implantando em todas as camadas sociais, como deseja o nosso governo, um nacionalismo puro, livre de ideias alheias, um nacionalismo brasileiro” ⁶⁴². Esse editorial mostra como o jornal estava completamente alinhado ao projeto político autoritário e nacionalista de Vargas que legitimaria a implantação do Estado Novo poucos dias depois.

Como exemplo do alinhamento da *Folha do Povo* com o governo de Vargas, o editorial da edição de 10 de novembro, às vésperas da implantação do Estado Novo, defendia uma visão nacionalista misturada às noções do trabalhismo controlador de Vargas, perceptível por meio do título: “Se queres uma pátria grande, trabalha”. Em seu conteúdo, o texto afirma o seguinte: “Ser patriota e evidenciar patriotismo não encerra nenhum problema, porque essa

⁶⁴¹ Dentro de um nacionalismo sadio, puramente brasileiro, marcharemos. *Folha do Povo*, 24/10/1937, p.1. Arquivo MFRB.

⁶⁴² *Ibid.*

virtude não é privilégio de ninguém; é adaptável a toda a gente dotada de sensibilidade, isto é, de toda a gente que sabe definir o bem e o mal”, e ao final, associa a própria ideia de patriotismo, nacionalismo, ao trabalho, citando a frase que compõe o título⁶⁴³.

Na edição de 20 de novembro, novamente em uma nota no topo da página, o jornal apresenta sua opinião política, mas desta vez sobre a ideologia comunista, afirmando que:

“o Comunismo quer nos roubar aquilo que não conseguiu em 20 anos de experiências com os seus planos quinquenais. Combatê-lo é conservar nossas tradições e esperar dias melhores no futuro. Poupá-lo é destruir a nossa civilização cristã”⁶⁴⁴.

Assim, o jornal apresenta o maniqueísmo entre bem e mal, no qual o Comunismo seria o mal que quer destruir as “tradições nacionais” e a “civilização cristã”, enquanto o nacionalismo, o trabalho e o combate às ideias comunistas representariam o bem. Baseando-se na mesma visão anticomunista católica, um texto na primeira página da edição de 14 de dezembro informava que o Papa Pio XI havia divulgado uma mensagem endereçada ao povo da Espanha, na qual mostrava os “perigos do Comunismo”, recomendando que se realizasse uma “guerra sem tréguas a esse inimigo” em todos os “países cristãos”⁶⁴⁵. Com a publicação dessa notícia, o jornal reproduz os argumentos do anticomunismo católico para dar maior credibilidade a sua campanha anticomunista.

A primeira referência negativa direta aos integralistas foi encontrada na edição de 21 de janeiro de 1938, em notícia na primeira página, na qual o jornal divulgava que haviam sido apreendidas armas em poder dos integralistas. As investigações policiais tinham revelado que sua origem era o Exército, que esse armamento havia sido desviado por soldados que eram daquele movimento e que as bombas foram fabricadas por um sargento, que também havia desviado do Exército o material necessário para produzir esses artefatos⁶⁴⁶. Dessa forma, o texto constrói a imagem dos integralistas, ou ao menos de parte deles, enquanto conspiradores, traidores e potencialmente violentos.

Encontramos, entre janeiro e maio de 1938, 20 representações sobre o Integralismo nas páginas da *Folha do Povo*, com imensa maioria concentrada no mês de maio por conta do levante fracassado realizado pelos integralistas em 11 desse mês. Portanto, nosso intuito será apresentar e analisar essas representações, apontando principalmente as diferenças entre esse jornal e o *Correio da Noroeste* na cobertura jornalística sobre os camisas-verdes e sua atuação política. É importante fazer a ressalva de que, mesmo tendo sido encontradas muitas edições

⁶⁴³ Se queres uma pátria grande, trabalha. *Folha do Povo*, 10/11/1937, p.1. Arquivo MFRB.

⁶⁴⁴ *Folha do Povo*, 20/11/1937, p.1. Arquivo MFRB.

⁶⁴⁵ *Folha do Povo*, 14/12/1937, p.1. Arquivo MFRB.

⁶⁴⁶ *Folha do Povo*, 21/01/1938, p.1. Arquivo MFRB.

da *Folha do Povo* nesse período, ainda faltaram algumas delas, portanto não dispomos da série completa das edições desse jornal nos meses a que nos referimos acima, o que certamente pode ter prejudicado a obtenção de dados para nossa análise.

Na primeira página da edição de 7 de abril, foram publicadas duas notícias sobre os integralistas. A primeira informa que o Tribunal de Segurança Nacional havia condenado vários integralistas a pena de um mês, 22 dias e 12 horas de prisão por distribuírem boletins de caráter subversivo. A segunda notícia, com o título “o combate ao extremismo em Petrópolis”, informa que a polícia tinha revistado as casas de diversos integralistas naquela cidade fluminense, tendo apreendido “copioso material bélico e de propaganda subversiva”⁶⁴⁷. É interessante notar como a *Folha do Povo* utiliza abertamente o termo extremismo para se referir ao Integralismo e também o termo subversivo, algo que o *Correio da Noroeste* não tinha feito em sua cobertura sobre o grupo.

Na edição de 14 de Abril, a manchete da capa destacava que a “campanha contra o extremismo” verde, referindo-se ao Integralismo, continuava sendo realizada pela polícia no Rio de Janeiro, tendo apreendido grande quantidade de “material subversivo” e outros tipos de materiais, como penas de ouro que pertenceriam a Plínio Salgado. O texto também divulga que a repressão aos integralistas ocorria no Ceará, dirigida pelo chefe de Polícia daquele estado e pelo delegado de Ordem Política e Social, prendendo ao menos 38 “agitadores do credo verde” em uma cidade próxima a Fortaleza e em outros pontos do estado. Aqui, novamente, o jornal se refere aos integralistas enquanto extremistas, sendo classificados também como “agitadores do credo verde”, o que conferia ao mesmo tempo um caráter subversivo e de irracionalidade aos militantes da AIB⁶⁴⁸. Essa representação sobre os integralistas não havia sido feito pelo *Correio da Noroeste* até aquele momento e o termo “agitadores” não foi utilizado nem mesmo na cobertura sobre a “intentona integralista”, no mês seguinte.

Poucos dias antes do levante, uma notícia de primeira página, publicada na edição de 3 de maio com o título “Por onde andar o Sr. Plínio Salgado?”, reproduz o questionamento que o chefe de Polícia do Distrito Federal havia apresentado à imprensa. Segundo Filinto Müller, a polícia gostaria de realizar questionamentos ao antigo chefe da AIB a respeito das atividades de antigos correligionários que estavam realizando atentados “contra o regime”, porém não estava encontrando seu paradeiro, o que lhe parecia estranho, tendo em conta que a polícia

⁶⁴⁷ *Folha do Povo*, 07/04/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶⁴⁸ *Folha do Povo*, 14/04/1938, p.1. Arquivo MFRB.

ainda não havia identificado nada a ser apurado contra o antigo chefe integralista⁶⁴⁹. Nessa notícia, já se vê como o jornal apontava o caráter “subversivo” de alguns integralistas e ainda apresentava Plínio Salgado como tendo uma atitude suspeita e, possivelmente, covarde.

O noticiário sobre o levante integralista na *Folha do Povo* começa na edição de 12 de maio, com uma grande manchete na primeira página, afirmando que “o sangrento movimento integralista” havia sido “completamente sufocado”. Comparada com a manchete da edição do mesmo dia do *Correio da Noroeste*, vemos que o jornal de Paulino Raphael representou a insurreição integralista de uma maneira ainda mais negativa, ressaltando principalmente seu caráter violento ao classificá-la de sangrenta. Outra diferença entre esses dois jornais na cobertura sobre o levante dos fascistas brasileiros era o papel atribuído a Plínio Salgado neste movimento logo após os acontecimentos, pois enquanto o *Correio da Noroeste* tratava com cautela e sem confirmar as declarações feitas pelo delegado de Ordem Política e Social, afirmando a liderança de Salgado no levante, a *Folha do Povo* tratava a informação como confirmada e dando-lhe grande destaque, sendo o subtítulo da manchete principal da edição⁶⁵⁰.

Ao longo da página, o jornal dá mais detalhes sobre o movimento, destacando principalmente seu caráter violento ao mencionar que os integralistas “quiseram atear incêndios para lançar a perturbação” e que percorreram a cidade “lançando bombas” para “semear o pânico pelas ruas”, jogando bombas incendiárias inclusive contra o prédio do Tribunal de Segurança Nacional. Também informa sobre os “assaltos a casas particulares” para se referir aos casos em que os camisas-verdes iriam até às casas de algumas autoridades para sequestrá-las, e a tentativa, bem sucedida inicialmente, de se apoderar de estações de rádio e de telégrafo, tendo sido expulsos poucas horas depois. O periódico também destaca a invasão dos integralistas ao Palácio Guanabara, classificando-a como o “acontecimento culminante da rebelião integralista”. Além de representar os integralistas enquanto assassinos perigosos, o jornal destaca principalmente o heroísmo de Vargas, que teria liderado e organizado a resistência do palácio⁶⁵¹. Neste ponto, apresenta semelhança com o *Correio da Noroeste*, que também descreveu o presidente enquanto um herói que liderou a resistência aos rebeldes invasores.

Uma das diferenças entre a *Folha do Povo* e o *Correio da Noroeste* na cobertura do levante integralista foi a descrição da repercussão dos fatos em Bauru. O primeiro jornal apresentou

⁶⁴⁹ *Folha do Povo*, 03/05/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶⁵⁰ *Folha do Povo*, 12/05/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶⁵¹ *Ibid.*

de maneira mais detalhada e com maior destaque a forma com que as notícias foram recebidas na cidade, ressaltando que alguns bauruenses chegaram a ouvir pelo rádio as declarações dos integralistas que haviam se apoderado brevemente de algumas estações radiofônicas no Rio de Janeiro, afirmando que os camisas-verdes estavam no controle da situação, o que seria rapidamente desmentido⁶⁵². Na quarta página da mesma edição, o noticiário sobre o levante integralista mais uma vez ocupa a folha do jornal, repetindo algumas das informações já presentes na primeira página, mas também apresentando novos detalhes. A repetição das informações já publicadas no início da edição passa a impressão de que o jornal queria ressaltar as representações negativas sobre os integralistas e, ao mesmo tempo, reafirmar que a situação estava controlada graças à ação das autoridades do Estado Novo.

Nas edições dos dias seguintes, o noticiário sobre o levante integralista continuou ocupando quase todo o espaço da primeira página, destacando que a polícia estava realizando muitas prisões no Rio de Janeiro e à procura do antigo chefe integralista, assim como de outros líderes da revolta. Em São Paulo, o jornal aponta que os integralistas haviam espalhado “boletins subversivos” nas ruas da cidade e que por isso a polícia paulista estaria tomando “severas medidas para prender os extremistas”⁶⁵³. Novamente, a *Folha do Povo* destaca a repercussão dos fatos em Bauru e na região a sua volta, mostrando um dos telegramas de solidariedade ao presidente que foram enviados por prefeitos das cidades vizinhas, assim como o telegrama despachado pelo Sindicato dos Ferroviários da Noroeste, que também foi publicado pelo *Correio da Noroeste*⁶⁵⁴. Assim como esse jornal, a *Folha do Povo* não comenta nada sobre o fato de que um dos diretores daquele sindicato, Helio de Moraes Barbosa, e que assina o telegrama, era um conhecido integrante do núcleo local da AIB.

O jornal também publicou um telegrama de solidariedade enviado ao presidente pelos representantes da comunidade Sírio-libanesa de Bauru e divulgava que na reunião de uma associação ligada a essa comunidade, havia sido realizado um ato de três minutos de silêncio em homenagem aos que “tombaram em defesa do regime e pela paz constante da família brasileira”⁶⁵⁵. Dessa forma, a *Folha do Povo* dava um destaque muito maior à comoção que os fatos recentes tinham causado em parte da população bauruense do que o *Correio da Noroeste*, o que pode ser consequência das diferenças anteriores na posição política de cada um desses veículos de comunicação em relação ao Integralismo.

⁶⁵² *Folha do Povo*, 12/05/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶⁵³ *Folha do Povo*, 13/05/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶⁵⁴ *Correio da Noroeste*, 20/05/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶⁵⁵ *Folha do Povo*, 13/05/1938, p.1. Arquivo MFRB.

Em 14 de maio, na primeira página, a manchete era que os responsáveis pela “intentona verde” seriam julgados sumariamente e de que isso teria sido uma determinação do governo, que também havia tomado medidas civis e militares para “preservar a ordem pública”. Além dessa manchete, estava destacada na primeira página a informação de que Plínio Salgado estaria prestes a ser preso, pois testemunhas o teriam visto em Petrópolis, em uma propriedade pertencente a um “certo chefe verde” ⁶⁵⁶. Dessa forma, diferentemente do *Correio da Noroeste*, que ressaltou várias vezes o desconhecimento em relação ao paradeiro do antigo chefe da AIB e que não confirmava seu papel de liderança no levante, jogando dúvidas sobre esse fato, a *Folha do Povo* dava maior destaque para a procura policial por Salgado, noticiando-a com maior frequência e gerando expectativa sobre a sua prisão.

Também nesta página, o jornal apresenta um editorial intitulado “A tragédia do Integralismo”, que deixa muito clara sua posição sobre esse movimento. No começo do texto, apresenta-se a ideia de que o Integralismo tivera um “grande papel” e exercera sua “missão na vida brasileira”, cabendo-lhe ser, depois de 1930, “a grande palavra de ordem, de fortalecimento da autoridade, de combate às ideologias vermelhas”; há, portanto, inicialmente, uma visão positiva sobre a AIB. O editorial continua sua análise afirmando que a luta eleitoral, interrompida pelo início do Estado Novo, havia evidenciado “o perigo grave, em hora de tantas exaltações, de uma luta desse gênero”, sendo o Integralismo a “mais clara voz de aviso” dessa situação e que, conseqüentemente, tinha sido ele mesmo um dos maiores responsáveis por criar no povo brasileiro um “estado de alma” de desencanto pela “democracia eleitoral”, levando-o a receber a proclamação do Estado Novo como uma espécie de “desafogo”. Ou seja, o próprio jornal reconhece que os integralistas haviam sido um dos maiores responsáveis por levar os brasileiros a serem mais críticos e céticos em relação à democracia e, ao mesmo tempo, mais receptivos a um governo autoritário como o Estado Novo, embora o jornal não o classifique como tal ⁶⁵⁷.

E é a partir desse ponto que o periódico começa a criticar o Integralismo por suas posições após o início do Estado Novo, afirmando que o movimento tinha se “desvirtuado de sua missão”, pois ao invés de aproveitar “no campo doutrinador, a força e a organização que adquirira, tornando-se, ao lado do poder constituído, um elemento seguro de transformação espiritual, deixou-se contaminar de ambições, de imediatismo” e passou a ser “fomentador de rebeliões”. E assim, ao “desvirtuar sua missão”, “aniquilou-se” e seria essa “sua tragédia” ⁶⁵⁸.

⁶⁵⁶ *Folha do Povo*, 13/05/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶⁵⁷ A tragédia do Integralismo. *Folha do Povo*, 14/05/1938, p.1. Arquivo MFRB.

⁶⁵⁸ *Ibid.*

Dessa forma, a *Folha do Povo* faz uma breve análise da trajetória integralista, atribuindo-lhe um importante papel na luta anticomunista e também na defesa da “ordem e do fortalecimento da autoridade”, o que contribuiria significativamente para o aprofundamento do descrédito da democracia no país e levaria ao Estado Novo, trajeto visto positivamente pelo jornal. Porém, ao voltar-se contra este governo e se deixar ser “dominado pelas ambições”, o Integralismo teria se desviado de sua trajetória vista como positiva pelos representantes do periódico, sendo essa “desvirtuação” o que teria levado a AIB a seu próprio fim, a sua “tragédia”, ao invés de trabalhar ao lado de Vargas para a “transformação espiritual” que o Estado Novo representaria.

Diferentemente desse jornal, o *Correio da Noroeste* não publicou nenhum editorial se posicionando explicitamente sobre os acontecimentos e sobre o lugar que o Integralismo passava a ocupar nos noticiários enquanto um movimento “subversivo” em todas as edições posteriores ao levante desse grupo em 1938. Infelizmente, não encontramos um número de edições da *Folha do Povo* tão grande quanto do *Correio da Noroeste* para estabelecer uma comparação mais completa entre esses jornais, o que provavelmente poderia contribuir para realizar uma análise mais completa e profunda, porém o material consultado e analisado já nos permitiu identificar diferenças nos posicionamentos políticos de cada um desses periódicos.

Considerações finais

Após apresentar e analisar as representações sobre comunistas e integralistas nos jornais da imprensa bauruense entre 1934 e 1938, principalmente no *Correio da Noroeste*, agora iremos fazer um breve balanço dos principais resultados encontrados. Porém, primeiro é necessário ressaltar novamente a importância do contexto político apresentado nos primeiros capítulos.

A pesquisa aqui desenvolvida teve como recorte temporal um período da história política brasileira que foi muito marcado pela presença e pelo fortalecimento de uma tradição política autoritária e conservadora que, em conjunto com um contexto mundial de crescimento da influência dos projetos fascistas, e ao mesmo tempo da resistência organizada a eles em alguns setores sociais, contribuiu para uma maior aceitação desses argumentos e para o fortalecimento do anticomunismo na sociedade brasileira da década de 1930. Foi nesse contexto que se basearam as atuações políticas de comunistas e integralistas, sendo importante destacar sua importância para que fosse possível o próprio surgimento e o crescimento posterior da Ação Integralista Brasileira. E era nesse mesmo contexto, mas com algumas particularidades locais, que os periódicos da imprensa bauruense realizavam sua atuação política e editorial.

Portanto, esse entendimento foi o ponto de partida a partir do qual busquei entender a atuação de comunistas e integralistas, e a partir do qual analisei as representações produzidas nos veículos de comunicação sobre esses dois grupos políticos, tendo como foco as posições políticas dos próprios periódicos em relação a eles.

Assim, verifiquei como, inicialmente, as representações sobre os comunistas não eram tão frequentes e nem eram publicadas em espaços de tanto destaque nas folhas dos jornais, o que passaria a mudar conforme as mobilizações desses militantes cresciam e recebiam maior atenção, tornando-se motivo de preocupação por parte das autoridades governamentais, principalmente dos órgãos estatais de repressão. Ao mesmo tempo os integralistas, que inicialmente também não eram muito mencionados pelos periódicos, passaram a ser mais representados conforme o aumento do seu esforço de propaganda e o crescimento da presença de sua organização partidária em novos espaços, aproveitando-se em parte também da influência e simpatia dos projetos fascistas sobre determinados setores da sociedade e, em alguns momentos, do fortalecimento do anticomunismo no discurso público para realizar a divulgação de suas propostas e angariar novos adeptos para suas fileiras.

Como visto especialmente no quarto capítulo, mas também em menor medida no terceiro capítulo, o conflito de 3 de outubro de 1934, ocorrido em Bauru entre integralistas e antifascistas, ou como os jornais mencionaram, “comunistas”, foi determinante para a

construção e reprodução das representações sobre esses dois grupos na imprensa bauruense, provavelmente influenciando em larga escala a visão política do público leitor ao construir a imagem dos integralistas enquanto “ordeiros” e “pacíficos” e dos comunistas como “violentos” e “desordeiros”. Assim, a ideia de defesa da ordem social, ou o suposto perigo para esta, seria o eixo a partir do qual se baseariam muitas das representações sobre comunistas e integralistas nos jornais bauruenses no período posterior a 1934, frequentemente por meio de maniqueísmos em que um desses grupos representaria o Bem, no qual geralmente se encaixariam os integralistas juntamente com as autoridades governamentais, e outro grupo representaria o Mal, representado sempre pelos comunistas.

Em momentos de maior acirramento na disputa política, como o ocorrido entre a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB) em meados de 1935, os integralistas até chegaram a ser criticados por estarem envolvidos em conflitos que podiam causar “perturbação da ordem”. No entanto, a partir da diferença de tratamento dada a essas organizações pelo governo de Getúlio Vargas, com o fechamento e a proibição só da primeira organização citada, jornais como o *Correio da Noroeste* progressivamente deixaram de lado suas críticas à AIB e, após o levante de novembro de 1935, engajaram-se em uma ferrenha campanha anticomunista que duraria por todo o período restante do recorte temporal aqui delimitado. Como vimos, esta campanha chegou ao seu auge entre o final de 1935 e início de 1936, e depois sofreu oscilações até 1938, com períodos de maior ou menor volume e destaque na imprensa, sendo utilizados diversos argumentos políticos, religiosos, morais e econômicos para combater os comunistas através das páginas dos periódicos, os quais muitas vezes eram frequentemente repetidos, podendo mudar conforme os acontecimentos que os envolviam. Ao mesmo tempo, os camisas-verdes da AIB foram considerados, no geral, como aliados na luta contra o “perigo vermelho” e, portanto, defensores da ordem social.

Essas posições sobre os comunistas e o Integralismo, em linhas gerais, ganharam força a partir do segundo semestre de 1935 e perduraram ao longo de boa parte dos anos posteriores. No caso dos integralistas, as representações majoritariamente positivas se modificariam significativamente apenas em 1938, quando, após tentarem organizar planos e realizar levantes fracassados para tomar o poder, caíram em desgraça e passaram também a ser tratados como “subversivos”. No entanto, a análise de dois jornais bauruenses diferentes nos mostrou que a visão de cada órgão sobre os camisas-verdes naquele momento não era igual.

A partir da leitura dos periódicos, verificamos semelhanças e ao mesmo tempo divergências entre eles na percepção sobre a AIB, e que pareciam ser relacionadas à presença ou ausência

de ligações e simpatias políticas anteriores. Como vimos no final do último capítulo, o *Correio da Noroeste*, que havia reproduzido sistematicamente a propaganda integralista em suas páginas em outros momentos, buscava, mesmo que de maneira leve e sutil, amenizar as acusações e imagens negativas atribuídas aos militantes da AIB após a fracassada “intentona” de maio de 1938, embora ficando muito longe de realizar a mesma cobertura negativa que havia feito sobre os comunistas após a “intentona” de novembro de 1935. Enquanto isso, a *Folha do Povo* criticou de maneira mais profunda os camisas-verdes após seu fracassado movimento, não deixando espaço para que líderes da extinta AIB, e especialmente Plínio Salgado, fossem poupados de serem considerados responsáveis por aquela nova tentativa de “subversão”. O que demonstrava que, apesar da recepção majoritariamente positiva, ou ao menos conivente, das ideias fascistas na sociedade brasileira daquele período, o apoio recebido pelo movimento que mais representava o fascismo brasileiro naquele momento não seria nem de perto o suficiente para chegar ao poder, levando-o a ocupar um papel marginal tal como os comunistas já ocupavam, apesar das influências que as posturas fascistas ainda exerciam sobre o Estado Novo de Getúlio Vargas.

Fontes documentais

Jornais

Acção – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Correio da Noroeste – Arquivo do Museu Ferroviário Regional de Bauru (MFRB).

Correio da Semana – Arquivo do Núcleo de Pesquisa em História – Unisagrado.

Folha da Noite – Disponível em: acervo.folha.com.br.

Folha do Povo - Arquivo do Museu Ferroviário Regional de Bauru (MFRB).

Folha de São Paulo - Disponível em: acervo.folha.com.br.

Gazeta da Noroeste - Arquivo do Núcleo de Pesquisa em História – Unisagrado.

O Sindicato – Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/Unicamp).

Tribuna Operária - Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/Unicamp).

Legislação e documentos governamentais

Decreto Nº 5.221, de 12 de agosto de 1927. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5221-12-agosto-1927-562990-republicacao-87106-pl.html>

Diário do Poder Legislativo dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 18/01/1935, p. 388-389. Disponível em:

<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18JAN1935.pdf#page=>

Recenseamento demographico, escolar e agricola - zootécnico do Estado de São Paulo (20 de setembro de 1934) - publicação: 1936. Fundação SEADE.

Disponível em:

<https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011676&page=rte=1>

Recenseamento Geral do Brasil (1/09/1940). Série Regional. Parte XVII – São Paulo (Tomo 1). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p17_t1_sp.pdf

Documentos partidários

Conjunto de documentos produzidos pelo PCB e reunidos na coleção “Microfilmes da Internacional Comunista” – Disponível no arquivo do Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, G. T. *Imprensa do Interior – um estudo preliminar*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.
- AMADO, T.C. *A Nação Despertou? O Integralismo e sua cenografia (1932-1937)*. Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de História do IFCH-UNICAMP, Campinas, 2012.
- ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de Classe, da Revolução de 1930 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1982.
- ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- BERTONHA, J. F. *Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, n. 40, p.85-105, 2001.
- _____. *Libero Battisteli e Giustizia e Libertà no Brasil: um aspecto da luta antifascista italiana na América do Sul*. Diálogos, DHI/UEM, v. 3, n. 3, p.213-234, 1999.
- _____. *O antifascismo italiano em São Paulo nos anos 20 e 30*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, IFCH, Campinas, 1993.
- _____. *O Integralismo e sua história: memória, fontes, historiografia*. 1ª ed. Salvador: Editora Pontocom, 2016.
- _____. *O pensamento corporativo em Miguel Reale*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 33, nº 66, p.269-286, 2013.
- _____. *Sob o signo do Fascio: o Fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1922-1943*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, IFCH, Campinas, 1998.
- _____. *Sobre a direita: estudos sobre o Fascismo, o Nazismo e o Integralismo*. Maringá: EDUEM, 2008.
- BRESCIANI, M.S.M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2005.
- BROUÉ, P. *A Revolução Espanhola*. Tradução de Alice Miyashiro. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BRUSANTIN, B.M. *Anauê paulista: um estudo sobre a prática política da primeira cidade integralista do Estado de São Paulo (1932-1943)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, IFCH, Campinas, 2004.

_____. *Na Boca do Sertão: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945)*. São Paulo. Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003.

CANCELLI, E. *O Mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília: Editora UnB, 1993.

CAPELATO, M.H.R. *Imprensa e história do Brasil* – São Paulo: Contexto/EDUSP, 2ª edição, 1994.

_____. *Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo. Brasiliense, 1989.

_____. *Multidões em cena: propaganda política no Varguismo e no Peronismo*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____; PRADO, M. L. *O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

CARNEIRO, M.L.T; CROCI, F. (Orgs.) *Tempos de Fascismo: Ideologia - Intolerância - Imaginário*. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

CARONE, E. *A República Nova. 1930-1937*. São Paulo: DIFEL, 1974.

_____. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

_____. *O PCB: (1922-1943)*. São Paulo: DIFEL, 1982.

CASTRO, F.S.C. *Cidade e imprensa pelas folhas do Correio da Noroeste, 1930-1935*. Relatório parcial de pesquisa de iniciação científica apresentado à FAPESP, 2010.

CASTRO, R.F. *A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934)*. Topoi, Rio de Janeiro, pp. 354-388, dezembro 2002.

_____. *Contra a guerra ou contra o fascismo? As esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935*. Tese (Doutorado em História) - UFF, Niterói, 1999.

CAVALARI, R. M. F. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CHAUÍ, M. *Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira*, In: CHAUÍ, M & FRANCO, M. S. C. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978.

_____. *Crítica e ideologia*. In: *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1982. p. 15-38.

COSENZA, A. C. *Um partido, duas táticas: Uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo, 2013.

CRUZ, H.F.; PEIXOTO, M.R.C. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 255-272, dez. 2007.

CRUZ, N.R. (Org.) *Ideias e práticas fascistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

DARNTON, R. *Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica*. In: O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo. Companhia das Letras. 1995, p.70-97.

DECCA, E. S.; VESENTINI, C. A. A revolução do vencedor. *Revista de Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 70-85, jan. 1976.

DIETRICH, A. M. *Nazismo tropical? - O Partido Nazista no Brasil*. São Paulo: Editora Todas as Musas, 2012.

DOTTA, R.A. *O Integralismo e os trabalhadores: as relações entre a AIB, os sindicatos e os trabalhadores através do jornal Ação (1936-1938)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo, 2003.

DUTRA, E.F. *O Ardil Totalitário: Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Belo Horizonte, Editora UFRJ / UFMG, 1997.

FAGUNDES, P.E. *Morte e memória: a necrofilia política da Ação Integralista Brasileira (AIB)*. Varia Historia, Belo Horizonte, vol.28, nº 48, p.889-909: jul/dez 2012.

FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*, t.3; O Brasil republicano, v.10; Sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *O pensamento nacionalista autoritário: (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GARCIA, N. J. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.

GHIRARDELLO, N. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GONÇALVES, L.P; SIMÕES, R.D. (Org.) *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Sob Medida, 2011.

- GONÇALVES, L.P; CALDEIRA NETO, O. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- HERNANDEZ, L.M.G.L. *Movimentos político-ideológicos no Brasil: ANL e AIB*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo, 1980.
- HILTON, S. *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- HOBBSBAWN, E. *A Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.
- LENHARO, A. *Sacralização da Política*. Campinas: Papirus, 1986.
- LEVINE, R. *O regime Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LOSNAK, C. J. *Polifonia Urbana: imagens e representações - Bauru 1950-1980*. Bauru: Edusc, 2004.
- _____. *Jornalismo e Política na cidade*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007.
- _____. *Imprensa “moderna“, imprensa interiorana: tensões/interações midiáticas e sócio-culturais*, 2008.
- LUCA, T. R. de; MARTINS, A. L.; *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MALATIAN, T. *Até que o vendaval passe, “acreditar, obedecer, combater”: o Fanfulla e o Duce (1922-1941)*. In: LUCA, T.R. de.; GUIMARÃES, V. (Org.) *Imprensa estrangeira publicada no Brasil: primeiras incursões*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2017. p. 330-361.
- MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.
- MARTINES, L. C. S. *EFNOB/BAURU, KM 0: A EFNOB e a expansão urbana de Bauru, pela ótica dos jornais locais*. 1905/1940. Relatório final de pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. FAPESP, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MORATELLI, T.M. *Os trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil: experiências operárias em um sistema de trabalho de grande empreitada (São Paulo e*

Mato Grosso, 1905-1914). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, IFCH, Campinas, 2009.

MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

MURPHY, K. *Greves durante o período soviético inicial, 1922 a 1932: Da militância à passividade da classe trabalhadora?* Revista de Literatura e Cultura Russa (São Paulo), v.8, nº10, p. 36-63. 2017.

NEGRÃO, J.H.B. *Selvagens e incendiários: o discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2001.

OLIVEIRA, A.M. *Palavras como balas: imprensa e intelectuais antifascistas nos países do Cone Sul (1933-1939)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, E. *Cidade “verde” ou cidade “vermelha”: AIB e ANL em Petrópolis*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. C. (Org.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar Editora, 1982.

PEDROSO, R.C. *Estado autoritário e ideologia policial*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005.

PELEGRINA, G. R.; SERRA, N. do N. *Imprensa, um poder sempre vigilante*. Encarte do Jornal da Cidade. Bauru, 04/10/87.

PEREIRA, M.A.M.L. *“Guardai-vos dos falsos profetas”: Matrizes do discurso anticomunista católico (1935-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) UNESP, Franca, 2010.

PINHEIRO, P.S. *Estratégias da Ilusão: A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

POSSAS L.M.V. *O trágico três de outubro: estudo histórico de um evento*. Bauru, SP: Universidade do Sagrado Coração, 1993.

_____. *Mulheres, Trens e Trilhos: Sociedade Brasileira nos anos 30 e 40*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo, 1999.

PRESTES, A.L., *Luís Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934-1935)*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RIBEIRO, I.A. *O Integralismo no Sertão de São Paulo: um "fascio de intelectuais"*. Dissertação (Mestrado em História), UNESP, Franca, 2004.

RIBEIRO, M. *Operários e Imprensa no Interior: O Operário e O Baurú*. Relatório de Iniciação Científica, FAPESP, 2014.

RODEGHERO, C. S., *Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria* – Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 463-488, 2002.

ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento* - Brasil e América Latina, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SILVA, C. L. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. *Imprensa liberal, imprensa partidária: uma aproximação historiográfica*. In: RAUTENBERG, E.; SILVA, C.L. (Org.). *História e imprensa: estudos de hegemonia*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

SILVA, M. A. *A História e seus Limites: notas sobre região e interdisciplinaridade*. Revista USP, n. 33, pp. 208-16, mar.-mai./1997.

SILVA, V. A. T. *“Notícias do Rio”: a intervenção no jornal O Estado de S. Paulo e a autolegitimação do Estado Novo (1939-1945)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SODRÉ, N. W. *A História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1999.

TRENTO, A. *A imprensa antifascista no Brasil, 1922-1936*. In: LUCA, T.R. de; GUIMARÃES, V. (Org.) *Imprensa estrangeira publicada no Brasil: primeiras incursões*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2017. p. 362-396.

_____. *Fascismo italiano*. São Paulo: Ática, 1986.

TRINDADE, H. *Integralismo: o Fascismo brasileiro na década de 30*. 2. ed., São Paulo: DIFEL, 1979.

VASCONCELOS, Gilberto. *A ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VEYNE, P. *Como se escreve a História*. 4ª Edição. Brasília, Editora UNB, 1998.

VIANNA, M.A.G. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 1990.

Anexos

Capa da edição de 5 de Outubro do jornal *Correio da Manhã*, relatando o conflito entre integralistas e antifascistas ocorrido no centro de Baurópolis dois dias antes e suas repercussões.

Capa da edição de 26 de novembro de 1935 do *Correio da Noroeste*, divulgando as primeiras notícias a respeito do levante comunista ocorrido no final daquele mês.

Capa da edição de 3 de dezembro de 1935 do *Correio da Noroeste*, abordando a repercussão dos acontecimentos do movimento de novembro de 1935 e com a publicação de dois artigos de opinião com conteúdo anticomunista.

Capa da edição de 12 de maio de 1938 do *Correio da Noroeste*, noticiando o levante integralista ocorrido no dia anterior no Rio de Janeiro.

Capa da edição de 12 de maio de 1938 do jornal *Folha do Povo*, noticiando o levante integralista ocorrido no dia anterior na então capital federal do Brasil.